

Stélio Coêlho Lombardi Filho

**O processo de transição escola-trabalho
no Brasil: primeiro emprego, emprego
decente e heterogeneidades nacionais
em perspectivas comparativas**

Belo Horizonte, MG
UFMG/Cedeplar
2019

Stélio Coêlho Lombardi Filho

**O processo de transição escola-trabalho no Brasil:
primeiro emprego, emprego decente e
heterogeneidades nacionais em perspectivas
comparativas**

Tese apresentada ao curso de Doutorado em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Economia.

Orientador(a): Prof^a. Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira

Belo Horizonte, MG
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG
2019

Ficha catalográfica

L842p
2019 Lombardi Filho, Stélio Coêlho.
O processo de transição escola-trabalho no Brasil [manuscrito]: primeiro emprego, emprego decente e heterogeneidades nacionais em perspectivas comparativas / Stélio Coêlho Lombardi Filho. – 2019. 173 f.: il., gráfs. e tabs.

Orientador (a): Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.

Inclui bibliografia (f. 166-173).

1. Juventude – Emprego – Brasil – Teses. 2. Mercado de trabalho – Brasil – Teses. 3. Demografia – Teses. I. Oliveira, Ana Maria Hermeto Camilo de . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. III. Título.

CDD: 331.120981

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG. –RSS133/2019

**FOLHA DE APROVAÇÃO****STÉLIO COELHO LOMBARDI FILHO****TÍTULO DO TRABALHO:****“O PROCESSO DE TRANSIÇÃO ESCOLA-TRABALHO NO BRASIL:
PRIMEIRO EMPREGO, EMPREGO DECENTE E HETEROGENEIDADES
NACIONAIS EM PERSPECTIVAS COMPARATIVAS”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção do título de Doutor em Economia, área de concentração em Economia.

APROVADO EM 23 DE OUTUBRO DE 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira
(Orientadora) (CEDEPLAR/FACE/UFGM)

Prof.^a Mariangela Furlan Antigo
(CEDEPLAR/FACE/UFGM)

Prof.^a Aline Cristina da Cruz
(UFSJ)

Prof.^a Elzira Lúcia de Oliveira
(UFF)

Prof.^a Mércia Santos da Cruz
(UFPB) (Participação por videoconferência)

Assinatura em folha anexa

Prof. Gilberto de Assis Libânio
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia



FOLHA DE APROVAÇÃO

STÉLIO COELHO LOMBARDI FILHO

TÍTULO DO TRABALHO:

**“O PROCESSO DE TRANSIÇÃO ESCOLA-TRABALHO NO BRASIL:
PRIMEIRO EMPREGO, EMPREGO DECENTE E HETEROGENEIDADES
NACIONAIS EM PERSPECTIVAS COMPARATIVAS”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção do título de Doutor em Economia, área de concentração em Economia.

Aprovado EM 23 DE OUTUBRO DE 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Mércia Santos da Cruz
(UFPB) (Participação por videoconferência)

Prof. Gilberto de Assis Libânio
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia

Prof. Gilberto de Assis Libânio
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
em Economia - Mestrado e Doutorado

A Deus.

Aos meus pais, Stélio e Luíza.

Às minhas irmãs, Andréa e Juliana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por sempre iluminar meu caminho e me dar forças para persistir em meus objetivos.

Aos meus pais, Stélio e Luíza, pelo amor incondicional e pelo forte apoio, ambos essenciais à conclusão desta etapa.

Às minhas irmãs, Andréa e Juliana, por sempre acreditarem em mim e me apoiarem em todas as minhas escolhas.

Agradeço imensamente à minha orientadora, a Prof.^a Dra. Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira, pelos conhecimentos transmitidos e pela dedicação e paciência apresentadas durante a construção desta Tese.

Aos demais docentes do CEDEPLAR, sobretudo aos professores Mariangela Antigo, Marco Flávio, Pedro Amaral, Ana Flávia Machado, Simone Wajnman, Carlos Suprinyak, Edson Domingues, Aline Magalhães e Sueli Moro, com quem aprendi muito e amadureci como economista e pesquisador.

Aos docentes do Departamento de Economia da UFPB, em especial aos professores Mércia Santos, Aléssio Tony, Hilton Martins e Ignácio Tavares. Muito obrigado por todos os ensinamentos e pela inestimável contribuição de cada um à minha vida acadêmica e profissional.

À minha namorada, Veluma Wanderley, por todo amor, apoio e paciência ao longo deste último ano.

Aos amigos de longa data, Leonardo Fagundes, Murilo Callou, Eduardo Cavalcanti, Jéssica Callou, Débora Luz, Augusto Tavares, Sarah Madruga, Nathalia Andrade, Juliana Araruna, Gabriel Basso, Pedro Borges, Lucas Oliveira, Daniel Amaro, Thaís Terehoff, Victor Gomes e Thomaz Choairy, por todos os conselhos, apoio e momentos de descontração.

Aos amigos que a Ciência Econômica trouxe à minha vida, Otoniel Rodrigues, Maria Eduarda, Danyella Brito, Andréa Silva, Eryka Sobral, Camila Mirella e Thiago Fauvrelle.

Aos amigos e companheiros de apartamento, Celso Bissoli e Luiz Felipe Barroso, por todas as discussões econômico-filosóficas e pelos momentos de diversão. Também serei sempre grato por todos os conselhos e palavras de estímulo para que eu continuasse a seguir em frente.

Aos colegas do CEDEPLAR, Thiago Simonato, Guilherme Moura, Luciana Mendes, Felipe Basso, Larissa Giardini, Marco Franco, André Teixeira, Igor Tupy, Marcelo Figueiredo, Jonas Henrique e Rafael Galvão.

Aos funcionários da Pós-graduação do CEDEPLAR, em especial à Maria Cecília, Cleusa Figueiredo e Paulo Bittencourt, pela competência sempre apresentada.

Por fim, agradeço à CAPES e ao CNPq pelo apoio financeiro fornecido durante o curso de Doutorado.

In God we trust; all others must bring data
(William Edwards Deming)

*Nothing in life is to be feared, it is only to be understood. Now is the time to
understand more, so that we may fear less*
(Marie Skłodowska Curie)

O Senhor é meu pastor, nada me faltará
(Salmo: 23, 1-2)

Sumário

1 INTRODUÇÃO	20
2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS NO BRASIL: TENDÊNCIAS RECENTES	26
2.1 Transição Demográfica e Indicadores Educacionais	26
2.2 Mudanças nos Arranjos Familiares	35
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	39
3.1 Transição para a Vida Adulta	39
3.2 Transição Escola-Trabalho	50
3.3 Qualidade do Emprego	61
4 DECISÕES ENTRE ESTUDO, TRABALHO E PROCURA POR TRABALHO: ANÁLISES A PARTIR DAS PNADS	69
4.1 Base de Dados: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios	69
4.2 Estratégia Empírica	71
4.3 Resultados	72
5 TRANSIÇÃO DA CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO: ANÁLISES A PARTIR DAS PMES	105
5.1 Base de Dados: Pesquisa Mensal de Emprego	105
5.2 Estratégia Empírica	110
5.3 Resultados	111
6 ETAPA E QUALIDADE DA TRANSIÇÃO: ANÁLISES A PARTIR DA SWTS...130	
6.1 Base de Dados: School-to-Work Transition Survey	130
6.2 Estratégia Empírica	139
6.2 Resultados	139
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	168

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Resultados do modelo multinomial para captar o efeito período sobre as decisões de estudo, trabalho e procura por trabalho (Brasil - homens jovens de 15 a 29 anos)	80
TABELA 2 – Resultados do modelo multinomial para captar o efeito período sobre as decisões de estudo, trabalho e procura por trabalho (Brasil - mulheres jovens de 15 a 29 anos)	83
TABELA 3 – Resultados dos modelos multinomiais para as combinações de estudo, trabalho e procura por trabalho (Brasil - homens jovens de 15 a 29 anos)	85
TABELA 4 – Resultados dos modelos multinomiais para as combinações de estudo, trabalho e procura por trabalho (Brasil - mulheres jovens de 15 a 29 anos)	89
TABELA 5 – Tabelas de contingência (origem-destino) por sexo (%).....	108
TABELA 6 – Tabelas de contingência (origem-destino) por anos de estudo (%)	109
TABELA 7 – Tabelas de contingência (origem-destino) por sexo e raça (%).....	112
TABELA 8 – Tabelas de contingência (origem-destino) por grupos etários (%)..	113
TABELA 9 – Resultados dos modelos multinomiais para captar o efeito período sobre a transição da condição de ocupação (Regiões Metropolitanas - jovens de 15 a 29 anos)	114
TABELA 10 – Resultados dos modelos multinomiais para as transições da condição de ocupação (Regiões Metropolitanas - jovens de 15 a 29 anos).....	118
TABELA 11 – Etapas de transição por sexo (jovens de 15 a 29 anos)	135
TABELA 12 – Proporção de jovens de 15 a 29 anos por situações de etapas de transição e sexo	137
TABELA 13 – Etapas de transição por nível educacional (jovens de 15 a 29 anos)	138
TABELA 14 – Resultados dos modelos multinomiais para as etapas de transição (jovens de 15 a 29 anos).....	147

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Variáveis Seleccionadas da PNAD.....	70
QUADRO 2 – Variáveis Seleccionadas da PME.....	107
QUADRO 3 – Variáveis Seleccionadas da SWTS	133

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Taxa de desemprego mensal (Brasil - Regiões Metropolitanas).....	21
FIGURA 2 – Taxa de desemprego mensal por grupos de idade de jovens (Brasil - Regiões Metropolitanas).....	22
FIGURA 3 – Evolução da porcentagem de crianças matriculadas no ensino fundamental (Brasil)	31
FIGURA 4 – Evolução da porcentagem de crianças matriculadas na educação infantil (Brasil).....	32
FIGURA 5 – Evolução da porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio (Brasil).....	33
FIGURA 6– Indicadores de rendimento para o ensino fundamental (Brasil)	33
FIGURA 7 – Indicadores de rendimento para o ensino médio (Brasil)	34
FIGURA 8 – Representação esquemática do processo de transição escola-trabalho	52
FIGURA 9 – Evolução das decisões de estudo, trabalho e procura por trabalho dos jovens (% por sexo e raça).....	74
FIGURA 10 – Evolução das decisões de estudo, trabalho e procura por trabalho dos jovens (% por grupos de idade).....	76
FIGURA 11 – Evolução dos grupos de anos de estudo (% por grupos de idade)	77
FIGURA 12 – Evolução dos tipos de família (% - Brasil, jovens de 15 a 29 anos)	79
FIGURA 13 - Evolução do número de membros por família (% - Brasil, jovens de 15 a 29 anos)	79
FIGURA 14 – Evolução do efeito marginal da variável de período sobre as probabilidades preditas (% - Brasil, homens jovens de 15 a 29 anos)	82
FIGURA 15 – Evolução do efeito marginal da variável de período sobre as probabilidades preditas (% - Brasil, mulheres jovens de 15 a 29 anos)	83
FIGURA 16 – Evolução do efeito marginal da variável de raça (branca) sobre as probabilidades preditas (% - Brasil, homens jovens de 15 a 29 anos)	93
FIGURA 17 – Evolução do efeito marginal da variável de raça (branca) sobre as probabilidades preditas (% - Brasil, mulheres jovens de 15 a 29 anos)	93
FIGURA 18 – Evolução do efeito marginal das variáveis de anos de estudo sobre as probabilidades preditas (% - Brasil, jovens de 15 a 29 anos)	96
FIGURA 19 – Evolução do efeito marginal da variável de tipo de família sobre as probabilidades preditas (% - Brasil, jovens de 15 a 29 anos).....	100

FIGURA 20 – Evolução do efeito marginal da variável de razão de dependência sobre as probabilidades preditas (% - Brasil, jovens de 15 a 29 anos)	101
FIGURA 21 – Evolução do efeito marginal da variável de quartil da renda familiar per capita sobre as probabilidades preditas (% - Brasil, jovens de 15 a 29 anos)	103
FIGURA 22 – Evolução do efeito marginal da variável de período sobre as probabilidades preditas (% - homens jovens de 15 a 29 anos)	115
FIGURA 23 – Evolução do efeito marginal da variável de período sobre as probabilidades preditas (% - mulheres jovens de 15 a 29 anos)	116
FIGURA 24 – Evolução do efeito marginal da variável de raça (branca) sobre as probabilidades preditas	122
FIGURA 25 – Evolução do efeito marginal da variável de estudante sobre as probabilidades preditas	122
FIGURA 26 – Evolução do efeito marginal da variável de anos de estudo sobre as probabilidades preditas	123
FIGURA 27 – Evolução do efeito marginal da variável de posição da família sobre as probabilidades preditas.....	126
FIGURA 28 – Evolução do efeito marginal da variável de tamanho da família sobre as probabilidades preditas.....	128
FIGURA 29 – Evolução do efeito marginal da variável de renda familiar per capita sobre as probabilidades preditas.....	128
FIGURA 30 – Composição das etapas de transição por sexo	140
FIGURA 31 – Composição das etapas de transição por grupos de idade	143
FIGURA 32 – Etapas de transição por nível educacional.....	143
FIGURA 33 – Etapas de transição por condição de migração	144
FIGURA 34 – Etapas de transição por raça autodeclarada (Brasil – jovens de 15 a 29 anos)	144
FIGURA 35 – Etapas de transição por renda familiar declarada (Brasil – jovens de 15 a 29 anos)	145
FIGURA 36 – Etapas de transição por região (Brasil – jovens de 15 a 29 anos)	145
FIGURA 37 – Efeitos marginais das variáveis de grupos de idade sobre as probabilidades preditas	148
FIGURA 38 – Efeitos marginais das variáveis de nível educacional sobre as probabilidades preditas	150
FIGURA 39 – Efeitos marginais das variáveis de nível educacional da mãe sobre as probabilidades preditas.....	152

FIGURA 40 – Efeitos marginais das variáveis de posição da família sobre as probabilidades preditas155

FIGURA 41 – Efeitos marginais da variável de migrante sobre as probabilidades preditas.....156

RESUMO

Esta Tese buscou aprofundar a compreensão sobre um importante aspecto da dinâmica do mercado de trabalho de jovens, o processo de transição escola-trabalho, em um contexto de mudanças demográficas. O estudo visa lançar luz sobre o impacto de elementos sociodemográficos, geracionais e de ciclo econômico sobre o movimento de saída da escola e entrada no mercado de trabalho, buscando também verificar discrepâncias por sexo e heterogeneidades nacionais por meio de comparações entre a realidade brasileira e a de outros países da América Latina. Para tanto, realizou-se três exercícios empíricos para esclarecer questões relevantes acerca da transição escola-trabalho. Os achados do primeiro ensaio, que teve por objetivo entender de que forma as transformações demográficas têm influenciado as escolhas ocupacionais dos jovens, deixam claro que, pelo menos desde o final dos anos 1980, as alterações em termos de demanda por educação e dinâmica familiar vêm provocando alterações importantes nas decisões de estudo, trabalho e procura por trabalho por parte deste grupo etário. De fato, tem havido uma maior demanda por qualificação educacional e propensão a combinar estudo e trabalho, o que tende a adiar algumas etapas da transição para a vida adulta. Ademais, há um forte componente de gênero presente no processo, com destaque para os efeitos que a transição educacional tem provocado nas posições ocupadas pelas mulheres. Os resultados mostram que as transformações estruturais vêm agindo mais intensamente no sentido de ativação das mesmas no mercado de trabalho, apesar de as taxas de jovens mulheres nem-nem-nem ainda serem elevadas. Em seguida, a segunda aplicação desta Tese buscou identificar os determinantes da transição da condição de ocupação do jovem, visando compreender as variações entre períodos dos efeitos de fatores socioeconômicos e demográficos sobre as probabilidades de transição. Os resultados desta etapa apontaram para a existência de diferenças significativas por sexo e raça nos padrões de transição, sendo a permanência no desemprego maior para as mulheres negras, bem como a transição para a inatividade. Em relação ao nível educacional do jovem, mais anos de estudo se mostraram associados a uma maior ativação no mercado de trabalho, porém com efeitos que variam por sexo e ao longo do tempo. Além disso, como era de se esperar em uma sociedade

estratificada e fortemente desigual como a brasileira, a renda configura elemento crucial para explicar os padrões de transição. À medida em que o nível de renda aumenta, maiores são as chances de os jovens de ambos os sexos realizarem a transição ocupado-ocupado. Por fim, a terceira e última aplicação da Tese teve dois objetivos centrais: incluir o aspecto qualitativo na discussão sobre transição escola-trabalho e realizar análises comparativas entre Brasil, Peru e Colômbia. É possível afirmar que existem heterogeneidades importantes entre os países no que se refere aos efeitos de características sociodemográficas sobre a qualidade da transição escola-trabalho. E apesar de haver uma proporção maior de homens do que de mulheres que completaram esta transição em todos os países analisados, essa diferença é maior no Brasil.

ABSTRACT

This thesis sought to deepen the understanding of an important aspect of youth labor market dynamics, the school-to-work transition process, in a context of demographic changes. The study aims to shed light on the impact of sociodemographic, generational and economic cycle elements on the movement of leaving school and entering the labor market, seeking also to verify gender discrepancies and national heterogeneities through comparisons between the Brazilian reality and that from other Latin American countries. To this end, three empirical exercises were performed to clarify relevant questions about the school-to-work transition. The findings of the first essay, which aimed to understand how demographic changes have influenced young people's occupational choices, make it clear that at least since the late 1980s, changes in demand for education and family dynamics have been causing significant changes in study, work and job search decisions by this age group. Indeed, there has been a greater demand for educational qualifications and a propensity to combine study and work, which tends to postpone some stages of the transition to adulthood. In addition, there is a strong gender component present in the process, especially the effects that the educational transition has had on women's positions. The results show that structural transformations are acting more intensively towards their activation in the labor market, although the rates of NEET young women are still high. Then, the second application of this thesis sought to identify the determinants of the youth's occupational condition transition, aiming to understand the variations between periods of the effects of socioeconomic and demographic factors on the transition probabilities. The results of this stage pointed to the existence of significant differences of gender and race in the transition patterns, with the permanence in unemployment being greater for black women, as well as the transition to inactivity. Regarding the educational level of young people, more years of study were associated with greater activation in the labor market, but with effects that vary by sex and over time. Moreover, as expected in a stratified and highly unequal society such as the one in Brazil, income is a crucial element in explaining transition patterns. As income levels rise, the chances that young people of both sexes will make the occupied- occupied transition grows further. Finally, the third and final

application of the Thesis had two main objectives: to include the qualitative aspect in the discussion about school-to-work transition and to carry out comparative analyzes between Brazil, Peru and Colombia. It can be said that there are important heterogeneities between these countries regarding the effects of sociodemographic characteristics on the quality of the school-to-work transition. And while there is a higher proportion of men than women who have completed this transition in all countries analyzed, this difference is greater in Brazil.

Keywords: School-to-work transition. Demographic changes. Young people.

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho para os jovens é caracterizado por baixas taxas de emprego, elevada rotatividade e alta prevalência de emprego informal. A falta de experiência por parte desse grupo etário resulta em dificuldades de inserção no mundo do trabalho, de modo que a transição para o primeiro emprego se dá de forma lenta e geralmente para ocupações sem carteira assinada e com baixa remuneração. Como consequência, observa-se que a taxa de desemprego para esses indivíduos é superior ao observado para o total da População Economicamente Ativa (PEA), ao passo que a incidência de trabalhos precários é preocupante (CORSEUIL et al., 2014; REIS, 2014).

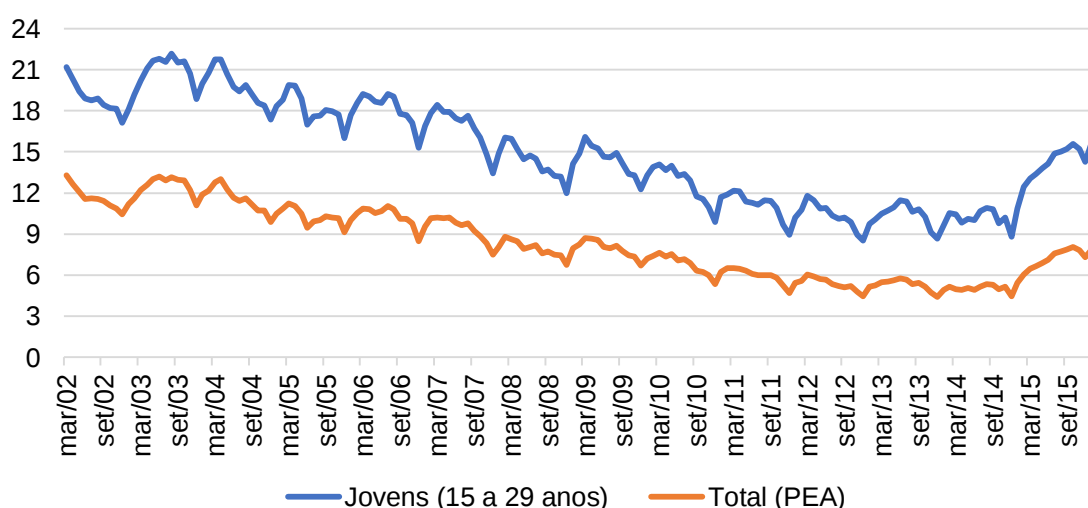
De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2016) a taxa mundial de desemprego de jovens alcançou 13,1% em 2016, representando cerca de 71 milhões de jovens desocupados. No caso dos países da América Latina e Caribe a situação se mostrou particularmente alarmante, uma vez que a região exibiu a maior taxa de crescimento de desemprego entre os jovens (16,8%). Mais recentemente, apesar de a situação ter melhorado, o desemprego de jovens permaneceu elevado em 2018 (11,8%), sendo maior nos países de renda média. Além disso, neste mesmo ano, cerca de 30% das mulheres jovens e 13% dos homens jovens não estavam nem estudando e nem trabalhando (OIT, 2019).

No Brasil, as questões relacionadas ao mercado de trabalho da juventude vêm chamando a atenção desde pelo menos o início dos anos 2000. Conforme apontado por Camarano e Mello (2004), o fenômeno demográfico conhecido como “onda jovem”, ocorrido no Brasil durante os anos 1970 e 1980, juntamente com o aumento da fecundidade na adolescência, fez com que em 2000 os jovens entre 15 e 29 anos já corresponderem a 28,3% da população brasileira e 58,1% dos desempregados totais. Alguns anos depois, em 2006, “[...] os jovens respondiam por cerca de 25% da PEA total, por 20% da ocupação total e por quase metade do total de desempregados do país” (OIT, 2009, p. 46).

Entre 2006 e 2013, como evidenciado por Corseuil e Franca (2015), algumas mudanças importantes puderam ser observadas nesse cenário. Durante esse período, a taxa de ocupação de jovens caiu 3,5%, ao mesmo tempo em que as taxas de participação e de desemprego para este grupo registraram queda de 6,4% e 16,8%, respectivamente. Ou seja, é provável que o mercado de trabalho tenha se tornado menos atrativo para os jovens, sobretudo para aqueles entre 15 e 17 anos, que têm permanecido mais tempo na escola (CORSEUIL; FRANCA, 2015). Outra informação relevante foi a melhoria da qualidade dos empregos ocupados pelos jovens: a informalidade cai de 52,1% em 2006 para 38,6% em 2013, enquanto que a remuneração média aumenta 39,3%.

A título de ilustração, a Figura 1 apresenta a evolução da taxa mensal média de desemprego das principais regiões metropolitanas do país, a saber: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Durante todo o período contemplado, que vai de março de 2002 até fevereiro de 2016, a taxa de desemprego para os jovens permaneceu acima da observada para o total da PEA, seguindo basicamente as mesmas tendências. Cabe destacar a forte elevação no desemprego (sobretudo para os jovens) que se inicia em 2015 e permanece até o fim do período.

FIGURA 1 – Taxa de desemprego mensal (Brasil - Regiões Metropolitanas)

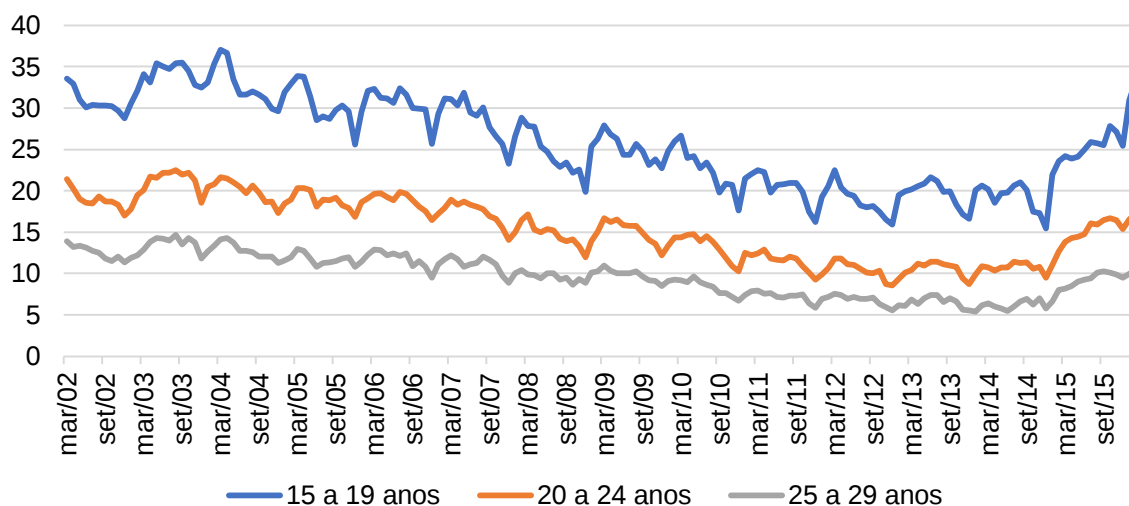


Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Mensal do Emprego.

Já na Figura 2 tem-se as informações acerca das taxas médias de desemprego de jovens por grupos de idade. Como esperado, o grupo mais jovem (15 a 19 anos) é o que apresenta as maiores taxas de desemprego, dado que possuem os menores

níveis educacionais e de experiência no mercado de trabalho. Além disso, pela Constituição Brasileira é proibido a contratação de menores de 16 anos, salvo para a condição de jovem aprendiz, a partir dos 14 anos. Finalmente, apesar de o desemprego ser menor para os grupos mais velhos, os níveis ainda são elevados.

FIGURA 2 – Taxa de desemprego mensal por grupos de idade de jovens (Brasil - Regiões Metropolitanas)



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Mensal do Emprego.

Tendo isso em vista, este estudo se propõe a estudar um importante aspecto da dinâmica do mercado de trabalho de jovens, qual seja: o processo de transição da escola para o trabalho. Como será visto, apesar de existirem alguns estudos na literatura nacional que abordaram direta ou indiretamente a transição escola-trabalho (CAMARANO et al., 2004; FLORI, 2005; CAMARANO; MELLO, 2006; OLIVEIRA; RIOS-NETO; OLIVEIRA, 2006; CARDOSO, 2008; RIBEIRO, 2014a; RIBEIRO, 2014b; VENTURI; TORINI, 2014; ROMANELLO; SAWYER; GONÇALVES, 2015; REIS, 2015) o tema se encontra longe de esgotado. Enquanto que uma parte considerável dessa literatura tem focado na questão da duração do desemprego, ou seja, em estimar o tempo médio que os jovens levam até a obtenção do primeiro emprego (bem como os fatores que influenciam a duração desse processo), a outra parte buscou abordar de forma mais geral as diversas etapas de transição para a vida adulta, não dando tanto enfoque à etapa de transição escola-trabalho propriamente dita.

Sendo assim, esta Tese busca avançar de modo a preencher esta lacuna e fornecer um retrato mais completo acerca do processo de saída da escola e entrada no

mercado de trabalho, realizando, inclusive, comparações internacionais. Busca-se entender como se dá a entrada do jovem no mundo do trabalho dentro de um contexto mais amplo de transição para a vida adulta. Devido às várias mudanças demográficas ocorridas no Brasil e no mundo nas últimas décadas, com destaque para a queda da fecundidade, aumento da expectativa de vida, mudanças nos arranjos familiares e nos níveis educacionais, é provável que os padrões de transição tenham se alterado. Este estudo visa lançar luz sobre os efeitos dessas mudanças na dinâmica da transição escola-trabalho, buscando também verificar como estes diferem por sexo e grupos etários.

Desse modo, pretende-se responder as seguintes questões: como o processo de transição escola-trabalho vem se comportando ao longo do tempo no Brasil? Como questões demográficas, geracionais e de ciclo econômico interferem na sua dinâmica? É possível de fato afirmar que há um componente de gênero presente capaz de tornar esse processo distinto entre homens e mulheres? Há evidências de um processo de convergência envolvida nessa transição, de modo que com o passar dos anos seja possível observar padrões semelhantes entre países? A hipótese de partida é a de que as mudanças demográficas vivenciadas no Brasil e no mundo nas últimas décadas vêm alterando os padrões de transição escola-trabalho, e consequentemente a transição para a vida adulta, com efeitos diferentes entre homens e mulheres, bem como entre países.

Com base na hipótese adotada e nas questões propostas, tem-se como objetivos específicos:

- Realizar uma discussão teórica sobre o processo de transição escola-trabalho no Brasil dentro de um contexto mais amplo de transição para a vida adulta e sob uma perspectiva econômica, sociológica e demográfica;
- Verificar como as decisões de estudo e oferta de trabalho têm se alterado para as coortes de jovens ao longo do tempo, sobretudo em decorrência de mudanças geracionais e demográficas;
- Estudar os efeitos de características familiares sobre as chances de transição, de forma a abordar o processo decisão de entrada no mercado de trabalho não apenas como uma decisão individual do jovem, mas também familiar;

- Identificar os fatores determinantes da transição da condição de ocupação dos jovens, destacando como os efeitos das variáveis se comportaram em diferentes períodos;
- Compreender o efeito de características individuais e sociodemográficas sobre a probabilidade de transitar da escola para um emprego decente;
- Comparar a dinâmica da transição escola-trabalho no Brasil com a de outros países em desenvolvimento da América Latina.

Cabe destacar que os relatórios mais recentes da OIT têm dado muita ênfase à questão de qualidade do emprego, definindo um trabalho como sendo decente se ele for capaz de proporcionar dignidade, igualdade, um rendimento justo e condições seguras de trabalho. Adicionalmente, aspectos de satisfação autodeclarada com o emprego também são considerados, o que ilustra a multidimensionalidade envolvida nesta discussão.

Compreender as particularidades da transição escola-trabalho é importante para entender o desempenho dos jovens no mercado de trabalho. Ademais, deve-se ter em mente que esta transição é um passo importante para a mobilidade social. Em um contexto de forte desigualdade econômica, tal como ocorre no Brasil, é possível se observar diferentes padrões de transição para a vida adulta, de sorte que jovens em diferentes realidades socioeconômicas tendem a realizar este processo em momentos distintos e para ocupações com características diversas (RIBEIRO, 2014a). Desse modo, desigualdades nessas transições implicam também na reprodução de desigualdades intergeracionais.

Além desta introdução, esta Tese é composta por mais seis capítulos. No próximo capítulo, discute-se alguns elementos centrais da dinâmica demográfica brasileira que compõem o contexto maior no qual está inserido a transição escola-trabalho. Em seguida, no terceiro capítulo, tem-se a fundamentação teórica da pesquisa, que fornece os principais achados teóricos e empíricos da literatura, servindo como guia para os avanços que esta Tese almeja alcançar. No quarto capítulo tem-se o primeiro exercício empírico, cujo objetivo é estudar as mudanças nas decisões de estudo, trabalho e procura por trabalho dos jovens brasileiros. Esta etapa deve ser vista como o primeiro passo da transição. No capítulo seguinte, que constitui o segundo exercício

empírico, o foco recai na transição da condição de ocupação, mais especificamente nos fatores que influenciam as transições ocupacionais dos jovens. O sexto capítulo, correspondente ao último exercício desta Tese, traz à tona a questão da qualidade da transição em perspectiva comparativa. Por fim, o sétimo e último capítulo apresenta as considerações finais e a agenda futura de pesquisa.

2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS NO BRASIL: TENDÊNCIAS RECENTES

Esta seção tem por objetivo analisar as principais mudanças demográficas pelas quais o Brasil vem passando nos últimos anos. Tais mudanças estão em consonância com as transformações observadas nos demais países industrializados e, como será visto, apresentam importantes implicações sobre vários indicadores socioeconômicos.

Nessa linha, será feita uma discussão sobre a transição demográfica e seus efeitos sobre aspectos educacionais, juntamente com as mudanças nos arranjos familiares. A questão central é buscar compreender a dinâmica do processo de transição escola-trabalho de forma mais completa, considerando-se as especificidades do Brasil. Para tanto, é fundamental que o estudo seja conduzido levando em conta esse contexto de mudanças demográficas.

2.1 Transição Demográfica e Indicadores Educacionais

A transição demográfica pode ser entendida como um processo natural, que teve início na Europa por volta de 1800. Tal processo consiste em uma sucessão de etapas, que leva um país (ou região) a passar de uma fase de elevadas taxas de mortalidade e fecundidade para uma fase seguinte de baixos níveis em ambos os componentes, resultando em mudanças na estrutura etária da população. Apesar de ser experienciada por todos os países, sua extensão e velocidade pode variar, ainda estando em curso tanto em nações desenvolvidas como em desenvolvimento (LEE, 2003; LEE, 2015).

Essa transição tem início com a queda da mortalidade, enquanto a fecundidade permanece elevada. Nesse estágio, os avanços na área da saúde, com destaque para o desenvolvimento de vacinas e medicamentos que combatem doenças contagiosas e infecciosas, juntamente com melhorias na higiene pessoal e hábitos alimentares mais nutritivos, resultam em aumento da expectativa de vida e queda nas taxas de

mortalidade (BLOOM; CANNING; SEVILLA, 2002; LEE, 2003). Algumas décadas depois, a fecundidade também passa a declinar.

Algumas teorias surgiram na tentativa de explicar a queda nas taxas de fecundidade, que tiveram início na Europa, no fim do século XIX, e depois se espalharam pelos demais países. Sobretudo nos países industrializados, ficava cada vez mais evidente que a fecundidade estava se reduzindo apesar de os rendimentos familiares estarem se elevando. Isto fez surgir a ideia de que a preferência por filhos havia diminuído ao longo do tempo, e que as famílias de renda alta atribuíam menos valor à parentalidade do que as famílias mais pobres.

No entanto, em seu trabalho seminal sobre a teoria da escolha da fecundidade, Becker (1960) apresentou um modelo econômico sugerindo que a demanda dos pais por filhos poderia ser tratada como análoga à demanda por bens de consumo duráveis. Ao considerar que as preferências dos indivíduos são dadas, Becker (1960) descarta os efeitos de mudanças nos gostos e enfatiza o papel das mudanças na renda e nos preços relativos para explicar as tendências da fecundidade. O autor também introduziu a ideia de que haveria um *trade-off* entre quantidade e qualidade na escolha da fecundidade, sendo justamente esta concepção de “qualidade” dos filhos o que permitiu a Becker explicar as relações empíricas observadas entre renda e fecundidade (WILLIS, 1987; DOEPKE, 2015).

O conceito de “qualidade” dos filhos pode ser entendido como o valor gasto (investido) em cada criança a determinados preços, e seria o fator-chave para entender o funcionamento da elasticidade-renda da demanda por filhos. Segundo Becker (1960), à medida em que as famílias fossem se tornando mais ricas elas optariam por investir um montante maior em cada filho (por exemplo, gastar com uma educação de melhor qualidade), e não necessariamente aumentar a quantidade de filhos. Com isso, a elasticidade-renda da qualidade da criança (despesas por criança) seria alta, enquanto a elasticidade-renda da quantidade (número de crianças) seria baixa (DOEPKE, 2015).

Outro fator determinante do nível de fecundidade, segundo Becker (1960), seria o conhecimento acerca dos mecanismos de controle de natalidade. Este conhecimento aumentaria com a renda familiar, de sorte que nem todos os casais seriam igualmente

qualificados. Portanto, a variação ao longo do tempo no conhecimento do controle de natalidade ajudaria a explicar alterações na taxa de fecundidade.

Com o passar do tempo, a teoria apresentada por Becker (1960) foi sendo refinada, principalmente no que diz respeito à discussão do *tradeoff* quantidade *versus* qualidade. Doepke (2015) ressalta que trabalhos como os de Becker e Lewis (1973), Becker e Tomes (1976), Becker e Barro (1988) e Becker, Murphy e Tamura (1990) incorporaram novos mecanismos econômicos à análise, inclusive a ligação entre as decisões de fecundidade e o crescimento econômico, permitindo uma melhor compreensão sobre os impactos econômicos das decisões de fecundidade.

Caber ressaltar, todavia, que em estudos contemporâneos sobre fecundidade outros fatores além do *tradeoff* quantidade-qualidade também costumam ser levados em conta. O custo de oportunidade do tempo feminino, que gera o *tradeoff* entre maternidade e emprego para as mulheres, bem como aspectos relacionados à religião, cultura, avanços tecnológicos e institucionais, são elementos que precisam ser considerados ao se analisar as mudanças na demanda por filhos entre países e ao longo do tempo (EASTERLIN, 1973; CALDWELL, 1976; EASTERLIN, 1978, WILLIS, 1982; DOEPKE, 2015).

A questão central que merece destaque é que, ao alterar o tamanho relativo das coortes, as mudanças nos níveis de fecundidade e mortalidade podem provocar alterações no mercado de trabalho, na demanda por educação e até mesmos na criminalidade. Coortes mais largas, por exemplo, geram pressões de queda nos níveis de salários, aumento do desemprego e da demanda por certos níveis educacionais. Sendo assim, flutuações na estrutura etária podem provocar diversos efeitos na economia (MUNIZ, 2002).

Também vale ressaltar os impactos que as chamadas descontinuidades demográficas podem exercer sobre indicadores socioeconômicos. Segundo Bercovich (2005), descontinuidades demográficas podem ser definidas como variações bruscas no tamanho de coortes sucessivas, que provocam alargamentos ou estreitamentos na pirâmide etária. Os componentes da dinâmica demográfica (mortalidade, migração e fecundidade) são os responsáveis por tais fenômenos (MUNIZ, 2002; BERCOVICH, 2005). Conforme elencado por Muniz (2002), é possível apontar as guerras como

exemplos de casos de mortalidade que alteram dramaticamente a composição da população, uma vez que atinge, sobretudo, homens jovens e adultos. No caso da migração, movimentos migratórios podem provocar alargamento ou estreitamento da pirâmide etária, uma vez que estes podem ocorrer de forma seletiva por idade e/ou sexo. Por fim, o exemplo mais comum de descontinuidade demográfica associada à fecundidade é o fenômeno conhecido como *baby boom*, ocorrido no pós-guerra, que gerou um expressivo alargamento da pirâmide etária dos Estados Unidos.

No Brasil, acredita-se que a transição demográfica tenha se iniciado nos anos 1940, pois até então o país apresentava elevados níveis de fecundidade e mortalidade. A partir desse período, a taxa de mortalidade passa a declinar devido aos avanços realizados na saúde pública, melhorias no saneamento básico e queda da mortalidade infantil. Essa redução da mortalidade vai persistindo com o passar dos anos, sendo também observada pelo progressivo aumento da esperança de vida ao nascer. Desse modo, entre 1940 e 1960 houve um expressivo crescimento populacional, com uma taxa média de cerca de 3% ao ano.

Já no final dos anos 60, e sobretudo nas décadas seguintes, a queda da mortalidade passou a ser acompanhada por fortes quedas na taxa de fecundidade, que passou de 6,28 filhos por mulher em idade fértil, em 1960, para 1,87 em 2010¹. Os principais fatores explicativos desse fenômeno são a entrada da mulher no mercado de trabalho e a propagação de métodos contraceptivos. Com isso, a taxa de fecundidade brasileira passou a ficar abaixo da taxa de reposição (aquela que mantém a população estável no longo prazo), de modo que cada nova coorte tem sido inferior à anterior (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2017). Portanto, apesar de positivo, o crescimento populacional tem sido cada vez menor, com expectativas de estabilização da população absoluta após 2030.

Acerca das mudanças na estrutura etária brasileira, verifica-se que enquanto que nos anos 1940 a queda das taxas de mortalidade, juntamente com taxas de fecundidade mantidas em níveis elevados, resultou em um maior crescimento populacional e em uma estrutura etária jovem, a redução da fecundidade iniciada nos anos 1960 tem

¹ Segundo os dados mais recentes do IBGE, a taxa de fecundidade alcançou 1,72 em 2015.

provocado um envelhecimento da população (RIGOTTI, 2001; CARVALHO; GARCIA, 2003). Esse envelhecimento, no futuro, deverá levar ao aumento da chamada razão de dependência², dado que o aumento do número de idosos será superior à redução da quantidade de jovens ocasionada pela queda da fecundidade.

Ademais, Bercovich e Madeira (1990), Bercovich, Madeira e Torres (1998), Muniz (2002) e Bercovich (2005) se dedicaram a identificar e analisar a questão das descontinuidades demográficas ocorridas no Brasil. A questão mais interessante observada nessas análises foi a constatação do fenômeno da “onda jovem”, isto é, o incremento do número de jovens ocorrido entre os anos 1960 e 1990. Muniz (2002) demonstra que as coortes de jovens entre 15 e 24 anos cresceram cerca de 66% entre 1965 e 1980, e 21% entre 1980 e 1995. Nas décadas seguintes, os incrementos no número de jovens passam a ser negativos, observando-se o processo de envelhecimento da população.

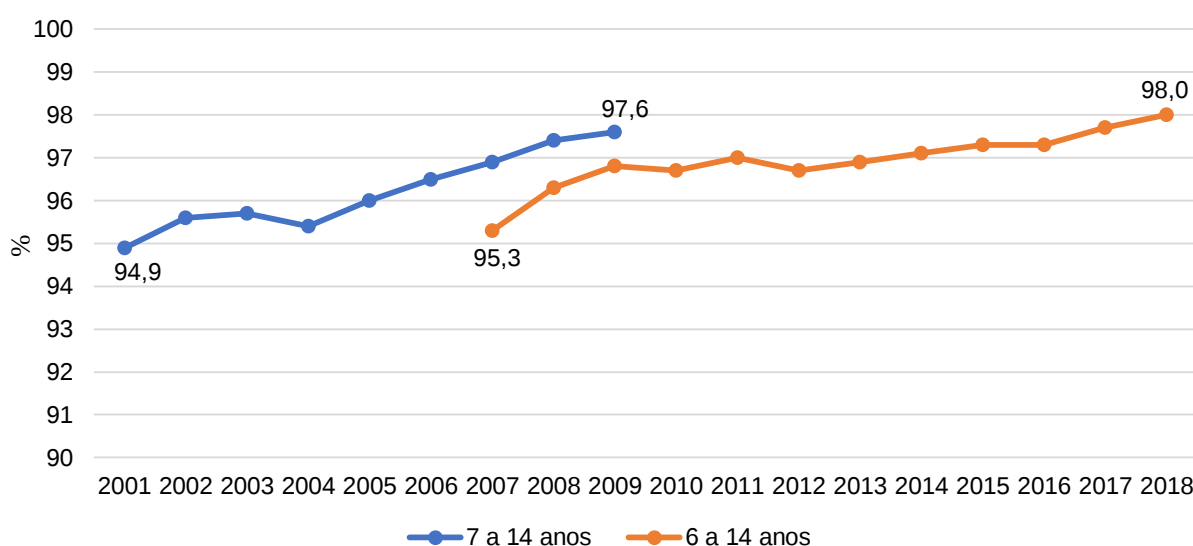
Outra questão importante a ser considerada diz respeito ao papel que a dinâmica demográfica exerce sobre a educação da população. Conforme ressaltado por Rigotti (2012), a evolução do tamanho relativo das coortes é um fator determinante do esforço necessário para o pleno atendimento escolar. O autor afirma que a transição demográfica, acompanhada pelo aumento da esperança de vida e da longevidade, afeta a formação de capital humano de três maneiras. Primeiramente, as atitudes das pessoas mudam, no sentido de valorizar a educação, a formação da família, a aposentadoria, o *status* da mulher e a sua participação na força de trabalho. Um segundo aspecto, diretamente relacionado ao sistema de ensino, refere-se às maiores oportunidades educacionais decorrentes de um menor número de filhos, o que facilita a inserção no mercado de trabalho, além de aumentar a produtividade. Finalmente, o menor número de filhos favorece a saúde materna, bem como a participação feminina na força de trabalho, que por sua vez melhora economicamente as famílias e a sociedade (RIGOTTI, 2012).

A fim de compreender como as mudanças demográficas vêm afetando os indicadores educacionais no país, Rigotti (2012) observa a evolução das matrículas e das taxas

² Razão entre a população dependente ou inativa (com idade menor do que 15 anos e maior ou igual a 65) e a população em idade ativa (com idade entre 15 e 64 anos).

de rendimento. Ele verifica que o número de matriculados no ensino fundamental aumentou de 29,4 milhões de alunos, em 1996, para 32,4 milhões de alunos, em 1998, com destaque para o aumento das taxas de atendimento da população de 7 a 14 anos de idade. Já nos anos 2000, a cobertura do ensino fundamental segue crescendo, como é possível observar na Figura 3. A porcentagem de crianças de 6 a 14 anos matriculadas no ensino fundamental, na situação em que esta é a série ideal para a sua idade, alcançou 98% em 2018, sinalizando que a cobertura desta modalidade de ensino está basicamente universalizada no Brasil.

FIGURA 3 – Evolução da porcentagem de crianças matriculadas no ensino fundamental (Brasil)



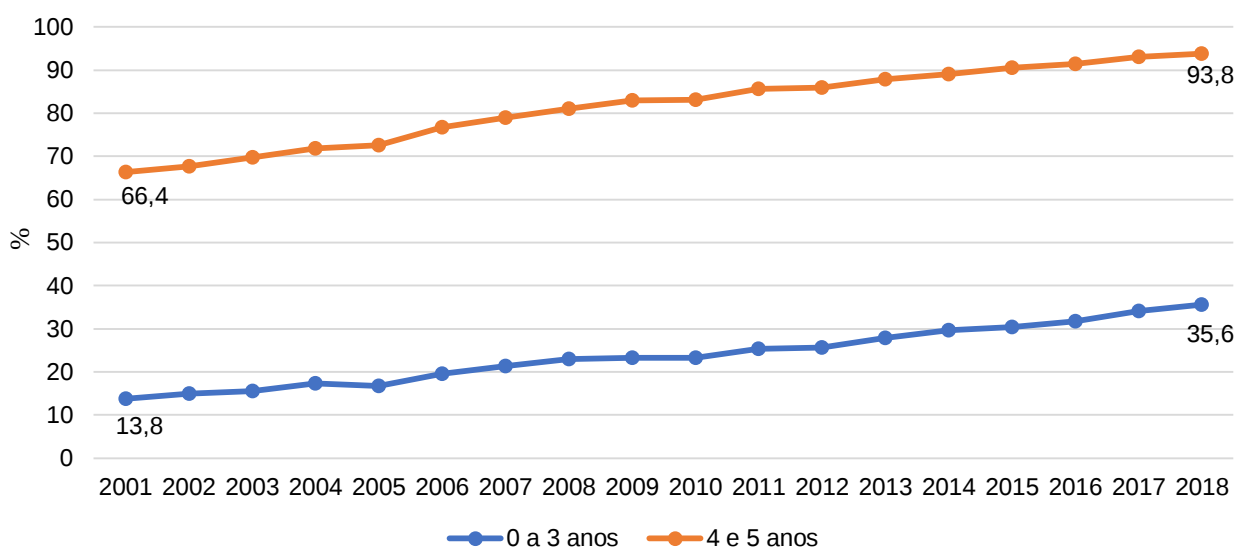
Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, organizados e disponibilizados pelo observatório do PNE.

Vale observar, todavia, que apesar de o atendimento estar praticamente garantido no ensino fundamental, ainda há muito o que melhorar em termos de fluxo escolar e qualidade da educação. As taxas de repetência e evasão são muito elevadas, resultando em altas taxas de distorção idade-série, como será visto mais adiante (RIGOTTI, 2012).

Com relação à educação na infância, apesar de sua imensa importância para o desenvolvimento de habilidade cognitivas e não cognitivas nas idades subsequentes, suas taxas de atendimento permanecem bastante insuficientes. A Figura 4 ilustra a baixa porcentagem de crianças de 0 a 3 anos matriculadas na educação infantil, que

chegou a atingir pouco mais de 35% em 2018. Apesar de os valores serem mais elevados para crianças de 4 a 5 anos, verifica-se que é crucial que mais atenção seja dada a esta modalidade, sobretudo em um contexto de crescente participação da mulher no mercado de trabalho.

FIGURA 4 – Evolução da percentagem de crianças matriculadas na educação infantil (Brasil)

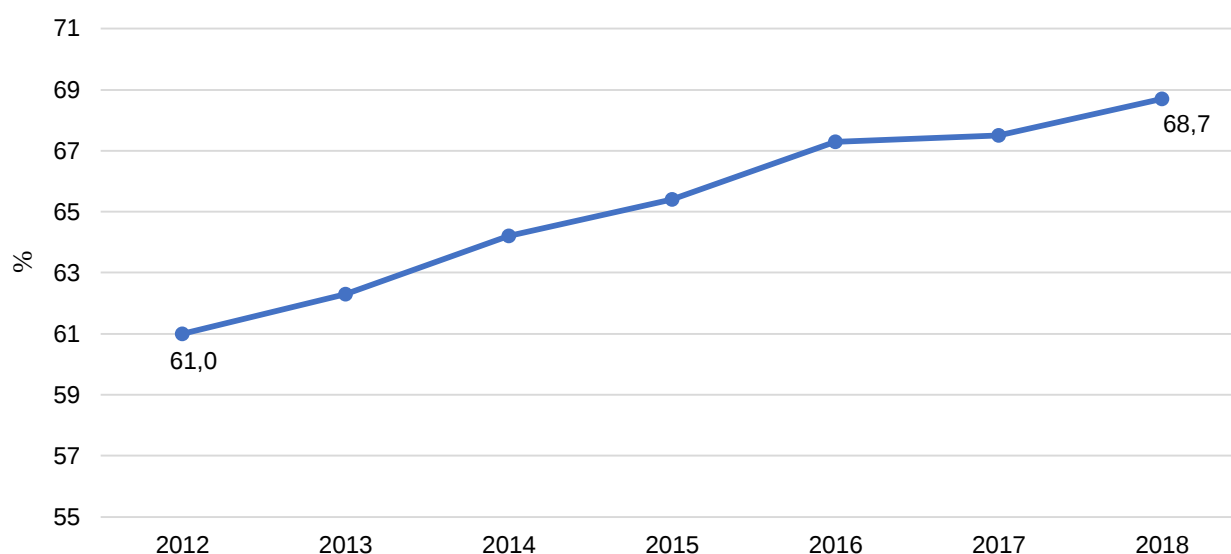


Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, organizados e disponibilizados pelo observatório do PNE.

No que tange ao ensino médio, a Figura 5 informa que menos de 70% da população de 15 a 17 anos frequentava a escola na sua forma ideal, isto é, considerando o ano/série correspondente à idade. A elevada evasão e a restrição de oferta de vagas são os responsáveis pelas baixas taxas de atendimento para esta modalidade de ensino (RIGOTTI, 2012).

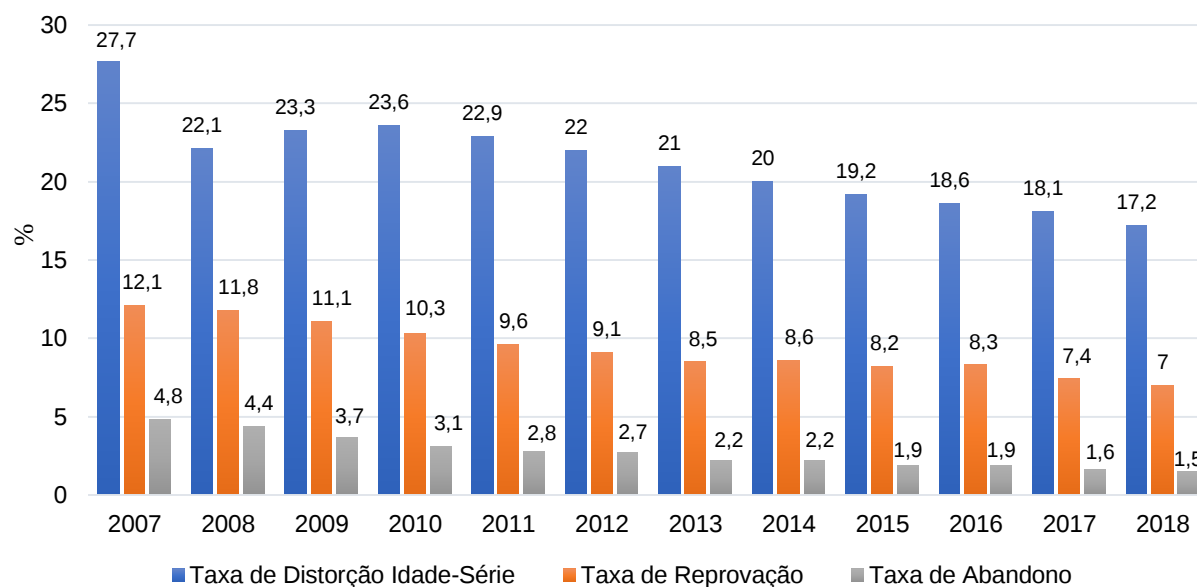
Uma vez apresentada a evolução das matrículas na educação básica, o passo seguinte consiste em analisar alguns indicadores de rendimento, tais como as taxas de abandono, reprovação e distorção idade-série. Nessa linha, a Figura 6 ilustra o comportamento destes indicadores para o ensino fundamental brasileiro. Observa-se que ambas as taxas de reprovação e abandono declinam consideravelmente entre 2007 e 2018. Já a distorção idade-série, apesar de ter se reduzido em cerca de 10 pontos percentuais entre 2007 e 2018, ainda permanece elevada e dando sinais de reduções cada vez mais modestas a partir de 2014.

FIGURA 5 – Evolução da porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio (Brasil)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, organizados e disponibilizados pelo observatório do PNE.

FIGURA 6 – Indicadores de rendimento para o ensino fundamental (Brasil)



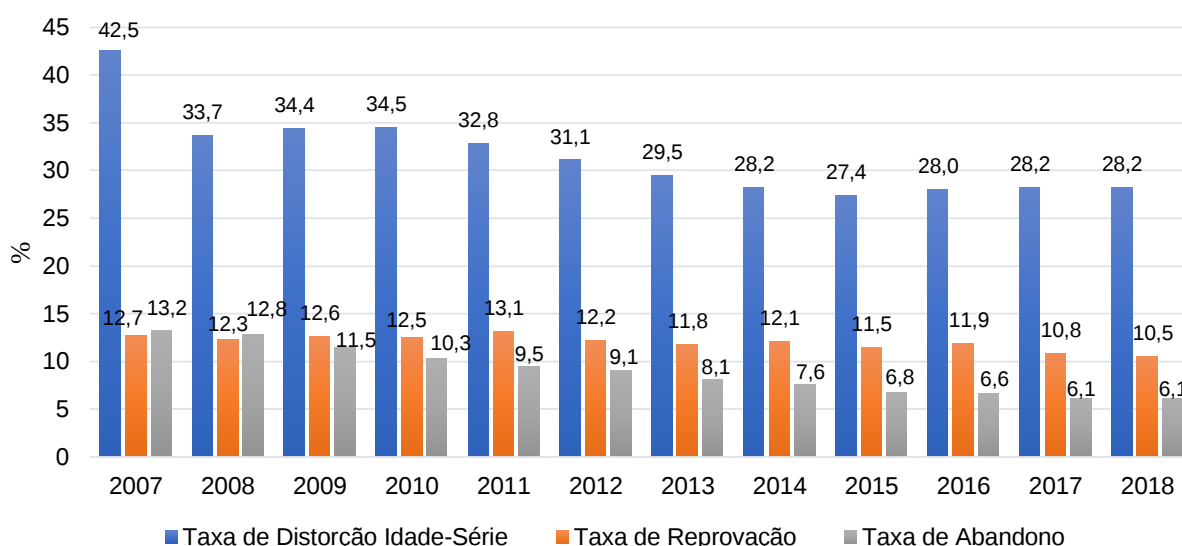
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do INEP.

Para o ensino médio, os indicadores de rendimento são mais preocupantes (vide Figura 7). Apesar de as taxas de abandono terem caído para menos da metade entre 2007 e 2018, o que pode ser considerado um avanço importante, a taxa de reprovação oscilou muito pouco ao longo deste período, permanecendo demasiadamente elevada

nos anos recentes. Acerca da taxa de distorção idade-série, esta alcançou 42,5% em 2007, mas caiu para 28,2% em 2016. Apesar de ter sido uma queda substancial, o nível ainda permanece muito elevado e com sinais de pouca variabilidade de 2014 em diante.

Como pôde ser verificado, as taxas de rendimento escolar apresentaram algumas melhoras entre 2007 e 2018, porém permanecem longe do ideal. Isto reflete no desempenho estudantil e na qualidade da formação do capital humano brasileiro, tal como vem sendo observado nos resultados do país em testes e exames padronizados.

FIGURA 7 – Indicadores de rendimento para o ensino médio (Brasil)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do INEP

Por fim, vale apontar que devido aos efeitos da transição demográfica, a cobertura do ensino fundamental, que já está basicamente universalizada, não deverá ser problema nos anos que estão por vir. Por outro lado, como visto nas figuras 4 e 5, a oferta de vagas no ensino infantil e no ensino médio ainda é insuficiente, o que continuará demandando maiores investimentos.

Adicionalmente, além da questão da cobertura, os indicadores de rendimento precisam continuar recebendo atenção. Para que se possa reduzir a distorção idade-série, em especial no ensino médio, é necessário que as taxas de abandono e reprovação sejam reduzidas. Nos últimos anos, algumas políticas educacionais (a

exemplo do programa Mais Educação) têm sido importantes para conter o avanço do problema, mas não são suficientes para revertê-los.

No caso do abandono escolar, Neri (2009) argumenta que parte da evidência empírica associa este fenômeno à pobreza, e conseqüentemente ao trabalho infantil, à falta de percepção acerca dos retornos da educação, tanto por parte do aluno quanto de seus pais, e à indisponibilidade de serviços educacionais de qualidade. Outros fatores também vêm sendo apontados como determinantes das taxas de abandono, tais como a violência escolar, a dificuldade de compreensão do material apresentado, o desinteresse pelos estudos, características familiares e a persistência de repetência em anos anteriores (LEON; MENEZES FILHO, 2002; ABRAMOVAY; RUA, 2004; BRIDGELAND et al., 2006; CASTELAR; MONTEIRO; LAVOR, 2012; SHIRASU; ARRAES; 2014).

Em relação às taxas de reprovação, há uma vasta literatura em Economia da Educação (HANUSHEK, 1970; BARROS et al., 2001; HECKMAN, 2003; HECKMAN, 2005; MENEZES-FILHO, 2007; MACHADO et al., 2008; CURI; MENEZES-FILHO, 2009; GLEWWE et al., 2011; SOARES et al., 2012) sugerindo que características familiares e de gestão escolar são importantes insumos para melhorar a proficiência estudantil e, desse modo, aumentar as aprovações.

Em termos de políticas públicas, ações no sentido de fornecer aulas de reforço, escola em tempo integral e melhorias na estrutura física e no plano pedagógico, aliado a uma maior conscientização por parte dos discentes e de seus responsáveis sobre a importância da educação, são opções eficazes para reduzir as reprovações e o abandono escolar, proporcionando potenciais melhorias nos indicadores educacionais do Brasil.

2.2 Mudanças nos Arranjos Familiares

Pode-se considerar que, no âmbito da Ciência Econômica, os estudos sobre a importância da família tiveram início com os trabalhos de Leibenstein (1957) e Becker (1960) acerca dos determinantes da fecundidade. A partir desse momento, foi ficando cada vez mais evidente que a família se distingue das demais instituições sociais devido à sua responsabilidade pelos cuidados das crianças e pelo fato de que o

background familiar é considerado um dos principais preditores do sucesso futuro dos indivíduos (WILLIS, 1987).

Wajnman (2012) ressalta ainda que em muitos estudos populacionais e econômicos é importante que se considere uma unidade intermediária entre o indivíduo e um grupo populacional mais amplo. Nesse contexto, a família é a unidade que tem recebido maior atenção em decorrência da importância que as redes de parentesco fornecem em termos de proteção e ajuda mútua. Nas palavras de Leone, Maia e Baltar (2010):

A família é a esfera responsável pela qualidade de vida de seus membros e nela são tomadas uma série de decisões relativas à moradia, alimentação, educação, tratamento de saúde, consumo em geral e, sobretudo, em relação à participação na atividade econômica de seus membros, a qual define a principal fonte de renda para a grande maioria das famílias (LEONE; MAIA; BALTAR, 2010, p. 60).

Sendo assim, para o estudo dos fatores que possibilitam ao jovem realizar a sua transição da escola para o trabalho, o que implica em realizar escolhas e combinar alternativas referentes à estudo, trabalho e procura por trabalho, é preciso levar em conta os aspectos familiares. Como demonstra parte da literatura de Economia do Trabalho (vide LUNDBERG, 1985; FERNANDES; FELÍCIO, 2002; SCHMITT; RIBEIRO, 2003; OLIVEIRA, 2005; GONG, 2010; CONGREGADO; GOLPE; VAN STEL, 2011; GONZAGA; REIS, 2011, OLIVEIRA, RIOS NETO; OLIVEIRA, 2014), a ativação de certos membros familiares muitas vezes está ligada à condição de ocupação do chefe do domicílio, tornando a decisão de ofertar trabalho uma decisão familiar, e não apenas do indivíduo (o chamado efeito trabalhador adicional). No mais, o tamanho da família e a presença de membros idosos também são fatores relevantes, na medida em que alteram a dinâmica das atividades a serem realizadas no domicílio.

No Brasil, as mudanças nos arranjos familiares surgiram em consonância com a transição demográfica e outras transformações de ordem social e cultural. Ao passo em que as últimas décadas têm sido marcadas por quedas na fecundidade e pelo envelhecimento populacional, também pôde-se observar uma redução no número de matrimônios, aumento dos divórcios, adiamento das uniões e maior participação da mulher no mercado de trabalho (LEONE; MAIA; BALTAR, 2010). Tais transformações alteraram a composição das famílias no sentido de aumentar a frequência de relações

multigeracionais, implicando em uma maior prevalência de famílias estendidas³ nos domicílios brasileiros (WAJNMAN, 2012).

Esta tendência, porém, não é exclusiva do Brasil. Conforme apontado por Bengtson (2001), as relações familiares entre várias gerações estão se tornando cada vez mais importantes na sociedade americana, e devem se tornar ainda mais relevantes ao longo do século XXI. Para este autor, as mudanças demográficas de envelhecimento da população, a crescente importância dos avós e outros parentes no cumprimento das funções da família, e a força e resistência da solidariedade entre as gerações ao longo do tempo seriam os fatores que movem esta tendência. Ademais, as mudanças oriundas da crescente instabilidade no casamento e do número de divórcios e recasamento têm enfraquecido as famílias nucleares, fazendo com que os laços multigeracionais desempenhem um papel central. O relatório da Pew Research Center (2010) reforça esta conclusão, alinhando fatores econômicos, sociais e demográficos.

Retornando ao caso brasileiro, Wajnman (2012) destaca que a família nuclear sempre foi o modelo predominante. Todavia, a forma nuclear tradicional (casal com filhos) tem perdido espaço para as demais alternativas (unipessoais, casal sem filhos e monoparentais). Dentre os fatores que explicam o aumento da frequência das formas domiciliares “casal sem filhos” e “monoparental”, provavelmente os que merecem destaque são o aumento das uniões consensuais e dos divórcios. Já no caso dos domicílios unipessoais, os idosos são os responsáveis pela maior parte devido ao aumento dos divórcios e ao envelhecimento populacional (WAJNMAN, 2012).

Partindo agora para o tamanho e a composição dos arranjos familiares, observa-se que ao longo do tempo o número de famílias cresceu a uma taxa maior do que a da população, mas o tamanho médio das famílias diminuiu devido, principalmente, à queda da fecundidade (LEONE; MAIA; BALTAR, 2010; WAJNMAN, 2012). O arranjo familiar “casal com filhos” foi o que apresentou a maior redução em termos do tamanho da família. Simultaneamente, observou-se um aumento na proporção de arranjos “unipessoal” e “casal sem filhos”. Finalmente, a presença de um maior número de gerações em um mesmo domicílio é uma tendência importante e que merece

³ Conforme Wajnman (2012), famílias estendidas são aquelas nas quais, além do núcleo familiar (casal e filhos), há outros parentes corresidentes no domicílio (avós, netos, sogros, etc.).

destaque, sendo resultado da maior sobrevivência dos indivíduos mais velhos, além de ser influenciado pelo contexto econômico em vigor.

Acerca do aumento da frequência de famílias estendidas nos domicílios brasileiros, Wajnman (2012) argumenta que é possível que este fenômeno esteja associado ao aumento da taxa de fecundidade entre solteiros, uma vez que há uma maior probabilidade de mães solteiras residirem com seus pais. Analisando os dados das pesquisas domiciliares, a autora também observa que no período anterior aos anos 2000 prevalecia a forma de extensão horizontal, isto é, a coresidência de irmãos, primos, cunhados, etc., no mesmo domicílio. Já a partir da virada do século, passa a dominar a relação de extensão vertical, com o aumento da proporção de netos que residem com seus avós.

Em resumo, é possível afirmar que, nas últimas décadas, as principais mudanças nos arranjos familiares brasileiros consistiram na redução da proporção de domicílios sob a forma nuclear tradicional (casal com filhos), acompanhado de um simultâneo aumento nas formas alternativas (unipessoais, casal sem filhos e monoparentais). Adicionalmente, segundo Wajnman (2012), desde de 1970 vem se elevando a frequência das famílias estendidas, sobretudo por meio da relação de extensão vertical. Por fim, tendo em vista que tais mudanças ocorreram concomitantemente com a transição demográfica (sendo, inclusive, também produto desta transição), tem-se como um dos objetivos desta Tese verificar como a transição-escola trabalho dos jovens se alterou frente a esse contexto de significativas mudanças demográficas.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Haja visto as elevadas taxas de desemprego e rotatividade apresentadas pelos jovens, tanto em países desenvolvidos quanto em países emergentes, tem sido crescente o número de estudos e relatórios acerca do desempenho deste grupo etário no mercado de trabalho. Nessa linha, grande parte das pesquisas, sobretudo as conduzidas pela literatura internacional, têm sido direcionadas ao estudo da transição da escola para o trabalho. Isso decorre do fato de haver cada vez mais um consenso na literatura de que a chave para o entendimento dos fenômenos observados no mercado de trabalho, pelo menos no que se refere aos jovens, está na fase de transição que envolve a saída da escola e a entrada no mundo do trabalho.

Esta seção tem por objetivo apresentar os principais estudos da literatura nacional e internacional sobre o tema em questão. Inicialmente, serão discutidos alguns estudos sobre o processo de transição para a vida adulta, que, como será visto, engloba a fase de transição escola-trabalho. Em seguida, o foco recai sobre estudos voltados especificamente à transição da escola para o trabalho. Por fim, também serão discutidos alguns resultados da literatura que discute a questão de qualidade do emprego. Será possível verificar que, no Brasil, estudos nessas áreas ainda são escassos, dando espaço para avanços que essa Tese buscará promover.

3.1 Transição para a Vida Adulta

Sob a perspectiva das Ciências Sociais, a entrada do jovem no mundo do trabalho é vista como uma das etapas de um movimento mais amplo de transição para a vida adulta, momento no qual este passa a assumir novas responsabilidades e a desempenhar papéis típicos de uma fase mais madura. Esta transição consiste na adoção de novos papéis assumidos pelo indivíduo perante a sociedade, estando ligados à sua carreira profissional (independência financeira) e/ou à construção de sua própria família. Assim, o jovem passa a ser considerado adulto quando começa a exercer as atividades de trabalhador (provedor), marido ou pai (MODELL;

FURSTENBERG JR; HERSHBERG, 1976; HOGAN; ASTONE, 1986; SANTOS, 2018).

Com base no trabalho seminal de Modell, Furstenberg Jr. e Hershberg (1976), tornou-se usual considerar o processo de transição para a vida adulta como contemplando cinco estágios assim definidos: saída da escola, ingresso no mercado de trabalho, formação de residência própria, casamento e nascimento do primeiro filho. Entretanto, apesar de estes eventos certamente estarem em consonância com o entendimento majoritário do que significa ser um adulto, os autores ressaltam que este processo de transição deve ser compreendido como uma construção artificial, pois não é claro se em todas as sociedades os indivíduos têm a mesma noção do que significa ser adulto. Tornar-se um adulto envolve uma série de mudanças de *status*, sendo que o *timing*, a duração e a ordem dessas mudanças podem variar muito entre populações e ao longo do tempo.

Conforme Hogan e Astone (1986), em algumas sociedades mais primitivas os indivíduos se tornam adultos a partir de uma idade específica, geralmente após concluir alguma tarefa em particular, de modo que esta passagem assume um significado formal. Já em sociedades mais complexas, existem ritos de passagens (cerimônias) que sinalizam o amadurecimento do jovem, havendo uma associação implícita entre as mudanças físicas, psicológicas e sociais pelas quais o indivíduo passa na transição da adolescência para a fase adulta. Tem-se, portanto, que cada sociedade é responsável por determinar uma agenda própria acerca das idades e do momento adequado para cada um dos estágios de transição, definindo normas de comportamento e regras que sinalizem se o indivíduo está atrasado, adiantado ou no tempo certo para o cumprimento de suas tarefas profissionais e familiares (HOGAN; ASTONE, 1986).

Devido à esta multiplicidade de formas de se interpretar a fase adulta, os autores argumentam que este período de transição deve ser descrito como um processo, e não como um evento. Um processo cuja ordenação dos estágios pode variar entre indivíduos em decorrência de diferenças socioeconômicas de origem familiar, educacionais e de coortes de nascimento (HOGAN; ASTONE, 1986). Ademais, não é necessário que o indivíduo realize todas as etapas da transição para que ele seja

socialmente reconhecido como um adulto. É uma questão que varia conforme os aspectos culturais da sociedade e o momento histórico.

Corijn (2001) destaca que para as coortes nascidas no período anterior às guerras, a transição para a vida adulta ocorria em um curto período de tempo, de modo que as diferentes etapas eram cumpridas quase que simultaneamente. Havia uma espécie de padronização na idade na qual os eventos que permeiam as fases da transição deveriam acontecer. Era culturalmente determinando o momento em que indivíduo deveria se casar ou sair da casa dos pais, por exemplo. Tal padronização, entretanto, vai perdendo força no período pós-guerra, sobretudo devido às mudanças nos arranjos familiares e nas decisões de fecundidade. Segundo o autor, o adiamento das decisões de casamento e parentalidade, juntamente com a maior frequência das relações de coabitação e fecundidade não conjugal, seriam os fatores centrais para a compreensão das mudanças nos padrões de transição para a vida adulta no pós-guerra.

Com base na teoria da Segunda Transição Demográfica, estudos como os de Van de Kaa (1994) e Liefbroer (1999) elencam uma série de fatores responsáveis por alterar a passagem para a vida adulta ao longo do tempo. Dentre tais fatores destacam-se mudanças na estrutura econômica e social, tais como a expansão do sistema educacional e o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho; mudanças culturais, que alteraram normas de comportamento e permitiram uma maior liberdade para os indivíduos tomarem suas próprias decisões; e inovações tecnológicas, principalmente avanços dos métodos contraceptivos e maior acesso à informação. Dessa forma, o processo de transição para a vida adulta tornou-se mais complexo, passando a predominar as preferências individuais sobre as normas sociais, e fazendo com que a ordem e o *timing* das etapas da transição se tornassem menos previsíveis (CORIJN, 2001).

A expansão do sistema educacional, que se traduziu no aumento do tempo em que os jovens permanecem estudando, foi um fator central na postergação das decisões de saída da casa dos pais, casamento e parentalidade, principalmente nos países europeus. Da mesma forma, a partir do momento em que as mulheres passaram a se engajar mais ativamente no mercado de trabalho e a investir maior tempo em sua educação, a carreira familiar vai sendo deixada de lado.

Nessa mesma linha, Furstenberg Jr. (2010) discute extensivamente a relação entre as mudanças nos arranjos familiares e a transição para a vida adulta. Segundo o autor, ao passo em que fatores econômicos, demográficos e culturais têm variado ao longo do tempo, as famílias têm respondido à estas mudanças, se adaptando e se transformando em resposta. Conforme discutido anteriormente, a entrada mais ativa das mulheres no mercado de trabalho sem dúvidas foi um marco na ruptura dos tradicionais papéis de gênero. As mulheres passaram a investir mais em sua educação, em busca de melhores empregos e carreiras. Ao mesmo tempo, avanços nos métodos contraceptivos tornaram possível o adiamento do casamento e da maternidade. Em meio a todas essas mudanças, as estruturas familiares foram se alterando, levando ao aumento da prevalência de formas de coabitação e maternidade não conjugal (FURSTENBERG JR.; 2010).

Todas essas transformações sociais certamente impactaram a passagem para a vida adulta, adiando o seu início e alterando a ordem das etapas. Com as mulheres passando mais tempo na escola e aumentando a sua participação no mercado de trabalho, as decisões de casamento e maternidade vão sendo postergadas. Além disso, hoje em dia os jovens vêm encontrando muito mais dificuldades em obter um emprego estável e com boa remuneração, em comparação aos anos 1950 e 1960, por exemplo. A necessidade de se capacitar cada vez mais implica em uma permanência mais prolongada sob os cuidados dos pais, resultando no adiamento do processo de transição. Os jovens também estão mais conscientes de que não é possível tomar decisões acerca de casamento e parentalidade sem que haja condições financeiras adequadas para o sucesso destas etapas.

Outra questão fundamental diz respeito à influência que os estágios da transição para a vida adulta podem ter entre si. Nesse ponto, Danziger e Ratner (2010) são enfáticos ao afirmar que o sucesso do indivíduo no mercado de trabalho, refletido na obtenção de um emprego economicamente estável e autossuficiente, é a condição mais importante para uma transição bem-sucedida. É fácil notar que várias das etapas de transição para a vida adulta, como a saída da casa dos pais e decisões acerca de casamento e filhos, são influenciadas pelo status ocupacional do indivíduo, nível salarial e estabilidade no emprego. Quando os agentes passam a enfrentar dificuldades e restrições nesse âmbito, de modo que as perspectivas quanto ao futuro

se tornam mais pessimistas, é natural que eles decidam por postergar alguns processos típicos da fase adulta.

Desde meados da década de 1970, importantes mudanças no mercado de trabalho, tais como o crescimento da informatização e de outras formas de tecnologias poupadoras de mão de obra, declínio do salário mínimo e aumento da globalização, têm gerado dificuldades para os jovens alcançarem sua estabilidade financeira (DANZIGER; RATNER, 2010). Em particular, aqueles que não concluíram o ensino superior são os que passaram a sentir maiores dificuldades, uma vez que são os mais facilmente substituídos.

Na literatura nacional vários pesquisadores também vêm se dedicando à compreensão do que significa ser um adulto e de que formas o jovem transita para tal condição. De acordo com Camarano e Mello (2006), observa-se nas sociedades contemporâneas um possível prolongamento da juventude em decorrência do maior tempo dedicado à formação educacional, dificuldades de inserção no mercado de trabalho e ascensão de novos arranjos familiares.

Na ótica educacional e profissional, Camarano e Mello (2006) destacam a necessidade cada vez maior de os jovens se capacitarem para poderem achar espaço em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente. Como consequência, tem-se o adiamento do período de independência financeira dos jovens em relação à família, impactando a transição para a vida adulta no sentido de postergar a saída da casa dos pais e a constituição de um novo domicílio. Já na ótica familiar, observa-se a “desvinculação entre atividade sexual e união conjugal e entre união conjugal e parentalidade, apontando para uma flexibilização nos padrões de relacionamentos afetivos e familiares” (CAMARANO; MELLO, 2006, p.18). Tais fatores implicam em mudanças nos padrões de transição para a vida adulta, pois quebram a linearidade esperada do processo (saída da escola, obtenção de emprego, formação de residência própria, nupcialidade e parentalidade), o que não significa que

o padrão tradicional deixe de existir. O que se verifica é apenas a emergência de diferentes padrões que passam a conviver com o tradicional⁴.

Para Camarano, Mello e Kanso (2006) o primeiro grande evento que alterou o *timing* das etapas de transição para a vida adulta foi a queda da mortalidade. Tal evento, ainda em curso e que vem sendo acompanhado de melhorias nas condições de saúde, tem sido responsável por mudar a duração média do ciclo da vida, afetando indivíduos de todas as regiões, raças e posições sociais. Adicionalmente, a revolução eletrônica e as transformações no mercado de trabalho e nas relações afetivas também vêm alterando a passagem para a vida adulta. Por fim, as mudanças nos papéis de gênero têm sido essenciais para o entendimento das diferenças nas transições entre os sexos.

Uma questão que as autoras fazem questão de ressaltar é a dificuldade em se definir a juventude. A infância se caracteriza pela frequência à escola, ausência de responsabilidades e papéis sociais, e total dependência dos pais ou responsáveis. Já a vida adulta é a fase marcada pelas questões de independência e responsabilidade. Mas juventude é algo mais complicado, pois é um momento de passagem cujas atribuições não são tão claras. Os jovens são comumente vistos como agentes em transição, em busca da estabilidade da vida adulta e sendo também os principais responsáveis por promover mudanças sociais. Ao mesmo tempo, a juventude é uma fase marcada por vulnerabilidades diferenciadas, sejam elas sociais, econômicas, políticas etc. Os jovens são obrigados a tomar importantes decisões mesmo não estando plenamente preparados ou amadurecidos, o que trará consequências diretas sobre o seu futuro (CAMARANO, et al. 2004; CAMARANO; MELLO; KANSO, 2006).

Ribeiro (2014b) é outro autor que aponta que diferenças nas instituições sociais, tais como o sistema educacional, o mercado de trabalho, os arranjos familiares e as políticas de proteção social, são responsáveis pela ocorrência de diferentes padrões de transição para a vida adulta. Se por um lado verificou-se uma tendência de padronização desse processo de transição à medida em que as sociedades foram se

⁴ De fato, Camarano e Melo (2006) ressaltam que no Brasil ainda predomina o padrão tradicional, mesmo que a sequência das fases da transição não seja seguida à risca e venha se tornando menos irreversível.

industrializando⁵, período este marcado pela padronização dos ciclos de vida e pela realização das transições em um curto espaço de tempo, por outro, nas sociedades modernas de industrialização avançada, começou-se a observar uma nova tendência de despadronização. Nos dizeres do próprio autor:

Em diversas sociedades modernas, principalmente nos países de industrialização avançada, essa “padronização” vem sendo desfeita aos poucos. Um percentual significativo de indivíduos fica longo período dentro dos sistemas educacionais, demora mais para começar a trabalhar, não se casa ou se casa diversas vezes, e raramente têm filhos ou posterga a maternidade ou paternidade para idades mais avançadas. Em alguns países, os filhos adultos permanecem por longos períodos, até ficarem relativamente mais velhos, na casa dos pais, mesmo que tenham terminado seu período de escolarização e já sejam profissionais ou trabalhadores totalmente integrados no mercado de trabalho. Além disso, as cinco transições, quando ocorrem, se espalham por um longo período do ciclo de vida; não são mais feitas de forma seguida e em poucos anos, mas ocorrem de forma desordenada e ao longo de muitos anos (RIBEIRO, 2014b, p. 74).

Santos (2018) ressalta que a partir das coortes nascidas após a Segunda Guerra Mundial os eventos que compõem a transição para a vida adulta vêm ficando cada vez mais espaçados, sobretudo aqueles relacionados à constituição da família. O autor argumenta que mudanças nas normas sociais e culturais na segunda metade do século XX, em especial aquelas relacionadas aos papéis de gênero, foram responsáveis pelo adiamento das uniões e nascimento do primeiro filho, levando ao aumento da duração da passagem para a vida adulta nos países da Europa.

Tendo em vista como as diversas etapas do processo de transição para a vida adulta podem ser influenciadas por uma série de fatores, vários estudos têm buscando analisar empiricamente os impactos dos mesmos sobre os padrões de transição. Nesse sentido, Hill e Holzer (2006) examinaram como variáveis contemporâneas do mercado de trabalho, juntamente com outras características individuais, conseguem explicar mudanças ao longo do tempo nos arranjos familiares dos jovens, influenciando, assim, a passagem para a vida adulta.

⁵ Em decorrência do advento das instituições sociais supracitadas: modernos sistemas educacionais, famílias nucleares, mercado de trabalho regulado e estado de proteção social.

Os autores estudaram duas coortes de jovens americanos, usando dados referentes a 1979 e 1997, contemplando indivíduos com idade entre 20 e 22 anos. Com base em estatísticas descritivas e análises de regressão, verificou-se que os jovens da segunda coorte tendem a viver em casa ou a coabitar com maior frequência, bem como a casar com menos frequência, do que aqueles da coorte anterior. Tais resultados foram observados para jovens de todos os grupos educacionais, bem como para os diferentes grupos de sexo e raça. As variáveis de emprego e nível salarial apresentaram relação negativa com a tendência de residir com os pais, mas positiva com as chances de casamento. Além disso, características não mensuráveis, tais como independência e maturidade, ajudam a explicar as diferenças entre os indivíduos em seus arranjos de vida como adultos.

Danziger e Ratner (2010) utilizaram dados da economia norte americana e verificaram que mudanças no mercado de trabalho impactaram, em alguma medida, determinadas etapas de transição para a vida adulta. Devido ao alargamento do gap salarial entre indivíduos com e sem nível universitário vem se tornando cada vez mais difícil para estes últimos conseguirem formar domicílio próprio e sustentar uma família. Outro fator de grande relevância apontado pelos autores é a mudança no papel desempenhado pelas mulheres. Elas não apenas aumentaram significativamente seu nível educacional e participação no mercado de trabalho, como também formaram uma nova identidade perante decisões de casamento e criação de filhos, optando, muitas vezes, por se dedicar às suas carreiras profissionais. Finalmente, os autores também apontam que mudanças nas normas sociais tornaram mais aceitáveis as decisões de preterir o casamento, levando os jovens a passarem mais tempo na casa dos pais ou coabitar com o seu parceiro.

Na literatura nacional, Camarano et al. (2004) discutiram as múltiplas transições realizadas pelos jovens em direção à vida adulta. Utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1982 e 2002, as autoras analisam as diversas etapas de transição para a vida adulta dos jovens brasileiros. Em relação à transição escola-trabalho, observou-se, no período em estudo, o aumento contínuo da escolarização para indivíduos de ambos os sexos, a redução da proporção de jovens homens apenas ocupados (ao passo em que se manteve constante essa proporção para as mulheres) e o aumento (redução) da proporção de jovens homens (mulheres) que não estudam e nem trabalham.

Também foi expressiva a elevação das taxas de desemprego para os jovens de ambos os sexos, que, em 2002, já representavam 47,7% do total de desempregados no país. Um dado importante destacado no estudo foi a constatação de que o desemprego incide mais fortemente sobre aqueles jovens com escolaridade mediana (5 a 11 anos de estudo), o que segundo as autoras decorre do fato desse grupo ser mais seletivo na hora de aceitar um emprego, estando dispostos a esperar mais por uma melhor oportunidade. Já os jovens de baixa escolaridade têm a tendência de aceitar mais rapidamente as propostas que vão aparecendo, passando menos tempo à procura de um emprego e na condição de desempregado.

Devido à maior escolarização e difícil inserção no mercado de trabalho, observou-se o prolongamento da idade de saída da casa dos pais. Para as mulheres, essa etapa de transição ocorre, em média, três anos mais cedo do que para os homens, pois grande parte sai de casa na condição de cônjuge. Porém, ao longo dos 20 anos considerados, novas formas de transição foram surgindo para as mulheres, com destaque para o crescimento do número das que saem de casa na condição de chefe do domicílio (tendo o homem como cônjuge) e a maior prevalência de famílias monoparentais femininos. Ademais, a independência econômica não tem se mostrado mais como condição suficiente para o jovem sair de casa e transitar para a vida adulta. Muitos têm optado por permanecer residindo com os pais, mesmo após começar a trabalhar ou até mesmo se casar.

Oliveira, Rios-Neto e Oliveira (2006) estudaram o relacionamento entre as idades em que ocorrem as transições de saída da escola, entrada no mercado de trabalho e formação da família, buscando identificar um padrão etário e sequencial nesses processos. Para tanto, os autores utilizaram os microdados da Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV), que fornece informações acerca da experiência de transição de pessoas com idade de 20 a 49 anos, referente ao período 1996-1997.

Os autores observaram que a transição para o mercado de trabalho, tanto para homens quanto para mulheres, ocorre em idade jovem, sendo mais intensa até os 15 anos. A entrada no mercado de trabalho se apresentou, também, como transição que antecede a saída da escola para ambos os sexos. Enquanto que no caso dos homens parece haver uma certa simultaneidade entre escola e trabalho, no caso das mulheres a entrada no mercado de trabalho provoca quase que imediatamente a saída da

escola. Com relação ao nascimento do primeiro filho, cuja análise foi feita apenas para as mulheres, verificou-se que esta decisão é posterior à entrada no mercado de trabalho e à saída da escola, e que o risco de ter o primeiro filho é crescente até aproximadamente os 25 anos, passando a diminuir a partir de então.

Também se observou que a educação do pai tem um efeito significativo na redução do risco de os homens entrarem no mercado de trabalho, não sendo, todavia, significativo sobre o risco das mulheres. Por outro lado, a educação da mãe apresentou efeito de redução para ambos os sexos, só que o seu efeito foi em magnitude maior para as mulheres. Nessa mesma linha, tanto a educação da mãe quanto do pai teve impacto significativo na redução do risco de sair da escola para homens e mulheres. A idade de entrada no mercado de trabalho é outra variável associada à redução desse risco. Enfim, acerca do risco de a mulher ter o primeiro filho, enquanto que a educação da mãe e a idade de saída da escola têm um efeito de redução, a idade de entrada no mercado de trabalho aparenta impactar positivamente.

Vieira (2008) analisou as especificidades da transição para a vida adulta no Brasil, realizando comparações com os padrões observados na Espanha. O autor utilizou dados dos censos brasileiros (1980 e 2000) e espanhóis (1981 e 2001), e aplicou a metodologia de análise de entropia de combinações de status de coortes sintéticas. Os achados da pesquisa indicaram que ambos os países passaram por significativas mudanças no processo de transição, com destaque para o adiamento da entrada na vida adulta observado para a Espanha e aumento da heterogeneidade da transição verificado para o Brasil, além de um modelo de transição mais curto para este último.

Em estudo mais recente, Ribeiro (2014b) utilizou os dados do Censo Demográfico de 1970 e 2010 para estudar as mudanças nos padrões de transição para a vida adulta de jovens brasileiros (indivíduos com idade entre 12 e 30 anos), destacando que nesse período o país passou por importantes mudanças demográficas, como a queda da fecundidade e aumento da expectativa de vida, industrialização crescente, expansão do sistema educacional e manutenção de altas taxas de desigualdade socioeconômica. Foram analisados diferentes status de transição para vida adulta com base na frequência à escola, participação no mercado de trabalho, estado civil e

status como chefe de domicílio ou cônjuge do chefe. O método utilizado foi a análise de entropia (RIBEIRO, 2014b).

A partir dos resultados encontrados, observou-se mudanças significativas nos padrões de transição para a vida adulta no Brasil, entre 1970 e 2010. Primeiramente, o autor observa um aumento da padronização da adolescência (até os 15 anos), devido à expansão do sistema educacional. Jovens nessa faixa estaria têm frequentado cada vez mais a escola e trabalhado menos. Já para os indivíduos a partir dos 18 anos, há uma maior heterogeneidade nas transições para a vida adulta. Estes vêm seguindo padrões cada vez mais distintos, parando de estudar, entrando no mercado de trabalho ou saindo da casa dos pais em diferentes momentos e não necessariamente nessa ordem. Ao mesmo tempo, também ficou notório o aumento da diversidade de combinações dos status: alguns jovens, por exemplo, casam e permanecem na casa dos pais, enquanto outros param de estudar e começam a trabalhar, mas permanecem morando com os pais. É importante frisar que essas heterogeneidades se mostraram mais acentuadas para as mulheres, reflexo do aumento da participação no mercado de trabalho e do maior tempo de permanência sem se casar.

Por fim, o estudo mais recente que abordou a transição para a vida adulta no contexto brasileiro foi o de Santos (2008). O autor buscou identificar heterogeneidades na dinâmica do processo de passagem para a vida adulta entre diferentes grupos populacionais. Fazendo uso dos dados do Censo Demográfico no período de 1970 a 2010, verificou-se a existência de uma convergência da idade média e do padrão da transição entre homens e mulheres, o que está associado a maior proporção de mulheres transitando via entrada no mercado de trabalho, em detrimento de eventos ligados à formação de família. Acerca do nível educacional, o padrão de transição é mais semelhante entre os grupos de maior escolaridade, sendo esta uma transição caracterizada por ser mais tardia e voltada ao mercado de trabalho. Já para os grupos de menor escolaridade, a transição ocorre mais precocemente, sendo principalmente marcada pelo casamento e nascimento do primeiro filho.

3.2 Transição Escola-Trabalho

A transição escola-trabalho deve ser entendida como um processo dinâmico, que geralmente comporta múltiplas fases e descreve o período de tempo no qual o jovem conclui sua educação e ingressa no mercado de trabalho (NILSSON, 2017). Apesar de esta definição ser adequada aos propósitos desta Tese, cabe ressaltar que alguns órgãos e pesquisadores internacionais adotam alguns critérios específicos. Para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 1998), por exemplo, a transição só estaria concluída com a obtenção de um emprego estável e de tempo integral. Já Mills e Präg (2014) definem a transição com base exclusivamente no tempo de duração entre a saída da educação formal e a entrada em uma ocupação que durou ao menos três meses. Mais recentemente, a OIT (2016) passou a adotar uma série de critérios qualitativos, nos quais o tipo de contrato de trabalho e a satisfação pessoal passaram a ser levados em conta para que a transição de fato tenha sido alcançada.

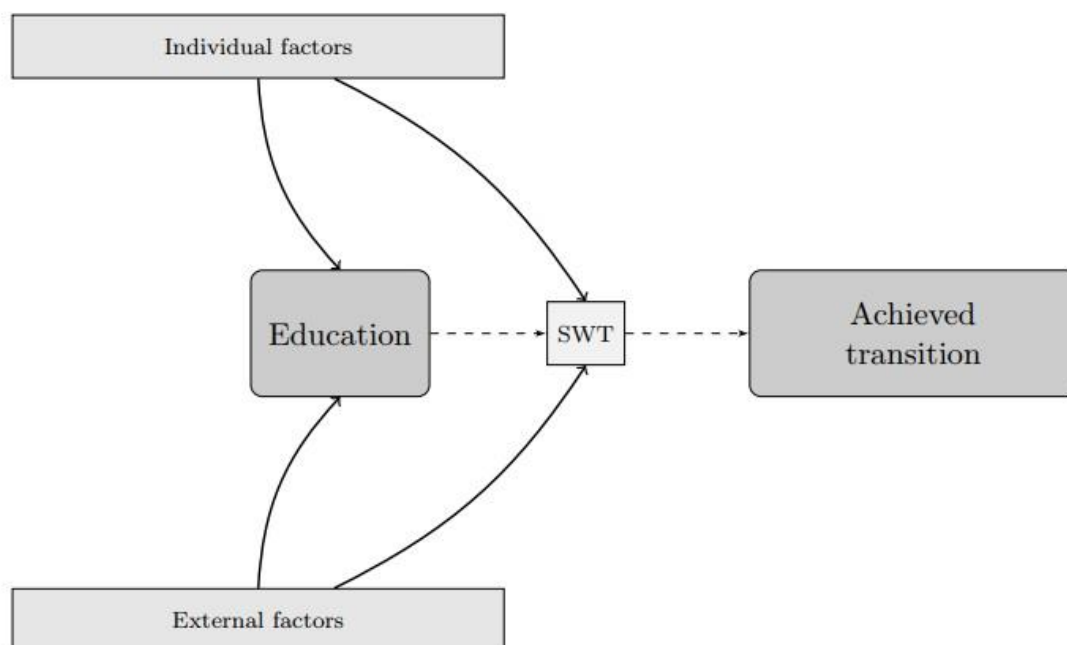
A despeito das diferentes definições, o que é importante frisar é que esta fase de transição fornece o contexto principal para a compreensão das elevadas taxas de desemprego apresentadas pelos jovens, sobretudo em países da América Latina (FAWCETT, 2002). Segundo Wolbers (2007), compreender a dinâmica da transição escola-trabalho requer considerar a posição que os jovens assumem no mercado de trabalho. A falta de experiência por parte desses novos entrantes implica em elevados custos de treinamento, fazendo com que as firmas tenham preferência por trabalhadores mais experientes. Sobretudo em situações de baixo nível de atividade econômica, os jovens são os principais afetados na hora de procurar ou manter o emprego, de modo que a rotatividade é acentuada. A incerteza acerca de suas habilidades e produtividade é determinante na decisão dos empregadores.

Também é importante destacar o papel desempenhado pelo tamanho relativo da coorte de jovens e o seu nível educacional. Estes fatores estruturais, juntamente com as características institucionais específicas de cada país (o que envolve o sistema educacional, os mecanismos de treinamento e as políticas e regulações voltadas ao mercado de trabalho), tornam a integração dos jovens no mundo trabalho consideravelmente distinta entre as nações.

Nilsson (2017) apresenta uma figura esquemática (Figura 8) que descreve de forma intuitiva como se dá a transição escola-trabalho. O processo como um todo é composto por três estágios, tendo início com a educação formal e finalizando com a transição alcançada. O sucesso na fase educacional (primeira fase) é visto como um importante determinante de uma bem-sucedida transição para o emprego. E para que este sucesso inicial seja alcançado, vários fatores precisam ser considerados.

Inicialmente, os sistemas educacionais possuem diferentes níveis de qualidade, variando conforme as regras e instituições locais. Ademais, fatores internos e externos, tais como o *background* familiar, habilidades inatas, insumos escolares e políticas públicas, são elementos já largamente listados pela literatura de Economia da Educação como sendo importantes determinantes do desempenho educacional (HANUSHEK, 1970; HECKMAN, 2003; HECKMAN, 2005; GLEWWE et al., 2011, NILSSON, 2017).

FIGURA 8 – Representação esquemática do processo de transição escola-trabalho



Fonte: Nilsson (2017)

Nota: SWT (*school-to-work transition* – transição escola-trabalho).

Na segunda fase, a transição escola-trabalho propriamente dita, Nilsson (2017) ressalta que o arcabouço teórico padrão corresponde aos modelos de *search and*

matching, em linha com a abordagem Diamond-Mortensen-Pissarides (MORTENSEN; PISSARIDES, 1999). São modelos que buscam explicar as fricções do mercado de trabalho, dando destaque a fatores individuais e contextuais que são responsáveis por determinar a duração e a qualidade da transição. Considera-se, por exemplo, que os trabalhadores são heterogêneos no que diz respeito à duração e intensidade da procura por emprego, que estes podem ter diferentes salários de reserva e que as firmas são capazes de ranquear estes trabalhadores com base nas suas preferências por empregados (PETRONGOLO; PISSARIDES 2001; PISSARIDES 2011).

Sendo assim, estes modelos fornecem probabilidades de *matches* bem-sucedidos com base na probabilidade de que o indivíduo receba propostas de emprego, e com base na probabilidade de que ele aceite a proposta (NILSSON, 2017). As propostas de emprego vão ser determinadas por características do indivíduo, tais como idade, produtividade e intensidade da procura, enquanto que o aceite da proposta depende do salário de reserva, do tamanho das filas por emprego, da situação econômica da região etc. Adicionalmente, no caso específico da transição escola-trabalho, a assimetria de informações é uma característica central. Uma vez que os indivíduos não possuem experiência de trabalho, os empregadores precisam usar outras informações disponíveis para poder inferir a produtividade do candidato. E uma das sinalizações mais importantes é a fornecida pelo nível educacional alcançado pelo indivíduo (NILSSON, 2017).

Outro fator importante destacado por Wolbers (2007) e DiPrete et al. (2017), dentre outros autores, são os elos de ligação institucional que existem entre os sistemas educacionais (e de treinamento) e o mercado de trabalho. De modo geral, estas ligações se referem à relação entre o que é aprendido na escola e o que é demandado no local de trabalho. Ou seja, se a educação é generalista (pouco relacionada) ou se segue o sistema vocacional, em que são ensinadas habilidades específicas e fortemente relacionadas com o trabalho. Estes autores observaram que a entrada no mercado de trabalho após a conclusão dos estudos costuma ocorrer de forma mais rápida nos países que adotam a segunda forma. Isto ocorre, pois, a educação vocacional prepara os indivíduos para trabalhos específicos, o que reduz os custos de treinamento e melhora a qualidade do *match* entre indivíduos e postos

de trabalho, facilitando a transição após a conclusão dos estudos e a manutenção do emprego em situações econômicas adversas.

A terceira e última fase consiste na transição alcançada. Esta deve ser entendida de forma abrangente, contemplando, por exemplo, um emprego estável ou satisfatório, ou um emprego em tempo integral. Em suma, seu significado vai depender da definição adotada para que se considere concluída a transição.

Conforme aponta Fawcett (2002), na literatura tradicional de Economia do Trabalho é comum considerar que o indivíduo escolhe entre estudar e trabalhar com base na comparação entre renda presente *versus* renda futura. Entretanto, a autora destaca que tal abordagem não reflete a realidade do mercado de trabalho enfrentada pelos jovens em diversas regiões, sobretudo nos países latino americanos. Nestes últimos, caracterizados por uma elevada participação da mão-de-obra ocupada no setor informal, é comum que o jovem ao sair da escola passe um tempo desempregado, obtenha o primeiro emprego na informalidade, retorne (ou não) a estudar e depois volte a ficar desempregado por um período de tempo. Em outras palavras, a transição escola-trabalho não é necessariamente linear, com os jovens passando um tempo considerável na condição de nem estuda e nem trabalha (FAWCETT, 2002).

Nessa mesma linha, Staff e Mortimer (2008) argumentam que, para as coortes mais recentes de jovens, a transição escola-trabalho tem se tornando cada vez mais diversa e desordenada nos Estados Unidos. Via de regra, o caminho esperado a ser seguido pelos jovens era a dedicação plena aos estudos, sendo acompanhado por uma entrada suave e direta no mercado de trabalho. Todavia, a combinação entre estudo e trabalho vem se tornando mais frequente entre os estudantes do ensino médio e superior, ao passo que se tornou comum jovens adultos voltarem a estudar após períodos de trabalho em tempo integral.

Os autores destacam que o *background* familiar tem impacto direto na orientação do percurso a ser adotado pelo jovem. Em geral, jovens inseridos em um ambiente familiar com melhor condição econômica tendem a ingressar em postos de trabalho menos intensos e longos durante o ensino médio, de modo que conseguem manter um bom desempenho educacional e ingressar no ensino universitário. Desse modo, a experiência e habilidades adquiridas no trabalho são somadas aos novos

conhecimentos obtidos no ensino superior, o que permite uma transição para empregos melhores. Por outro lado, jovens cuja família se encontra em pior situação econômica costumam trabalhar de forma mais intensa e por longos períodos de tempo, ainda no ensino médio. Como consequência, muitos abandonam os estudos, o que tem implicações negativas na obtenção de melhores empregos no futuro (STAFF; MORTIMER, 2008).

Partindo para as análises empíricas, são recentes os estudos que se propuseram a abordar o processo de transição da escola para o mercado de trabalho. Nesse contexto, Bratberg e Nilsen (1998) analisaram o caso da Noruega, buscando verificar a relação entre o nível educacional e a duração do emprego e do desemprego neste país. Conforme ressaltado pelos autores, é de se esperar que indivíduos com um maior nível educacional tenham maiores chances de conseguir um emprego imediatamente após o término de seus estudos. Por outro lado, há de se considerar também que a educação aumenta o salário de reserva, podendo aumentar a duração do tempo de procura em busca de melhores oportunidades. Um dos objetivos do estudo, portanto, foi verificar qual desses dois efeitos predomina no caso norueguês.

O arcabouço teórico adotado pelos autores foi o modelo de *search and matching*, cujo argumento apresentado é o de que a duração do desemprego pode ser interpretada pelos empregadores como uma sinalização de baixa produtividade ou de baixo capital humano, reduzindo a taxa de oferta de empregos. Os resultados empíricos obtidos indicaram que indivíduos mais escolarizados de fato conseguem obter empregos mais rapidamente, além de apresentar uma tendência de maior duração no primeiro trabalho. Algumas diferenças por sexo também foram observadas: em comparação aos homens, as mulheres aparentam ter um menor salário de reserva, de modo que seu tempo de procura e seu salário é menor, e costumam permanecer mais tempo no primeiro emprego. Também ficou evidente que maiores taxas de desemprego estão associadas a um maior tempo de procura e a uma menor duração do primeiro emprego. Ou seja, o sucesso dos jovens no mercado de trabalho é influenciado por flutuações cíclicas.

Lassibille et al. (2001) analisaram o processo de transição escola-trabalho na Espanha, buscando compreender dois aspectos centrais do mercado de trabalho de jovens: i) a duração do desemprego após o término da educação formal; e ii) a

frequência de incompatibilidades (*mismatches*) entre educação e trabalho nos estágios iniciais da vida profissional. A análise descritiva dos dados mostrou que 39% dos jovens que saem da escola obtêm um primeiro emprego 6 meses após a conclusão da educação formal, enquanto que 22% permanecem desempregados por 6 a 18 meses, e cerca de 40% ainda se encontram desempregados 18 meses após deixar o sistema educacional. Além disso, a análise por gênero indica que as mulheres são consideravelmente menos propensas que os homens a encontrar um emprego em apenas 6 meses após a conclusão dos estudos, ao mesmo tempo em que possuem uma probabilidade bem maior de ainda estarem desempregadas 18 meses depois.

Os resultados indicaram que o contexto familiar não tem um impacto significativo sobre a duração do desemprego e, conforme esperado, as mulheres jovens têm uma probabilidade muito menor, em relação aos homens, de encontrar o primeiro emprego em menos de 18 meses. Verificou-se também que o nível educacional exerce uma forte influência sobre a duração do desemprego, de modo que aqueles com diploma de Ensino Superior são os que passam menos tempo desempregados.

Em relação à análise de *mismatch*, os pesquisadores empregaram um conceito objetivo para verificar a questão de sub ou sobrequalificação, levando em conta as qualificações mínimas para se realizar um trabalho. Mais especificamente, um indivíduo é sobrequalificado (subqualificado) se seu nível educacional está acima (abaixo) da exigência educacional de seu trabalho. Os dados mostraram que a maioria dos jovens trabalhadores espanhóis apresentou correspondência (*match*) entre seu nível educacional e o trabalho desempenhado. Os trabalhadores com Ensino Superior são os mais bem equiparados no seu primeiro emprego, e que os trabalhadores do sexo masculino são menos susceptíveis à condição de sobrequalificação.

Bernardi, Gangl e Van de Werfhorst (2004) estudaram, em uma perspectiva comparativa, a duração da transição da escola para o trabalho na Itália, Holanda e nos Estados Unidos. O objetivo central da pesquisa foi identificar diferenças nesse processo de transição entre os países, com foco nas diferenças de efeito da qualificação educacional e do impacto da duração do desemprego sobre a qualidade do primeiro emprego. Os autores discutem como diferenças institucionais podem ser determinantes para a compreensão dos resultados no mercado de trabalho, levando em conta não apenas efeitos de oferta (características do sistema educacional), mas

também de demanda (estrutura produtiva e organizacional das firmas) e de correspondência entre ambos (dado pela força das ligações entre a escola e o trabalho).

Os pesquisadores observaram que, nos Estados Unidos, as pessoas com níveis mais elevados de escolaridade conseguem um emprego muito mais rapidamente do que os que abandonam a escola com pouca qualificação. Inclusive, tal resultado foi muito superior ao observado para a Itália e Holanda. Por outro lado, os retornos profissionais para a educação em termos de qualidade de trabalho se mostraram mais fracos nos Estados Unidos do que na Europa. Acerca dos efeitos da duração do desemprego, quanto maior o tempo de procura pelo primeiro emprego, mais difícil se torna para o jovem conseguir de fato encontrar um. Todavia, não foi encontrado evidência de que o tempo de procura influencie a qualidade do primeiro emprego.

Também se observou que as mulheres tendem a ter menores taxas de transição para o primeiro emprego na Itália e nos Estados Unidos, embora o mesmo não ocorra na Holanda. Em todos os três países, entretanto, as mulheres alcançam um trabalho de melhor qualidade no primeiro emprego, em comparação com os homens. Enfim, nos Estados Unidos, os jovens não brancos, sobretudo os jovens negros, enfrentam dificuldades mais significativas na localização do primeiro emprego. Já em relação à qualidade do primeiro emprego, poucas evidências apontam para a existência de diferenças raciais.

Yates (2005) buscou descrever as principais características da transição da escola para o trabalho de indivíduos norte-americanos. De modo geral, a autora verificou que essa transição ocorre de maneira mais rápida à medida que o nível educacional se eleva. Indivíduos com diploma de nível superior fazem a passagem para um emprego estável (isto é, com duração de ao menos dois anos) de maneira quase que imediata, em relação aos indivíduos de outros grupos educacionais. Aqueles que não concluíram sequer o Ensino Médio, não obtendo, assim, habilidades gerais ou específicas de trabalho, chegam a passar cerca de 15 anos mudando de empregos de curta duração após deixar a escola.

Conforme esperado, diferenças significativas de sexo e raça foram constatadas. Dentre aqueles que abandonaram a escola sem concluir o Ensino Médio, as mulheres

levam o dobro do tempo dos homens para conseguir um emprego que dure um ou três anos. Mesmo com diploma de graduação, elas ainda levam mais de cinco anos para obter um emprego com permanência de cinco anos, ao passo que os homens, em média, levam pouco mais de dois anos. Em relação às disparidades de raça, os negros foram os que apresentaram piores resultados.

Quintini, Martin e Martin (2007), por sua vez, realizaram um estudo comparativo acerca do processo de transição da escola para o trabalho nos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Os resultados indicaram que pode levar um, dois ou mais anos para que os jovens consigam obter o primeiro emprego após terminar seus estudos. Ao mesmo tempo, ficou claro a existência de grande variabilidade na duração dessa transição entre os países da OCDE. Enquanto que na Espanha, Itália e Finlândia os jovens que saem da escola levam mais de dois anos para obter o primeiro emprego, esse processo leva entre um ano e um ano e meio em países como a Irlanda, Dinamarca e Alemanha. Também é notório que os anos iniciais dos jovens no mercado de trabalho caracterizam-se por alta rotatividade e períodos de desemprego. E apesar de que empregos temporários já era uma característica dominante desse grupo etário nos anos 1990, os autores destacam que essa tendência não apenas se manteve, como cresceu na maioria dos países observados.

Wolbers (2007) analisou os padrões de entrada no mercado de trabalho em 11 países europeus, adotando uma perspectiva dinâmica do processo de transição escola-trabalho. O autor buscou entender os determinantes da velocidade (duração do tempo de procura até a obtenção do primeiro emprego), qualidade (mensurado por um indicador internacional de qualidade do *status* ocupacional) e estabilidade (risco de perda do emprego, levando à condição de desempregado ou inativo) desse processo de transição, assim como os fatores capazes de explicar as diferenças observáveis entre os países.

De acordo com o estudo, enquanto que países como Áustria, Suécia e Bélgica se destacaram pela rápida entrada dos indivíduos no mercado de trabalho, países como Espanha, Itália e Grécia ficaram nas piores posições. Ficou evidente o impacto positivo da educação sobre as taxas de entrada no mercado de trabalho. Outro resultado relevante foi a constatação de que nos países com relações de trabalho

altamente regulamentadas, a entrada no primeiro emprego ocorre de forma bem mais lenta. Por outro lado, países que apresentam um sistema educacional com um forte componente de treinamento vocacional conseguem tornar mais rápida a transição para o primeiro emprego.

Acerca da qualidade do primeiro emprego, os resultados apontaram para uma relação positiva com a educação, mas negativa com a duração do desemprego. Também ficou claro que uma maior regulamentação trabalhista, no sentido de fornecer mais segurança aos empregados, tem um impacto significativo sobre a qualidade do *status* ocupacional.

Finalmente, os resultados para a análise de estabilidade do processo de entrada no mercado de trabalho apontaram para uma associação positiva com a educação, mas negativa com o tempo de obtenção do primeiro emprego. Entretanto, após conseguir entrar no mercado de trabalho, quanto maior a regulamentação trabalhista, menores as chances de o indivíduo transitar para uma situação de desemprego ou inatividade.

No que se refere à realidade africana, Kondylis e Manacorda (2006) abordaram a participação dos jovens no mercado de trabalho da Tanzânia, como foco nas particularidades do processo de transição escola-trabalho do país. Os autores buscaram identificar os determinantes do desempenho dos jovens no mercado de trabalho, identificando como fatores de oferta e demanda por trabalho, juntamente com características individuais e domiciliares, conseguem prever a ocorrência de desemprego e decisões de frequência escolar por parte desse grupo etário. Também buscou-se demonstrar que o desemprego juvenil na Tanzânia não é um fenômeno voluntário ou uma decisão dos jovens de aguardar o surgimento de melhores oportunidades, mas sim a consequência das forças de mercado e dos mecanismos de incentivos que atuam nesse país.

Os principais achados do estudo indicaram que há evidências de que o *status* ocupacional de jovens na Tanzânia, principalmente nas áreas urbanas, é fortemente afetada pelo componente de demanda por trabalho (mensurado pela taxa de emprego de adultos). O perfil socioeconômico dos indivíduos, medido pela escolaridade média dos outros membros do domicílio, se mostrou um forte indicador do *status* da força de trabalho dos jovens. Mais especificamente, o *background* do jovem está associado a

uma queda no emprego, nas áreas rurais, e a uma queda no desemprego, nas áreas urbanas, juntamente com o aumento da escolaridade média dos jovens. Além disso, também se verificou que os jovens do sexo masculino, situados nas áreas urbanas, foram os que apresentaram maiores chances de combinar estudo e trabalho.

Em relação aos estudos para o Brasil, Guarcello, Rosati e Scaramozzino (2008) estudaram o processo de transição escola-trabalho por meio dos dados da PNAD de 2004. Mais especificamente, os autores buscaram analisar os determinantes da idade de saída da escola por parte dos jovens brasileiros, levando em conta a incerteza, acerca dos níveis de emprego e salário, inerente a essa tomada de decisão. Nesse sentido, as principais fontes de incerteza seriam o período de tempo necessário para encontrar um emprego (custos de procura) e a incerteza sobre as condições do mercado de trabalho depois que o indivíduo deixar a escola.

Os resultados encontrados pelos autores seguiram o esperado, conforme estipula a teoria do capital humano. A variável de idade apresentou um efeito positivo (decrecente) sobre a probabilidade de trabalhar, e um efeito negativo sobre a probabilidade de estudar. Em relação aos homens, o fato de ser mulher aumenta as chances de somente trabalhar, ou de não estudar e nem trabalhar. Quanto maior a escolaridade do chefe do domicílio, maiores as chances de o indivíduo estudar, o que também se verifica para a variável de renda familiar. Com relação às variáveis do mercado de trabalho, verificou-se que o nível de emprego dos jovens reage de maneira pró-cíclica, em que fatores de oferta aumentam a probabilidade de estudo e fatores de demanda aumentam a probabilidade de trabalho. Para finalizar, a variável de risco indicou que, quanto maior a incerteza no mercado de trabalho, maior a probabilidade de o jovem permanecer na escola (apenas estudando ou combinando trabalho e estudo). Além disso, esta incerteza afeta mais intensamente os jovens de famílias com menor rendimento.

Cardoso (2008) analisou descritivamente como as mudanças estruturais na economia e no mercado de trabalho, pelas quais o Brasil passou desde o início dos anos 1940, definiram as bases para o estabelecimento de padrões de transição da escola para o trabalho por parte dos jovens. Usando os microdados do Censo Demográfico de 1970 a 2000, juntamente com os dados da PNAD desde 1976, Cardoso (2008) traça um perfil de como essas mudanças alteraram a dinâmica do processo de transição,

resultando no que ele chama de “padrão desenvolvimentista” da transição escola-trabalho.

Em suma, o autor identifica que as transformações ocorridas, com destaques para o intenso processo migratório e a notória inércia social, foram responsáveis por adiar a entrada dos jovens no mercado de trabalho e manter as condições precárias de emprego. O aumento global da escolaridade, associado ao crescimento da PEA em ritmo superior ao crescimento dos postos de trabalho, resultou no crescimento do desemprego geral e dos jovens em particular. Dessa forma, seria mais correto afirmar que os jovens passaram a transitar da escola para a força de trabalho, ficando muitas vezes na condição de desemprego ou de inatividade.

Já Reis (2015) analisou a duração do desemprego de jovens no Brasil, investigando os fatores que influenciam a probabilidade de transição do desemprego para o primeiro emprego por parte desse grupo etário. Além disso, o autor também buscou identificar as variáveis que reduzem a duração do desemprego entre os jovens e comparar o comportamento desse grupo com o de trabalhadores com experiência prévia no mercado de trabalho.

O autor observou que a probabilidade de transição do desemprego para o emprego é mais baixa para os jovens que nunca trabalharam anteriormente do que para os outros dois grupos de comparação. Ademais, se verificou que a probabilidade de transição do desemprego para empregos tidos como de melhor qualidade, isto é, empregos no setor formal, com prazo indeterminado e em tempo integral, são mais baixas para os jovens procurando o primeiro emprego. Por fim, também merece destaque a constatação de que transição é menor para as mulheres e diminui com a idade e com a escolaridade.

Mais recentemente, Romanello, Sawyer e Gonçalves (2015) buscaram evidências de que o nível educacional alcançado pelos indivíduos é um importante determinante do tipo de entrada no mercado de trabalho (ocupação no setor formal, ocupação no setor informal, ou desemprego). Os resultados indicaram que ser homem aumenta em 29,5% as chances de transitar da escola para um trabalho formal, enquanto que as chances de transitar para um trabalho informal são 64,4% maiores. Aparentemente, os homens também apresentam chances menores de transitar para uma situação de

desemprego. A variável de raça, por sua vez, apenas permitiu concluir que indivíduos brancos têm menores chances de passar para uma situação de desemprego em relação aos negros.

Os resultados mais importantes do trabalho, entretanto, dizem respeito às variáveis educacionais. Em relação à educação primária, frequentar o ensino médio e o ensino superior aumentam em 93,5% e 115,3%, respectivamente, as chances de transitar para um emprego formal. Ao mesmo tempo, as chances de transitar para um emprego informal se reduzem em mais de 20%.

3.3 Qualidade do Emprego

A definição de qualidade do emprego (*job quality*) evoluiu muito ao longo do tempo, de modo que diferentes abordagens vêm propondo novas dimensões para captar sua intensidade. Na literatura de Economia do Trabalho, tal questão era geralmente associada ao nível salarial, enquanto que nas demais ciências sociais era comum estar relacionada às condições de trabalho. Mais recentemente, novos avanços na Ciência Econômica têm buscado introduzir a visão do trabalhador por meio de questionários sobre satisfação com o trabalho e bem-estar. Nesta linha, questões como a percepção de segurança no trabalho (por meio de um contrato permanente, por exemplo), satisfação pessoal com o próprio emprego e capacidade de conciliar trabalho e vida familiar vêm se mostrando fatores mais relevantes do que o nível absoluto do salário (ERHEL; GUERGOAT-LARIVIÈRE; 2010).

A Organização Internacional do Trabalho, bem como diversas outras entidades internacionais e governos de diversas nações, têm desenvolvido estudos para formular indicadores de qualidade do emprego. Boa parte da literatura defende a utilização de uma abordagem multidimensional. Para Green (2006), por exemplo, as seguintes dimensões devem ser levadas em conta: habilidades, esforço e intensificação do trabalho, descrição dos trabalhadores, salários, risco e insegurança no emprego, e bem-estar dos trabalhadores. Já Erhel e Guergoat-Larivière (2010) definem qualidade do emprego com base na segurança socioeconômica (isto é, salários decentes e transições seguras), competências e oportunidades de formação,

condições de trabalho, capacidade de conciliar vida profissional e vida familiar, e a promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Paralelo a isso, há ainda uma literatura que aborda a questão dos trabalhos precários. Kalleberg (2009) afirma que o crescimento do trabalho precário tem surgido como uma preocupação contemporânea central no mundo inteiro desde os anos de 1970. O autor define trabalho precário como sendo aquele trabalho incerto, imprevisível, e no qual os riscos empregatícios são assumidos principalmente pelo trabalhador, e não pelos seus empregadores ou pelo governo. Exemplos de trabalho precário incluem atividades no setor informal e empregos temporários no setor formal.

Standing (2014) vai mais além, argumentando que a tendência de adoção de políticas de flexibilização do mercado de trabalho tem sido responsável pela criação de uma classe “precariada”, isto é, pessoas desprovidas das seguintes formas de garantia relacionadas ao trabalho: garantia de mercado de trabalho, de vínculo empregatício, de estabilidade no emprego, de segurança no trabalho, de reprodução de habilidades, de segurança de renda e de representação. Segundo este autor, o crescimento de uma classe precariada está intimamente ligado ao processo de globalização e à ascensão das ideias neoliberais, que por sua vez levaram à adoção de práticas de empregos flexíveis. E apesar de qualquer indivíduo poder acabar ingressando nesta classe, é notório que mulheres e jovens são os mais propensos.

Existe uma vasta literatura internacional que se propõe a analisar a qualidade do emprego em diversos países. As dimensões mais comumente adotadas nesses estudos são remuneração, habilidades, estabilidade, horas trabalhadas e satisfação. Boa parte desses trabalhos aponta que, na maioria dos países, não há uma tendência de piora da qualidade dos postos de trabalho. Por outro lado, há pesquisas que afirmam que a geração de empregos de baixa qualidade (empregos precários) vem sendo cada vez mais frequente. Adicionalmente, aspectos de qualidade e satisfação têm sido usado em análises de discriminação por sexo e mobilidade no mercado de trabalho, o que reforça como seu escopo de análise é amplo e diversificado.

Hauff e Kirchner (2014) realizaram uma vasta revisão da literatura objetivando resumir as principais descobertas existentes acerca das diferenças e tendências na qualidade do emprego ao redor do mundo. Os autores definem qualidade do emprego como a

soma das condições de trabalho relacionadas a um emprego e capazes de influenciar o bem-estar físico e psicológico dos empregados, juntamente com atitudes relacionadas ao trabalho (tais como satisfação e comprometimento). Como o conceito de qualidade do emprego abrange várias condições de trabalho, os autores focam em estudos que abordam explicitamente as diferenças e/ou tendências como uma construção multidimensional.

O ponto de partida dos autores é a discussão sobre os vários conceitos de qualidade do trabalho. Diferentes tradições teóricas indicam diferentes dimensões de qualidade. A teoria de diferenciais compensatórios destaca a importância dos salários, enquanto as teorias comportamentais se concentram na hierarquia e nas possibilidades de participação dos empregados. As abordagens sociológicas tradicionais enfatizam a relevância do potencial de autodeterminação, bem como o significado da ocupação para a qualidade intrínseca do trabalho. Abordagens institucionais referem-se à importância do *status* do contrato e período de emprego. Relatórios sobre a relação entre os riscos físicos e psicológicos e a qualidade do trabalho podem ser encontrados na literatura sobre medicina do trabalho, saúde e segurança. Finalmente, os estudos sobre o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal concentram-se em aspectos como horas de trabalho e duração, bem como a intensidade do trabalho, ou seja, o nível de estresse ou esforço físico durante o trabalho.

Como pôde ser visto, não há um consenso geral sobre as dimensões da qualidade do trabalho. Em vez disso, existem muitas formas diferentes nas quais várias condições de trabalho e de emprego são integradas como determinantes da qualidade do emprego. O desacordo sobre as dimensões torna-se mais evidente quando se compara estudos sobre diferenças e tendências de qualidade do trabalho entre os países, utilizando os mesmos conjuntos de dados.

Conforme apontado pelos autores, a única dimensão considerada em quase todos os estudos sobre *job quality* é a autonomia do trabalho. Também são frequentemente utilizadas variáveis relativas às demandas físicas e ambientais, variedade de tarefas, nível salarial, duração e programação do trabalho, oportunidades de treinamento e desenvolvimento e percepção de segurança no emprego. Outras variáveis, tais como a dependência do trabalho, a formulação clara de tarefas e exigências, o equilíbrio

entre a vida profissional e a vida privada, ou aspectos relativos à justiça no trabalho, são raramente usadas.

Alguns outros estudos integram ainda aspectos adicionais que não são necessariamente dimensões da qualidade do trabalho. Fatores como a densidade sindical, taxas de desemprego, o *gap* do desemprego entre homens e mulheres, a produtividade e a duração da licença maternidade já foram e vêm sendo utilizados para fazer declarações sobre a qualidade global do emprego. Se a qualidade do emprego diz respeito a condições que determinam o bem-estar dos trabalhadores, essas variáveis representam possíveis fatores que influenciam as condições de trabalho ou condições do mercado de trabalho.

Eichhorst, Wozny e Mähönen (2015) buscaram definir em detalhes o que se sabe até o momento sobre *job quality*, incluindo seus efeitos sobre a satisfação com o emprego e como a qualidade dos empregos mudou ao longo do tempo, tomando por base indicadores objetivos e subjetivos para diferentes grupos educacionais. Os autores reforçam que essa questão de qualidade do trabalho foi negligenciada durante muito tempo nas discussões acerca do mercado de trabalho, tanto na esfera acadêmica quanto política. A ênfase recaía sobre o número total de empregos ou sobre o nível de desemprego. Todavia, com o aparente crescimento dos empregos precários e atípicos, a qualidade do emprego passou a se tornar um tema de estudos importante, pois tais relações de emprego estão associadas à piores condições de trabalho, tais como menores salários e menor segurança.

Analisando dados ao longo do tempo para um conjunto de países europeus, estes autores observaram que inexistiu uma tendência geral de piora da qualidade do emprego. Isso foi constatado tanto ao se examinar indicadores objetivos, como o montante de empregos temporários ou o tempo de trabalho, por exemplo, quanto por indicadores subjetivos, como a satisfação com o emprego ou a percepção de segurança. Um resultante importante que os autores destacam é a necessidade de se analisar os indicadores de qualidade do emprego fazendo a diferenciação por grupos educacionais.

Algumas evidências encontradas no estudo sugerem que, se a qualidade média dos empregos tem se deteriorado, em parte a causa é devida à desregulamentação do

mercado de trabalho. As reformas realizadas em vários países no sentido de liberalizar esse mercado apresentaram efeitos adversos na qualidade do emprego, uma vez que este último é afetado por questões de difícil controle, como a globalização, digitalização e tendência de terceirização. Como forma de amenizar esses efeitos, os pesquisadores sugerem a expansão da seguridade social para os trabalhadores expostos aos empregos mais precários.

Na literatura nacional, o artigo de Gonzaga (1998) deixa claro como nos anos 1990 já vinha sendo discutido no Brasil a questão da qualidade do trabalho. Segundo o autor, os empregos gerados no país eram cada vez mais precários, de modo que seria possível afirmar que o principal problema do mercado de trabalho brasileiro era justamente a baixa qualidade dos postos de trabalho, e não a escassa criação de postos⁶. O autor define um emprego como sendo de má qualidade quando ele tem baixa produtividade e, por consequência, oferece baixa remuneração. Além disso, tais empregos também costumam oferecer péssimas condições de trabalho aos seus ocupantes.

O ponto central discutido pelo autor é a relação entre rotatividade e qualidade do emprego. A elevada rotatividade da mão-de-obra brasileira, segundo Gonzaga (1998), implicaria em poucos incentivos para o investimento em treinamentos, o que por sua vez resulta em pouco aumento de produtividade. Como consequência, tem-se uma perpetuação da baixa remuneração. Além disso, uma alta rotatividade também incentiva a informalização da relação de trabalho e o pouco grau de compromisso entre trabalhadores e firmas.

Para sustentar seu argumento, Gonzaga (1998) faz uma extensa caracterização do mercado de trabalho brasileiro, definindo-o como um mercado com alta capacidade de gerar novos postos de trabalho, mas com uma baixa qualidade média do emprego. Em média, o Brasil foi capaz de aumentar em 3,1% ao ano a sua população ocupada num período de 14 anos, passando de 45,5 milhões em 1981 para 69,6 milhões em 1995. Nesse mesmo período, observou-se também um aumento substancial da população economicamente ativa e da taxa de participação no mercado de trabalho,

⁶ Argumento similar fora apresentado por Barros e Mendonça (1995).

que subiu de 53,4% para 61,3% refletindo, sobretudo, o aumento da participação das mulheres. Por outro lado, a rotatividade média da mão-de-obra no Brasil se mostrou muito elevada entre 1985 e 1995, com cerca de 3% dos postos de trabalho com carteira assinada perdendo seus ocupantes a cada mês. Recorrendo também a comparações internacionais, o autor mostra como a rotatividade no Brasil é bastante elevada, ficando níveis acima do observado em países da Europa e dos Estados Unidos.

Figueiredo, Branchi e Sakamoto (2012) analisaram a qualidade do emprego no meio rural brasileiro, entre 2004 e 2009. O estudo buscou comparar a evolução da qualidade do emprego feminino e masculino nas regiões brasileiras e avaliar os progressos relativos da mulher no meio rural. Foram utilizados os microdados da PNAD de 2004 e 2009 para a construção de um Índice de Qualidade do Emprego (IQE) composto por três componentes: remuneração, grau de formalização e auxílios ao trabalhador.

Os resultados encontrados indicaram que, no quinquênio estudado, em geral houve uma melhora relativa da qualidade do emprego medida pelo IQE entre os empregados rurais. A dimensão que mais contribuiu para o aumento do IQE foi o Índice Rendimento, resultado já esperado tendo em vista a valorização do salário mínimo ocorrida no período analisado. Em seguida encontra-se o Índice Formalização, como reflexo do aumento dos empregos formais registrados no Brasil a partir de 2005. Finalmente, nota-se a inexpressiva contribuição dos auxílios para o progresso da qualidade do emprego rural.

Entretanto, os autores destacam que esse avanço não melhorou a posição relativa das mulheres trabalhadoras rurais, já que o progresso relativo do IQE feminino foi menor do que o masculino, deixando as mulheres em 2009 em um nível de qualidade de emprego pouco superior ao nível masculino de 2004. As mulheres continuam tendo um rendimento médio muito baixo (em 2009 mais da metade delas recebia até meio salário mínimo), confirmando que, numa estratégia familiar de participação no mercado de trabalho, as mulheres continuam como uma força de trabalho secundária, complementando a renda familiar em momento de necessidade e/ou participando com maior precariedade

Machado e Fontes (2014) analisaram como medidas de não satisfação no trabalho impactam as saídas do mercado de trabalho. Segundo as autoras, essas medidas seriam informativas para o entendimento das diferenças de mobilidade no mercado de trabalho entre homens e mulheres, complementando outros indicadores de trabalho. Os trabalhadores insatisfeitos na ocupação são provavelmente os que mais contribuem para o aumento da rotatividade no mercado de trabalho, sendo mais vulneráveis ao desemprego, à inatividade ou à inserção de forma autônoma.

A base de dados utilizada no artigo foi a Pesquisa Mensal do Emprego (PME), no período de 2002 a 2007, contemplando trabalhadores de 25 a 65 anos de idade. Como no Brasil não existem pesquisas específicas sobre o grau de satisfação no trabalho, as autoras utilizaram como *proxy* a pergunta da PME que identifica se o trabalhador ocupado na semana de referência tinha tomado alguma providência para conseguir outro trabalho no período de referência de 365 dias. A procura por outra ocupação é um dos indicativos de que o trabalhador não está alocado da forma que deseja, refletindo uma insatisfação com relação ao posto de trabalho que ocupa e também com a perspectiva de encontrar alternativas melhores de ocupação.

Os resultados encontrados indicaram que, no Brasil, cerca de 8% dos trabalhadores ocupados estão insatisfeitos com seus postos de trabalho, visto que buscam outra ocupação. Os homens têm maior probabilidade de estarem insatisfeitos no trabalho do que as mulheres. Os resultados também mostraram que os trabalhadores inseridos na atividade econômica de forma mais precária, ou seja, com relações de trabalho informais, com rendimentos de trabalho menores, e com menor tempo de permanência na ocupação, são os que mais procuram por uma nova ocupação. Esses trabalhadores serão mais vulneráveis às situações de desemprego e inatividade, podendo contribuir para aumento potencial da rotatividade do mercado de trabalho.

Um estudo recente que também abordou o caso brasileiro foi o de Huneeus et al. (2015). Estes autores utilizaram um índice de qualidade do emprego multidimensional para analisar o mercado de trabalho brasileiro no período 2002-2011, com base em três dimensões: rendimentos, formalização (medida pela existência de um contrato de trabalho e de contribuições para a seguridade social) e duração do emprego. Os autores argumentam que o Brasil oferece um contexto interessante para se medir a qualidade do emprego, por três razões centrais. Primeiro, os trabalhadores brasileiros

são protegidos por legislação. Em segundo lugar, há uma preocupação constante com a insegurança no emprego (altos níveis de informalidade, rotação de empregos, desemprego e baixos salários). Em terceiro lugar, no período de 2002 a 2011 foram implementadas várias políticas públicas e econômicas que podem ter tido um grande impacto no mercado de trabalho.

Utilizando os microdados da PNAD de 2002 a 2011, os autores identificaram que houve um aumento global da qualidade do emprego durante todo o período, mas particularmente a partir de 2007, e especialmente entre 2009 e 2011, que foi precisamente quando foram introduzidas reformas econômicas importantes e promovida uma ampla formalização do emprego. Diferenças importantes entre a qualidade do emprego dos trabalhadores assalariados e dos trabalhadores autônomos foram observadas, bem como um aumento relativamente maior da qualidade do emprego nos grupos inicialmente vulneráveis (trabalhadores domésticos e trabalhadores por conta própria). A análise também sugeriu que os seguintes fatores estão sistematicamente correlacionados com uma melhor qualidade de emprego: sindicalização, estar empregado no setor público, e trabalhar nas indústrias de manufatura, serviços públicos, extração de petróleo ou financeiro.

4 DECISÕES ENTRE ESTUDO, TRABALHO E PROCURA POR TRABALHO: ANÁLISES A PARTIR DAS PNADS

Neste capítulo busca-se compreender como as transformações demográficas pelas quais o Brasil vem passando nas últimas décadas têm influenciado as decisões de estudo, trabalho e procura por trabalho por parte dos jovens brasileiros. Este consiste no primeiro passo para que se possa entender a dinâmica do processo de saída da escola e entrada no mercado de trabalho.

4.1 Base de Dados: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é conduzida anualmente pelo IBGE desde o ano de 1981, tendo por objetivo coletar informações demográficas e socioeconômicas da população brasileira e gerar indicadores acerca do mercado de trabalho. A pesquisa tem representatividade em todo o território nacional, e ao longo de sua realização já abordou temas como migração, fecundidade, nupcialidade, saúde etc.

Utilizando a série histórica da PNAD, mais especificamente os dados referentes ao período 1987-2014, para indivíduos de 15 a 29 anos, pretende-se realizar análises trienais para acompanhar coortes de jovens ao longo do tempo e verificar como as decisões educacionais e de participação na força de trabalho têm se alterado para este grupo etário. Dessa forma, a expectativa é identificar como mudanças geracionais e demográficas vêm alterando a dinâmica desse processo de decisão. A principal vantagem de se utilizar a PNAD consiste no seu rico questionário de variáveis sociodemográficas, que permite considerar na análise questões como migração, educação e aspectos familiares, inclusive ao longo do tempo.

O Quadro 1 descreve as variáveis que serão utilizadas da PNAD. A variável de interesse representa as diversas combinações de estudo, trabalho e procura por trabalho por parte do jovem. Com isso, tem-se como objetivo traçar como as decisões

e processos de entrada no mercado de trabalho mudaram ao longo do tempo, bem como as diferenças entre homens e mulheres.

QUADRO 1 – Variáveis Seleccionadas da PNAD

Variável de Interesse	
Condição de Ocupação do Jovem	1 – Só trabalha 2 – Só estuda 3 – Trabalha e estuda 4 – Estuda e procura trabalho 5 – Não trabalha e nem estuda, mas procura trabalho 6 – Não trabalha, não estuda e nem procura trabalho
Variáveis Explicativas	
Características Individuais e Familiares	
Sexo	1 – Masculino 0 – Feminino
Grupos de idade	1 – 15 a 19 anos 2 – 20 a 24 anos 3 – 25 a 29 anos
Raça	1 – Branca 0 – Preta ou parda
Tipo de Família	1 – Casal com filho(s) 2 – Casal sem filho(s) 3 – Unipessoal 4 – Monoparental
Anos de Estudo	1 – 0 a 3 anos 2 – 4 a 7 anos 3 – 8 a 10 anos 4 – 11 a 14 anos 5 – 15 anos ou mais
Razão de dependência	Quantidade de crianças e idosos em relação ao tamanho da família
Renda Familiar <i>per capita</i>	Quartil da renda familiar <i>per capita</i>
Características Espaciais	
Macrorregião	1 – Norte 2 – Nordeste 3 – Sul 4 – Sudeste 5 – Centro-Oeste
Região Metropolitana	1 – Indivíduo reside em Região Metropolitana 0 – Caso contrário

Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados da PNAD.

Com relação às variáveis explicativas, serão consideradas características individuais, familiares e espaciais nos modelos. A escolha das variáveis segue a literatura acerca do mercado de trabalho de jovens (LEME; WAJNMAN, 2000; CORSEUIL; SANTOS; FOGUEL, 2001; BYNNER, PARSONS, 2002; FLORI, 2005; BELL; BLANCHFLOWER, 2011; CAMARANO; KANSO, 2012; EICHHORST; HINTE; RINNE, 2013; CABANAS; KOMATSU; MENEZES FILHO, 2014; OLIVEIRA; RIOS NETO; OLIVEIRA, 2014; ESCOLANO; PAZELLO, 2014; CORSEUIL; FRANCA, 2015; TILLMANN; COMIM,

2016; CABANAS et al., 2016), e busca contemplar os diversos fatores que influenciam as decisões e oportunidades vivenciadas por este grupo etário.

É importante ressaltar que, uma vez que a PNAD teve o seu questionário alterado ao longo dos anos, foi necessário fazer uma compatibilização nas bases para que as informações pudessem ser comparáveis no tempo. Por esta razão, a escolha das variáveis ficou restrita àquelas que estavam disponíveis em todos os anos considerados.

4.2 Estratégia Empírica

A estratégia empírica adotada consiste na aplicação de modelos multinomiais para analisar os determinantes do processo de transição escola-trabalho no Brasil, permitindo responder diferentes questões acerca das transições e decisões que envolvem a participação dos jovens no mercado de trabalho.

O modelo multinomial pode ser pensado como uma extensão natural (ou uma generalização) do modelo binário. Sendo p_{ij} a probabilidade de o jovem i estar no estágio j de transição, o modelo pode ser expresso por:

$$p_{ij} = P_r(y_i = j | \mathbf{x}) = \frac{e^{\mathbf{x}'_i \boldsymbol{\beta}_j}}{\sum_{k=1}^J e^{\mathbf{x}'_i \boldsymbol{\beta}_k}} \quad \text{com } k = 1, \dots, j \quad (1)$$

Em que y é a variável de interesse, $\mathbf{x}$ é um vetor de variáveis explicativas contendo características individuais, familiares e contextuais do jovem, e $\boldsymbol{\beta}$ um vetor de parâmetros.

A estimação pode ser feita pelo método da Máxima Verossimilhança (MV), e embora os coeficientes não sejam diretamente interpretáveis, seu exponencial tem uma interpretação em forma de Razão de Riscos Relativos (RRR) em relação a um dado grupo de referência. A RRR informa como a probabilidade de escolher a alternativa j , relativamente à alternativa de referência, muda quando $\mathbf{x}$ aumenta em uma unidade.

Ou seja:

$$\frac{p'_{ij}}{p'_{i1}} = e^{(x_{ij}+1)\beta_j} \rightarrow e^{\beta_j} = \frac{p'_{ij}}{p'_{i1}} / \frac{p_{ij}}{p_{i1}} \quad (2)$$

A aplicação do modelo multinomial com os dados da PNAD tem por interesse compreender os efeitos de questões demográficas, geracionais e de ciclo econômico sobre as decisões de estudo, trabalho e procura por trabalho pelos jovens. A especificação do modelo é dada por:

$$cond_ocup_{ij} = f(indivíduo, família, região) \quad (3)$$

Em que $cond_ocup_{ij}$ é a probabilidade de o jovem i estar na condição de ocupação j (vide Quadro 1). Esta probabilidade, por sua vez, é função de características individuais, familiares e espaciais.

Como dito anteriormente, as análises serão conduzidas em períodos trienais, de modo a verificar como os efeitos dos regressores variam ao longo do tempo. Ademais, os modelos serão estimados separadamente para homens e mulheres, fornecendo informações a respeito dos diferenciais por sexo, e apenas para as áreas urbanas do Brasil.

4.3 Resultados

Tendo como ponto de partida uma análise descritiva dos dados, a Figura 9 apresenta as alterações ao longo do tempo nas decisões de estudo, trabalho e procura por trabalho por parte dos jovens brasileiros, fazendo-se distinções por sexo e raça. Sendo assim, a primeira observação a ser feita diz respeito à redução, ao longo dos anos 1990, da proporção de homens jovens (brancos e negros) que se encontravam apenas trabalhando. Nos anos 2000, esta categoria volta a crescer, porém permanece em patamares menores do que os observados anteriormente.

A proporção de jovens do sexo masculino pertencentes à categoria “só trabalha” caiu de mais de 65%, em 1987, para cerca de 50%, em 2014. Analisando-se o comportamento das demais categorias, fica claro que essa redução ocorrida nos anos 1990 foi concomitante ao aumento da proporção de jovens nas categorias “trabalha e estuda” e “só estuda”. Com isso, verifica-se que o efeito da transição educacional, na qual se ampliou o reconhecimento da importância de se buscar maior qualificação para se obter maiores retornos salariais, fez com que houvesse uma redução do percentual de jovens dedicados exclusivamente ao trabalho.

Acerca das demais categorias, também vale destacar o crescimento do percentual de jovens que estudam e procuram trabalho, que apesar de ter atingido seu ápice no final da década de 1990, em 2014 representava mais do que o dobro do verificado em 1987. São indivíduos que buscam a inserção no mercado de trabalho, de modo a realizar sua transição para a vida adulta.

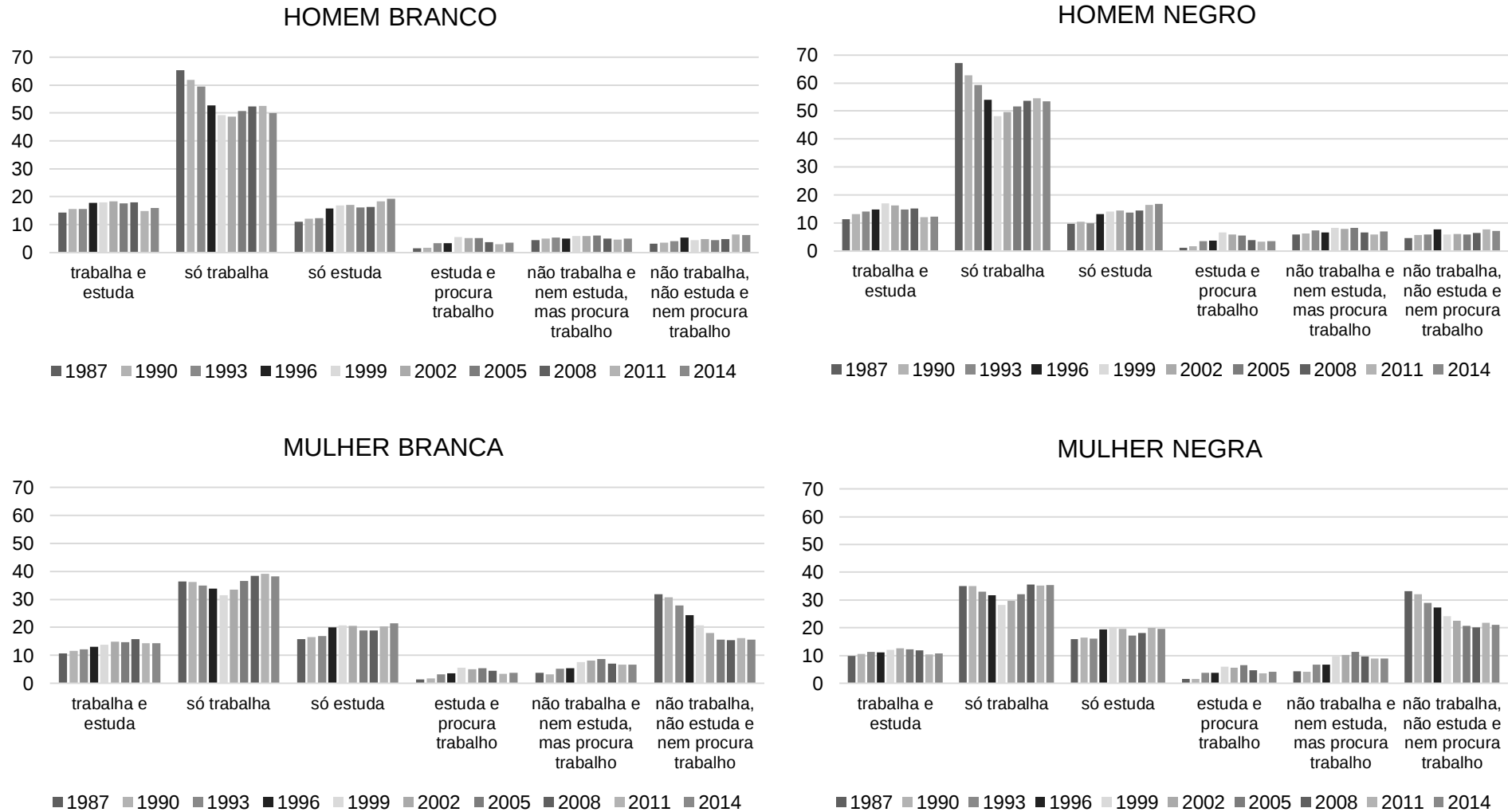
Uma constatação importante foi a ausência de grandes distinções entre homens brancos e negros. De modo geral, a tendência de ambos os grupos foi muito similar ao longo do tempo. Pode-se destacar apenas que dentre os homens brancos há uma proporção levemente maior de jovens que trabalham e estudam, ou apenas estudam.

Partindo agora para as mulheres, o resultado que mais se destaca é sem dúvida a elevada proporção de jovens na categoria “não trabalha, não estuda e nem procura trabalho” (nem-nem-nem), ou seja, que estão fora da PEA. Enquanto que para os homens brancos o percentual de jovens nem-nem-nem, em 2014, foi de 6%, para as mulheres a taxa sobe para 16%. No caso das mulheres negras, a situação é ainda pior, com cerca de 21% na referida categoria, três vezes mais do que o observado para os homens negros. Entretanto, apesar de elevadas, é evidente que as taxas de jovens nem-nem-nem vêm caindo ao longo do tempo. No caso das mulheres brancas, a taxa caiu pela metade entre 1987 e 2014 (de 32% para 16%). Para as mulheres negras, a queda foi menos significativa: de 33%, em 1987, para 21%, em 2014.

Simultaneamente à esta queda, da mesma forma que ocorrera para os homens, houve um crescimento nas taxas de mulheres nas categorias “trabalha e estuda” e “só estuda”. Também cresceu o percentual de mulheres que procuram trabalho, sinalizando o crescimento da participação destas na PEA.

Analisando-se agora pela ótica etária, a Figura 10 apresenta a evolução das decisões por grupos de idade. Para os jovens de 15 a 19 anos, é notório a redução daqueles que se dedicavam apenas ao trabalho, cuja proporção cai pela metade na série histórica considerada. Ao mesmo tempo, houve um crescimento de igual magnitude para aqueles que apenas estudam, chegando a representar 45% em 2014. Para as demais categorias, também chama a atenção as oscilações no grupo dos que estudam e procuram trabalho: sua taxa era de 3% no final dos anos 1980, atinge valores acima de 10%, entre 1999 e 2005, e cai para 7% em 2014.

FIGURA 9 – Evolução das decisões de estudo, trabalho e procura por trabalho dos jovens (% por sexo e raça)



Sobre os jovens de 20 a 24 anos, conforme esperado, a proporção dos “só trabalha” é bem maior do que a verificada para aqueles com idade entre 15 e 19 anos. Apesar disso, nota-se que esta categoria apresentou uma queda entre 1987 e 1999, períodos em que houve aumento nas taxas dos “trabalha e estuda” e “não trabalha e nem estuda, mas procura trabalho”. Os jovens nem-nem-nem, que eram cerca de 20% no início da série, caem para 14% em 2014.

Finalmente, para o grupo de idade mais avançada de jovens, a principal mudança observada ao longo do tempo foi a redução progressiva dos nem-nem-nem, cuja taxa caiu de 24% para 14%, entre 1987 e 2014. Ademais, a proporção de jovens que trabalha e estuda cresceu ao longo do tempo, enquanto que as demais categorias apresentaram comportamentos mais estáveis.

A fim de compreender melhor as mudanças nos padrões de decisão dos jovens, as figuras 11, 12 e 13 trazem informações relevantes sobre fatores que possivelmente estão relacionados ao processo de tomada de decisão por parte deste grupo etário. A Figura 11 ilustra a transição educacional brasileira, apresentando a evolução dos anos de estudo por grupos de idade.

Fica claro que, independente do grupo de idade considerado, ocorreu um grande aumento na demanda por educação. Em 1987, cerca de 20% dos jovens possuíam apenas 0 a 3 anos de estudo. Já em 2014, esta proporção não chega a 4%. Em paralelo a isso, as taxas de jovens com 15 ou mais anos de estudo mais do que duplicaram nesse período.

O crescimento mais expressivo foi observado para a categoria de 11 a 14 anos de estudo, que engloba o ensino médio completo. Dentre os jovens de 15 a 19 anos, a proporção dos que se encontram nesta categoria cresceu mais de 4 vezes durante o período contemplado. Já para os demais grupos etários, as taxas mais do que duplicaram. Em todos os três grupos de idade, a maior parte dos jovens se encontram nesta categoria, atingindo valores acima de 50%.

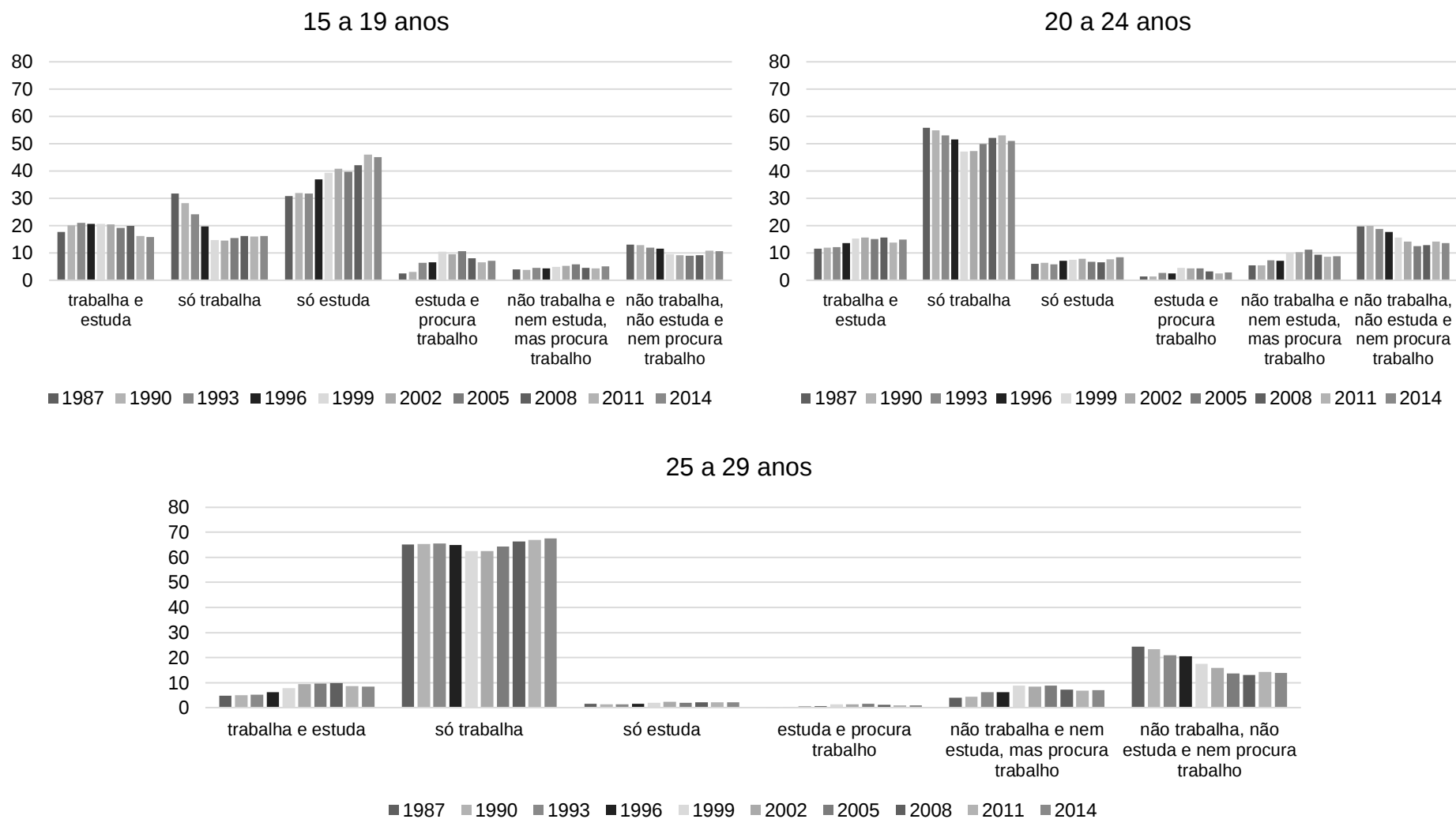
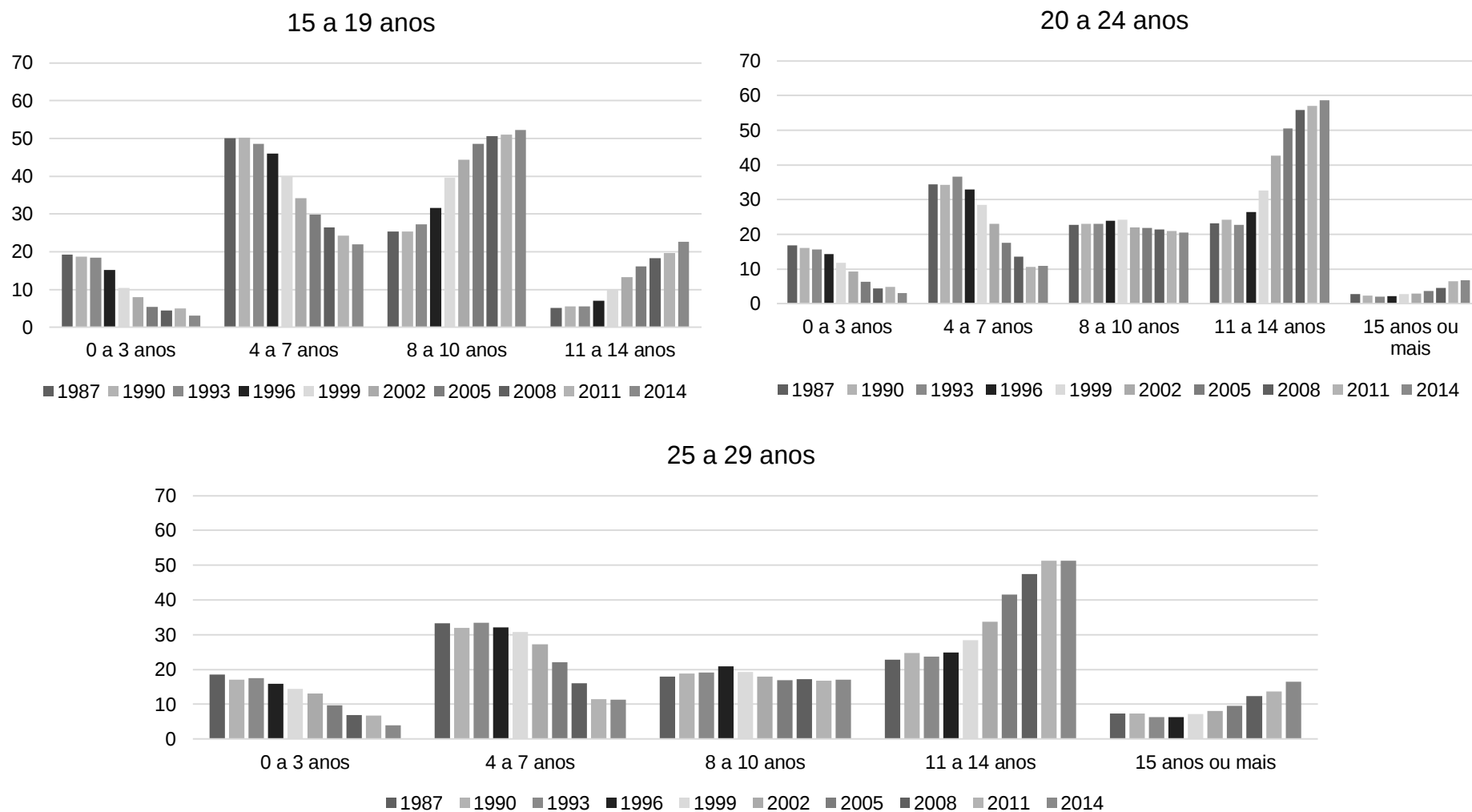
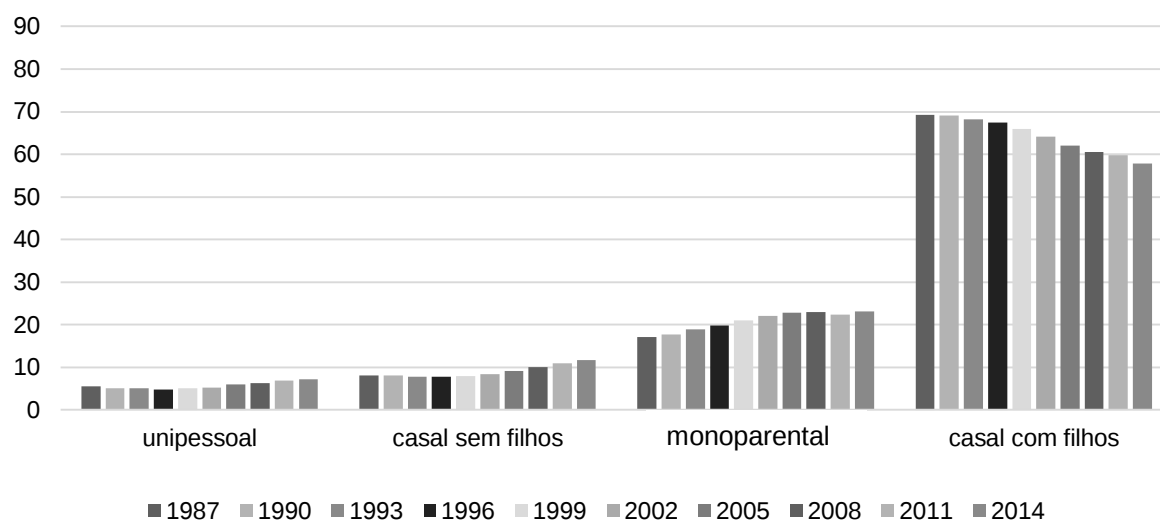
FIGURA 10 – Evolução das decisões de estudo, trabalho e procura por trabalho dos jovens (% por grupos de idade)

FIGURA 11 – Evolução dos grupos de anos de estudo (% por grupos de idade)

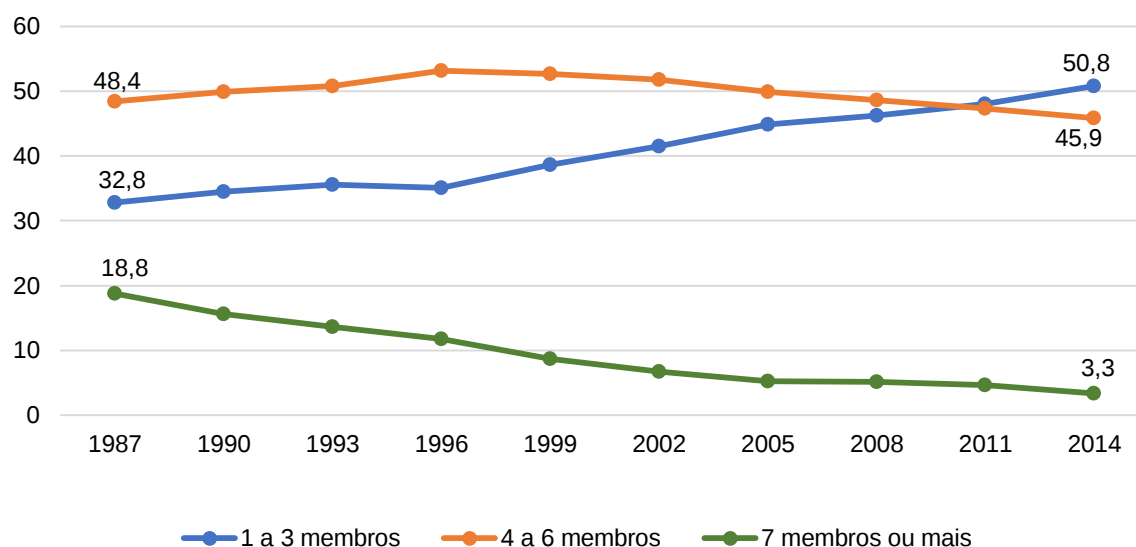
Os resultados da transição educacional explicam parte das mudanças ocorridas ao longo do tempo nas decisões de estudo, trabalho e procura por trabalho pelos jovens brasileiros. Com o aumento da demanda por educação, refletido no crescimento dos anos de estudo, houve aumento no percentual de jovens que passaram a somente estudar, ou a conciliar trabalho e estudo. Este aumento impactou homens e mulheres de ambas as etnias, tendo sido mais significativo sobre as mulheres na categoria nem-nem.

As figuras 12 e 13, por sua vez, ilustram mudanças ocorridas nos tipos e no tamanho das famílias brasileiras. É notório que, apesar de a família nuclear tradicional (casal com filhos) sempre ter sido a forma predominante no país, esta vem perdendo espaço para as formas alternativas. A proporção de jovens pertencentes ao tipo de família “casal com filhos” caiu de quase 70%, em 1987, para 58%, em 2014. Neste mesmo período, o percentual de jovens em famílias do tipo “monoparental” cresceu de 17% para 23%. Conforme discutido anteriormente, a redução no número de matrimônios, o aumento das uniões consensuais e dos divórcios, e a maior participação da mulher no mercado de trabalho, juntamente com o envelhecimento populacional, são os fatores que explicam a ascendência das formas familiares alternativas.

Verifica-se, ainda, mudanças relevantes nos tamanhos das famílias. Em 1987, a maior parte dos jovens (48%) se encontravam em famílias com 4 a 6 membros. Nesse período, a proporção dos que habitavam em famílias com 1 a 3 membros era cerca de 33%, enquanto que aqueles em famílias com 7 membros ou mais representava 19%. Com o passar dos anos, o tamanho médio das famílias foi diminuindo devido à redução no número de matrimônios, aumento das uniões consensuais e dos divórcios, juntamente com a queda da fecundidade e maior participação da mulher no mercado de trabalho. Desse modo, o modelo predominante passou a se tornar aquele de 1 a 3 membros, ao passo em que famílias maiores vão perdendo espaço. Em 2014, 51% dos jovens já estavam na categoria de menor tamanho de família, enquanto que aqueles em famílias com 7 membros ou mais eram apenas 3% do total.

FIGURA 12 – Evolução dos tipos de família (% - Brasil, jovens de 15 a 29 anos)

Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados da PNAD.

FIGURA 13 – Evolução do número de membros por família (% - Brasil, jovens de 15 a 29 anos)

Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados da PNAD.

Uma vez concluída a análise descritiva, o próximo passo consiste em discutir os resultados dos modelos de regressão. Inicialmente, apresenta-se os resultados dos modelos que buscam captar o efeito período, ou seja, verificar o efeito das mudanças sociodemográficas e de ciclo econômico sobre as escolhas dos jovens. Tais modelos são estimados separadamente para homens e mulheres, utilizando-se *dummies* de ano para captar o efeito período e *dummies* de idade como variáveis de controle. Em

seguida, tem-se os resultados dos modelos completos (com todos os regressores descritos anteriormente no Quadro 1), estimados para cada ano separadamente, em análises trienais.

Desse modo, a Tabela 1 traz os resultados do efeito período para os homens jovens, sendo a categoria omitida a nem-nem-nem. Uma vez que os coeficientes da tabela estão expressos em termos de Razão de Riscos Relativos, valores maiores do que 1 representam aumentos nas chances de o jovem estar naquela categoria, vis-à-vis estar na categoria nem-nem-nem, enquanto que valores menores do que a unidade representam reduções nas chances.

TABELA 1 – Resultados do modelo multinomial para captar o efeito período sobre as decisões de estudo, trabalho e procura por trabalho (Brasil - homens jovens de 15 a 29 anos)

	só trabalha	só estuda	trabalha e estuda	estuda e procura trabalho	não trabalha e nem estuda, mas procura trabalho
Ano (1990)	0,7772***	0,8972**	0,9178*	1,0366	0,9043*
Ano (1993)	0,6741***	0,8458***	0,8772***	1,9135***	0,9348
Ano (1996)	0,4483***	0,9047**	0,7481***	1,5743***	0,6369***
Ano (1999)	0,4778***	1,3867***	1,0165	3,6230***	0,9453
Ano (2002)	0,4406***	1,4425***	0,9754	3,2747***	0,8558***
Ano (2005)	0,4719***	1,4634***	0,9482	3,3960***	0,9358
Ano (2008)	0,4410***	1,3615***	0,8876***	2,1597***	0,6806***
Ano (2011)	0,3458***	1,2368***	0,5697***	1,4754***	0,4980***
Ano (2014)	0,3649***	1,3466***	0,6316***	1,7017***	0,6030***
Intercepto	2,8873***	9,7368***	4,1333***	0,5951***	0,4199***
controles por idade	sim	sim	sim	sim	sim
Número de Obs.	384.410				
Pseudo-R ²	0,1570				

Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados das PNADs.

Notas: (1) coeficientes em termos de Razão de Riscos Relativos (RRR);

(2) *p-valor<0,10, **p-valor<0,05 e ***p-valor<0,01;

(3) categoria omitida: não trabalha, não estuda e nem procura trabalho.

Nota-se que a grande maioria dos coeficientes estimados foi estatisticamente significativo, indicando que de fato há um efeito período relevante atuando sobre as diferentes categorias consideradas. Os resultados apontam que, em relação a 1987

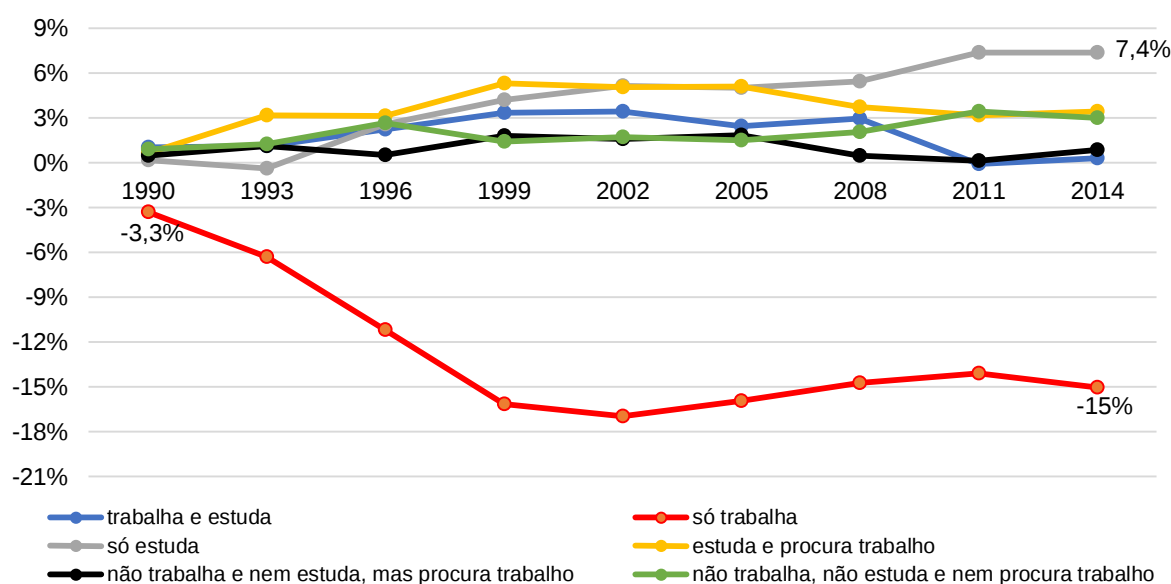
(período base), ao passar dos anos foi ocorrendo uma redução contínua nas chances de o jovem do sexo masculino apenas trabalhar, vis-à-vis ser nem-nem-nem. De forma simultânea, foi crescendo as chances de o mesmo apenas estudar, ou estar estudando e procurando trabalho.

Uma melhor visualização dos resultados pode ser obtida por meio do cálculo dos efeitos marginais sobre as probabilidades preditas do modelo (vide Figura 14). Fica claro que o efeito período realmente atuou no sentido de reduzir a probabilidade de o jovem apenas trabalhar. Com base na análise descritiva vista anteriormente, torna-se evidente que esta redução se deu, principalmente, em decorrência da redução do percentual de jovens de 15 a 19 anos que apenas trabalhavam, ao passo que cresceu a proporção dos que apenas estudavam. Além disso, os dados acerca da evolução dos grupos de anos de estudo também evidenciam a transição educacional brasileira, mostrando que para todos os grupos etários de jovens houve um expressivo aumento dos anos de estudo.

Em relação a 1987, o efeito período sobre as chances de apenas trabalhar passou de uma redução de -3,3 pontos percentuais (p.p.), em 1990, para -15 p.p., em 2014. Os efeitos mais intensos ocorreram ao final dos anos 1990 e ao longo dos anos 2000, período marcado por um significativo aumento nas matrículas do ensino fundamental e ensino médio. Durante esse período, os efeitos marginais sobre a categoria “só estuda” foram positivos e crescentes com o tempo, chegando a mais de 7 p.p. em 2014.

O efeito período também atuou no sentido de aumentar as chances de estudar e procurar trabalho, vis-à-vis ser nem-nem-nem. O efeito marginal chegou a alcançar valores acima de 5 p.p. entre 1999 e 2005, recuando para cerca de 3 p.p. em 2014. Para as demais categorias, os resultados são menos conclusivos, dado que certos coeficientes não foram estatisticamente significativos, com alguns efeitos marginais ficando próximos de zero.

FIGURA 14 – Evolução do efeito marginal da variável de período sobre as probabilidades preditas (% - Brasil, homens jovens de 15 a 29 anos)



Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados das PNADs.

A Tabela 2 contém os resultados do modelo multinomial estimado para captar o efeito período sobre as mulheres jovens. Praticamente todos os coeficientes se mostraram significativos e com magnitudes que apontam para uma expressiva redução nas chances de as jovens estarem na categoria nem-nem-nem, ao passo em que aumentam as probabilidades das demais categorias. Tais resultados ficam ainda mais evidentes por meio dos efeitos marginais apresentados na Figura 15.

É possível observar que, em relação a 1987, as mudanças de ciclo econômico e as transformações sociodemográficas pelas quais o Brasil passou agiram no sentido de reduzir a probabilidade de as mulheres jovens não estudarem e nem participarem da PEA (ou seja, serem nem-nem-nem). O efeito chegou a ser uma redução de aproximadamente -15 p.p., em 2008, e ficou em -13,5 p.p. em 2014. Esta redução foi acontecendo ao passo em que crescia tanto a demanda das mulheres por mais educação, quanto sua participação no mercado de trabalho. Isso fica notório ao se observar que, à exceção da categoria “só trabalha”, todas as demais apresentaram efeitos marginais positivos em basicamente todos os anos. A categoria “só trabalha” exibiu efeitos marginais negativos dado a busca crescente por qualificação educacional das jovens do sexo feminino.

TABELA 2 – Resultados do modelo multinomial para captar o efeito período sobre as decisões de estudo, trabalho e procura por trabalho (Brasil - mulheres jovens de 15 a 29 anos)

	só trabalha	só estuda	trabalha e estuda	estuda e procura trabalho	não trabalha e nem estuda, mas procura trabalho
Ano (1990)	1,0268	1,1127***	1,1397***	1,2187***	0,9286
Ano (1993)	1,0547**	1,2401***	1,3289***	2,7427***	1,6978***
Ano (1996)	1,1329***	1,6599***	1,5179***	3,2654***	1,8964***
Ano (1999)	1,1719***	2,2942***	1,9604***	6,4254***	3,1030***
Ano (2002)	1,3600***	2,6977***	2,3672***	6,9308***	3,6768***
Ano (2005)	1,6308***	2,7070***	2,5830***	8,7591***	4,4796***
Ano (2008)	1,7829***	2,9519***	2,7676***	7,0956***	3,8901***
Ano (2011)	1,6702***	2,9145***	2,2846***	5,1054***	3,3843***
Ano (2014)	1,7099***	3,0132***	2,3479***	5,6638***	3,4794***
Intercepto	0,4654***	4,4390***	0,7674***	0,1750***	0,0681***
controles por idade	sim	sim	sim	sim	sim
Número de Obs.	404.559				
Pseudo-R ²	0,1260				

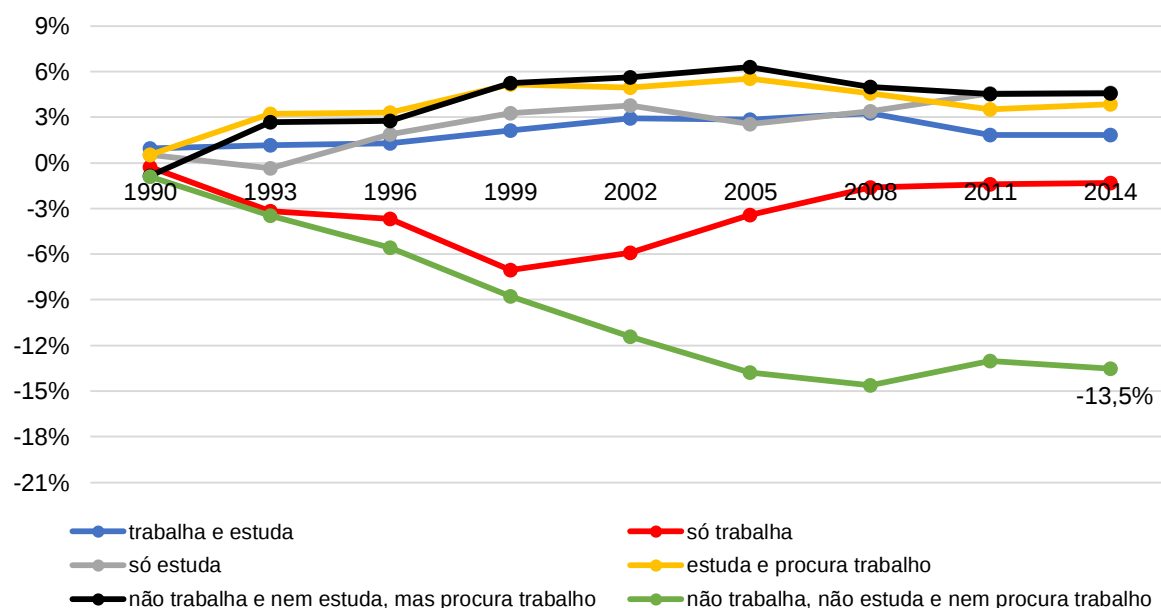
Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados das PNADs.

Notas: (1) coeficientes em termos de Razão de Riscos Relativos (RRR);

(2) *p-valor<0,10, **p-valor<0,05 e ***p-valor<0,01;

(3) categoria omitida: não trabalha, não estuda e nem procura trabalho.

FIGURA 15 – Evolução do efeito marginal da variável de período sobre as probabilidades preditas (% - Brasil, mulheres jovens de 15 a 29 anos)



Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados das PNADs.

De modo a avançar mais na compreensão dos determinantes da condição de ocupação dos jovens, as tabelas 3 e 4 apresentam os resultados dos modelos multinomiais completos, estimados separadamente por sexo e período. Como é possível observar, os coeficientes estimados de ambos os modelos se mostraram, em sua grande maioria, estatisticamente significativos e com magnitudes que variam ao longo do tempo. Novamente, os gráficos dos efeitos marginais permitem uma melhor compreensão dos efeitos dos regressores.

As Figuras 16 e 17 ilustram os efeitos da variável de raça (branca) sobre as probabilidades preditas para homens e mulheres. Para ambos os sexos, o efeito da raça atuou no sentido de aumentar a probabilidade de o jovem apenas estudar, ao passo em que foi se reduzindo as chances de apenas trabalhar. Entretanto, algumas diferenças de gênero devem ser ressaltadas. Primeiramente, no caso das mulheres, o efeito da raça só se tornou significativo sobre as chances de apenas estudar a partir de 2005, enquanto que para os homens a significância sempre esteve presente. Ademais, o principal destaque acerca deste regressor diz respeito ao seu efeito decrescente nas chances de as mulheres serem nem-nem-nem. Como visto na análise descritiva (vide Figura 9), apesar de ter ocorrido uma clara redução ao longo do tempo na proporção de mulheres nem-nem-nem de ambas as raças, o efeito de fato foi mais expressivo para as mulheres brancas.

Tillmann e Comim (2016) observaram resultados nesta mesma linha, os quais indicaram que jovens da raça branca, independentemente do sexo, permanecem mais tempo estudando e acumulando capital humano. Adicionalmente, também se verificou que mulheres negras são as mais propensas a estarem na inatividade.

Para as demais categorias, o efeito da variável de raça não foi conclusivo, seja porque os coeficientes não foram significativos, ou devido ao fato de estes terem apenas oscilado ao longo do tempo, não permitindo identificar nenhuma tendência clara.

**TABELA 3 – Resultados dos modelos multinomiais para as combinações de estudo, trabalho e procura por trabalho
(Brasil - homens jovens de 15 a 29 anos)**

	1987	1990	1993	1996	1999	2002	2005	2008	2011	2014
só trabalha										
idade (20 a 24)	2,5970***	2,9050***	2,3995***	2,7811***	3,0657***	3,0185***	2,9167***	2,7494***	3,2543***	3,3517***
idade (25 a 29)	3,7462***	3,6367***	3,6389***	3,7716***	4,7430***	4,5221***	4,2529***	4,7151***	5,0444***	5,6396***
raça (branco)	0,8065***	0,9369	0,8791**	0,7894***	0,8850**	0,8127***	0,8297***	0,8639***	0,7398***	0,7306***
anos de estudo (4 a 7)	2,1777***	1,9982***	1,7440***	1,5987***	1,9985***	1,9436***	2,2279***	2,5259***	2,8094***	3,8808***
anos de estudo (8 a 10)	2,4339***	2,4592***	1,8834***	1,8686***	2,0693***	2,4355***	3,3250***	3,3686***	3,6745***	5,1763***
anos de estudo (11 a 14)	2,0375***	1,6768***	1,5016***	1,5160***	1,5293***	1,8197***	3,0825***	2,9138***	2,4235***	2,9057***
anos de estudo (15 ou mais)	4,3641***	2,2539**	2,7486***	1,5267*	2,1585***	2,2801***	3,2704***	4,1450***	1,8642***	3,2841***
unipessoal	2,4921***	1,7997***	1,5312***	1,1640	0,9720	1,1476	1,1709	1,1160	1,3516***	1,0569
casal sem filho	6,2795***	6,4046***	3,4202***	3,6078***	3,6101***	2,2610***	2,9343***	2,5494***	3,0737***	2,6174***
monoparental	0,8266**	0,7808***	0,7352***	0,6600***	0,6602***	0,6003***	0,6255***	0,6609***	0,6505***	0,7284***
razão de dependência	6,2197***	5,2534***	5,7262***	9,7865***	6,1072***	4,9670***	5,1982***	4,5194***	4,9741***	3,3113***
quartil da renda fam. per cap. (2º)	2,3456***	2,1137***	1,9540***	2,8838***	2,4886***	1,9828***	1,8112***	2,5125***	2,6535***	2,6731***
quartil da renda fam. per cap. (3º)	3,7210***	2,2227***	3,1702***	5,8503***	3,8203***	3,6632***	3,4538***	4,9692***	6,3506***	5,6961***
quartil da renda fam. per cap. (4º)	4,2260***	2,9778***	4,4413***	8,0080***	5,3532***	3,7418***	3,5844***	5,9057***	9,0629***	9,9529***
região metropolitana	0,6157***	0,6382***	0,5693***	0,6066***	0,6794***	0,7326***	0,7797***	0,7196***	0,8179***	0,8339***
norte	0,6779***	0,5998***	0,9093	0,7613***	0,8393*	0,8944	0,7831***	0,7833***	1,0596	1,0343
nordeste	0,8925	0,6918***	0,7110***	0,9198	1,1571**	0,9396	0,8362***	0,9466	1,0826	1,0079
sul	1,5766***	1,2536*	0,9943	1,5161***	1,2304**	1,1831**	0,9507	0,9708	1,3371***	1,0966
centro-oeste	1,2033	1,2060	0,9787	1,1859*	1,5511***	1,2465**	0,9073	0,8975	1,0822	1,2090**
intercepto	1,5790***	1,8839***	1,9052***	0,4914***	0,6691***	0,8376*	0,7306***	0,4141***	0,2031***	0,1519***
só estuda										
idade (20 a 24)	0,1451***	0,1543***	0,1153***	0,1385***	0,1349***	0,1516***	0,1500***	0,1277***	0,1716***	0,1881***
idade (25 a 29)	0,0360***	0,0202***	0,0246***	0,0305***	0,0339***	0,0392***	0,0392***	0,0383***	0,062***	0,0562***
raça (branco)	1,0590	1,2560***	1,1742**	1,1105	1,1682**	1,1719**	1,2107***	1,3604***	1,2102***	1,3683***
anos de estudo (4 a 7)	5,5733***	4,8187***	4,7944***	4,3706***	5,6814***	4,2439***	4,3985***	2,9545***	4,9344***	5,7140***
anos de estudo (8 a 10)	14,0219***	15,3842***	12,227***	11,7568***	12,0541***	9,3624***	10,3794***	6,1193***	8,5375***	11,928***

anos de estudo (11 a 14)	17,314***	11,981***	9,1877***	6,6603***	3,9833***	1,9935***	2,4675***	1,4248***	1,9185***	2,9041***
anos de estudo (15 ou mais)	39,3692***	31,3786***	28,939***	14,7674***	8,5678***	5,3793***	4,5375***	5,0543***	4,0265***	6,3482***
unipessoal	1,3510	0,8544	0,6017***	0,6572***	0,4085***	0,5624***	0,5835***	0,5219***	0,9647	0,6955***
casal sem filho	0,9376	1,0387	0,3635***	0,5271***	0,6308	0,5331***	0,5257***	0,6246***	0,6136***	0,6136***
monoparental	0,5207***	0,6786***	0,6757***	0,6537***	0,6502***	0,6105***	0,666***	0,611***	0,6343***	0,6877***
razão de dependência	1,8007**	2,6431***	1,3883	2,1362***	1,9964***	1,8932***	1,6688***	1,5657***	1,3895**	1,3352*
quartil da renda fam. per cap. (2º)	1,3170**	1,3297***	1,1217	1,3717***	1,2601***	1,1804**	1,2155***	1,2697***	1,0325	0,9723
quartil da renda fam. per cap. (3º)	1,8783***	1,7105***	1,977***	2,2112***	1,7892***	1,9466***	2,0041***	1,8477***	1,4718***	1,3937***
quartil da renda fam. per cap. (4º)	4,6203***	5,4808***	6,4084***	4,7113***	6,7921***	7,8555***	8,842***	7,5178***	4,3621***	3,7628***
região metropolitana	0,9199	0,9091	0,9957	0,8857*	1,0105	1,1120*	1,1388	1,1224*	1,2256***	1,2654***
norte	2,279***	1,5546***	2,0216***	2,1812***	1,7621***	1,7961***	1,3402***	1,6662***	1,7895***	1,7213***
nordeste	2,7708***	1,8473***	1,4590***	2,1263***	2,235***	1,9496***	1,4907***	1,6637***	1,6423***	1,4859***
sul	1,3629**	0,7518**	0,6623***	1,1843*	0,8008**	0,8340*	0,7216***	0,8117**	1,1215	0,7739***
centro-oeste	1,6332***	1,3196**	0,9682	1,4830***	1,4079***	1,4332***	0,9753	1,0458	1,3465***	1,1823*
intercepto	0,3937***	0,4073***	0,6317***	0,3473***	0,5199***	0,7096***	0,6619***	0,8591	0,5975***	0,4808***
trabalha e estuda										
idade (20 a 24)	0,5233***	0,5273***	0,4193***	0,5146***	0,6175***	0,6029***	0,6408***	0,5469***	0,647***	0,7369***
idade (25 a 29)	0,2682***	0,2204***	0,2044***	0,2521***	0,3596***	0,4344***	0,4841***	0,4910***	0,5198***	0,5900***
raça (branco)	0,9512	1,0009	0,9130	0,9458	0,8857*	0,9521	1,0137	1,0340	0,9306	1,0359
anos de estudo (4 a 7)	4,3378***	3,8837***	3,3792***	3,4898***	3,6953***	3,1222***	2,9938***	3,0879***	5,2167***	5,6564***
anos de estudo (8 a 10)	11,8421***	11,9436***	9,2395***	9,0415***	10,3824***	10,2538***	10,6594***	9,0523***	13,8263***	18,9112***
anos de estudo (11 a 14)	12,551***	8,5228***	6,0277***	5,4632***	3,3449***	3,1899***	4,2171***	4,2775***	6,464***	9,3987***
anos de estudo (15 ou mais)	33,0061***	10,8579***	13,8564***	7,2065***	6,5442***	4,4459***	3,7023***	5,1458***	4,5345***	9,0343***
unipessoal	1,8351***	1,6868***	1,2767	0,9215	0,8017*	0,8904	1,0211	0,9468	1,2903**	0,9643
casal sem filho	2,9597***	2,7920***	1,2319	1,5422***	1,7149***	1,0006	1,3846**	1,2129	1,7666***	1,4837***
monoparental	0,8168**	0,7293***	0,748***	0,722***	0,7064***	0,645***	0,7036***	0,7086***	0,7361***	0,7506***
razão de dependência	4,5755***	3,7311***	3,0962***	3,8064***	3,0697***	2,2471***	2,1766***	2,3342***	2,5452***	1,9761***
quartil da renda fam. per cap. (2º)	2,2057***	2,2976***	1,9373***	2,8487***	2,1545***	1,6586***	1,6246***	2,1620***	2,1138***	1,5922***
quartil da renda fam. per cap. (3º)	4,2393***	3,1388***	3,544***	5,3194***	3,3509***	3,3386***	3,6098***	4,7126***	6,0019***	3,926***
quartil da renda fam. per cap. (4º)	6,6886***	6,0964***	7,6716***	9,041***	8,1034***	7,8566***	9,0385***	12,6381***	16,0534***	11,9823***

região metropolitana	0,7306***	0,6791***	0,6653***	0,6582***	0,7321***	0,7824***	0,8721**	0,8433***	0,8489***	0,9180
norte	1,1579	0,9144	1,6298***	1,3176***	1,3337***	1,6493***	1,1632*	1,1912**	1,8256***	1,5507***
nordeste	1,5387***	1,0381	1,1407	1,3756***	1,9246***	1,8721***	1,4200***	1,3033***	1,5191***	1,3549***
sul	1,3212**	0,9189	0,7921**	1,2187**	1,1622**	1,1898**	0,8624*	0,9541	1,5582***	1,0540
centro-oeste	1,7061***	1,3841**	1,0749	1,445***	1,7035***	1,7828***	1,1128	1,0772	1,6100***	1,4462***
intercepto	0,2576***	0,4282***	0,6093***	0,1996***	0,3565***	0,3969***	0,3282***	0,2193***	0,0538***	0,0501***
estuda e procura trabalho										
idade (20 a 24)	0,5026***	0,5051***	0,3199***	0,3672***	0,3785***	0,4258***	0,3780***	0,3362***	0,4045***	0,3915***
idade (25 a 29)	0,1429***	0,1329***	0,0728***	0,0991***	0,1396***	0,1581***	0,1605***	0,1653***	0,1774***	0,1731***
raça (branco)	1,3254**	1,1953	1,0072	0,8774	0,8377**	0,9021	1,0045	1,1456*	0,9516	1,2589***
anos de estudo (4 a 7)	9,0881***	5,6358***	5,7585***	6,1683***	5,7998***	5,8177***	6,134***	4,6122***	5,9637***	5,0224***
anos de estudo (8 a 10)	26,7859***	16,5545***	18,3639***	19,6466***	17,0975***	22,4686***	25,064***	17,7264***	17,2248***	17,1436***
anos de estudo (11 a 14)	28,4634***	9,7338***	8,8186***	8,0664***	5,1823***	5,8194***	7,0623***	6,4527***	5,5624***	6,0655***
anos de estudo (15 ou mais)	24,9493***	12,2766***	13,6997***	5,8683***	4,5586***	7,8975***	8,4253***	6,9528***	4,3377***	6,4734***
unipessoal	2,1136**	1,3600	0,5958**	0,6405**	0,614***	0,9592	1,0275	0,9341	1,2082	0,9879
casal sem filho	1,0056	0,9299	0,5505*	0,6568	0,9431	0,6984*	0,6930*	0,7623	0,8553	1,0717
monoparental	0,7448*	0,9572	0,8409*	0,7742***	0,8732*	0,8612**	0,8415**	0,7897***	0,7154***	0,9672
razão de dependência	1,7312	1,5089	1,3141	1,6778**	1,2115	1,3720	1,1142	0,9145	1,0132	0,9602
quartil da renda fam. per cap. (2º)	1,0476	1,0615	0,9493	1,0794	0,8989	0,8469*	0,8835	0,9722	0,9270	0,8073*
quartil da renda fam. per cap. (3º)	0,9930	1,0731	1,2986*	1,4217***	0,9627	1,0156	1,2716**	1,0951	1,1276	0,9069
quartil da renda fam. per cap. (4º)	1,4233	2,0469***	2,2253***	1,629***	1,7002***	2,2287***	2,1183***	2,2378***	1,997***	1,4667**
região metropolitana	0,8103	1,1272	0,9343	1,0914	1,2715***	1,2857***	1,4179***	1,4726***	1,1454	1,2360**
norte	1,0982	0,8890	2,0817***	1,2928*	1,099	1,3179***	0,9971	1,0942	1,5570***	1,3585**
nordeste	2,0779***	1,2678	1,0798	1,3973***	1,2127**	1,4673***	1,0453	1,1618	1,4615***	1,1564
sul	1,8117***	0,6189**	0,6602***	1,1453	1,0291	0,8777	0,6366***	0,8180*	1,2361	0,6143***
centro-oeste	2,6398***	1,2554	1,0194	1,9378***	1,4046***	1,4165***	0,9867	1,1955	1,6089***	1,2901*
intercepto	0,0373***	0,0774***	0,2055***	0,1053***	0,3089***	0,1841***	0,1777***	0,1220***	0,0784***	0,0953***
não trabalha e nem estuda, mas procura trabalho										
idade (20 a 24)	1,7208***	2,0433***	1,8811***	1,8866***	1,8562***	1,6955***	1,6412***	1,6796***	1,9462***	1,7685***

idade (25 a 29)	1,6311***	1,9157***	2,2923***	1,8242***	2,2266***	1,8365***	1,7728***	1,8563***	1,8646***	1,7438***
raça (branco)	0,793**	1,0317	0,9302	0,8308**	0,8237**	0,8187***	0,8383**	0,8947	0,8435**	0,7938***
anos de estudo (4 a 7)	3,6357***	2,821***	2,1622***	2,6537***	2,5523***	2,6474***	2,8632***	3,268***	2,8621***	3,4837***
anos de estudo (8 a 10)	4,5912***	4,2298***	2,6744***	3,786***	3,3449***	3,8088***	4,9059***	5,2859***	3,7633***	4,5449***
anos de estudo (11 a 14)	5,5509***	3,6571***	2,9056***	3,7985***	4,1576***	5,3782***	8,1592***	7,6725***	4,2535***	4,7527***
anos de estudo (15 ou mais)	10,0743***	3,4912***	3,1171**	2,4399**	4,4971***	8,5112***	10,9807***	15,6929***	3,9904***	6,443***
unipessoal	2,8315***	1,5419**	1,1154	0,9745	1,0574	1,0310	1,0100	0,9700	1,1542	0,9518
casal sem filho	2,4156***	2,3226***	1,7061***	2,3126***	1,8922***	1,3856**	2,1401***	1,1145	1,5168***	1,6457***
monoparental	1,2823**	1,0769	1,1639*	1,0309	0,9800	1,0200	0,9960	0,9213	0,9251	0,9825
razão de dependência	0,9023	0,8838	0,8243	1,4060	0,8153	1,0610	1,3148	0,8939	0,9157	0,6468**
quartil da renda fam. per cap. (2º)	0,8943	0,9278	0,6141***	0,6578***	0,6023***	0,5555***	0,5632***	0,6346***	0,7714***	0,6133***
quartil da renda fam. per cap. (3º)	0,6991**	0,5721***	0,4407***	0,6085***	0,4331***	0,4733***	0,4168***	0,5156***	0,5424***	0,4417***
quartil da renda fam. per cap. (4º)	0,3899***	0,3675***	0,3858***	0,3279***	0,2673***	0,2248***	0,2332***	0,3202***	0,4369***	0,2976***
região metropolitana	0,7867**	0,9070	1,0878	0,9725	1,1464**	1,1880***	1,1611**	0,9857	0,9992	1,1893**
norte	0,4392***	0,5597***	0,7885*	0,4880***	0,6012***	0,6405***	0,4865***	0,5744***	0,8002**	0,8485
nordeste	0,7997*	0,6684***	0,6835***	0,5579***	0,7986**	0,6783***	0,6114***	0,8110**	0,9010	0,8453*
sul	1,3841**	1,0339	0,7082***	1,3356***	0,9747	0,9391	0,7463***	0,8204*	0,9741	0,8629
centro-oeste	0,7056**	0,8794	0,7626**	1,0144	1,1861	1,0519	0,8392*	0,9142	0,9155	0,8352
intercepto	0,5455***	0,5219***	0,7428**	0,5078***	0,6870***	0,5652***	0,5122***	0,3086***	0,2606***	0,3631***
Número de Obs.	30.566	31.181	34.466	34.740	37.542	43.245	44.866	41.716	36.305	36.001
Pseudo-R ²	0,1708	0,1712	0,1793	0,1838	0,1903	0,1844	0,1879	0,1958	0,1999	0,1960

Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados das PNADs.

Notas: (1) coeficientes em termos de Razão de Riscos Relativos (RRR);

(2) *p-valor<0,10, **p-valor<0,05 e ***p-valor<0,01;

(3) categoria omitida: não trabalha, não estuda e nem procura trabalho.

**TABELA 4 – Resultados dos modelos multinomiais para as combinações de estudo, trabalho e procura por trabalho
(Brasil - mulheres jovens de 15 a 29 anos)**

	1987	1990	1993	1996	1999	2002	2005	2008	2011	2014
só trabalha										
idade (20 a 24)	0,7843***	0,8225***	1,0273	1,2404***	1,4382***	1,4219***	1,5106***	1,444***	1,6725***	1,5316***
idade (25 a 29)	0,6852***	0,8009***	1,1149**	1,3474***	1,7724***	1,8307***	2,0584***	1,8146***	2,0317***	1,9352***
raça (branco)	0,7257***	0,6979***	0,7077***	0,7554***	0,7921***	0,7943***	0,8571***	0,7302***	0,8132***	0,768***
anos de estudo (4 a 7)	1,0925**	1,0953*	1,1418***	1,1921***	1,1624***	1,2815***	1,4368***	1,6732***	1,7300***	2,0377***
anos de estudo (8 a 10)	1,1335**	1,2691***	1,2666***	1,4385***	1,4200***	1,4959***	1,7822***	2,1340***	2,3656***	2,8937***
anos de estudo (11 a 14)	2,4600***	2,4234***	2,4657***	2,6384***	2,636***	2,5485***	3,0469***	3,1510***	2,9847***	3,8210***
anos de estudo (15 ou mais)	6,4513***	6,4681***	6,0961***	8,4533***	7,0188***	7,1460***	6,1927***	6,8516***	5,3603***	6,8002***
unipessoal	4,1398***	4,1726***	3,0769***	4,0996***	3,3173***	3,3933***	2,6089***	2,4082***	2,5984***	2,7633***
casal sem filho	0,6211***	0,6971***	0,7478***	0,845***	0,8370***	0,9517	0,9617	1,0215	1,0467	1,1953***
monoparental	4,8012***	4,5003***	3,2749***	3,3613***	3,1601***	2,6499***	2,1527***	2,2662***	2,5588***	2,6221***
razão de dependência	0,4804***	0,4730***	0,4131***	0,4737***	0,4197***	0,6581***	0,4888***	0,9156	1,0505	0,9739
quartil da renda fam. per cap. (2º)	1,5012***	1,3569***	1,8537***	2,6156***	2,1076***	2,7497***	2,0259***	3,0478***	3,2054***	3,0402***
quartil da renda fam. per cap. (3º)	2,1503***	1,9428***	2,6452***	3,7751***	3,2675***	4,6839***	3,8432***	6,9950***	9,4273***	9,1418***
quartil da renda fam. per cap. (4º)	3,2303***	2,8716***	3,6341***	5,4277***	4,1531***	5,3257***	4,5151***	9,7333***	15,5646***	19,0217***
região metropolitana	1,0544	0,9374*	0,8615***	0,8598***	0,8107***	0,9065***	0,9686	1,0081	0,9039***	0,9924
norte	0,7317***	0,6733***	0,8697**	0,7134***	0,8423***	0,7380***	0,6997***	0,7082***	0,6651***	0,7406***
nordeste	0,8846***	0,8504***	1,0665	0,9533	1,0280	0,8931***	0,9113**	1,0127	0,8647***	0,9833
sul	1,2424***	1,0883*	1,4348***	1,2168***	1,1763***	1,1432***	1,0753	1,2658***	1,1615***	1,2537***
centro-oeste	0,7887***	0,7640***	0,9531	0,9055*	0,9833	0,8316***	0,8892**	0,8931**	0,7546***	0,8506***
intercepto	0,7291***	0,8662*	0,5740***	0,2422***	0,3049***	0,2454***	0,2634***	0,1294***	0,0721***	0,0484***
só estuda										
idade (20 a 24)	0,0832***	0,0781***	0,0803***	0,0955***	0,1121***	0,1302***	0,1371***	0,1342***	0,1622***	0,1751***
idade (25 a 29)	0,0202***	0,0181***	0,0219***	0,0223***	0,0326***	0,0441***	0,0508***	0,0507***	0,0545***	0,0544***
raça (branco)	0,9260	0,9353	0,9416	1,0032	0,9975	1,0404	1,1595***	1,1274***	1,2683***	1,3029***
anos de estudo (4 a 7)	3,2502***	2,8675***	3,1318***	3,0541***	2,7774***	1,9695***	1,5724***	2,5251***	2,7657***	3,6652***

anos de estudo (8 a 10)	8,7654***	7,7286***	9,0299***	7,8218***	6,8578***	4,3246***	3,1526***	4,902***	4,8779***	7,1629***
anos de estudo (11 a 14)	7,4143***	6,0556***	6,2081***	3,6299***	2,0069***	0,9958	0,6976***	1,0388	1,0275	2,246***
anos de estudo (15 ou mais)	18,3165***	11,9558***	5,5087***	12,8735***	4,5719***	1,8477***	0,7707	1,9852***	1,8436***	3,169***
unipessoal	2,0874***	1,2634	1,3190**	1,8003***	1,4129***	1,7796***	1,2407*	1,1208	1,5008***	1,595***
casal sem filho	0,125***	0,1332***	0,1277***	0,1408***	0,1557***	0,1906***	0,1426***	0,2117***	0,2123***	0,2403***
monoparental	2,1133***	2,296***	1,6439***	1,6104***	1,9387***	1,6799***	1,4172***	1,4584***	1,6133***	1,6158***
razão de dependência	0,1205***	0,0925***	0,0949***	0,0927***	0,0811***	0,1164***	0,0813***	0,1213***	0,1084***	0,1238***
quartil da renda fam. per cap. (2º)	1,0144	1,0231	1,1262**	1,2979***	1,2194***	1,3893***	1,2051***	1,4239***	1,2373***	1,2801***
quartil da renda fam. per cap. (3º)	1,1111	1,4769***	1,5449***	1,4631***	1,7044***	2,348***	2,3454***	2,5672***	1,9517***	2,2140***
quartil da renda fam. per cap. (4º)	2,659***	3,2272***	3,9864***	3,2481***	6,0644***	9,9815***	10,425***	10,4938***	6,5992***	6,4801***
região metropolitana	1,1693***	1,0677	1,0784*	1,0745*	0,9811	0,9984	1,1672***	1,1253***	1,056	1,1498***
norte	2,4483***	2,1165***	2,1553***	2,6296***	2,2438***	1,7287***	1,6706***	1,815***	1,6531***	1,5302***
nordeste	2,8472***	2,3716***	2,2718***	2,3701***	2,1924***	1,8886***	1,7948***	1,7810***	1,5499***	1,5016***
sul	0,9571	0,8039***	0,9159	0,9835	0,8372***	0,9234	0,8456**	1,0993	0,9083	0,8438**
centro-oeste	1,4331***	1,2124***	1,2145***	1,5224***	1,2333***	1,0795	1,1176*	1,1641**	1,1600**	1,0488
intercepto	0,5459***	0,7478***	0,7100***	0,6317***	0,9106	1,1932*	1,5137***	0,8097*	0,8965	0,4695***
trabalha e estuda										
idade (20 a 24)	0,2561***	0,2116***	0,2383***	0,2860***	0,3577***	0,4074***	0,4671***	0,4907***	0,5504***	0,5816***
idade (25 a 29)	0,0825***	0,0778***	0,0970***	0,1226***	0,2017***	0,2674***	0,3697***	0,3608***	0,3917***	0,3589***
raça (branco)	0,7283***	0,7648***	0,7879***	0,8884**	0,8828***	0,9059**	0,9488	0,9917	1,0610	1,0382
anos de estudo (4 a 7)	2,2073***	2,0301***	1,9896***	2,5303***	1,7554***	1,8500***	1,4502***	2,0495***	2,9045***	4,142***
anos de estudo (8 a 10)	6,9840***	6,0442***	6,456***	7,828***	6,5351***	5,4164***	4,5376***	6,7116***	8,9795***	17,1689***
anos de estudo (11 a 14)	9,9476***	6,9237***	6,5882***	6,5670***	3,5561***	2,9351***	2,4859***	3,7031***	5,6257***	14,2284***
anos de estudo (15 ou mais)	15,9302***	11,3105***	7,6080***	17,2479***	6,0845***	4,0883***	2,0515***	2,8894***	4,4026***	8,505***
unipessoal	4,0268***	3,1793***	3,0031***	2,6810***	3,3678***	2,8933***	2,1532***	2,0502***	2,7800***	2,6490***
casal sem filho	0,2146***	0,2047***	0,2289***	0,2620***	0,2506***	0,3072***	0,3567***	0,4237***	0,4531***	0,4825***
monoparental	3,9727***	3,8434***	2,9331***	2,6027***	3,0121***	2,5639***	2,0882***	2,1024***	2,6174***	2,5612***
razão de dependência	0,2406***	0,1751***	0,1314***	0,0973***	0,0788***	0,1354***	0,1126***	0,1841***	0,2492***	0,2398***
quartil da renda fam. per cap. (2º)	1,3615***	1,6870***	1,7108***	1,9046***	1,9033***	1,9304***	1,6534***	2,3061***	2,3291***	2,6421***
quartil da renda fam. per cap. (3º)	2,0378***	2,3955***	2,4685***	2,6246***	2,9601***	4,0638***	3,8175***	6,1645***	8,5658***	8,3006***

quartil da renda fam. per cap. (4º)	4,3395***	5,0628***	5,1269***	4,8933***	6,9800***	12,0047***	11,5822***	19,5924***	26,9199***	29,9781***
região metropolitana	0,9301	0,8337***	0,7331***	0,7936***	0,7548***	0,8827***	1,0288	0,9555	0,7990***	1,0590
norte	1,2846***	1,0579	1,5657***	1,5298***	1,5462***	1,547***	1,3137***	1,2784***	1,1998**	1,1288*
nordeste	1,6362***	1,2895***	1,6427***	1,3737***	1,6699***	1,7372***	1,4558***	1,5318***	1,2490***	1,3215***
sul	1,1144	0,8004***	1,0218	1,1452**	1,0906	1,3292***	1,2161***	1,3864***	1,2657***	1,3616***
centro-oeste	1,3204***	1,1137	1,1050	1,3235***	1,4597***	1,2977***	1,2277***	1,2974***	1,1265*	1,1447*
intercepto	0,2017***	0,3347***	0,3713***	0,1922***	0,2830***	0,2231***	0,2601***	0,0955***	0,0331***	0,0118***
estuda e procura trabalho										
idade (20 a 24)	0,2146***	0,1365***	0,1752***	0,1869***	0,2436***	0,3022***	0,3226***	0,2954***	0,3002***	0,3246***
idade (25 a 29)	0,0382***	0,0495***	0,0487***	0,0569***	0,0854***	0,1231***	0,1618***	0,1446***	0,1686***	0,1243***
raça (branco)	0,7852**	0,8797	0,7617***	0,9012	0,8669**	0,9130	0,9327	0,9513	1,1208	1,0838
anos de estudo (4 a 7)	4,9735***	3,7993***	4,1828***	4,1700***	2,9277***	2,2135***	1,9213***	1,7114***	3,9296***	1,8178**
anos de estudo (8 a 10)	18,4258***	13,3061***	18,3138***	13,2218***	11,6756***	8,1788***	7,223***	7,2056***	12,1131***	6,7727***
anos de estudo (11 a 14)	16,4601***	10,9234***	10,6034***	5,7239***	4,0627***	2,6321***	2,3131***	2,377***	3,5825***	3,1025***
anos de estudo (15 ou mais)	47,4843***	30,8628***	15,4885***	12,4228***	10,43***	2,8347***	2,077***	2,8658***	5,0082***	3,6376***
unipessoal	3,5098***	1,8721**	1,8855***	1,8476***	2,1471***	2,4181***	2,0516***	2,0837***	2,0945***	1,8469***
casal sem filho	0,1821***	0,1434***	0,1847***	0,1574***	0,2372***	0,2734***	0,2585***	0,3704***	0,3791***	0,4429***
monoparental	3,5359***	3,1846***	2,1938***	2,1987***	2,5977***	2,4505***	1,9603***	1,9376***	2,1164***	2,0368***
razão de dependência	0,1086***	0,0501***	0,0699***	0,0406***	0,039***	0,0818***	0,0638***	0,0892***	0,099***	0,1124***
quartil da renda fam. per cap. (2º)	0,8776	0,8770	1,0142	0,7951**	0,9615	1,0052	1,0745	1,2474***	1,2415**	1,0100
quartil da renda fam. per cap. (3º)	1,0367	0,8730	1,0616	0,8623	1,0529	1,392***	1,4194***	1,8391***	1,6756***	1,6206***
quartil da renda fam. per cap. (4º)	1,4080*	1,1422	1,7348***	1,0661	1,9219***	2,8017***	3,0068***	3,9385***	3,6669***	2,6866***
região metropolitana	1,2558**	1,2571**	1,2766***	1,3898***	1,3100***	1,5727***	1,5093***	1,4395***	1,0703	1,3546***
norte	0,8460	1,0550	2,3944***	1,4439***	1,5631***	1,4218***	1,1026	0,9825	1,2897**	1,2021*
nordeste	2,368***	1,3221**	2,075***	1,5684***	1,5675***	1,4329***	1,0891	1,1637**	1,2049**	1,223**
sul	0,9855	0,8892	1,0213	0,9743	1,0279	1,1233	0,7157***	0,9849	0,8596	0,8558
centro-oeste	1,1851	1,1115	1,0018	1,725***	1,3095***	1,0986	1,1669*	1,1683*	1,2163*	1,3173***
intercepto	0,0291***	0,0827***	0,1013***	0,1583***	0,2416***	0,2059***	0,3032***	0,1733***	0,0679***	0,1138***

não trabalha e nem estuda, mas
procura trabalho

idade (20 a 24)	0,7187***	0,6169***	0,7847***	0,8214***	1,0011	0,9957	1,1097*	1,0472	1,1035	1,0387
idade (25 a 29)	0,4847***	0,4743***	0,7184***	0,7068***	0,9750	0,8724**	0,9322	0,9660	0,9969	0,9399
raça (branco)	0,8052***	0,6986***	0,7698***	0,8265***	0,7634***	0,8036***	0,8481***	0,7775***	0,8864**	0,8612***
anos de estudo (4 a 7)	1,6363***	1,5069***	1,5084***	1,4883***	1,3552***	1,324***	1,7353***	1,7749***	1,4985***	1,5991***
anos de estudo (8 a 10)	2,6606***	2,4763***	1,9615***	2,063***	1,6831***	1,6603***	2,1157***	2,5841***	1,8438***	2,1135***
anos de estudo (11 a 14)	6,0081***	6,0372***	4,089***	3,5634***	4,262***	3,9719***	4,5579***	5,0607***	3,2863***	3,7388***
anos de estudo (15 ou mais)	14,2079***	11,8305***	9,4891***	8,0686***	9,1605***	8,1671***	8,3086***	11,4852***	6,3839***	6,7012***
unipessoal	2,8678***	2,4691***	2,0515***	3,1551***	2,2938***	2,3874***	1,9361***	1,5919***	1,4228***	1,9679***
casal sem filho	0,6286***	0,5713***	0,9087	0,7935**	0,756***	0,9122	1,0395	1,1563*	0,9083	1,0347
monoparental	2,7367***	2,7772***	2,9098***	2,4587***	2,4967***	2,1214***	1,9353***	1,7936***	1,6865***	2,0170***
razão de dependência	0,1412***	0,1161***	0,2096***	0,2632***	0,2296***	0,3158***	0,3443***	0,3056***	0,3875***	0,3001***
quartil da renda fam. per cap. (2º)	0,5983***	0,677***	0,7085***	0,785***	0,6798***	0,7796***	0,8192***	0,8181***	0,8015***	0,7500***
quartil da renda fam. per cap. (3º)	0,5025***	0,5722***	0,5682***	0,6517***	0,5523***	0,5757***	0,7019***	0,647***	0,6231***	0,651***
quartil da renda fam. per cap. (4º)	0,2848***	0,3623***	0,3445***	0,4164***	0,3596***	0,3629***	0,4298***	0,3844***	0,414***	0,4734***
região metropolitana	1,3346***	1,6766***	1,3994***	1,3638***	1,2997***	1,3367***	1,4368***	1,491***	1,0510	1,1576***
norte	0,5915***	0,8030*	1,2683**	0,8155**	0,7369***	0,6406***	0,5943***	0,5812***	0,5925***	0,6997***
nordeste	0,9435	0,8369*	1,1461**	0,7588***	0,6809***	0,6269***	0,734***	0,8012***	0,7612***	0,7294***
sul	1,1755	1,0428	1,1876**	1,1177	1,0545	0,8935	0,8011***	0,9034	0,9122	0,7931***
centro-oeste	0,8039*	0,8522	1,0358	1,0183	0,9123	0,6142***	0,7914***	1,0196	0,7036***	0,7561***
intercepto	0,2409***	0,2198***	0,248***	0,3175***	0,4622***	0,4685***	0,3400***	0,2510***	0,3226***	0,3014***
Número de Obs.	33.712	33.511	37.009	36.274	39.325	45.511	46.490	42.460	37.380	36.718
Pseudo-R²	0,1714	0,1763	0,1731	0,1877	0,1886	0,1863	0,1817	0,1941	0,2058	0,1977

Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados das PNADs.

Notas: (1) coeficientes em termos de Razão de Riscos Relativos (RRR);

(2) *p-valor<0,10, **p-valor<0,05 e ***p-valor<0,01;

(3) categoria omitida: não trabalha, não estuda e nem procura trabalho.

FIGURA 16 – Evolução do efeito marginal da variável de raça (branca) sobre as probabilidades preditas (% - Brasil, homens jovens de 15 a 29 anos)

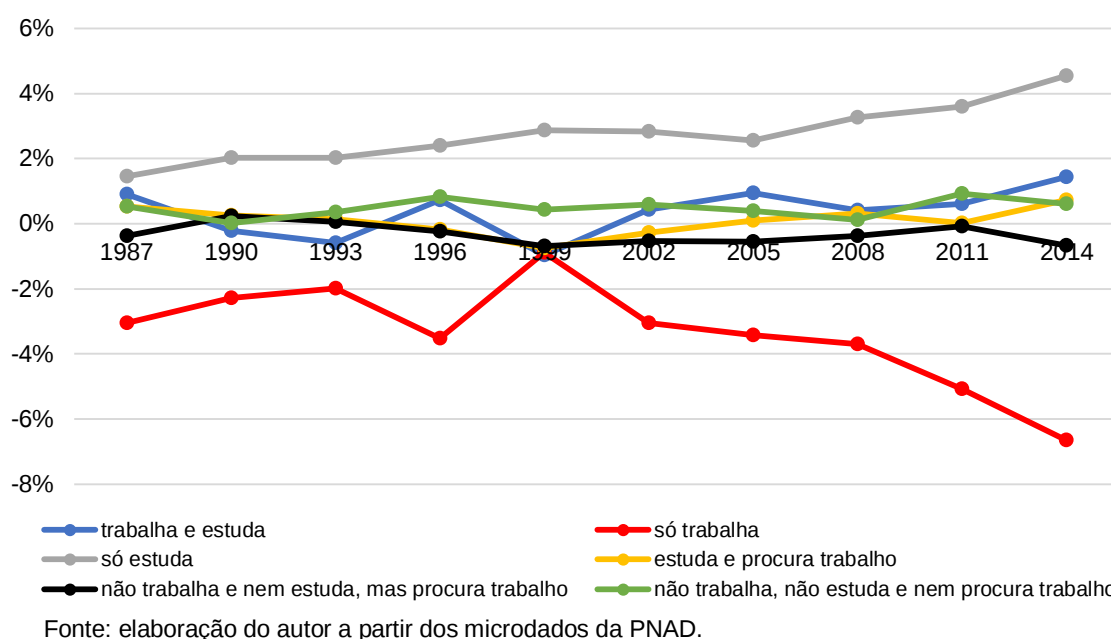
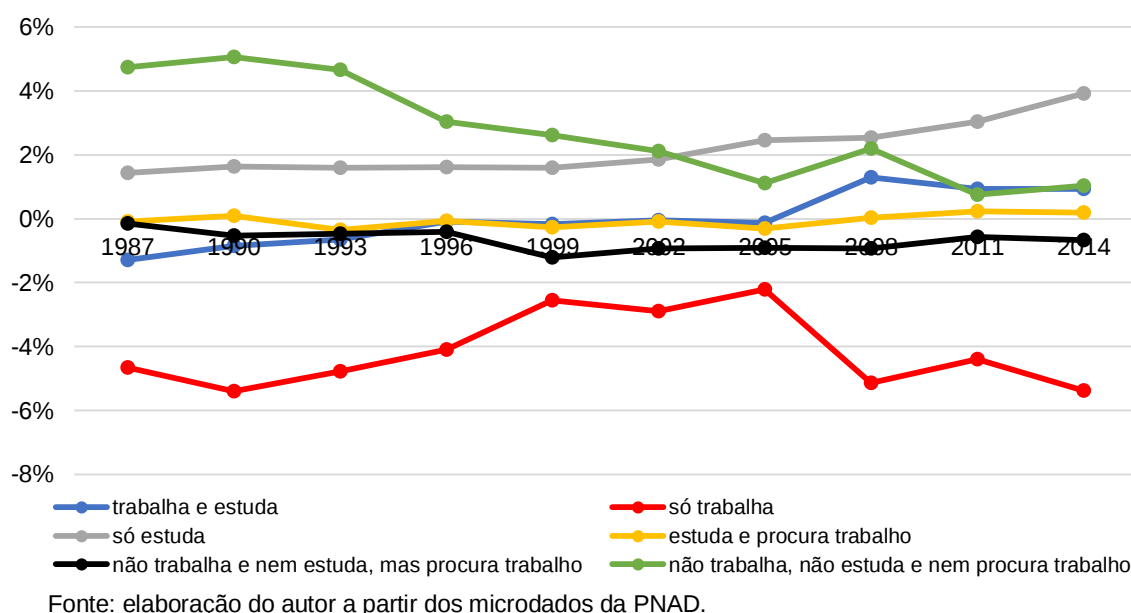


FIGURA 17 – Evolução do efeito marginal da variável de raça (branca) sobre as probabilidades preditas (% - Brasil, mulheres jovens de 15 a 29 anos)



Os coeficientes das variáveis de grupos de anos de estudo sinalizam aumentos nas chances de os jovens de ambos os sexos estarem em qualquer uma das demais categorias de ocupação, vis-à-vis serem nem-nem-nem. Os efeitos marginais desses regressores encontram-se ilustrados nos gráficos da Figura 18, e apontam um efeito

no sentido de reduzir as chances da inatividade, com maior magnitude no caso das mulheres.

Em relação aos jovens sem instrução e com até 3 anos de estudo (grupo base), os resultados para a variável de grupo educacional de 4 a 7 anos, que contempla em sua maioria jovens de 15 a 19 anos, apresentaram efeitos marginais com maiores magnitudes sobre as chances de apenas estudar, e de trabalhar e estudar. É importante destacar como a partir da segunda metade da década de 2000 a categoria de trabalho e estudo ganhou força entre as jovens do sexo feminino. Em paralelo a estes efeitos, houve redução nas chances de os jovens apenas trabalharem, apesar de que tal efeito foi perdendo força com o passar dos anos.

Para o segundo grupo de anos de estudo (8 a 10 anos), além de se observar novamente efeitos marginais expressivos sobre as probabilidades de trabalhar e estudar, e somente estudar, também chama a atenção o crescimento da categoria “estuda e procura trabalho”.

Efeitos diferentes dos anteriores podem ser notados para o terceiro grupo educacional (11 a 14 anos de estudo), que em geral corresponde àqueles que estão cursando o ensino médio. Para os homens jovens, o efeito marginal sobre as chances de apenas estudar vai decrescendo com o tempo (chegando a se tornar negativo), à medida em que crescem as chances de o jovem procurar trabalho (enquanto estuda ou não). Apesar da queda observada ao longo dos anos 1990, os efeitos sobre a categoria de trabalho e estudo também foram elevados, voltando a crescer em meados dos anos 2000.

No caso das mulheres, o resultado que merece maior destaque é o efeito positivo sobre as chances de as mesmas apenas trabalharem. Tal efeito, que era nulo até 1993, torna-se positivo a partir da segunda metade dos anos 1990 e consolida-se nos anos 2000. Simultaneamente, também se verifica aumentos nas chances de as jovens procurarem emprego enquanto não trabalham e nem estudam, juntamente com um aumento relevante na probabilidade de conciliar estudo e trabalho a partir da segunda metade dos anos 2000.

Finalmente, acerca do último grupo de anos de estudo (15 anos ou mais), que contempla o ensino médio completo e o ensino superior, é notório os efeitos positivos

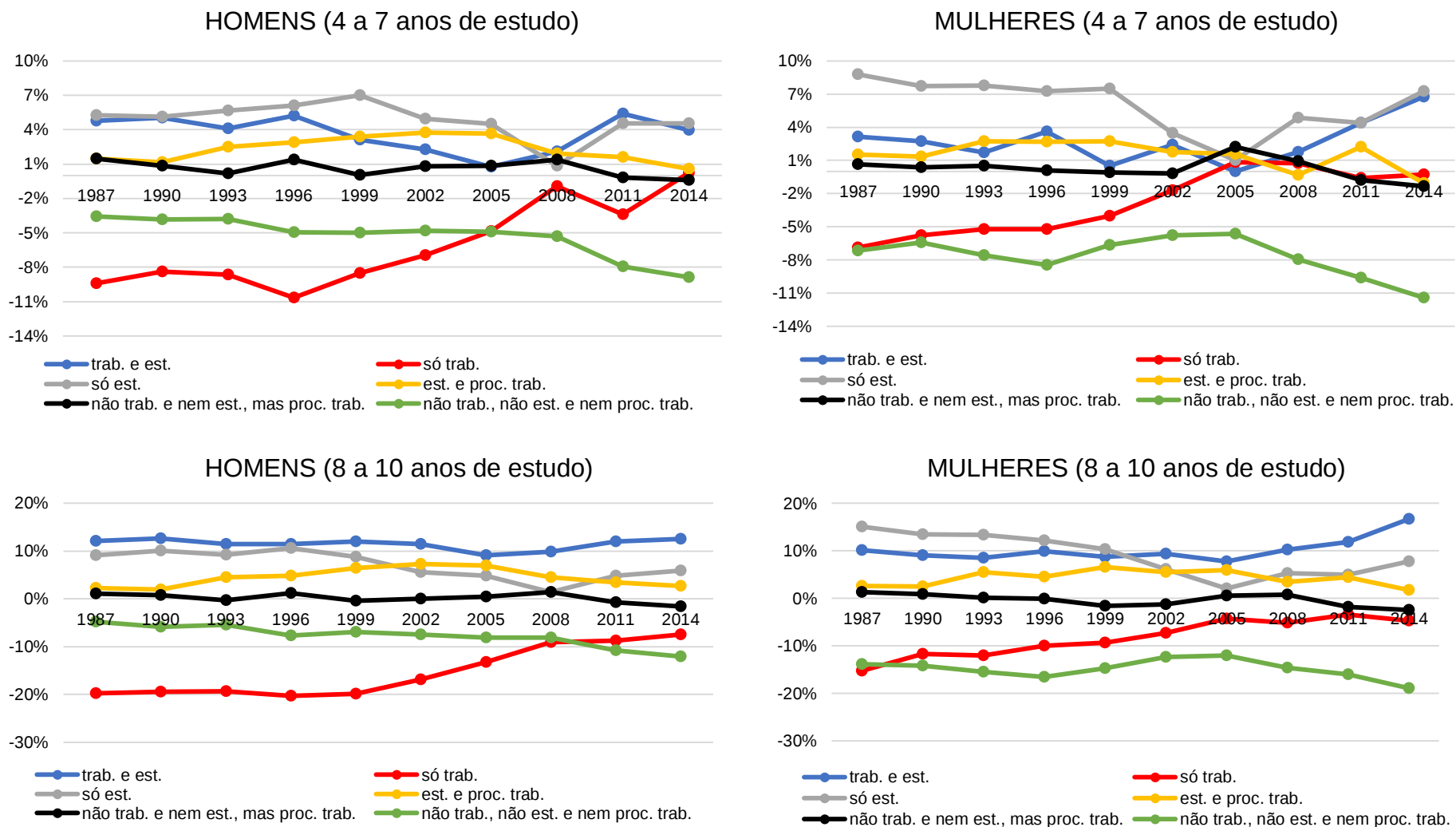
sobre as chances de as mulheres apenas trabalharem, ou estarem procurando emprego. As chances de as mesmas apenas estudarem cai de forma considerável ao longo dos períodos. Com relação aos homens, a categoria “só estuda” também é a que apresenta maior queda, enquanto que os efeitos negativos sobre a categoria “só trabalha” vai perdendo força. Efeitos positivos podem ser observados para as chances de conciliar trabalho e estudo, juntamente com as de procura por trabalho.

O tamanho e a composição do domicílio são fatores relevantes na repartição de recursos e tarefas entre seus membros, tendo, por consequência, efeitos nas escolhas de alocação do tempo por parte dos jovens entre as atividades aqui analisadas. O *trade-off* entre quantidade e qualidade de filhos, apontado inicialmente por Becker (1960), foi um dos elementos que primeiro demonstrou como o tamanho da família afeta os investimentos em educação, influenciando nas escolhas entre estudo e trabalho por parte do jovem. Posteriormente, questões relacionadas à renda familiar e restrições ao crédito, bem como a tolerância da sociedade em relação ao trabalho infantil, também passaram a ser consideradas (CORSEUIL; SANTOS; FOGUEL, 2001).

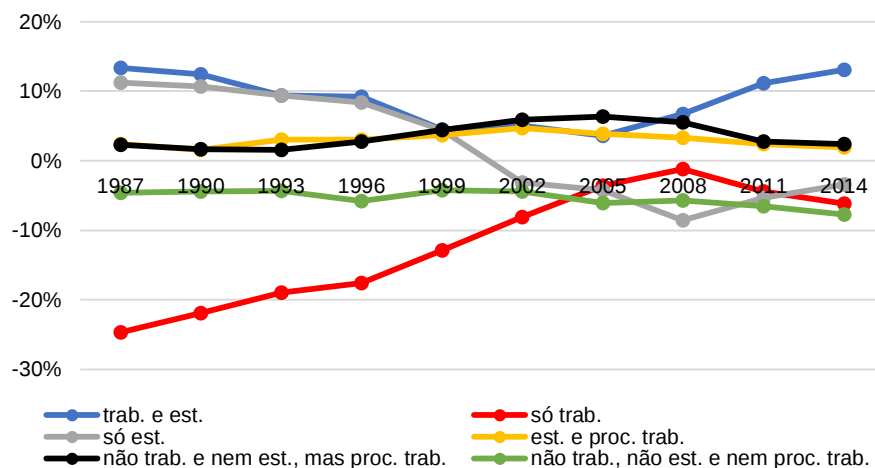
Tendo isso em vista, as Figuras 19 e 20 captam o impacto de variáveis familiares sobre as escolhas dos jovens. Tais efeitos são importantes de serem avaliados, uma vez que representam impactos indiretos oriundos das mudanças demográficas recentes pelas quais o Brasil tem passado, bem como importantes aspectos da transição para a vida adulta. Trabalhos como os de Corseuil, Santos e Foguel (2001) e Cabanas, Komatsu e Menezes Filho (2014) identificaram relação significativa destas variáveis com a alocação de tempo dos jovens.

Os efeitos das variáveis de tipo de família (Figura 19) tomam como referência o tipo familiar “casal com filho(s)”. Inicialmente, observa-se que o arranjo familiar do tipo “unipessoal” aparenta ter efeitos mais relevantes sobre jovens do sexo feminino. Nesse caso, as chances de as jovens apenas trabalharem aumentou em cerca de 10 p.p. ao longo dos anos 2000. Também é notório seu efeito de redução nas chances de dedicação exclusiva aos estudos e de a mesma ser nem-nem-nem, juntamente com um aumento (em menor magnitude) na probabilidade de conciliar estudo e trabalho. Já para os homens, verifica-se apenas efeitos positivos nas chances de apenas trabalhar, concomitante à redução nas chances de apenas estudar.

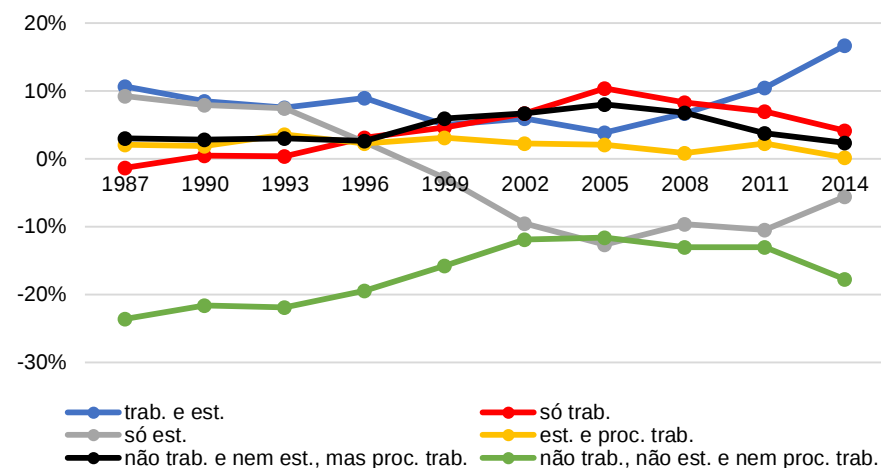
FIGURA 18 – Evolução do efeito marginal das variáveis de anos de estudo sobre as probabilidades preditas (% - Brasil, jovens de 15 a 29 anos)



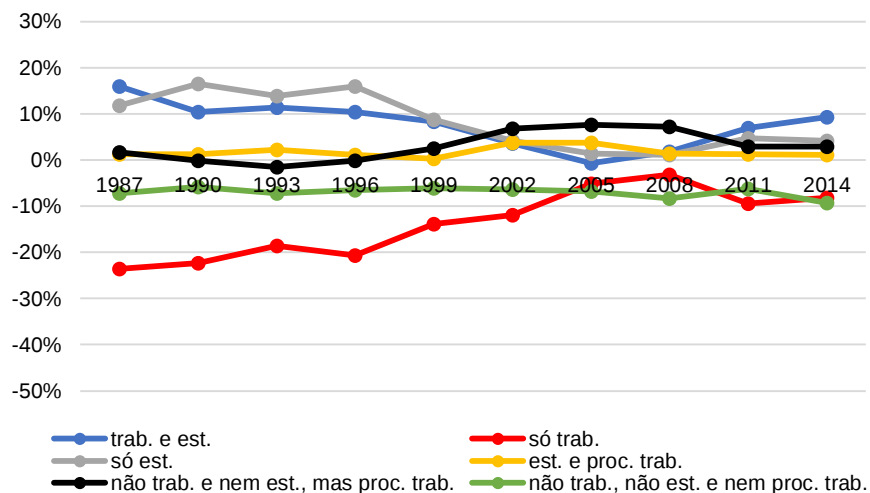
HOMENS (11 a 14 anos de estudo)



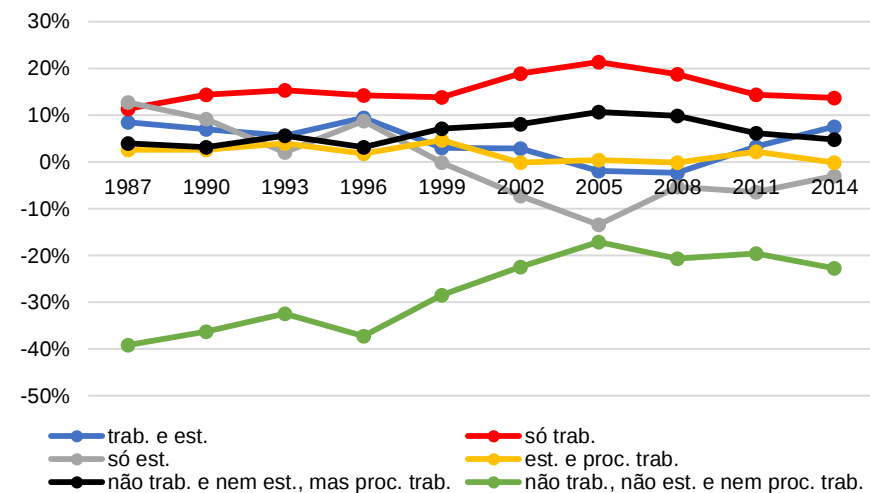
MULHERES (11 a 14 anos de estudo)



HOMENS (15 anos ou mais de estudo)



MULHERES (15 anos ou mais de estudo)



Para o arranjo “casal sem filho(s)”, no caso dos homens, o efeito de modo geral segue a mesma tendência do caso anterior (unipessoal), porém com magnitudes mais elevadas. Dessa forma, este arranjo familiar tem um impacto significativo de aumento nas chances de os jovens apenas trabalharem. Vale ressaltar que este efeito foi caindo com o passar dos anos, variando de mais de 21 p.p., em 1987, para pouco mais de 15 p.p., em 2014. No caso da categoria “só estuda”, os efeitos de redução ficaram em torno de -11 p.p., bem acima dos efeitos observados para a família unipessoal. Adicionalmente, também é possível observar efeitos positivos nas chances de o jovem não estudar e nem trabalhar, mas procurar trabalho.

Já para as mulheres jovens, o resultado mais importante é o efeito positivo sobre as chances de as mesmas serem nem-nem-nem. Isto é, estar casada e sem filhos tem um efeito de aumentar as chances de inatividade sobre as mulheres. Todavia, mais relevante ainda é observar como esse efeito vai se reduzindo com o passar do tempo, enquanto que vai se expandindo as chances de as mulheres apenas trabalharem, ou ao menos procurarem trabalho. Além disso, há também um forte efeito negativo nas chances de as jovens somente estudarem.

O tipo “monoparental” é o arranjo familiar que apresenta as maiores diferenças de gênero entre os jovens. No caso dos homens, o efeito é negativo sobre as chances de apenas trabalhar ou apenas estudar, mas é positivo nas chances de ser nem-nem-nem, ou de apenas procurar trabalho. Enquanto isso, para as mulheres, o efeito é bastante expressivo no aumento da probabilidade de apenas trabalhar (ou de estudar e trabalhar) e negativo nas chances de ser nem-nem-nem. Dado que este arranjo é bem mais comum entre as mulheres, fica claro que ser mãe solteira atua no sentido de ativação das jovens no mercado de trabalho.

A outra variável considerada e que também contempla aspectos familiares é a razão de dependência. Esta consiste na relação entre a quantidade de crianças e idosos e o tamanho da família, tendo por finalidade captar o efeito da presença de membros inativos e que em geral precisam de cuidados diferenciados. De acordo com a literatura, a presença de tais membros no domicílio diminui as chances de o jovem se dedicar exclusivamente ao estudo, uma vez que estes passam a ajudar mais intensamente nas tarefas domésticas e nos cuidados aos membros mais dependentes

(LEME; WAJNMAN, 2000). Inclusive, em alguns casos essa situação chega até mesmo a induzir a ativação precoce dos jovens no mercado de trabalho.

Os gráficos da Figura 20 ilustram os efeitos marginais dessa variável sobre os jovens. No caso dos indivíduos do sexo masculino é notório que, quanto maior a razão de dependência, maiores as chances de os mesmos apenas trabalharem. Durante todo os períodos, o efeito marginal ficou acima de 15 p.p. Além disso, esta variável também agiu no sentido de reduzir as chances de o jovem estar nas demais categorias.

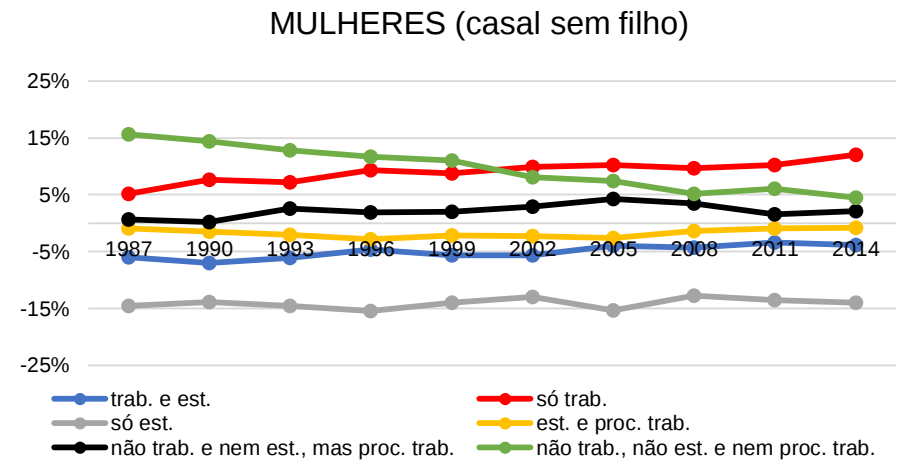
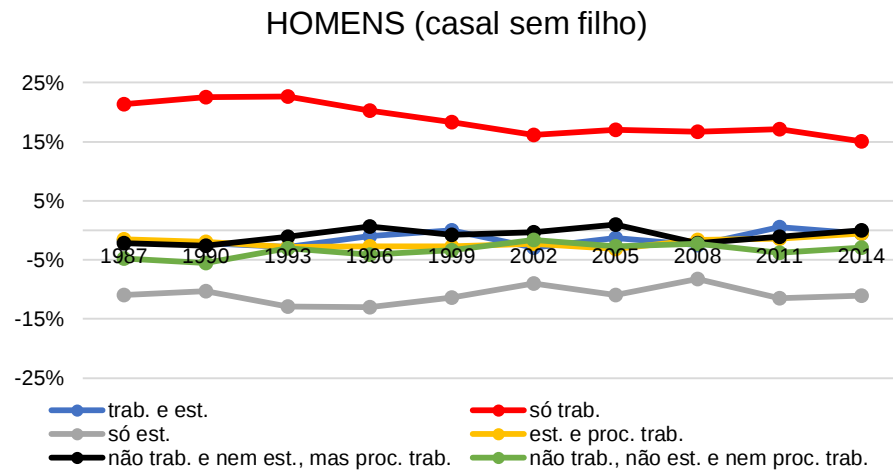
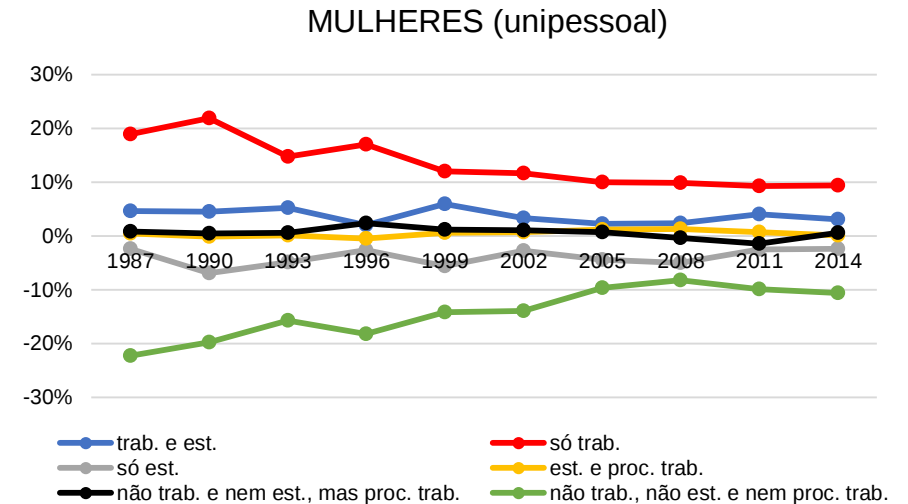
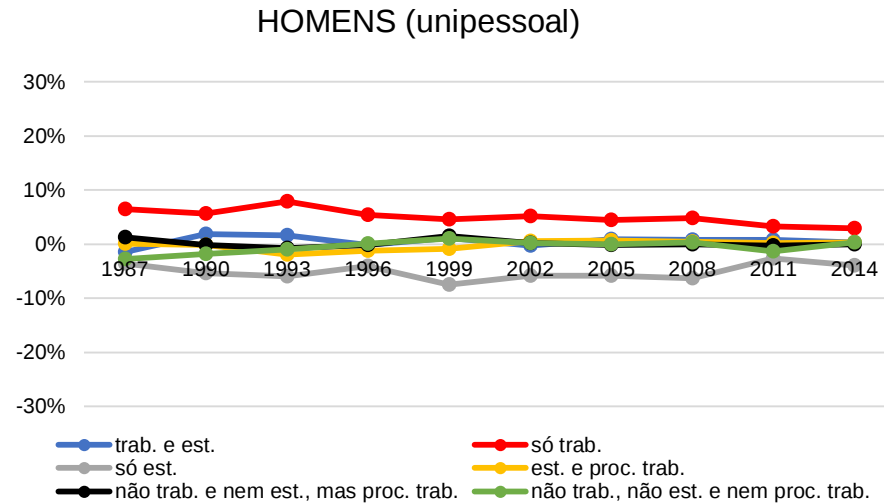
Para as mulheres, os resultados são mais interessantes, pois apresentaram mudanças significativas ao longo dos anos. Até meados de 2005, a situação desse grupo era bem distinto daquilo que se observava para os homens. Isto é, o efeito de uma maior proporção de idosos e crianças na família atuava tanto no sentido de elevar as chances de as mulheres apenas trabalharem, quanto de serem nem-nem-nem (sendo de que o efeito sobre esta última categoria era bem maior). Já, na segunda metade da década de 2000, a situação muda, com a referida variável impactando mais intensamente nas chances de as jovens apenas trabalharem.

Adicionalmente, durante todo o período se verificou uma forte redução nas chances de dedicação exclusiva ao estudo. O efeito marginal ficou em quase -16 p.p. em 2014. Também foi negativo o impacto nas chances de estudar e trabalhar.

Cabanas, Komatsu e Menezes Filho (2014) encontraram uma forte relação entre a renda familiar do jovem e a sua condição de ocupação. Os autores observaram que uma maior renda domiciliar é capaz de proporcionar melhores condições de qualificação para seus filhos, que passam a se dedicar mais aos estudos. Desse modo, os incrementos reais da renda dos trabalhadores adultos, observada ao longo dos anos 2000, seria um fator de destaque na explicação do crescimento da parcela de jovens que apenas estudam (vide Figura 6).

Nessa linha, a Figura 21 traz os gráficos dos efeitos marginais da variável de quartil da renda familiar *per capita*. Nota-se que o efeito da renda segue uma tendência similar entre os jovens de ambos os sexos.

**FIGURA 19 – Evolução do efeito marginal da variável de tipo de família sobre as probabilidades previstas
(% - Brasil, jovens de 15 a 29 anos)**



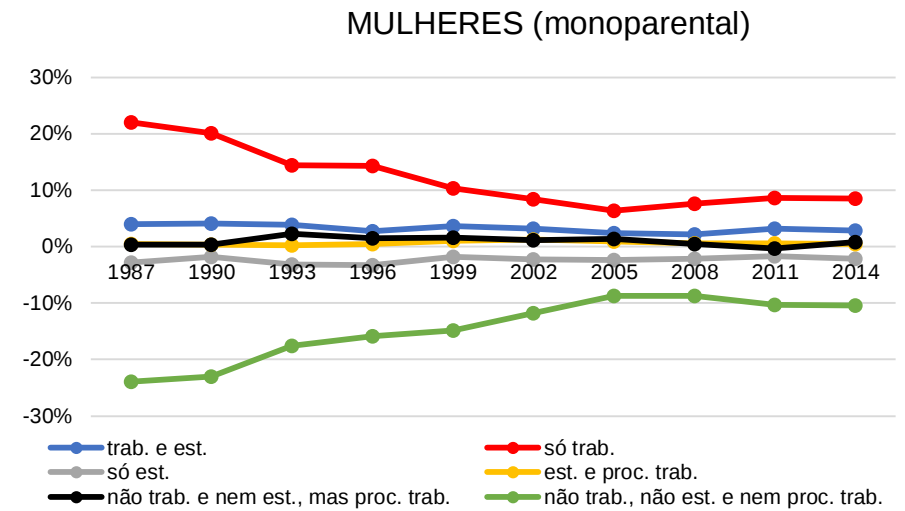
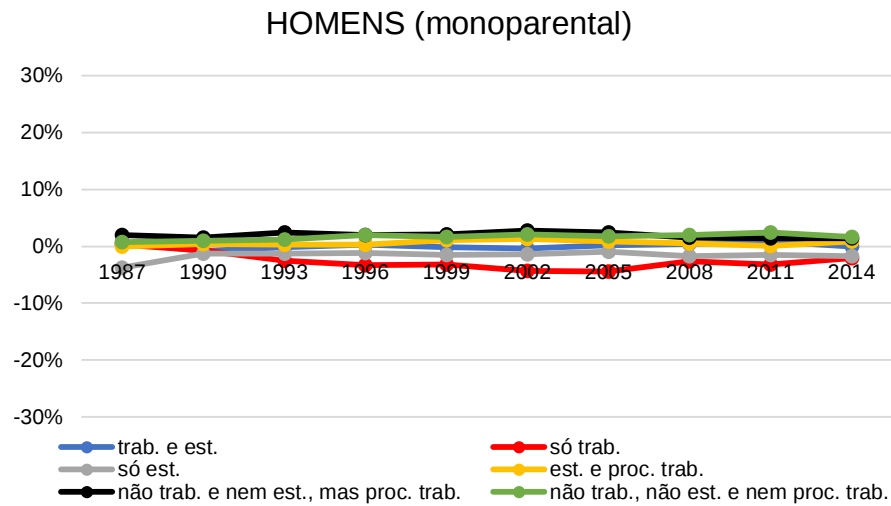
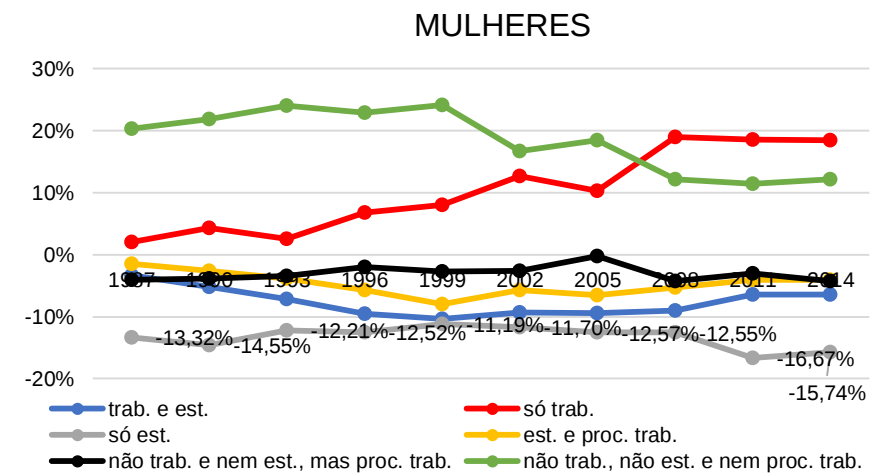
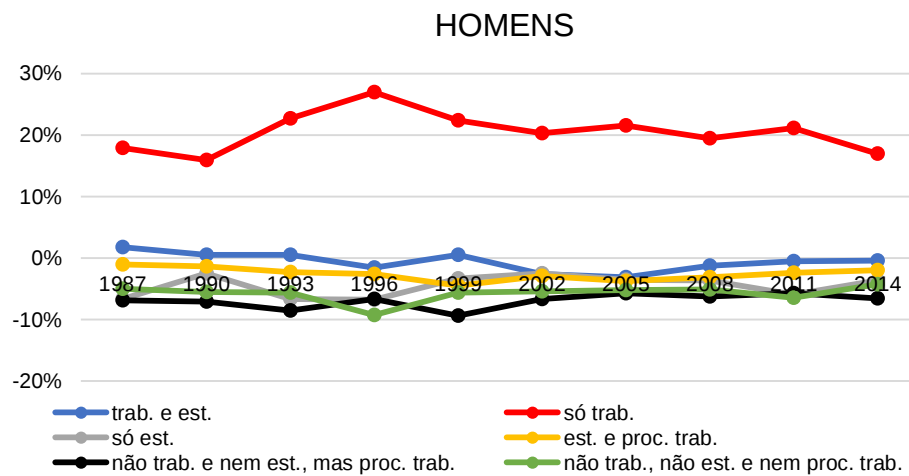


FIGURA 20 – Evolução do efeito marginal da variável de razão de dependência sobre as probabilidades previstas (% - Brasil, jovens de 15 a 29 anos)

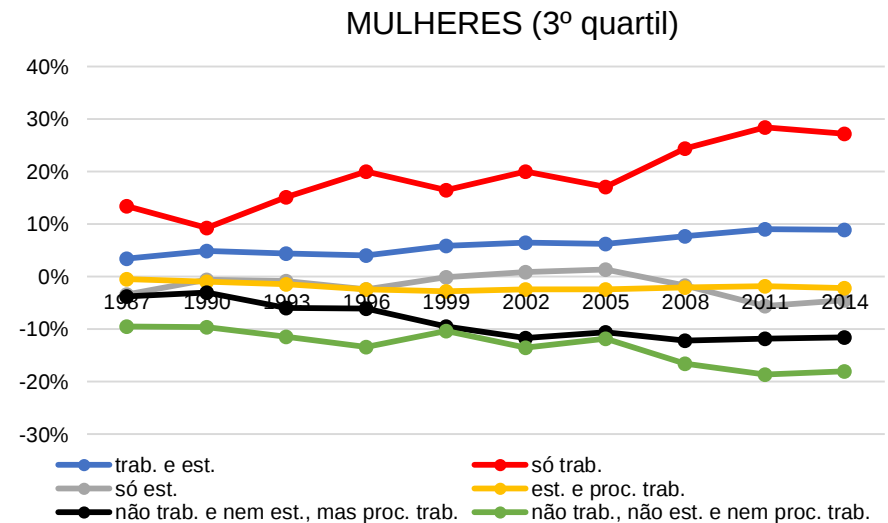
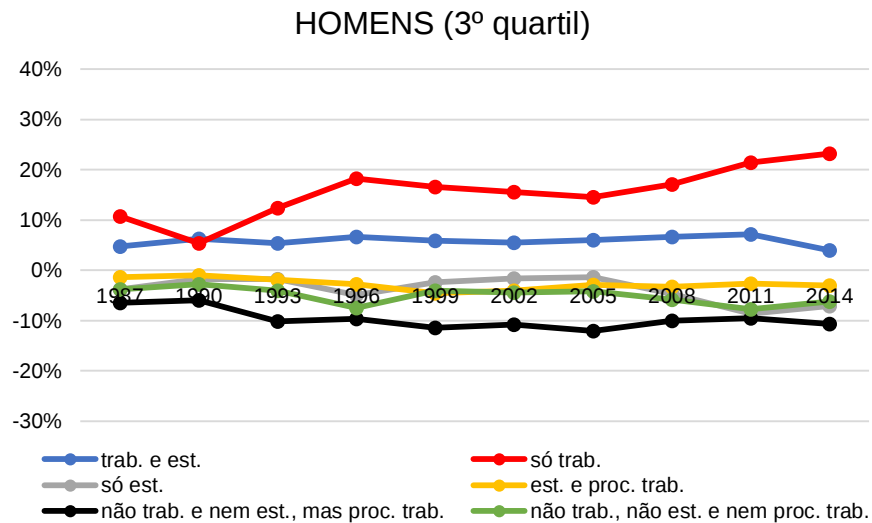
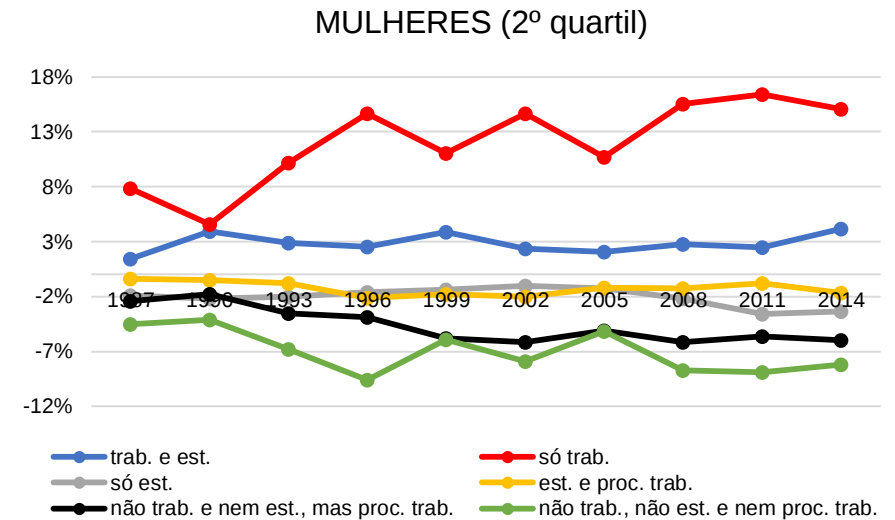
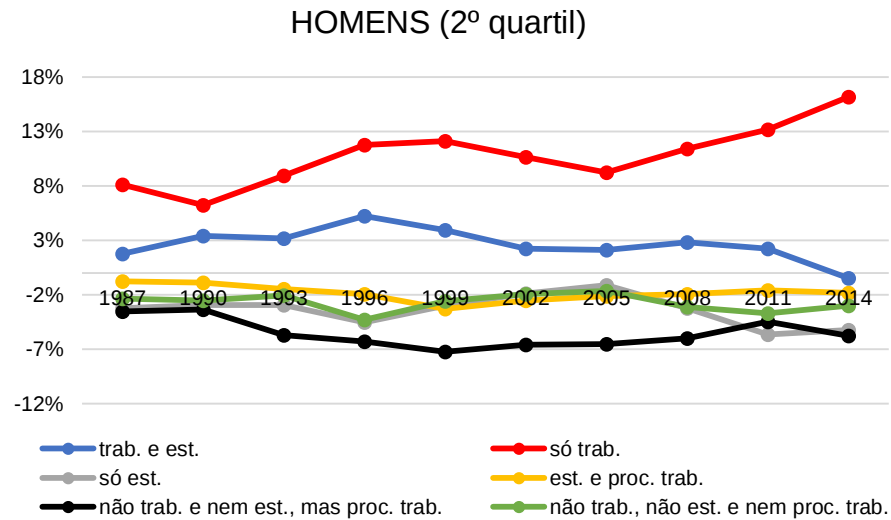


Para aqueles cuja renda familiar se enquadra no segundo ou no terceiro quartil, tem-se um efeito, em relação àqueles situados no primeiro quartil, de aumento nas probabilidades de somente trabalhar e de conciliar estudo e trabalho. Ao mesmo tempo, há efeitos negativos nas chances de apenas procurar trabalho ou de ser inativo. Fica evidente que maiores níveis de renda têm efeitos expressivos (próximo de -20 p.p., em 2011 e em 2014) na redução das chances de as jovens serem nem-nem-nem.

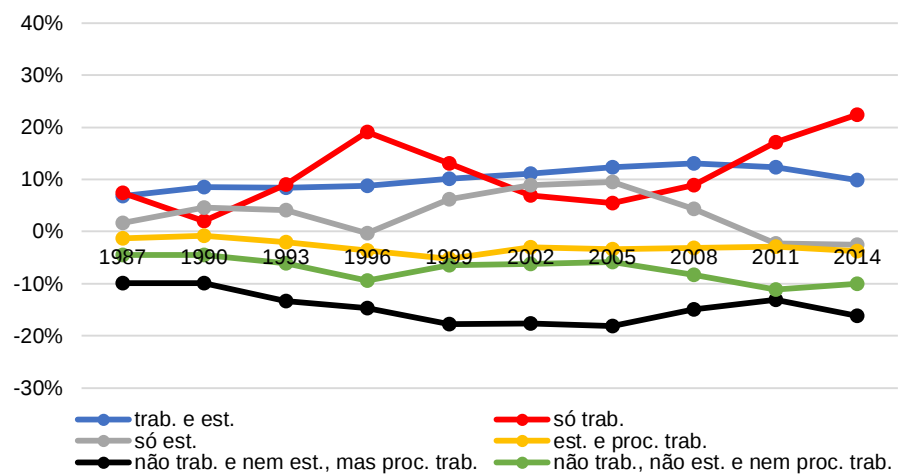
Por sua vez, os jovens que se situam no último quartil são aqueles que apresentam os mais elevados níveis de renda familiar *per capita*. Neste caso, além de também aumentar a probabilidade de o jovem apenas trabalhar, e estudar e trabalhar, verifica-se também efeitos positivos sobre a categoria “só estuda”. Tomando por base o que foi discutido em Leme e Wajnman (2000) e Escolano e Pazello (2014), famílias mais ricas tendem a ser mais escolarizadas e, por sua vez, estimulam a educação de seus filhos. Desse modo, em geral, tende a ocorrer uma transmissão intergeracional de educação (TILLMANN; COMIM, 2016), o que pode perpetuar desigualdades.

Todavia, também se observou que, tanto para homens quanto para mulheres, este efeito sobre apenas estudar cai a partir de 2005, ficando muito próximo de zero em 2014. Por fim, novamente tem-se efeitos de redução nas chances de apenas procurar trabalho ou de ser nem-nem-nem, sobretudo no caso das mulheres.

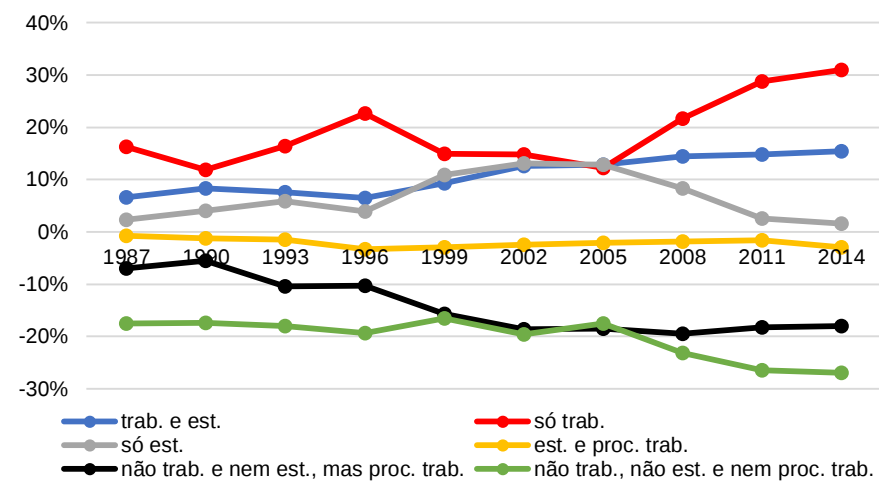
FIGURA 21 – Evolução do efeito marginal da variável de quartil da renda familiar *per capita* sobre as probabilidades preditas (% - Brasil, jovens de 15 a 29 anos)



HOMENS (4º quartil)



MULHERES (4º quartil)



5 TRANSIÇÃO DA CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO: ANÁLISES A PARTIR DAS PMES

Neste capítulo, a análise recai sobre os determinantes da transição da condição de ocupação do jovem. O objetivo principal, neste caso, é compreender os efeitos de período e as variações entre períodos dos efeitos de fatores sociodemográficos sobre as probabilidades de transição. Desse modo, ficará claro os principais elementos que determinam as chances das diferentes possibilidades de transição a serem realizadas pelo jovem, fornecendo novos *insights* para o entendimento da transição escola-trabalho.

5.1 Base de Dados: Pesquisa Mensal de Emprego

Conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) fornece indicadores mensais sobre a força de trabalho brasileira e consiste em uma amostra representativa das seis principais regiões metropolitanas do país: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. A pesquisa segue um esquema de painel rotativo, cuja unidade amostral de acompanhamento é o domicílio. Todos os indivíduos com 10 anos ou mais de idade, em cada um dos domicílios selecionados, é entrevistado por quatro meses consecutivos, ficando ausente pelos próximos oito meses, e voltando a ser entrevistado nos quatro meses subsequentes. Desse modo, se os indivíduos que residem nos domicílios entrevistados não mudarem durante o período de realização da pesquisa, tem-se uma estrutura de dados longitudinais que permite uma análise da dinâmica do mercado de trabalho (RIBAS; SOARES, 2008; MENEZES FILHO; CABANAS; KOMATSU, 2014).

Além das variáveis relacionadas ao emprego, desemprego e rendimento do trabalho, a PME também conta com várias informações sociodemográficas e de nível educacional dos indivíduos entrevistados. Ademais, também consta na base informações sobre característica da ocupação, tais como o tipo de contrato (por tempo

determinado ou indeterminado), setor de ocupação (formal ou informal) e setor de atividade. Todas essas informações são essenciais para que seja possível uma melhor compreensão e mensuração dos resultados e fenômenos do mercado de trabalho.

Por meio de sua estrutura longitudinal, que acompanha os indivíduos durante um período de até oito entrevistas, distribuídas ao longo de 16 meses, a PME permite identificar processos de transição de diferentes pontos de origem para diferentes condições de destino. Ou seja, é possível identificar, por exemplo, os indivíduos que realizaram a transição de uma situação de inatividade ou desemprego para uma situação de ocupação. Também é possível verificar se a transição, caso tenha ocorrida, deu-se para um emprego no setor formal ou informal. Outra possibilidade fornecida pela PME é estimar o tempo médio de duração do desemprego e dos processos de transição.

Nesta Tese, pretende-se utilizar a série histórica da PME, contemplando um recorte de jovens entre 15 e 29 anos, no período de março de 2002 a fevereiro de 2016, para construir tabelas de contingência e estimar probabilidades de transição. Mais especificamente, serão consideradas situações de transição de três estados de origem (ocupado, desempregado ou inativo) para três estados de destino (ocupado, desempregado ou inativo).

Em termos de variáveis da pesquisa (vide Quadro 2), a variável de interesse é a transição da condição de ocupação, que pode assumir nove categorias. Para modelar as probabilidades de transição, serão utilizadas como variáveis explicativas características individuais e familiares, juntamente com *dummies* espaciais e de ano. Por fim, as análises serão conduzidas de forma desagregada por gênero e períodos, objetivando verificar se as chances de transição diferem significativamente com base nesses fatores.

A fim de ilustrar melhor os processos de transição que podem ser analisados pelos dados da PME, as tabelas 5 e 6 correspondem à tabelas de contingência (origem-destino) por gênero e anos de estudo. Assim, verifica-se que ao longo do período considerado, cerca de 39% dos jovens permaneceu na condição de ocupado, na

passagem de um ano para o outro, enquanto que 4% transitou para uma situação de desemprego e 9% para uma situação de inatividade.

No caso dos jovens desempregados no ano de origem, 5% conseguiram transitar para a condição de ocupado, ao passo em que apenas 2% permaneceram na condição inicial. Já para os inativos, a maior parte, cerca de 23%, permaneceu nesta mesma condição, e quase 11% transitou para uma ocupação.

QUADRO 2 – Variáveis Seleccionadas da PME

Variável de Interesse	
Transição da Condição de Ocupação	1 – Ocupado-Ocupado 2 – Ocupado-Desempregado 3 – Ocupado-Inativo 4 – Desempregado -Desempregado 5 – Desempregado-Ocupado 6 – Desempregado-Inativo 7 – Inativo-Inativo 8 – Inativo-Ocupado 9 – Inativo-Desempregado
Variáveis Explicativas	
Características Individuais e Familiares	
Sexo	1 – Masculino 0 – Feminino
Grupos de idade	1 – 15 a 19 anos 2 – 20 a 24 anos 3 – 25 a 29 anos
Raça	1 – Branca 0 – Preta ou parda
Posição na Família	1 – Principal responsável 2 – Cônjuge 3 – Filho
Estudante	1 – O entrevistado frequenta a escola 0 – O entrevistado não frequenta a escola
Anos de Estudo	1 – 0 a 3 anos 2 – 4 a 7 anos 3 – 8 a 10 anos 4 – 11 a 14 anos 5 – 15 anos ou mais
Tamanho da família	Tamanho da família do entrevistado
Renda Familiar <i>per capita</i>	Quartil da renda familiar <i>per capita</i>
Características Espaciais e Temporais	
Região Metropolitana	1 – Recife 2 – Salvador 3 – Belo Horizonte 4 – Rio de Janeiro 5 – São Paulo 6 – Porto Alegre
<i>Dummies</i> Temporais	<i>Dummies</i> de ano para captar o efeito de ciclos econômicos

Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados das PMEs.

Mais interessante, todavia, é observar as discrepâncias por sexo. Enquanto 45% dos jovens do sexo masculino permaneceram na condição de ocupados, essa proporção cai consideravelmente para as mulheres (32%). Além disso, a proporção de jovens mulheres que permanecem desempregadas, seja transitando de uma situação inicial de inatividade ou de desemprego, também sinaliza desvantagens enfrentadas no mercado de trabalho. Com relação à inatividade, as mulheres novamente apresentam taxas mais elevadas em relação aos homens, sobretudo no que se refere à permanência nessa condição de um ano para o outro (27%). Tal resultado é condizente com o aumento da escolaridade por parte das mesmas, como constatado no Censo de 2010, e revela o esforço que elas têm feito para reduzir o *gap* salarial e obter melhores oportunidades de emprego.

TABELA 5 – Tabelas de contingência (origem-destino) por sexo (%)

Total				
Condição de Ocupação (Ano 1)	Condição de Ocupação (Ano 2)			Total
	Ocupado	Desempregado	Inativo	
Ocupado	38,61	4,23	9,13	51,97
Desempregado	5,08	1,92	3,31	10,31
Inativo	10,64	3,65	23,42	37,72
Total	54,34	9,80	35,86	100
Masculino				
Condição de Ocupação (Ano 1)	Condição de Ocupação (Ano 2)			Total
	Ocupado	Desempregado	Inativo	
Ocupado	45,15	4,42	8,56	58,13
Desempregado	5,32	1,66	2,54	9,53
Inativo	9,79	2,76	19,79	32,34
Total	60,27	8,85	30,89	100
Feminino				
Condição de Ocupação (Ano 1)	Condição de Ocupação (Ano 2)			Total
	Ocupado	Desempregado	Inativo	
Ocupado	31,64	4,02	9,74	45,39
Desempregado	4,83	2,19	4,13	11,15
Inativo	11,55	4,61	27,30	43,46
Total	48,01	10,81	41,17	100

Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados das PMEs.

A Tabela 6 traz informações sobre como os processos de transição variam de acordo com os anos de estudo. Como é possível observar, a proporção de jovens que permanece na condição de ocupado cresce com a escolaridade, sendo

consideravelmente maior para os grupos de “11 a 14 anos de estudo” e “15 anos ou mais de estudo”. Mais especificamente, a proporção de jovens que continua na condição de ocupado varia de 26% (correspondente àqueles sem instrução e com até três anos de estudo), para cerca de 61% (referente àqueles com 15 anos ou mais de estudo⁷).

Tabela 6 – Tabelas de contingência (origem-destino) por anos de estudo (%)

Sem instrução e até 3 anos de estudo				
Condição de Ocupação (Ano 1)	Condição de Ocupação (Ano 2)			Total
	Ocupado	Desempregado	Inativo	
Ocupado	26,37	1,87	7,63	35,88
Desempregado	3,15	1,67	2,48	7,30
Inativo	8,57	2,88	45,38	56,83
Total	38,09	6,43	55,49	100
De 4 a 7 anos de estudo				
Condição de Ocupação (Ano 1)	Condição de Ocupação (Ano 2)			Total
	Ocupado	Desempregado	Inativo	
Ocupado	27,73	2,75	8,16	38,64
Desempregado	3,75	1,62	2,97	8,34
Inativo	10,43	3,55	39,04	53,02
Total	41,9	7,92	50,18	100
De 8 a 10 anos de estudo				
Condição de Ocupação (Ano 1)	Condição de Ocupação (Ano 2)			Total
	Ocupado	Desempregado	Inativo	
Ocupado	27,18	3,06	8,03	38,28
Desempregado	4,01	1,56	3,14	8,71
Inativo	11,17	4,24	37,6	53,01
Total	42,36	8,87	48,77	100
De 11 a 14 anos de estudo				
Condição de Ocupação (Ano 1)	Condição de Ocupação (Ano 2)			Total
	Ocupado	Desempregado	Inativo	
Ocupado	35,83	4,19	8,92	48,94
Desempregado	5,15	2,03	3,49	10,67
Inativo	10,72	3,89	25,79	40,39
Total	51,7	10,1	38,2	100
15 anos ou mais de estudo				
Condição de Ocupação (Ano 1)	Condição de Ocupação (Ano 2)			Total
	Ocupado	Desempregado	Inativo	
Ocupado	61,09	4,25	10,04	75,38
Desempregado	4,57	1,23	2,00	7,8
Inativo	7,72	1,98	7,11	16,82
Total	73,38	7,47	19,15	100

Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados das PMEs.

⁷ Equivalente à conclusão do Ensino Médio.

À medida em que se avança nos anos de estudo, é notório a redução da proporção de jovens que continuam na condição de inativo, na passagem de um ano para o outro. Conforme esperado, com o aumento da escolaridade, que está associado ao aumento da idade, os jovens transitam para alguma ocupação, ou para uma situação de desemprego.

5.2 Estratégia Empírica

Pretende-se utilizar modelos de regressão multinomiais para estimar probabilidades de transição de um ano para o outro por meio do painel da PME. Uma vez que se tem três categorias de origem (ocupado, desempregado e inativo) e três categorias de destino (ocupado, desempregado e inativo), existem nove formas de transição possíveis, a saber: ocupado-ocupado, ocupado-desempregado, ocupado-inativo, desempregado-ocupado, desempregado-desempregado, desempregado-inativo, inativo-ocupado, inativo-desempregado e inativo-inativo.

Neste caso, é possível utilizar um modelo *logit* multinomial para as nove categorias de transição da condição ocupacional, identificando os efeitos dos regressores sobre as probabilidades de transição. Sendo assim, tem-se o seguinte modelo a ser estimado:

$$trans_cond_{ocup_{ij}} = f(indivíduo, família, região, tempo) \quad (4)$$

Em que $trans_cond_{ocup_{ij}}$ é a probabilidade de o jovem i estar na transição da condição de ocupação j (vide Quadro 2). As variáveis explicativas correspondem às características do indivíduo e de sua família, juntamente com as *dummies* temporais e de região metropolitana.

Novamente, os modelos serão estimados de forma separada por gênero e por período. Os períodos correspondem a grupos de anos que tornaram possível entender a dinâmica das transições ocupacionais realizadas pelos jovens.

5.3 Resultados

Na Tabela 7 observa-se as transições anuais da condição de ocupação dos jovens brasileiros por gênero e raça, contemplando os períodos de março de 2002 a fevereiro de 2016. Com isso, verifica-se que pouco mais da metade dos homens brancos que se encontravam na condição de ocupado no período de origem, permanecem nessa mesma condição no ano seguinte. Já para os homens negros essa proporção é bem inferior (cerca de 41%), sendo esse resultado ainda pior no caso das mulheres brancas (38%) e negras (28%). Ou seja, a permanência no emprego, na passagem de um ano para o outro, é maior dentre os jovens do sexo masculino e da raça branca. No que se refere à transição da condição de ocupado para o desemprego ou inatividade, as discrepâncias de gênero e raça são bem menores.

Acerca dos jovens na condição de desempregado no período de origem, são pequenas as diferenças de gênero e raça que chamam a atenção. Vale a pena destacar que a permanência no desemprego é maior para as mulheres negras, bem como a transição para a inatividade. Enquanto isso, para os jovens inativos no ano inicial é notório que a permanência nessa condição é mais elevada para as mulheres, sobretudo as mulheres negras (30%), juntamente com a transição para o desemprego.

Em suma, os resultados da Tabela 7 apontam para a existência de efeitos relevantes de raça e gênero nas transições ocupacionais. Uma vez ocupados, é notório que os homens brancos têm uma tendência maior a permanecer no emprego, vis à vis os homens negros e as mulheres. Ao mesmo tempo, é possível afirmar que o grupo das mulheres negras é o que se encontra em pior situação, dado que apresenta as maiores taxas de transição para o desemprego e inatividade.

A Tabela 8, por sua vez, descreve as transições por grupos etários. Nesse caso, para o grupo mais jovem, de 15 a 19 anos, a maior proporção de indivíduos encontra-se na inatividade no ano de origem, permanecendo nesta mesma condição no ano seguinte. Cerca de metade destes jovens realizaram a transição do tipo inativo-inativo, sendo seguido por quase 13% de jovens com transição do tipo ocupado-ocupado.

TABELA 7 – Tabelas de contingência (origem-destino) por sexo e raça (%)

Homem Branco				
Condição de Ocupação (Ano 1)	Condição de Ocupação (Ano 2)			Total
	Ocupado	Desempregado	Inativo	
Ocupado	51,17	3,92	8,01	63,09
Desempregado	4,41	1,39	1,90	7,70
Inativo	9,02	2,06	18,13	29,21
Total	64,59	7,37	28,04	100
Homem Negro				
Condição de Ocupação (Ano 1)	Condição de Ocupação (Ano 2)			Total
	Ocupado	Desempregado	Inativo	
Ocupado	40,93	4,41	8,91	54,25
Desempregado	5,62	1,97	2,94	10,52
Inativo	10,49	3,03	21,71	35,23
Total	57,03	9,41	33,56	100
Mulher Branca				
Condição de Ocupação (Ano 1)	Condição de Ocupação (Ano 2)			Total
	Ocupado	Desempregado	Inativo	
Ocupado	38,20	3,51	9,43	51,15
Desempregado	4,20	1,59	3,02	8,81
Inativo	11,37	3,50	25,17	40,04
Total	53,78	8,60	37,62	100
Mulher Negra				
Condição de Ocupação (Ano 1)	Condição de Ocupação (Ano 2)			Total
	Ocupado	Desempregado	Inativo	
Ocupado	27,74	4,16	9,26	41,15
Desempregado	4,88	2,80	4,62	12,30
Inativo	10,96	5,29	30,31	46,55
Total	43,58	12,25	44,18	100

Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados das PMEs.

Para os jovens do grupo etário intermediário, 20 a 24 anos, há uma maior concentração na categoria ocupado-ocupado, sendo seguido pelas categorias inativo-ocupado e inativo-inativo. Neste grupo, tem-se um contingente considerável de jovens concluindo os estudos e encontrando uma ocupação, juntamente com aqueles que permanecem estudando.

Enfim, o terceiro grupo etário se refere aos jovens de idades mais elevadas, 25 a 29 anos, cujo maior contingente (59%) corresponde aos que continuam ocupados na transição de um ano para o outro. Não obstante, a maior parte daqueles que estavam desempregados ou inativos no período de origem também transitaram para a

condição de ocupado. Tais resultados já eram de certa forma esperados, uma vez que os indivíduos nesta faixa etária já concluíram ou estão prestes a concluir seus estudos.

TABELA 8 –Tabelas de contingência (origem-destino) por grupos etários (%)

15 a 19 Anos				
Condição de Ocupação (Ano 1)	Condição de Ocupação (Ano 2)			Total
	Ocupado	Desempregado	Inativo	
Ocupado	12,81	2,44	8,89	24,14
Desempregado	3,20	1,57	4,19	8,97
Inativo	11,67	5,24	49,98	66,89
Total	27,68	9,25	63,07	100
20 a 24 Anos				
Condição de Ocupação (Ano 1)	Condição de Ocupação (Ano 2)			Total
	Ocupado	Desempregado	Inativo	
Ocupado	46,43	5,61	9,83	61,88
Desempregado	6,77	2,51	3,46	12,75
Inativo	11,03	3,50	10,83	25,37
Total	64,24	11,63	24,13	100
25 a 29 Anos				
Condição de Ocupação (Ano 1)	Condição de Ocupação (Ano 2)			Total
	Ocupado	Desempregado	Inativo	
Ocupado	59,38	4,64	8,55	72,56
Desempregado	5,23	1,60	2,09	8,92
Inativo	8,95	1,97	7,60	18,52
Total	73,56	8,21	18,23	100

Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados das PMEs.

Na Tabela 9 tem-se os resultados das estimações do efeito período (2002 como ano de referência) sobre as categorias de transição, utilizando-se controles por idade e sendo a transição do tipo inativo-inativo a categoria omitida. A maior parte dos coeficientes estimados apresentou significância estatística, o que indica haver um efeito período importante agindo sobre as transições da condição de ocupação dos jovens. De modo geral, em relação a 2002, o efeito período atuou no sentido de reduzir as chances de os jovens do sexo masculino terem realizado a transição ocupado-ocupado, vis-à-vis a transição inativo-inativo. Já no caso das jovens do sexo feminino, o efeito período agiu no sentido contrário ao dos homens.

TABELA 9 – Resultados dos modelos multinomiais para captar o efeito período sobre a transição da condição de ocupação (Regiões Metropolitanas - jovens de 15 a 29 anos)

	ocupado / ocupado		ocupado / desempregado		ocupado / inativo		desempregado / desempregado		desempregado / ocupado		desempregado / inativo		inativo / ocupado		inativo / desempregado	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
período (2003)	0,97	0,96	0,84	0,89	0,93	1,00	1,11	0,23**	1,06	1,16	1,37**	1,08	0,87	1,11	0,66***	0,90
período (2004)	0,86*	0,91	0,73**	0,85	1,02	0,89	0,82	1,05	0,83	0,89	0,98	1,13	0,78**	0,98	0,57***	0,59
período (2005)	0,83**	0,89	0,56***	0,82	0,75***	0,81**	0,59***	1,30	0,68***	0,86	0,82	0,85	0,88	1,04	0,62***	0,77
período (2006)	0,89	1,05	0,65***	0,81	0,90	0,98	0,61***	1,19	0,91	0,90	1,01	0,81	0,79**	1,02	0,52***	0,61
período (2007)	1,01	1,15*	0,54***	0,76*	0,92	1,00	0,74	1,11	0,86	1,10	0,84	0,91	0,88	1,10	0,46***	0,55
período (2008)	0,81**	1,08	0,54***	0,75**	0,85	0,90	0,37***	0,89	0,63***	0,73**	0,80	0,67***	0,68***	1,02	0,44***	0,58
período (2009)	0,79***	1,01	0,52***	0,69***	0,68***	0,83*	0,31***	0,54***	0,77**	0,83	0,63**	0,66***	0,79**	0,98	0,43***	0,44
período (2010)	1,11	1,01	0,45***	0,70**	0,90	0,80**	0,38***	0,49***	0,63***	0,73**	0,79	0,67***	0,99	0,91	0,37***	0,37
período (2011)	0,97	1,32***	0,42***	0,74**	0,98	1,06	0,29***	0,5***	0,51***	0,76*	0,39***	0,53***	0,92	1,27**	0,34***	0,55**
período (2012)	0,95	1,49***	0,44***	0,72**	0,97	1,21*	0,19***	0,5***	0,45***	0,77*	0,56***	0,55***	0,84	1,31***	0,3***	0,43***
período (2013)	0,60***	1,21*	0,37***	0,84	1,04	1,23*	0,29***	0,29***	0,35***	0,64**	0,51***	0,42***	0,78**	1,19	0,33***	0,41
período (2014)	0,59***	1,12	0,51***	0,96	0,82	1,25*	0,41***	0,34***	0,27***	0,61***	0,54***	0,54***	0,77**	1,17	0,26***	0,46
período (2015)	0,39***	0,74	0,27***	0,31**	0,31***	0,73	0,17**	0,13**	0,34***	0,33**	0,70	0,52*	0,35***	1,03	0,20***	0,36
intercepto	0,03***	0,01***	0,00***	0,00***	0,08***	0,05***	0,01***	0,00***	0,01***	0,00***	0,03***	0,03***	0,11***	0,06***	0,07**	0,05***
controles por idade	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Número de Obs.	36.029	34.318														
Pseudo-R ²	0,1452	0,0943														

Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados das PMEs.

Legenda: H = homem e M = mulher.

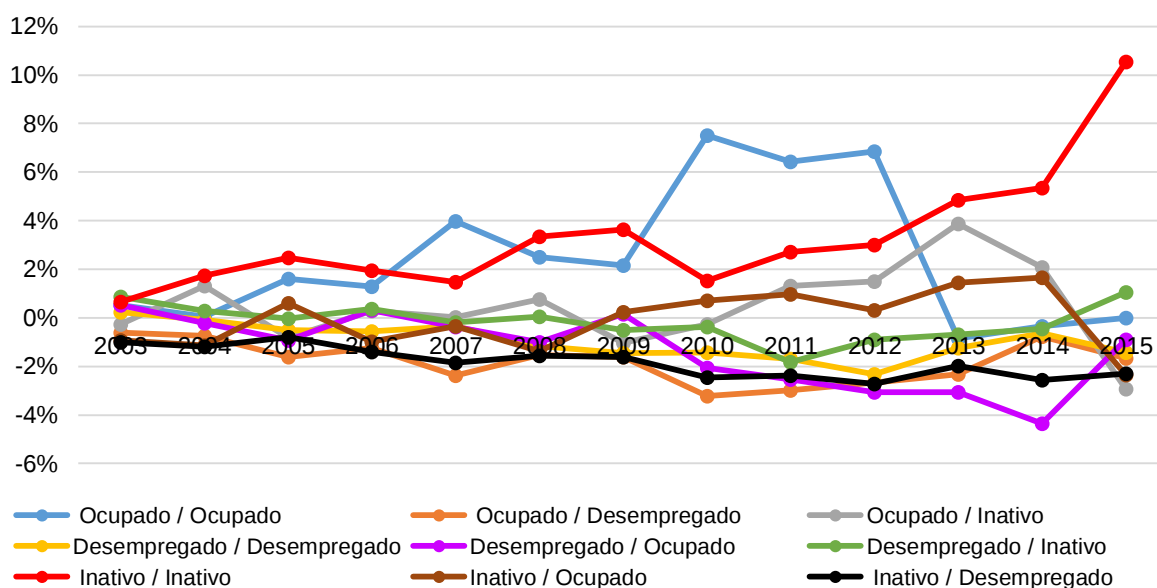
Notas: (1) coeficientes em termos de Razão de Riscos Relativos (RRR);

(2) *p-valor<0,10, **p-valor<0,05 e ***p-valor<0,01;

(3) categoria omitida: inativo / inativo.

As Figuras 22 e 23 permitem uma melhor visualização dos resultados por meio dos efeitos marginais das *dummies* de ano sobre as probabilidades preditas. Para os homens, fica claro que o efeito período agiu mais fortemente para que esses jovens se situassem na categoria de transição inativo-inativo, o que reflete a transição educacional marcada pelo expressivo aumento dos anos de estudo. Também é válido observar que até 2012 este efeito era positivo sobre as chances de os jovens estarem na classe ocupado-ocupado, tornando-se negativo a partir de 2013, momento no qual se intensifica o impacto positivo sobre a categoria inativo-inativo. Sobre as demais categorias, cabe destacar o resultado positivo sobre as chances de os jovens que estavam ocupados no período de origem transitarem para a inatividade no ano seguinte.

FIGURA 22 – Evolução do efeito marginal da variável de período sobre as probabilidades preditas (% - homens jovens de 15 a 29 anos)

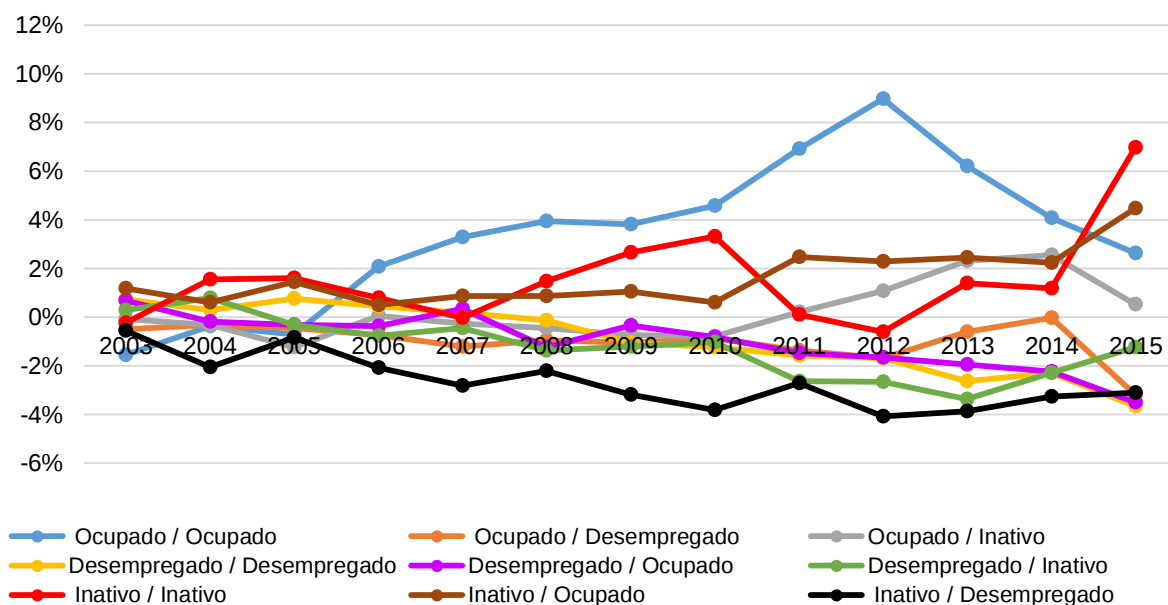


Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados das PMEs.

No caso das jovens do sexo feminino, Figura 23, o efeito período teve impacto mais crescente e intenso na transição do tipo ocupado-ocupado, o que novamente denota o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Todavia, este efeito vai perdendo força a partir de 2013, ao passo em que cresce a probabilidade da transição inativo-inativo. Ademais, também é possível observar o aumento nas

probabilidades de que as jovens realizem a transição da inatividade para a ocupação, enquanto que se reduz a passagem da inatividade para o desemprego.

FIGURA 23 – Evolução do efeito marginal da variável de período sobre as probabilidades preditas (% - mulheres jovens de 15 a 29 anos)



Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados das PMEs.

Em síntese, para os jovens de ambos os sexos, o efeito período aumentou as chances de realização da transição inativo-inativo, ficando o impacto acima de 10 p.p. no caso dos homens. Apesar de também se verificar impactos positivos nas transições ocupado-ocupado, estes perdem força a partir de 2013. No caso das mulheres, merece destaque ainda a relação positiva para com a transição da inatividade para a ocupação.

A Tabela 10 apresenta os resultados dos modelos multinomiais completos por gênero e três grupos de anos, a saber: 2002 a 2006, 2007 a 2010, e 2011 a 2015. A escolha pelas divisões em períodos tem o intuito de captar alterações nos efeitos dos regressores ao longo do tempo, tendo em vistas as mudanças de cunho demográfico e social pelas quais o Brasil tem passado, e se baseiam em escolhas de ciclo econômico e tamanho do intervalo temporal.

Como é possível notar, a maior parte dos coeficientes estimados apresentou significância estatística em praticamente todos os modelos, à exceção dos coeficientes das variáveis de renda *per capita* e tamanho da família. Da mesma forma que nos modelos de efeito período, a categoria omitida é a transição do tipo inativo-inativo.

Dessa forma, tem-se que o efeito estimado da variável de raça (branca) indica uma redução nas chances de os jovens estarem em qualquer uma das transições consideradas, vis-à-vis a transição inativo-inativo. Em outras palavras, ser da raça branca, em relação à raça negra e parda, aumenta as chances de os jovens, homens ou mulheres, terem permanecido como inativos na passagem de um ano para o outro. É provável que esse efeito seja decorrente do aumento do número de jovens que têm ampliado o tempo de permanência nos estudos, adiando a entrada no mercado de trabalho (CAMARANO; MELLO, 2006; FURSTENBERG JR.; 2010)

Pela Figura 24 tem-se uma melhor compreensão dos efeitos da variável de raça (branca), bem como a sua evolução, sobre cada uma das nove categorias de transição. Inicialmente, destaca-se que para ambos os sexos, e em todos os períodos, o efeito marginal desta variável foi positivo sobre a probabilidade de o jovem estar na categoria inativo-inativo. Todavia, algumas diferenças de gênero também podem ser percebidas. Para os jovens do sexo masculino, houve efeito marginal foi positivo para a categoria ocupado-ocupado nos dois primeiros grupos de ano, tornando-se negativo no terceiro. Já no caso das mulheres, o efeito foi positivo em todos os períodos. Ademais, para o período 2011-2015, também se observa impacto positivo nas chances de as jovens mulheres transitarem da inatividade para a ocupação.

**TABELA 10 – Resultados dos modelos multinomiais para as transições da condição de ocupação
(Regiões Metropolitanas - jovens de 15 a 29 anos)**

	ocupado / ocupado		ocupado / desempregado		ocupado / inativo		desempregado / desempregado		desempregado / ocupado		desempregado / inativo		inativo / ocupado		inativo / desempregado	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
2002 - 2006																
raça (branca)	0,85**	0,83***	0,66***	0,78**	0,91	0,78***	0,67***	0,48***	0,71***	0,67***	0,80**	0,70***	0,91	0,86**	0,63***	0,69***
idade (20 a 24)	11,26***	7,53***	9,33***	4,29***	3,23***	2,58***	7,02***	3,11***	7,78***	4,11***	2,70***	1,90***	3,96***	2,68***	2,73***	2,24***
idade (25 a 29)	16,16***	12,97***	8,60***	5,28***	3,16***	3,25***	7,28***	2,73***	7,93***	4,36***	1,81***	1,60***	3,70***	3,05***	2,01***	1,80***
estudante	0,23***	0,49***	0,23***	0,43***	0,30***	0,51***	0,27***	0,40***	0,22***	0,47***	0,27***	0,44***	0,54***	0,65***	0,64***	0,73***
anos de estudo (4 a 7)	2,26***	1,67***	1,95***	1,46	1,29*	1,14	2,33***	1,20	1,88***	3,72***	2,07***	1,27	1,03	1,10	1,37	1,04
anos de estudo (8 a 10)	4,46***	3,29***	3,96***	2,96***	2,20***	1,82***	5,08***	2,9***	4,23***	6,41***	3,97***	2,08***	1,42***	1,72***	2,01***	1,66***
anos de estudo (11 a 14)	5,61***	9,51***	4,59***	8,34***	2,55***	4,74***	4,22***	5,92***	4,03***	14,79***	3,46***	3,64***	1,53***	2,61***	1,75***	1,99***
anos de estudo (15 ou mais)	5,12***	11,57***	2,79***	7,16***	2,30***	5,11***	2,19*	3,34***	3,03***	12,05***	1,97	2,84***	1,53*	2,36***	1,70	1,54
cônjuge	0,59*	0,34***	0,66	0,30***	0,37***	0,41***	0,80	0,27***	0,93	0,36***	0,53	0,44***	0,88	0,71***	0,67	0,65***
filho	0,18***	0,64***	0,26***	0,90	0,30***	0,64***	0,88	0,75*	0,36***	0,78*	0,60**	0,74**	0,63**	0,77**	0,60**	0,87
tamanho da família	1,02	1,01	1,00	0,96	0,97	0,92***	1,02	1,03	1,02	1,00	1,03	1,00	1,02	0,95***	1,04	1,01
quartil de renda (2º)	1,47***	1,19	1,11	1,01	1,36**	1,49***	1,01	1,01	1,25	0,91	1,08	0,80	1,29*	0,95	0,87	0,85
quartil de renda (3º)	1,09	1,31***	0,91	1,05	0,99	1,32***	0,96	1,07	0,98	0,98	1,08	1,07	0,97	1,13	1,00	0,88
quartil de renda (4º)	0,94	1,12	0,69***	0,84	0,84	1,06	0,79	0,95	0,82*	0,79**	0,88	0,77**	0,84*	0,99	0,83	0,78**
Recife	0,28***	0,29***	0,31***	0,42***	0,81*	0,55***	0,33***	0,37***	0,32***	0,29***	0,68**	0,59***	0,62***	0,58***	0,37***	0,60***
Salvador	0,37***	0,52***	0,49***	0,70**	0,83	0,72***	0,66**	0,75*	0,45***	0,56***	1,01	0,91	0,65***	0,79**	0,55***	0,95
Belo Horizonte	0,70***	0,88*	0,57***	0,74**	1,25**	1,03	0,44***	0,38***	0,62***	0,68***	0,94	0,77**	0,97	1,04	0,52***	0,79**
Rio de Janeiro	0,47***	0,54***	0,33***	0,39***	0,75**	0,64***	0,36***	0,47***	0,4***	0,43***	0,63**	0,43***	0,62***	0,59***	0,23***	0,44***
Porto Alegre	0,87	1,13	0,66***	0,66**	0,98	1,11	0,62**	0,87	0,65***	0,85	0,61**	0,76*	1,05	1,14	0,63***	0,70**
ano (2003)	0,98	0,90	0,85	0,82	0,96	0,95	1,16	1,31*	1,10	1,12	1,37**	1,01	0,89	1,09	0,66***	0,85
ano (2004)	0,85*	0,83**	0,73**	0,76**	1,01	0,85*	0,85	0,94	0,85	0,83	0,97	1,07	0,81**	0,97	0,58***	0,58***
ano (2005)	0,84**	0,78***	0,55***	0,71**	0,75***	0,72***	0,59***	1,15	0,68***	0,78**	0,80	0,78**	0,91	1,00	0,63***	0,74***
ano (2006)	0,84**	0,88	0,62***	0,67***	0,87	0,83*	0,60***	1,01	0,88	0,77**	0,97	0,71**	0,79**	0,94	0,53***	0,58***
intercepto	2,99***	0,2***	0,78	0,09***	1,50*	0,37***	0,10***	0,10***	0,58*	0,06***	0,20***	0,28***	0,85	0,36***	0,63	0,34***
Número de Obs.	16.794	15.619														
Pseudo-R²	0,1379	0,0979														

2007 - 2010

raça (branca)	0,82***	1,05	0,62***	0,79*	0,78**	0,93	0,89	0,88	0,58***	0,63***	0,74*	0,70***	0,81**	0,89	0,62***	0,88
idade (20 a 24)	10,63***	7,31***	6,53***	5,83***	3,23***	3,00***	5,36***	5,14***	6,95***	4,65***	2,15***	2,31***	4,47***	2,93***	2,66***	2,22***
idade (25 a 29)	17,15***	12,44***	8,62***	7,49***	3,01***	4,15***	5,36***	4,78***	8,24***	5,00***	2,00***	2,24***	5,32***	3,72***	2,72***	2,02***
estudante	0,18***	0,42***	0,16***	0,34***	0,21***	0,46***	0,20***	0,28***	0,17***	0,39***	0,25***	0,44***	0,49***	0,62***	0,36***	0,47***
anos de estudo (4 a 7)	3,89***	1,50*	11,8***	1,75	3,06***	1,51	3,84***	1,08	6,63***	3,12*	3,11**	1,32	1,78***	0,85	1,62	1,34
anos de estudo (8 a 10)	8,57***	3,13***	35,19***	3,24**	4,93***	3,54***	7,54***	1,96	17,16***	10,0***	7,31***	3,46***	3,21***	1,53**	3,09***	2,39***
anos de estudo (11 a 14)	14,8***	10,37***	48,75***	9,52***	7,43***	7,44***	12,3***	3,24***	24,34***	23,67***	10,5***	6,65***	3,63***	2,47***	3,59***	3,01***
anos de estudo (15 ou mais)	19,83***	16,42***	52,6***	10,5***	9,25***	10,22***	14,2***	2,09	20,36***	31,16***	11,01***	4,78***	3,49***	2,45***	3,57**	2,49**
cônjuge	0,83	0,46***	0,78	0,40***	0,95	0,56***	1,00	0,46**	0,77	0,52***	0,50	0,48***	0,76	0,77*	0,81	0,68*
filho	0,16***	0,83	0,29***	0,83	0,28***	0,77*	0,56	1,77**	0,35***	0,87	0,65	0,85	0,49***	0,82	0,71	1,09
tamanho da família	1,01	0,97	0,96	0,98	0,96	0,96*	0,96	1,03	0,97	0,96	0,98	1,00	1,01	0,92***	1,01	1,00
quartil de renda (2º)	1,12	1,14	1,66**	0,95	1,47**	1,24	1,80	0,31**	0,95	0,83	1,23	0,73	1,11	0,98	1,09	0,90
quartil de renda (3º)	1,16	1,19**	1,04	0,86	1,15	1,05	1,66**	1,05	0,97	1,22	1,11	0,94	0,99	1,08	0,96	0,88
quartil de renda (4º)	1,10	1,16	1,13	0,70*	1,18	0,90	1,39	0,74	0,98	0,91	1,09	0,76	0,89	1,08	0,97	0,75
Recife	0,21***	0,23***	0,18***	0,27***	0,5***	0,43***	0,19***	0,34***	0,22***	0,22***	0,55***	0,63***	0,47***	0,44***	0,33***	0,54***
Salvador	0,45***	0,43***	0,50***	0,72*	0,76	0,79	0,80	0,93	0,51***	0,56***	1,35	1,02	0,66***	0,65***	0,85	1,15
Belo Horizonte	0,94	0,97	0,40***	0,82	1,04	1,21	0,33***	0,57**	0,49***	0,75*	0,84	0,89	1,11	1,19	0,56***	0,72*
Rio de Janeiro	0,42***	0,33***	0,27***	0,32***	0,52***	0,52***	0,29***	0,29***	0,29***	0,23***	0,26***	0,45***	0,47***	0,55***	0,27***	0,58***
Porto Alegre	0,94	1,08	0,57***	0,94	1,21	1,23	0,48**	0,39***	0,46***	0,87	0,75	0,90	1,11	1,25*	0,66	1,11
ano (2008)	0,83*	0,87	1,04	0,92	0,94	0,85	0,53***	0,74*	0,77*	0,61***	0,95	0,68***	0,78**	0,88	0,98	1,00
ano (2009)	0,81**	0,80***	1,00	0,83	0,75**	0,76**	0,43***	0,45***	0,94	0,67***	0,77	0,67***	0,92	0,86	0,95	0,77*
ano (2010)	1,13	0,83**	0,81	0,82	0,99	0,75**	0,51***	0,44***	0,7**	0,59***	0,86	0,69**	1,14	0,81**	0,78	0,67**
intercepto	1,73*	0,20***	0,08***	0,05***	0,81	0,15***	0,00***	0,05***	0,20***	0,04***	0,10***	0,11***	0,53*	0,42***	0,22***	0,11***
Número de Obs.	10.996	10.748														
Pseudo-R ²	0,1750	0,1248														

2011 - 2015

raça (branca)	0,82**	0,88	1,02	0,75*	0,85	0,73***	1,01	0,60*	0,69**	0,69**	0,86	0,65**	0,82*	0,93	0,81	0,73*
idade (20 a 24)	10,77***	6,70***	5,66***	4,69***	2,83***	2,91***	4,16***	2,36**	7,67***	3,99***	2,12***	1,81***	3,53***	3,43***	3,39***	2,40***
idade (25 a 29)	26,3***	10,62***	9,29***	4,94***	3,37***	3,49***	7,54***	2,15**	13,48***	3,25***	2,46***	1,44	6,51***	3,43***	2,24**	1,56*
estudante	0,18***	0,36***	0,18***	0,28***	0,24***	0,44***	0,13***	0,21***	0,17***	0,33***	0,22***	0,43***	0,44***	0,63***	0,49***	0,49***
anos de estudo (4 a 7)	2,51***	1,89**	5,92**	2,09	1,86**	1,46	5,88***	1,45	2,53**	4,67***	5,30	2,99***	1,57*	0,81	1,44	1,46

anos de estudo (8 a 10)	5,72***	3,75***	20,22***	4,97**	3,47***	2,69***	10,4***	4,36	4,81***	5,94	15,45**	7,98***	2,09***	1,35	2,28	2,93**
anos de estudo (11 a 14)	10,00***	11,14***	28,29***	11,52***	5,45***	5,98***	10,6***	6,73*	7,79***	15,6***	22,52***	17,5***	2,23***	1,89***	2,56*	2,95**
anos de estudo (15 ou mais)	12,52***	16,15***	19,23***	12,66***	8,55***	5,74***	8,55***	5,79	5,21***	17,9***	24,96***	12,4***	2,30**	1,64*	4,82**	2,20
cônjuge	2,04	0,45***	2,00	0,44***	2,15	0,46***	4,02	1,02	2,64*	0,37***	3,39	0,40***	2,08	0,58***	1,53	0,69
filho	0,24***	0,73**	0,38***	0,88	0,38***	0,73*	0,90	1,48	0,49**	0,72	0,66	0,60*	0,65	0,57***	0,56	0,87
tamanho da família	1,01	0,96*	0,95	0,97	1,00	0,90***	0,97	1,12*	0,97	0,92*	1,06	0,99	1,00	0,95**	1,02	0,97
quartil de renda (2º)	0,98	0,91	1,04	0,88	0,94	1,11	0,87	0,41	1,01	1,40	1,01	0,66	0,94	0,93	0,72	0,61*
quartil de renda (3º)	1,19	1,25**	1,06	0,90	1,00	1,21	2,33**	1,02	1,45**	1,62**	1,09	1,03	1,05	1,07	1,09	0,78
quartil de renda (4º)	1,20	1,24*	0,87	0,82	1,07	1,07	1,95*	0,67	1,17	2,04***	0,94	0,80	1,11	0,91	1,26	0,94
Recife	0,39***	0,32***	0,37***	0,31***	0,89	0,55***	0,45**	0,26***	0,50***	0,49***	0,84	0,47***	0,85	0,57***	0,59*	0,58**
Salvador	0,60***	0,45***	0,57**	0,84	1,09	0,77	1,03	2,28**	0,73	0,69	1,30	0,85	1,01	0,85	0,88	1,35
Belo Horizonte	1,08	0,75**	0,48***	0,65**	1,52***	0,97	0,47*	0,33**	0,68*	0,92	1,02	0,58**	1,22	1,06	0,49**	0,74
Rio de Janeiro	0,50***	0,39***	0,22***	0,33***	0,67**	0,58***	0,40**	0,56	0,35***	0,37***	0,59	0,34***	0,56***	0,55***	0,38***	0,59**
Porto Alegre	1,55***	1,38**	0,99	0,97	1,64***	1,70***	0,67	0,89	1,01	0,99	0,87	0,66	1,35*	1,09	0,52*	0,70
ano (2012)	0,94	1,05	0,97	0,94	0,96	1,07	0,65	0,96	0,86	1,00	1,33	0,98	0,90	0,97	0,87	0,72*
ano (2013)	0,57***	0,82*	0,79	1,02	0,96	1,03	0,88	0,49*	0,63**	0,79	1,12	0,71	0,81	0,85	0,91	0,65**
ano (2014)	0,54***	0,76**	1,09	1,19	0,76*	1,05	1,30	0,61	0,46***	0,71	1,12	0,96	0,79*	0,87	0,76	0,79
ano (2015)	0,31***	0,42***	0,50*	0,38*	0,25***	0,61*	0,49	0,24	0,53*	0,42*	1,32	0,90	0,34***	0,73	0,54	0,62
intercepto	1,10	0,23***	0,06***	0,04***	0,60	0,24***	0,00***	0,01***	0,12***	0,00***	0,01***	0,00***	0,52*	0,65	0,14**	0,14***
Número de Obs.	7.552	7.318														
Pseudo-R ²	0,1835	0,1306														

Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados das PMEs.

Legenda: H = homem e M = mulher.

Notas: (1) coeficientes em termos de Razão de Riscos Relativos (RRR);

(2) *p-valor<0,10, **p-valor<0,05 e ***p-valor<0,01;

(3) categoria omitida: inativo / inativo.

Para a variável que capta o efeito de o jovem ainda estar estudando, os coeficientes estimados apontam para um aumento na probabilidade de permanência na inatividade, vis-à-vis as demais categorias de transição. Como ilustrado na Figura 25, os maiores efeitos marginais dessa variável são sobre as categorias inativo-inativo e ocupado-ocupado, apresentando magnitudes mais elevadas para os jovens do sexo masculino. Desse modo, o fato de o jovem ainda estudar aumenta a probabilidade de o mesmo estar na categoria inativo-inativo, ao passo em que reduz as chances da categoria ocupado-ocupado. Outro efeito relevante é o aumento nas chances de transição da inatividade para uma ocupação, sobretudo para os homens.

Em seguida, os coeficientes das variáveis de anos de estudo indicam uma redução progressiva nas chances de o jovem permanecer inativo. Como pode ser visto nos gráficos da Figura 26, mais anos de estudo estão associados a uma maior ativação no mercado de trabalho (WOLBERS, 2007; STAFF; MORTIMER, 2008), porém com efeitos que variam por sexo e ao longo dos períodos. Conforme observado no estudo de Romanello, Sawyer e Gonçalves (2015), realizado com dados do Brasil, frequentar o ensino médio e o ensino superior basicamente dobram as chances de transição para um emprego formal, o que reforça o efeito potencial da educação sobre resultados no mercado de trabalho.

No caso dos homens, o aumento dos anos de estudo aponta para uma maior chance de o jovem permanecer ocupado, sobretudo para aqueles com mais de 10 anos de estudo, enquanto que reduz as probabilidades associadas à inatividade. Ademais, também se verifica o aumento da categoria desempregado-desempregado, cujo efeito mais intenso deu-se no período que contempla a crise econômica internacional de 2008. Estes efeitos sobre a permanência no desemprego possivelmente sinalizam o fato de que a educação aumenta o salário de reserva e, conseqüentemente, aumenta a duração do tempo de procura por trabalho (BRATBERG; NILSEN, 1998).

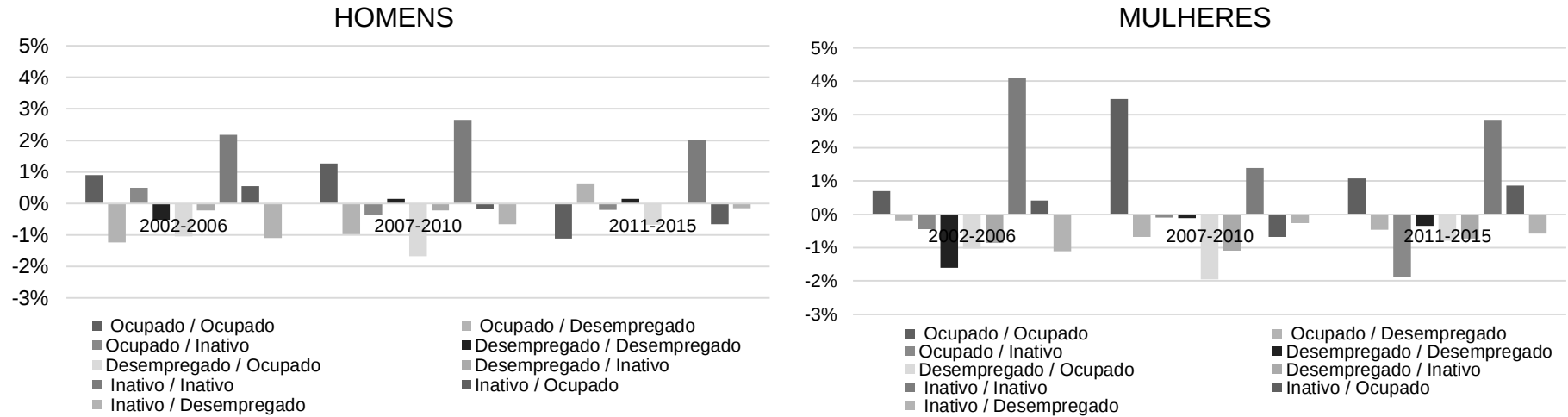
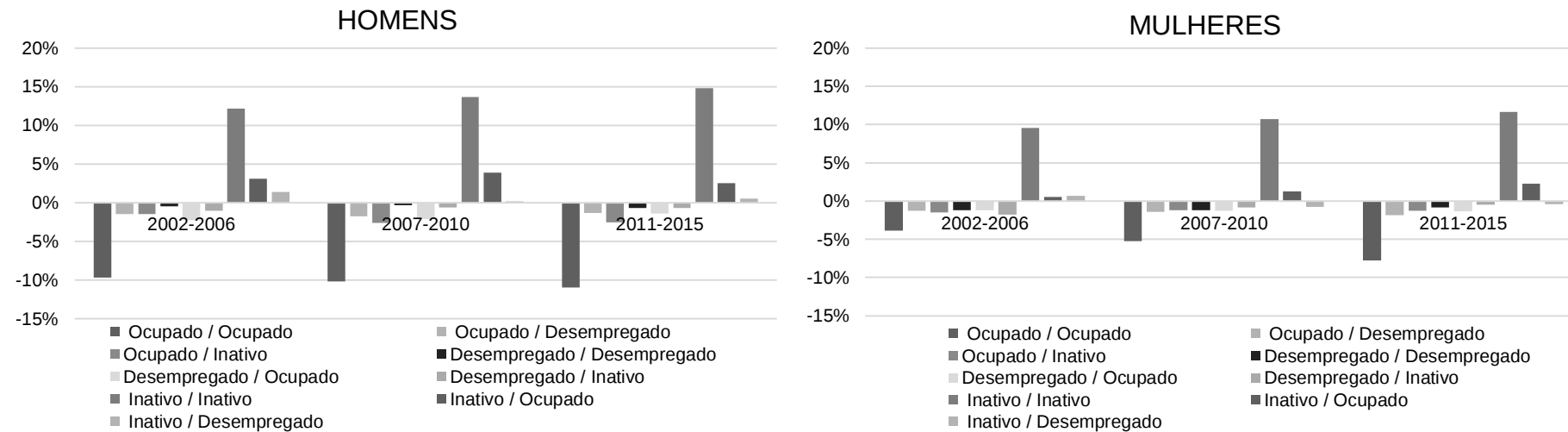
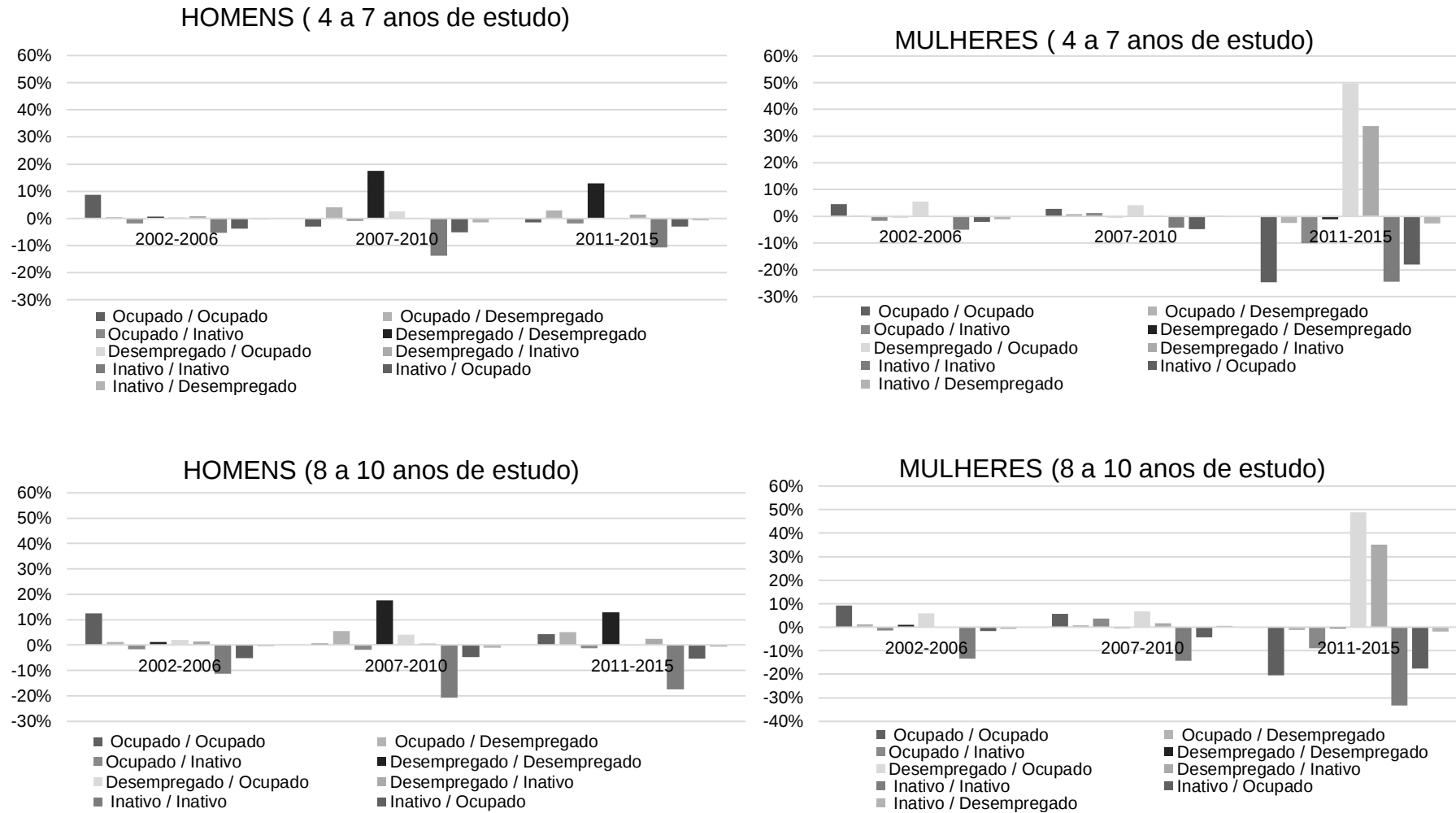
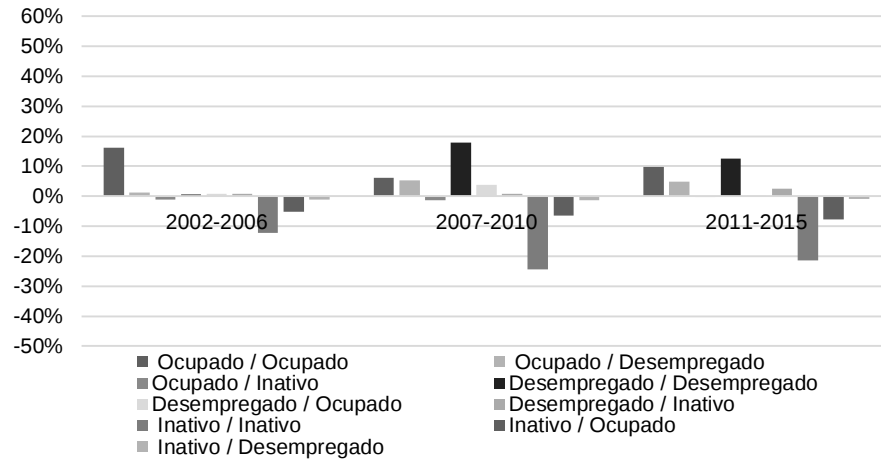
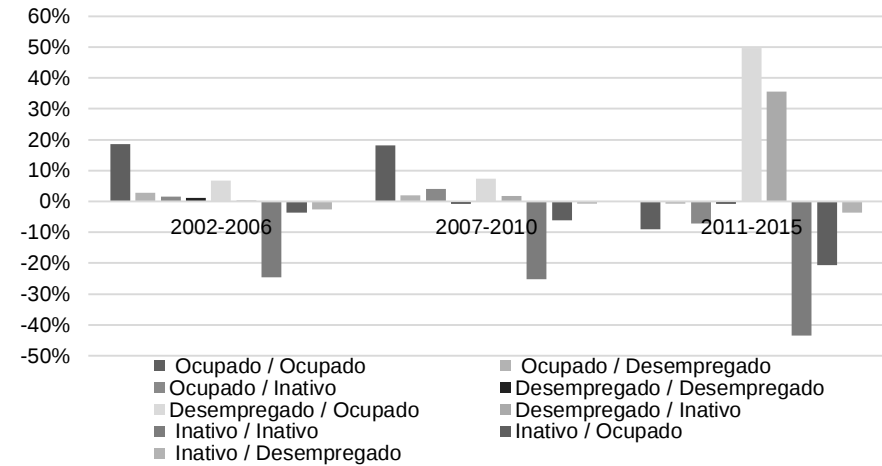
FIGURA 24 – Evolução do efeito marginal da variável de raça (branca) sobre as probabilidades preditas**FIGURA 25 – Evolução do efeito marginal da variável de estudante sobre as probabilidades preditas**

FIGURA 26 – Evolução do efeito marginal da variável de anos de estudo sobre as probabilidades preditas

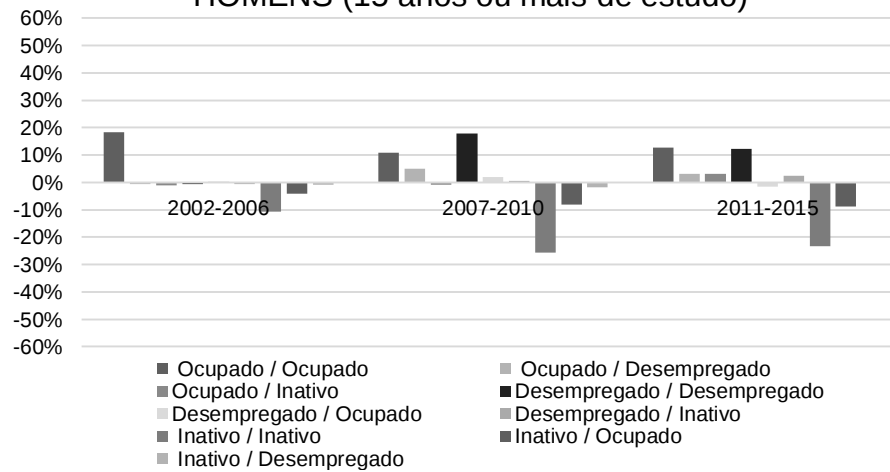
HOMENS (11 a 14 anos de estudo)



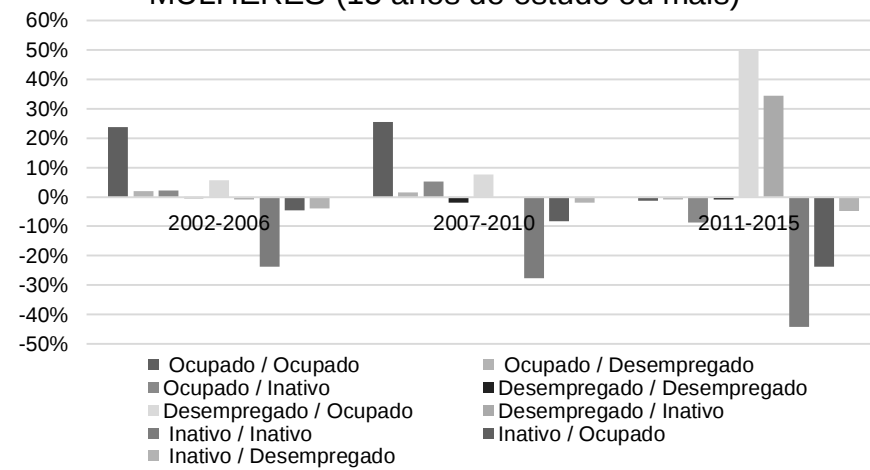
MULHERES (11 a 14 anos de estudo)



HOMENS (15 anos ou mais de estudo)



MULHERES (15 anos de estudo ou mais)



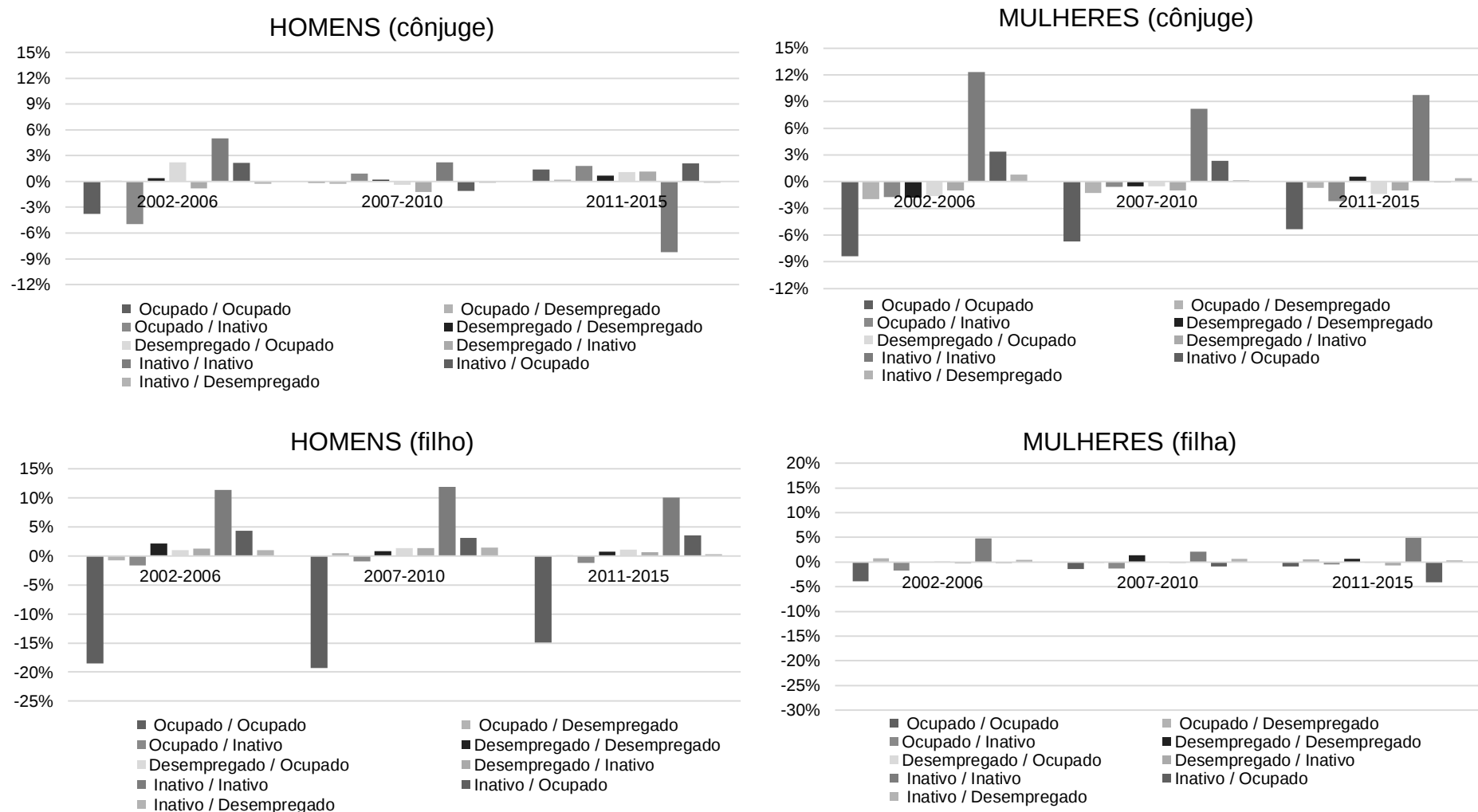
Já para mulheres jovens é importante destacar a mudança dos coeficientes ao longo do tempo. Nos dois primeiros grupos de períodos os principais efeitos são sobre as categorias ocupado-ocupado e inativo-inativo. Já no último grupo, os efeitos assumem maiores magnitudes sobre as categorias de transição do desemprego para uma ocupação, bem como do desemprego para a inatividade. Assim, para os anos mais recentes, um maior nível educacional para as mulheres tem sido associado a uma transição bem-sucedida no mercado de trabalho, ou a uma transição para a inatividade, sendo esta última em decorrência de matrimônio ou busca por maior qualificação.

Passando agora para a análise do papel desempenhado por características familiares no processo de transição, tem-se na Figura 27 os gráficos que detalham os efeitos marginais da variável de posição na família. Com isso, em relação à posição de chefe, o fato de o jovem ser cônjuge reduz as chances de que este realize uma transição do tipo ocupado-ocupado, vis-à-vis realizar a transição inativo-inativo. Todavia, o efeito não é homogêneo no tempo e também difere por gênero. No caso dos homens, a posição de cônjuge apresentou efeito negativo sobre a categoria ocupado-ocupado apenas no primeiro grupo de períodos (2002 a 2006), não tendo efeito significativo nos demais grupos. Em contrapartida, para as mulheres este efeito de redução foi significativo em todos os períodos, porém sua magnitude foi decrescendo.

O efeito mais expressivo sobre as jovens ocorre no sentido de permanência na inatividade, atingindo quase 10 p.p. no último grupo. Apesar das mudanças ocorridas nas últimas décadas, ainda é bastante comum a mulher na posição de cônjuge se dedicar exclusivamente às atividades domésticas e de cuidados aos membros dependentes (crianças e idosos). Já para os homens, o efeito verificado nos anos mais recentes deixa claro que a posição de cônjuge não está associada à inatividade.

No caso de o jovem estar na posição de filho(a), os efeitos são similares no tempo, mas novamente diferem entre os sexos. Para os jovens do sexo masculino, o efeito mais expressivo é o de redução nas chances de realizar a transição ocupado-ocupado, ao passo em que aumentam as chances de permanecer na inatividade.

FIGURA 27 – Evolução do efeito marginal da variável de posição da família sobre as probabilidades preditas



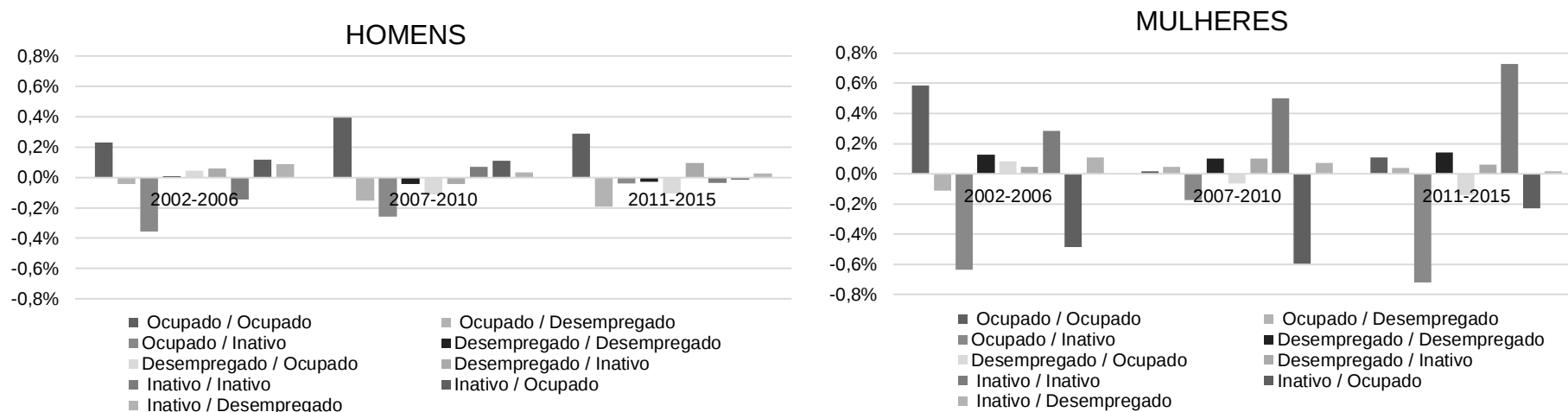
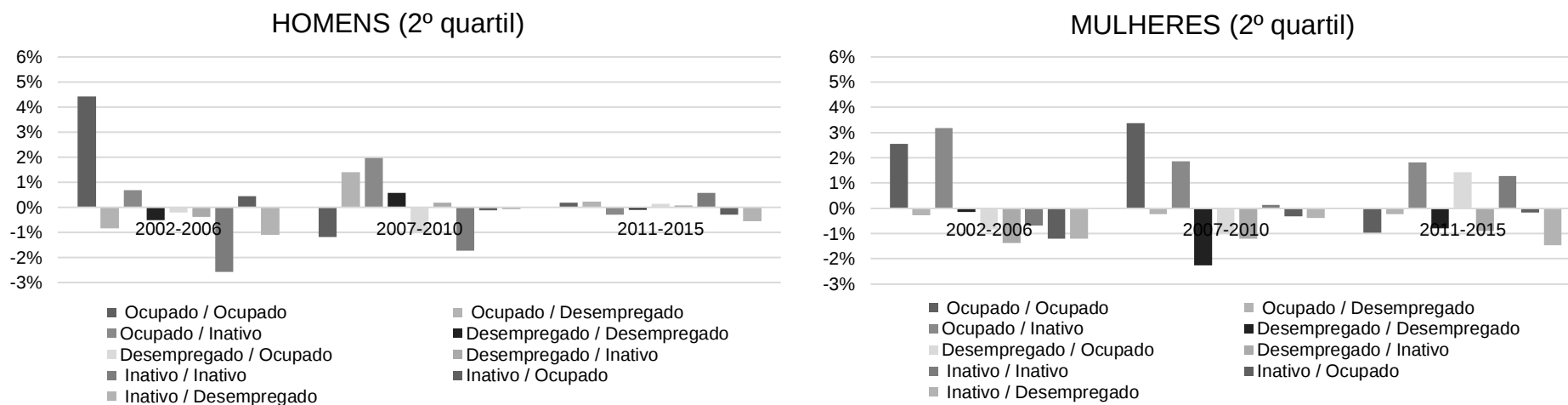
Adicionalmente, também se nota um efeito positivo relevante na probabilidade de transitar da inatividade para uma ocupação. Em se tratando das jovens mulheres, os efeitos são menos significativos e expressivos, com destaque apenas para o impacto positivo na manutenção da condição de inativo.

Conforme apontado anteriormente, muitos dos coeficientes da variável de tamanho da família não apresentaram significância estatística. Não obstante, alguns resultados relevantes podem ser extraídos, principalmente para o caso das mulheres jovens. Pelos gráficos da Figura 28 é possível notar que ao longo do tempo foi crescendo o efeito positivo do tamanho da família sobre a probabilidade de a jovem permanecer na inatividade, possivelmente realizando tarefas domésticas e de cuidados.

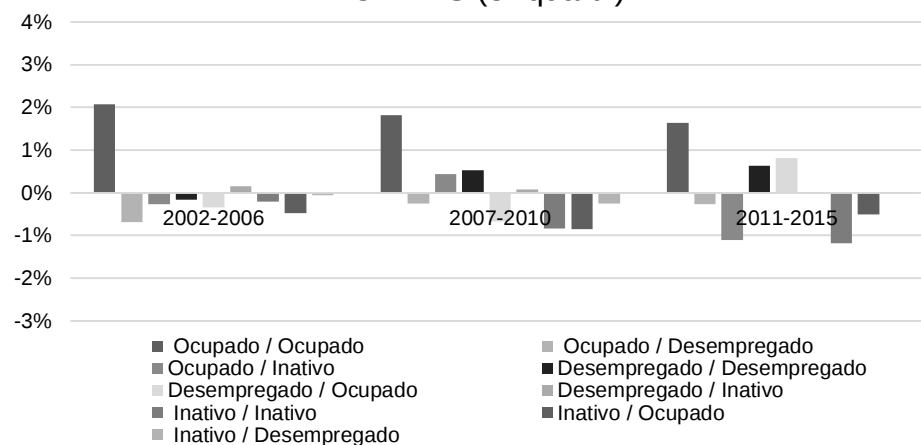
Ao mesmo tempo, uma família com mais membros também está associada a uma menor chance de transição da inatividade para uma ocupação, confirmando a dificuldade que esta característica impõe sobre ativação das mulheres jovens no mercado de trabalho.

Finalmente, na Figura 29 tem-se os efeitos marginais da variável de quartil da renda domiciliar *per capita*. Com isso, verifica-se que à medida em que o nível de renda aumenta, maiores são as chances de os jovens de ambos os sexos estarem na categoria ocupado-ocupado, sendo o efeito mais expressivo no caso das mulheres. Tal resultado já era esperado, dado que uma melhor condição financeira familiar proporciona melhores oportunidades de qualificação, aumentando as chances de sucesso no mercado de trabalho. Ademais, a transição educacional brasileira ocorreu de forma mais intensa sobre as mulheres, o que justifica o resultado observado.

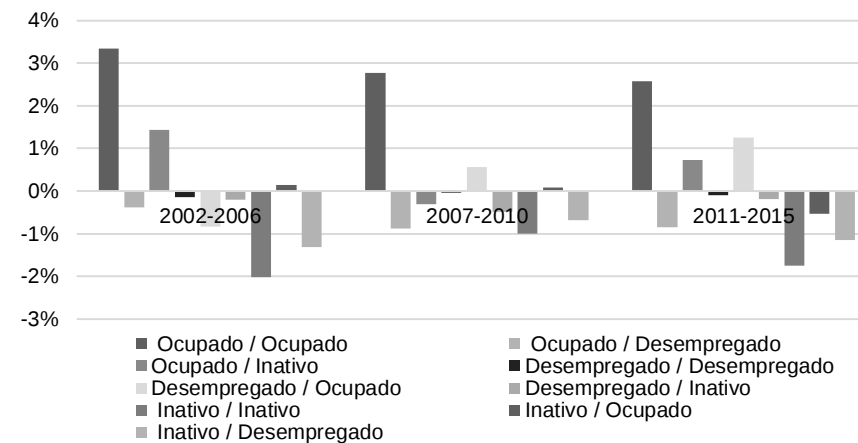
Outro efeito relevante da variável de renda sobre as mulheres é no sentido de elevar a probabilidade de transição do desemprego para a ocupação, tendo este resultado sido observado principalmente no período mais recente.

FIGURA 28 – Evolução do efeito marginal da variável de tamanho da família sobre as probabilidades previstas**FIGURA 29 – Evolução do efeito marginal da variável de renda familiar *per capita* sobre as probabilidades previstas**

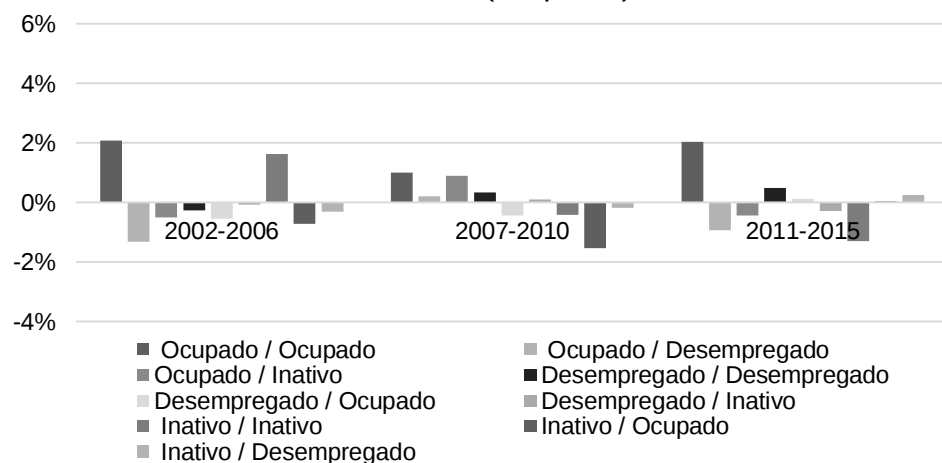
HOMENS (3º quartil)



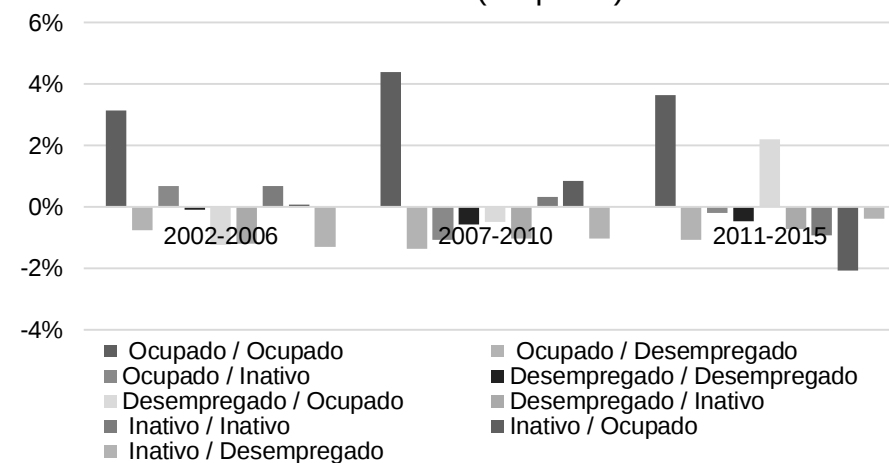
MULHERES (3º quartil)



HOMENS (4º quartil)



MULHERES (4º quartil)



6 ETAPA E QUALIDADE DA TRANSIÇÃO: ANÁLISES A PARTIR DA SWTS

O último exercício empírico desta Tese inclui o aspecto qualitativo na discussão sobre transição escola-trabalho, além de ter como diferencial conduzir análises comparativas entre a realidade brasileira e a de outros dois países latino-americanos (Peru e Colômbia). Sendo assim, será possível contrapor a dinâmica deste processo no Brasil com a de outros países, de modo a identificar particularidades da realidade brasileira.

6.1 Base de Dados: *School-to-Work Transition Survey*

A *School-to-Work Transition Survey* (SWTS) é uma recente base de dados da OIT que contempla informações longitudinais acerca do mercado de trabalho de jovens entre 15 e 29 anos, em mais de 30 países diferentes⁸. Além de ser uma base diretamente voltada para a compreensão do processo de transição escola-trabalho, ela apresenta a vantagem de permitir comparações internacionais, destacando as particularidades do mercado de trabalho de cada país e fornecendo insumos para a formulação de políticas públicas focalizadas.

O objetivo central da SWTS é coletar dados detalhados sobre a situação no mercado de trabalho de jovens homens e mulheres, visando quantificar a facilidade ou a dificuldade que estes enfrentam para entrar no mundo do trabalho, à medida em que saem da escola.

⁸ Até o momento, a SWTS foi realizada nos seguintes países: Armênia, Bangladesh, Benim, Brasil, Camboja, Colômbia, Egito, El Salvador, Jamaica, Jordânia, Líbano, Libéria, Madagascar, Malawi, Moldávia, Montenegro, Nepal, Palestina (alguns territórios), Peru, Quirguistão, República da Macedônia, República Democrática do Congo, República Dominicana, Rússia, Samoa, Sérvia, Serra Leoa, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Ucrânia, Vietnã e Zâmbia.

Outro objetivo da SWTS é captar incompatibilidades (*mismatches*) entre a oferta e a demanda pelo trabalho dos jovens, de modo a auxiliar na elaboração de políticas que facilitem a transição da escola para o trabalho.

Segundo a própria OIT (2009), a SWTS não tem a pretensão de servir como uma base de dados que venha a substituir as pesquisas nacionais no que se refere ao cálculo de indicadores do mercado de trabalho (tais como taxa de desemprego, taxa de participação da força de trabalho, taxa de subemprego etc.). Na realidade, a SWTS destina-se a fornecer informações suplementares que dizem respeito especificamente às questões relacionadas à entrada no mercado de trabalho por parte dos jovens que acabam de sair da escola. Sendo assim, a motivação da OIT para realizar essa pesquisa parte da consideração de que a grande maioria das pesquisas nacionais, sobretudo as conduzidas em países não desenvolvidos, não tem conseguido responder, de forma satisfatória, quais são os fatores responsáveis por tornar a transição escola-trabalho um processo longo e difícil (OIT, 2009).

É importante destacar que a definição de transição escola-trabalho adotada na SWTS é diferente da definição padrão adotada na maioria dos estudos. Em geral, costuma-se definir essa transição com base na duração de tempo entre a saída da educação (conclusão da graduação ou saída antecipada sem conclusão) para a primeira entrada em um emprego regular. Um diferencial trazido pela OIT junto à SWTS é a introdução de um novo elemento de qualidade para a definição de transição no mercado de trabalho. Segundo esse novo conceito, o jovem ainda não concluiu sua transição até que tenha se estabelecido em um trabalho que atenda a critérios básicos de decência, ou seja, uma ocupação capaz de fornecer uma sensação de segurança (por exemplo, um contrato permanente) ou um trabalho com o qual ele se sinta pessoalmente satisfeito.

Dessa forma, a definição de transição escola-trabalho adotada na SWTS corresponde “ [...] à passagem de um indivíduo jovem (com idade entre 15 e 29 anos) desde o final da escolaridade até o primeiro trabalho regular ou satisfatório” (OIT, 2009). O emprego

regular é definido em termos do contrato de trabalho (por escrito ou verbal) e a duração do contrato (permanente ou temporário). Já um emprego satisfatório é aquele capaz de satisfazer um conceito subjetivo de satisfação definido pelo próprio trabalhador.

A partir desse conceito é possível, então, definir três estágios de transição para os jovens, a saber: transição completa, em transição e transição não iniciada. Considera-se que o jovem completou a transição se este encontra-se em uma das seguintes categorias: i) emprego estável e satisfatório; ii) emprego estável, mas insatisfatório; iii) emprego satisfatório, mas temporário; iv) emprego por conta própria satisfatório. O jovem no estágio “em transição”, por sua vez, encontra-se: i) desempregado; ii) em um trabalho temporário e insatisfatório; iii) empregado por conta própria e insatisfeito; iv) inativo e não estudando, mas se propõe a buscar trabalho futuramente. Finalmente, os jovens que estão no estágio de transição não iniciada são aqueles que estão inativos e estudando, ou estão inativos e sem estudar, além de não terem intenção de buscar trabalho futuramente.

O Quadro 3 descreve as variáveis da SWTS utilizadas no estudo. A variável de interesse corresponde à etapa de transição em que o jovem se encontra. Como variáveis explicativas adotou-se um conjunto de características individuais e familiares que descrevem aspectos sociodemográficos destes indivíduos, e dessa forma impactam diretamente em sua situação no mercado de trabalho.

A fim de tornar a análise mais rica, optou-se por realizar análises comparativas com as informações do Peru e da Colômbia. A escolha por esses países deu-se em razão de ambos serem economias emergentes, tal como o Brasil, e situados no mesmo continente (América do Sul)⁹. Sendo assim, os resultados devem fornecer um retrato da situação da

⁹ A escolha de comparação também é limitada pela possibilidade de compatibilização entre os dados, o que necessita de um arquivo dicionário (chamado *codebook*) que não está disponível para todos os países.

transição escola-trabalho no contexto latino-americano, além de destacar particularidades desse processo no caso brasileiro.

Com relação ao Brasil, as informações da SWTS são referentes ao ano de 2013 e a pesquisa é representativa do universo de jovens brasileiros. Foram realizadas 3.288 entrevistas, distribuídas entre 25 Unidades da Federação e 160 municípios. A amostragem probabilística realizada pela pesquisa levou em conta a estratificação por localização geográfica, de modo a considerar municípios de pequeno, médio e grande porte da capital e do interior das zonas urbanas e rurais do país (VENTURI; TORINI, 2014). A seleção dos indivíduos entrevistados também foi feita de forma probabilística, levando em conta controles por sexo, idade e localização, e tornando possível a projeção para o universo de jovens.

QUADRO 3 – Variáveis Selecionadas da SWTS

Variável de Interesse	
Etapa de transição em que o jovem se encontra	1 – Transição completa 2 – Em transição 3 – Transição não iniciada
Variáveis Explicativas	
Sexo	1 – Masculino 0 – Feminino
Grupos de idade	1 – 15 a 19 anos 2 – 20 a 24 anos 3 – 25 a 29 anos
Posição na Família	1 – Principal responsável 2 – Cônjuge 3 – Filho
Nível Educacional do Jovem	1 – Sem instrução e fundamental incompleto 2 – Fundamental completo e médio incompleto 3 – Médio completo e superior incompleto 4 – Superior completo
Nível Educacional da Mãe do Jovem	1 – Sem instrução e fundamental incompleto 2 – Fundamental completo e médio incompleto 3 – Médio completo e superior incompleto 4 – Superior completo
Migrante	1 – Indivíduo é migrante 0 – Caso contrário

Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados da *School-to-Work Transition Survey*.

Para esclarecer melhor as informações contidas na SWTS brasileira, a Tabela 11 indica a proporção de jovens, por gênero, em cada uma das três etapas de transição (transição completa, em transição e transição não iniciada). Como pode ser observado, no Brasil, quase 55% dos jovens conseguiu completar a transição para um emprego estável e/ou satisfatório, sendo estes, em sua maioria, do sexo masculino. Nos demais países também é possível observar uma situação similar, ou seja, aproximadamente metade dos jovens finalizou o processo de transição. Todavia, é interessante observar como no Brasil o componente de gênero parece ter um peso mais elevado. Enquanto que neste país cerca de 66% dos que transitaram são homens, na Colômbia e no Peru estas proporções caem para menos de 58%.

Com relação aos jovens brasileiros que se encontram no estágio “em transição”, a proporção é de 25%, mas nesse caso as mulheres são maioria. Nos outros países em questão, verifica-se que essa proporção é um pouco menor. Isso decorre, como pode ser observado na Tabela 4 mais à frente, da elevada proporção de jovens brasileiros na condição de desempregados ou de inativos não estudantes.

Por fim, aproximadamente 20% dos jovens no Brasil ainda não iniciaram o processo de transição, em que novamente se nota uma maior participação das mulheres. Tal proporção é mais elevada nos demais países considerados, mas ao contrário do que parece, isto não significa que estes países estão em pior situação. O que ocorre é que em tais países tem-se uma quantidade maior de jovens inativos, mas que estão estudando.

A Tabela 12 descreve de forma mais detalhada as etapas de transição, informando a proporção de jovens de 15 a 29 anos por situações de etapas de transição e gênero. Sendo assim, considerando-se as situações específicas que caracterizam cada uma dessas etapas, tem-se que pouco mais de 36% dos jovens brasileiros afirmaram estar em um trabalho estável e satisfatório. Ainda em relação aqueles que completaram a transição, a segunda maior parte (quase 10%) se encontra trabalhando por conta própria

em um emprego satisfatório, sendo seguido por aqueles em um trabalho estável, mas insatisfatório (4,6%). Por último, tem-se os ocupados em um trabalho satisfatório, mas temporário (menos de 4%).

Tabela 11 – Etapas de transição por sexo (jovens de 15 a 29 anos)

BRASIL			
	Total (%)	Masculino (%)	Feminino (%)
Transição Completa	54,60	65,65	43,56
Em Transição	25,17	17,07	33,28
Transição Não Iniciada	20,23	17,28	23,16
Total	100	100	100
COLÔMBIA			
	Total (%)	Masculino (%)	Feminino (%)
Transição Completa	48,29	55,26	41,44
Em Transição	22,07	17,80	26,26
Transição Não Iniciada	29,64	26,94	32,30
Total	100	100	100
PERU			
	Total (%)	Masculino (%)	Feminino (%)
Transição Completa	51,68	57,88	45,32
Em Transição	20,32	13,75	27,06
Transição Não Iniciada	28,00	28,37	27,62
Total	100	100	100

Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados da *School-to-Work Transition Survey*.

Nota: valores expandidos pelo peso amostral; tamanho das amostras: N = 2.640 (Brasil); N = 2.306 (Peru); e N = 5.704 (Colômbia).

Comparando-se os resultados do Brasil com os demais países analisados, verifica-se que tanto na Colômbia quanto no Peru há uma menor concentração de jovens que transitou para um emprego estável e satisfatório: 26% e 7% respectivamente. No caso específico do Peru é importante destacar que a maior parcela (29%) se encontra empregada em um trabalho satisfatório, mas temporário, ao passo em que essa proporção fica abaixo de 4% no Brasil e abaixo de 7% na Colômbia.

Acerca dos jovens brasileiros em transição, a maior parte está na situação de desemprego. Nesse ponto, o Brasil se destaca frente à Colômbia e ao Peru, cujas taxas

não chegam a 7%. Ainda nessa etapa, observa-se que a categoria que concentra a segunda maior parcela de jovens, nos três países em questão, é a de inativos que não estudam, mas se propõem a buscar trabalho futuramente, cujas taxas são particularmente elevadas no Brasil e no Peru.

Enfim, no grupo dos brasileiros que não iniciaram a transição, cerca de 19% ainda só estuda, enquanto que 1,4% estão inativos, não estudam e não possuem a intenção de buscar trabalho no futuro. Trata-se, nesta última categoria, de um grupo composto pelos jovens que ainda não começaram a transição e sequer possuem perspectivas de iniciá-la. Vale ressaltar que tanto na Colômbia quanto no Peru a proporção de jovens que apenas estudam é mais consideravelmente mais elevada que a observada no Brasil.

A análise por sexo também revela alguns aspectos interessantes. Primeiramente, apesar de em todos os países considerados a maior parcela de jovens que transitou para um emprego estável e satisfatório ser do sexo masculino, essa diferença é muito mais expressiva no Brasil. Situação similar é observada para os jovens desempregados. Ademais, também é interessante observar a elevada proporção de mulheres, nos três países, na situação de inatividade e não estudando, mas com intenção de buscar trabalho futuramente. Ou seja, há nestes países um grupo de indivíduos do sexo feminino com evidente pretensão de se tornar ativo no mercado de trabalho, mas que não se encontram em fase de formação educacional, o que possivelmente levará a uma transição para o desemprego ou para empregos temporários/insatisfatórios.

Finalizando esta análise descritiva preliminar dos dados da SWTS, a Tabela 13 informa como se encontra a distribuição das etapas de transição por nível educacional no Brasil. Desse modo, tem-se o percentual de jovens brasileiros, em cada uma das três etapas de transição, de acordo com os seguintes níveis educacionais: sem instrução e ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo e ensino médio incompleto, ensino médio completo e ensino superior incompleto, e ensino superior completo.

Tabela 12 – Proporção de jovens de 15 a 29 anos por situações de etapas de transição e gênero

	Brasil			Colômbia			Peru		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Transição Completa	54,60	65,65	43,56	48,29	55,26	41,44	51,68	57,88	45,32
Trabalho estável e satisfatório	36,49	45,10	27,88	26,03	30,64	21,50	7,17	7,97	6,35
Trabalho estável, mas insatisfatório	4,61	5,14	4,09	5,14	5,79	4,50	0,45	0,70	0,19
Trabalho satisfatório, mas temporário	3,85	4,63	3,08	7,01	7,68	6,35	28,80	33,11	24,38
Trabalho por conta própria satisfatório	9,65	10,78	8,51	10,11	11,15	9,09	15,26	16,10	14,40
Em Transição	25,17	17,07	33,28	22,07	17,80	26,26	20,32	13,75	27,06
Desemprego	12,45	10,96	13,96	9,70	8,63	10,75	6,15	5,51	6,80
Em um trabalho temporário e insatisfatório	0,52	0,87	0,16	2,10	2,11	2,09	3,73	3,55	3,93
Trabalha por conta própria e insatisfatório	2,08	2,19	1,98	4,77	4,08	5,44	2,16	2,03	2,29
Inativo e não estuda, mas se propõe a buscar trabalho futuramente	10,12	3,05	17,18	5,50	2,98	7,98	8,28	2,66	14,04
Transição Não Iniciada	20,23	17,28	23,16	29,64	26,94	32,30	28,00	28,37	27,62
Inativo e estudando	18,86	16,98	20,73	26,68	25,75	27,60	27,17	27,76	26,57
Inativo e não estuda, nem tem intenção de buscar trabalho	1,37	0,30	2,43	2,96	1,19	4,70	0,83	0,61	1,05
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados da *School-to-Work Transition Survey*.

Nota: valores expandidos pelo peso amostral; tamanho das amostras: N = 2.640 (Brasil), N = 5.704 (Colômbia) e N = 2.306 (Peru).

Verifica-se claramente que, a partir da conclusão do ensino fundamental, à medida em que se avança nos graus de escolaridade maior é a proporção de jovens que conseguem completar a transição para um emprego estável e/ou satisfatório. Dentre os jovens com ensino superior completo, por exemplo, por volta de 83% encontram-se nessa categoria, ao passo que 12% ainda estão em transição e 5,4% não iniciaram o processo.

Com relação aos jovens em transição, a maior parte não possui sequer o ensino fundamental completo. Dessa forma, grande parte desses jovens não conseguem obter um emprego, ou acabam trabalhando em empregos insatisfatórios. Entretanto, à medida em que eles vão concluindo as modalidades de ensino, menores as chances de permanecerem nessa etapa e maior a probabilidade de conseguirem completar o processo de transição.

**TABELA 13 – etapas de transição por nível educacional
(jovens de 15 a 29 anos)**

		Sem Instrução e Fundamental Incompleto	Fundamental Completo e Médio Incompleto	Médio Completo e Superior Incompleto	Superior Completo	Total
Transição Completa	%	47,02	43,26	67,02	82,73	54,60
Em Transição	%	32,45	22,85	23,13	11,83	25,17
Transição Não Iniciada	%	20,53	33,89	9,85	5,44	20,23
Total	%	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados da *School-to-Work Transition Survey* (Brasil, 2013). Nota: valores expandidos pelo peso amostral; tamanho da amostra: N = 2.640.

Já para os jovens com transição não iniciada, a maior parcela concluiu o ensino fundamental, mas não o ensino médio. Estes são, em sua grande maioria, indivíduos inativos que ainda estão estudando, logo não tendo iniciado a busca por um emprego.

6.2 Estratégia Empírica

A estratégia empírica adotada nesta aplicação faz uso de modelos multinomiais para analisar os determinantes do processo de transição escola-trabalho no Brasil, auxiliando na compreensão de particularidades nacionais por meio de perspectivas comparativas.

Com base nos dados da SWTS, a variável de interesse consiste na etapa de transição em que o jovem se encontra (transição completa, em transição ou transição não iniciada):

$$etapa_trans_{ij} = f(indivíduo, família) \quad (5)$$

Sendo $etapa_trans_{ij}$ a probabilidade de o jovem i estar na etapa de transição j (vide Quadro 3). Os regressores dizem respeito à atributos individuais e familiares que possivelmente afetam o processo de transição escola-trabalho.

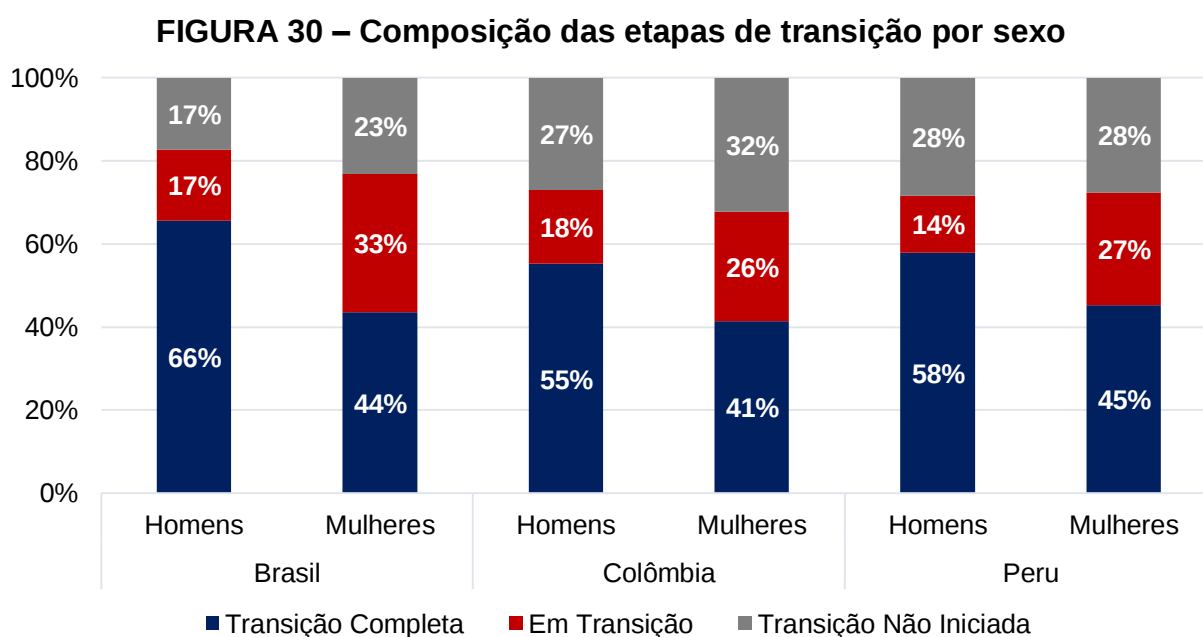
Serão estimados modelos para o Brasil, Peru e Colômbia, visando identificar semelhanças e diferenças entre esses países, no que se refere aos fatores que determinam o processo de transição escola-trabalho. Cabe ressaltar que todas essas análises serão conduzidas apenas para as áreas urbanas de cada país, e que tais modelos serão estimados separadamente por gênero, a fim de verificar a existência de heterogeneidades no processo de transição.

6.2 Resultados

A Figura 30 inicia a análise descritiva dos dados, ilustrando as etapas de transição dos jovens por gênero no Brasil, na Colômbia e no Peru. Observa-se que em todos os três países há uma proporção maior de homens do que de mulheres que completaram a transição, sendo essa diferença maior no Brasil do que nos demais países. Também chama a atenção o fato de o Brasil possuir um menor percentual de jovens de ambos

os sexos na categoria de transição não iniciada, possuindo também a maior proporção de mulheres em transição.

A figuras 31 e 32 apresentam as etapas de transição por faixa etária e por nível educacional, respectivamente. Com relação à idade, é importante observar que no Brasil há uma elevada proporção de jovens de 15 a 19 anos que já concluíram a transição para o mercado de trabalho, ou que estão em processo de transição, quando comparado aos demais países. Nessa faixa de idade, 63% dos jovens colombianos e 51% dos jovens peruanos ainda não iniciaram a transição, dado que estes estão se dedicando exclusivamente aos estudos, contra apenas 44% dos jovens brasileiros. Ademais, no Brasil também se observa uma maior porcentagem de jovens de 20 a 24 anos na categoria de transição completa.



Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados da *School-to-Work Transition Survey*.

Nota: valores expandidos pelo peso amostral; tamanho das amostras: N = 2.640 (Brasil); N = 2.306 (Peru); e N = 5.704 (Colômbia).

Em relação ao nível educacional, diferenças importantes podem ser verificadas entre o Brasil e os demais países de comparação. Dentre os que completaram o processo no Brasil, mais da metade (58%) possui apenas o ensino fundamental completo, ao

passo que na Colômbia e no Peru essa proporção não chega aos 40%. No caso deste último, a maior parte dos que finalizaram a transição concluíram o ensino médio. Outro aspecto que merece destaque é o fato de que tanto na Colômbia quanto no Peru quase 20% dos jovens que foram bem-sucedidos em realizar a transição se encontram no mais baixo nível educacional, sendo que no Brasil essa taxa é de menos de 10%. Ou seja, aparentemente o efeito da educação difere de forma relevante entre os três países, indicando que no Brasil aqueles que não possuem sequer o ensino fundamental teriam menores chances realizar de forma completa a passagem da escola para o trabalho.

Para os jovens que se encontram em transição, no Brasil e na Colômbia predominam aqueles com o fundamental completo, enquanto que no Peru a maioria finalizou o ensino médio. Novamente, em oposição ao constatado para o Brasil, nos demais países há uma maior proporção de jovens com menos do que o fundamental completo na referida etapa de transição.

Acerca da etapa de transição não iniciada, outra vez se verifica para o Brasil e a Colômbia uma maior parcela de jovens com apenas o fundamental completo, e para o Peru a maioria com ensino médio.

Dessa forma, os dados da Figura 32 sugerem a predominância de jovens com somente o ensino fundamental concluído em todas as etapas de transição, sendo o mesmo observado para a Colômbia, só que em menor magnitude. Já no Peru, prevalece os jovens com o ensino médio. Uma característica em comum a estes países é pequena proporção de jovens com curso superior em todas as etapas.

Na Figura 33 tem-se as etapas de transição por condição de migração. Nesse caso, verifica-se as diferenças dentre os jovens que migraram de sua cidade de origem para aqueles que não realizaram tal mudança. Parte da literatura em Economia do Trabalho argumenta que os migrantes são, em média, indivíduos positivamente autosselecionados, dado que são menos avessos ao risco e mais empreendedores do que aqueles que decidem permanecer no local de nascimento. Consequentemente

essa seletividade positiva pode afetar os resultados dos mesmos no mercado de trabalho (CHISWICK, 1999; SANTOS JÚNIOR; MENEZES FILHO; FERREIRA, 2005).

Com base nas informações da Figura 33 verifica-se indicativos de existência de um efeito positivo pela migração, uma vez que nos três países estudados há uma parcela maior de jovens migrantes que completou a transição, em relação aos não migrantes.

Diferentemente das anteriores, as figuras 34, 35 e 36 trazem informações apenas para o Brasil, uma vez que nos questionários da Colômbia e do Peru não há informações referentes às temáticas que elas buscam ilustrar. Sendo assim, na Figura 34 aborda-se as etapas de transição com base na raça autodeclarada pelo jovem. Verifica-se que, dentre os jovens brasileiros da raça branca, 55% realizou a transição completa, sendo esta a mesma proporção observada pelos indivíduos raça preta ou parda. Para os jovens das raças amarela e indígena, a proporção é um pouco menor do que 50%. Para aqueles que se encontram em transição, a maior parcela é observada para a etnia amarela, porém esta é a que menos apresenta jovens que não iniciaram a transição.

Na Figura 35 analisa-se a distribuição das etapas de transição por faixas de renda familiar, mensuradas em termos de quantidade de salários mínimos. É notório que para o caso brasileiro uma maior renda familiar está associada a uma maior proporção de jovens que concluíram a transição escola-trabalho. Além disso, a elevada proporção de jovens que não iniciaram a transição, observada para o nível mais elevado de renda, se deve ao fato de que tais jovens passam maior tempo na escola, se qualificando, o que tende a adiar a conclusão da transição.

Para concluir a análise descritiva dos dados da SWTS, a Figura 36 aborda as diferenças nas etapas de transição por regiões brasileiras. Tem-se que as regiões Sul e Sudeste, as mais desenvolvidas do país, possuem as mais elevadas taxas de conclusão da transição escola-trabalho. Já o Norte e o Nordeste possuem as mais elevadas taxas de jovens em transição. Enfim, a região Centro-Oeste se destaca por ser a que possui a maior parcela de jovens que não iniciaram a sua transição.

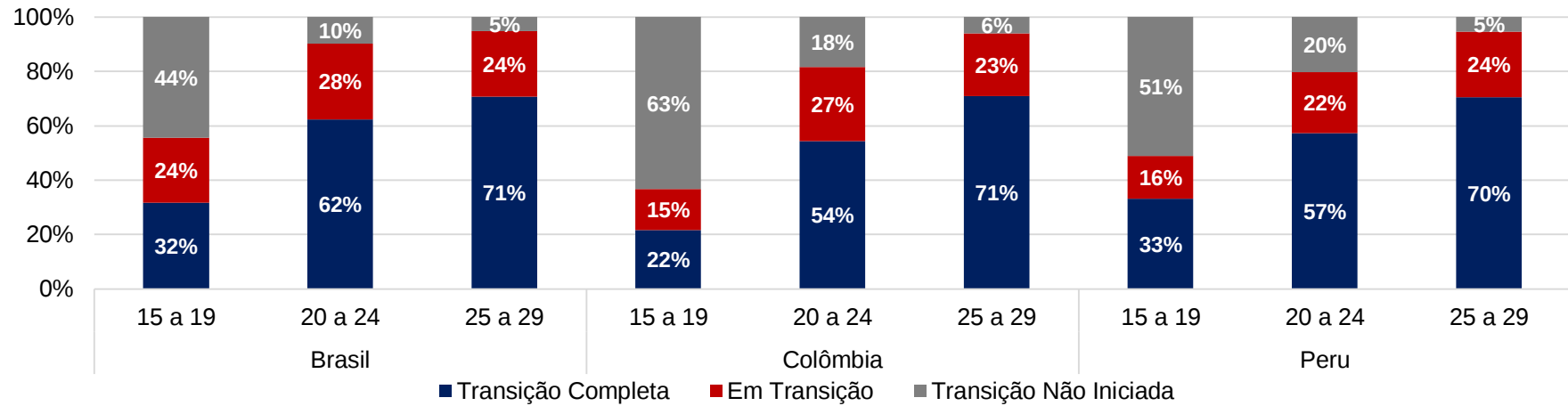
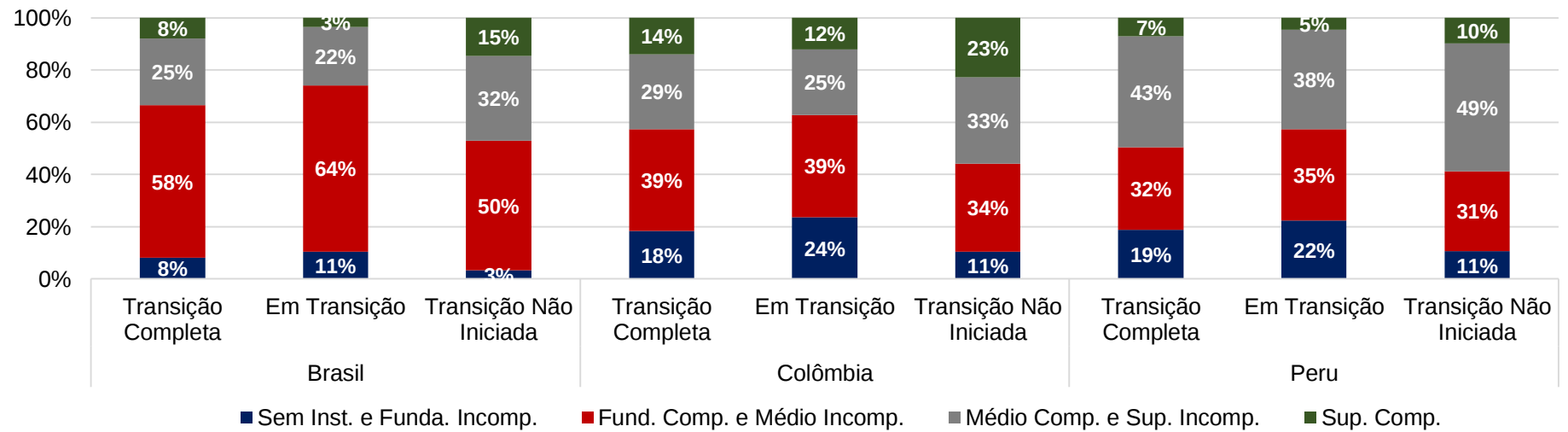
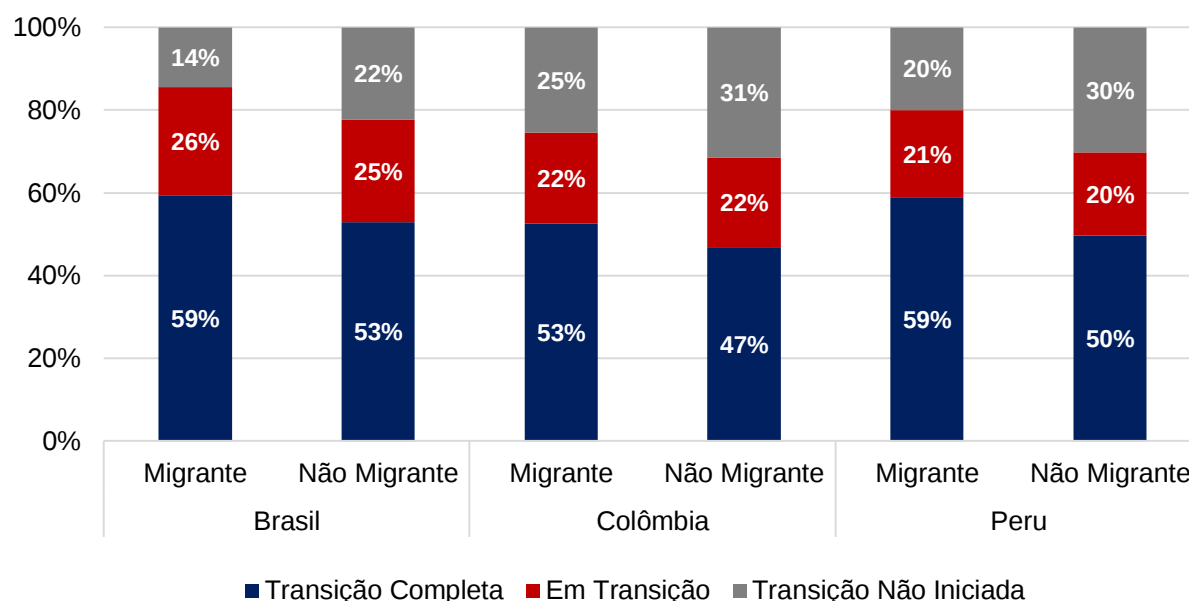
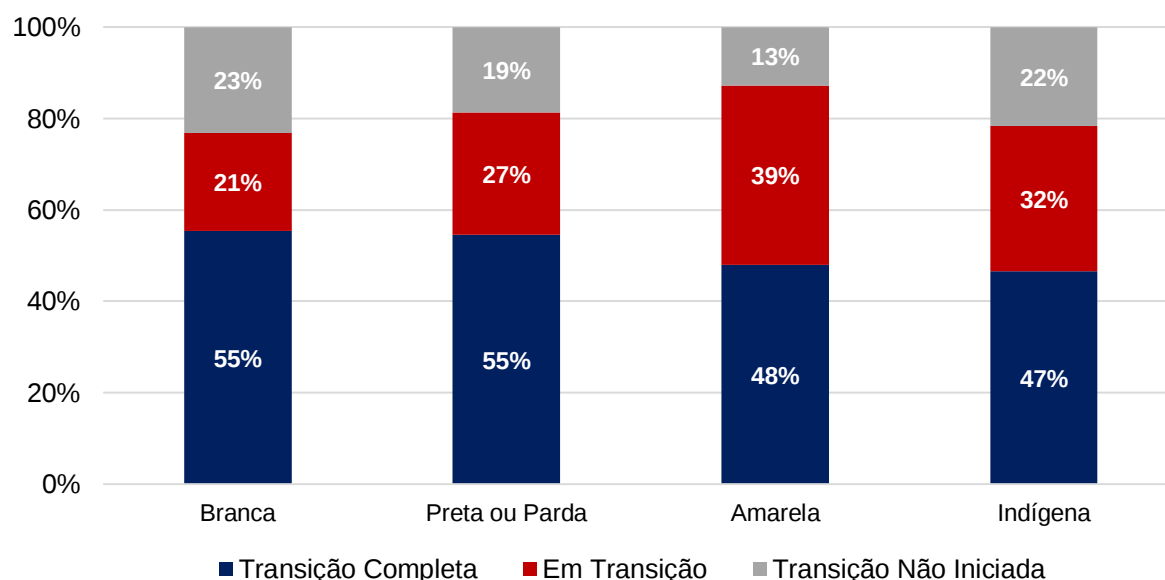
FIGURA 31 – Composição das etapas de transição por grupos de idade**FIGURA 32 – Etapas de transição por nível educacional**

FIGURA 33 – Etapas de transição por condição de migração

Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados da *School-to-Work Transition Survey*.

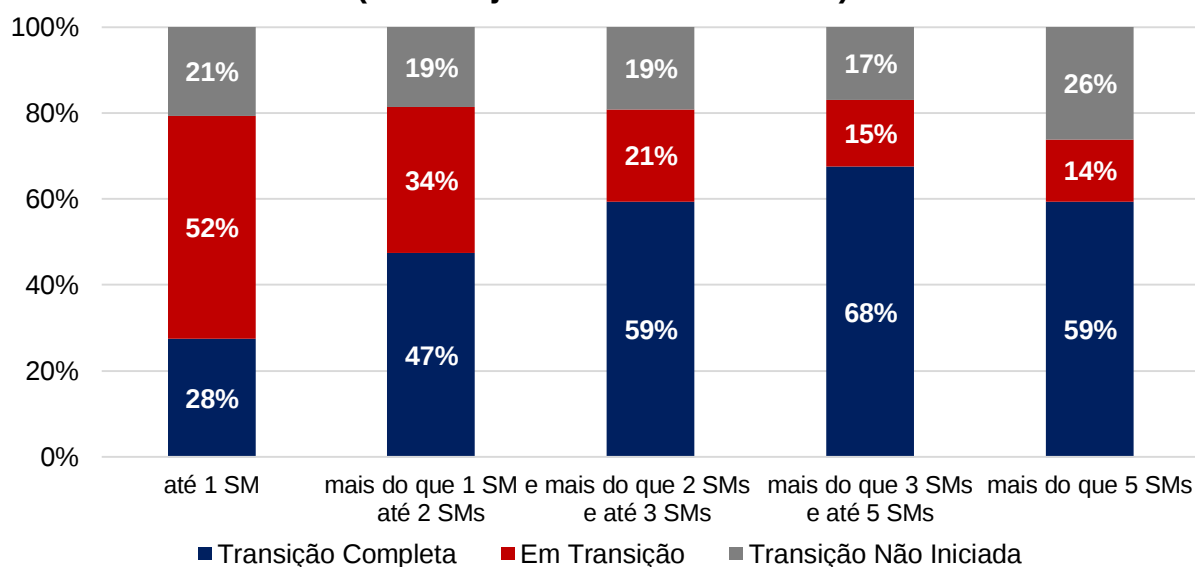
Nota: valores expandidos pelo peso amostral; tamanho das amostras: N = 2.640 (Brasil); N = 2.306 (Peru); e N = 5.704 (Colômbia).

FIGURA 34 – Etapas de transição por raça autodeclarada (Brasil – jovens de 15 a 29 anos)

Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados da *School-to-Work Transition Survey*.

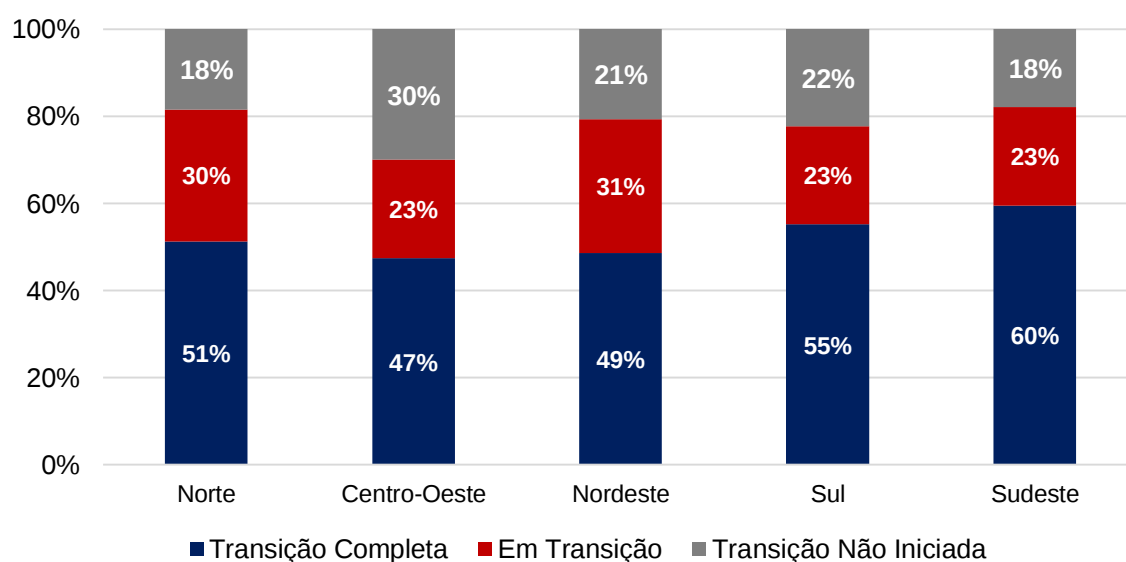
Nota: valores expandidos pelo peso amostral; tamanho da amostra: N = 2.640 (Brasil).

FIGURA 35 – Etapas de transição por renda familiar declarada (Brasil – jovens de 15 a 29 anos)



Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados da *School-to-Work Transition Survey*.
 Notas: valores expandidos pelo peso amostral; tamanho da amostra: N = 2.640 (Brasil);
 SM = salário mínimo.

FIGURA 36 – Etapas de transição por região (Brasil – jovens de 15 a 29 anos)



Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados da *School-to-Work Transition Survey*.
 Nota: valores expandidos pelo peso amostral; tamanho da amostra: N = 2.640 (Brasil).

Avançando-se para a análise dos determinantes das etapas de transição, a Tabela 14 exhibe os resultados dos modelos multinomiais para Brasil, Colômbia e Peru. Com isso,

verifica-se que, em relação à categoria transição não iniciada (omitida), idades mais avançadas aumentam as chances de o jovem estar em transição ou de ter completado este processo. Tal resultado se verifica para todos os países, apesar das diferenças em termos de magnitude e por sexo.

Na Figura 37 tem-se os gráficos ilustrativos dos efeitos marginais das variáveis de grupos de idade. É notório que para os homens a idade aparenta ser um fator de maior impacto nas probabilidades de transição. Em relação ao grupo etário mais jovem, no Brasil ter idade entre 20 e 24 anos está associado a um aumento de mais de 18 p.p. na probabilidade de os jovens do sexo masculino estarem na categoria de transição completa, vis-à-vis estarem na categoria de transição não iniciada, ao passo que este efeito aumenta para mais de 24 p.p. para idades entre 25 e 29 anos. Cabe ressaltar que na Colômbia e no Peru o efeito do grupo etário 25 a 29 anos é ainda maior, ficando acima dos 30 p.p.

Para as mulheres, a principal diferença entre países que chama a atenção corresponde aos efeitos da idade sobre a categoria “em transição”. Enquanto que no Brasil os efeitos dos grupos etários sobre a referida categoria se mostraram muito baixos, tanto na Colômbia quanto no Peru a magnitude deste efeito é considerável, alcançando quase 20 p.p. em alguns casos. No Brasil, o principal efeito ocorre no sentido de aumento das chances de a jovem estar na categoria de transição completa.

A Figura 38 traz os efeitos das variáveis de nível educacional sobre as probabilidades de etapas de transição. Nesse sentido, verifica-se que níveis mais elevados aumentam as chances de os jovens terem completado o processo de transição. Para os homens, ter completado apenas o ensino fundamental tem efeito positivo, nos três países, sobre a categoria de transição não iniciada, sendo que no Peru o efeito é de longe o mais elevado. Todavia, isto não necessariamente deve ser visto como algo negativo, dado que como observado anteriormente (Tabela 4) mais de 27% dos jovens peruanos nesta categoria estão estudando.

TABELA 14 – Resultados dos modelos multinomiais para as etapas de transição (jovens de 15 a 29 anos)

	Brasil		Colômbia		Peru	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Transição Completa						
idade (20 a 24)	6,78***	3,37***	5,21***	3,99***	3,13***	1,70**
idade (25 a 29)	10,29***	7,16***	36,75***	10,93***	12,30***	6,13***
fundamental completo	0,64*	1,59**	0,88	0,72	0,45	0,41
médio completo	1,61*	4,71***	1,67**	2,33***	0,82	0,99
superior completo	2,16	16,04***	59,20***	19,05***	24,59***	84,69***
mãe (fundamental completo)	1,11	0,51*	0,49**	0,84	0,59	0,64
mãe (médio completo)	0,79	0,38**	0,36***	0,70	0,42***	0,53*
mãe (superior completo)	0,47	0,16***	0,19***	0,44**	0,16***	0,48
cônjuge	0,28	0,28**	0,11**	0,69	1,04***	1,27
filho(a)	0,08*	0,21**	0,19***	0,72	0,76	0,91
migrante	1,11	1,68**	1,35	0,83	1,23	1,88*
intercepto	14,27***	3,00	3,73***	0,40**	2,77	1,50
Em Transição						
idade (20 a 24)	4,49***	2,72***	3,64***	6,51***	1,57	2,66***
idade (25 a 29)	5,10***	3,84***	19,73***	12,09***	3,91***	8,22***
fundamental completo	0,53**	1,01	1,12	0,72	0,29*	0,83
médio completo	0,95	2,43***	1,49	1,04	0,89	1,44
superior completo	0,49	3,39	34,18***	5,34***	17,66***	54,88***
mãe (fundamental completo)	0,64	0,55	0,52**	0,71	0,46*	0,84
mãe (médio completo)	0,34*	0,37**	0,34***	0,61*	0,36***	0,47**
mãe (superior completo)	0,12***	0,09***	0,21***	0,27***	0,22***	0,16***
cônjuge	0,33	0,35*	0,28	0,98	1,07	2,15
filho(a)	0,25*	0,17***	0,43**	1,23	0,99	0,58*
migrante	1,32	1,76**	1,20	0,99	1,01	1,34
intercepto	5,48*	5,18**	1,17	0,29***	1,29	0,70
Número de Obs.	1.068	1.074	2.184	2.389	1.199	1.032
Pseudo-R ²	0,1973	0,1383	0,2343	0,1856	0,1580	0,1566

Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados da *School-to-Work Transition Survey*.

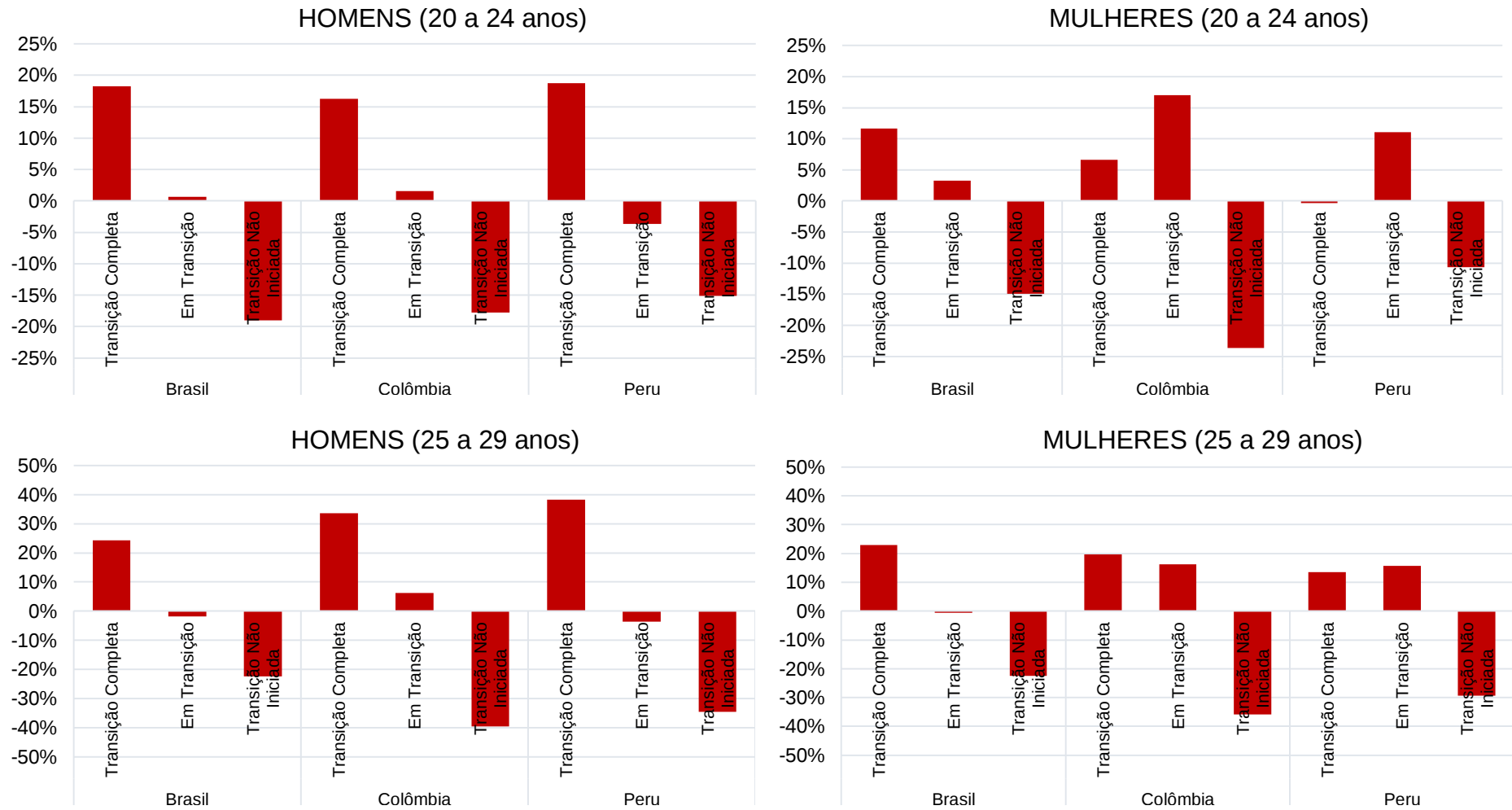
Notas: (1) valores expandidos pelo peso amostral;

(2) coeficientes em termos de Razão de Riscos Relativos (RRR);

(3) *p-valor<0,10, **p-valor<0,05 e ***p-valor<0,01;

(4) categoria omitida: transição não iniciada.

Para a conclusão do ensino médio é possível verificar impactos positivos nas chances de o jovem do sexo masculino ter completado a transição, com tal efeito sendo maior no Brasil do que nos demais países de comparação. Porém, o impacto efetivamente relevante corresponde à conclusão do ensino superior, que apesar de elevado no caso brasileiro é ainda maior na Colômbia e no Peru.

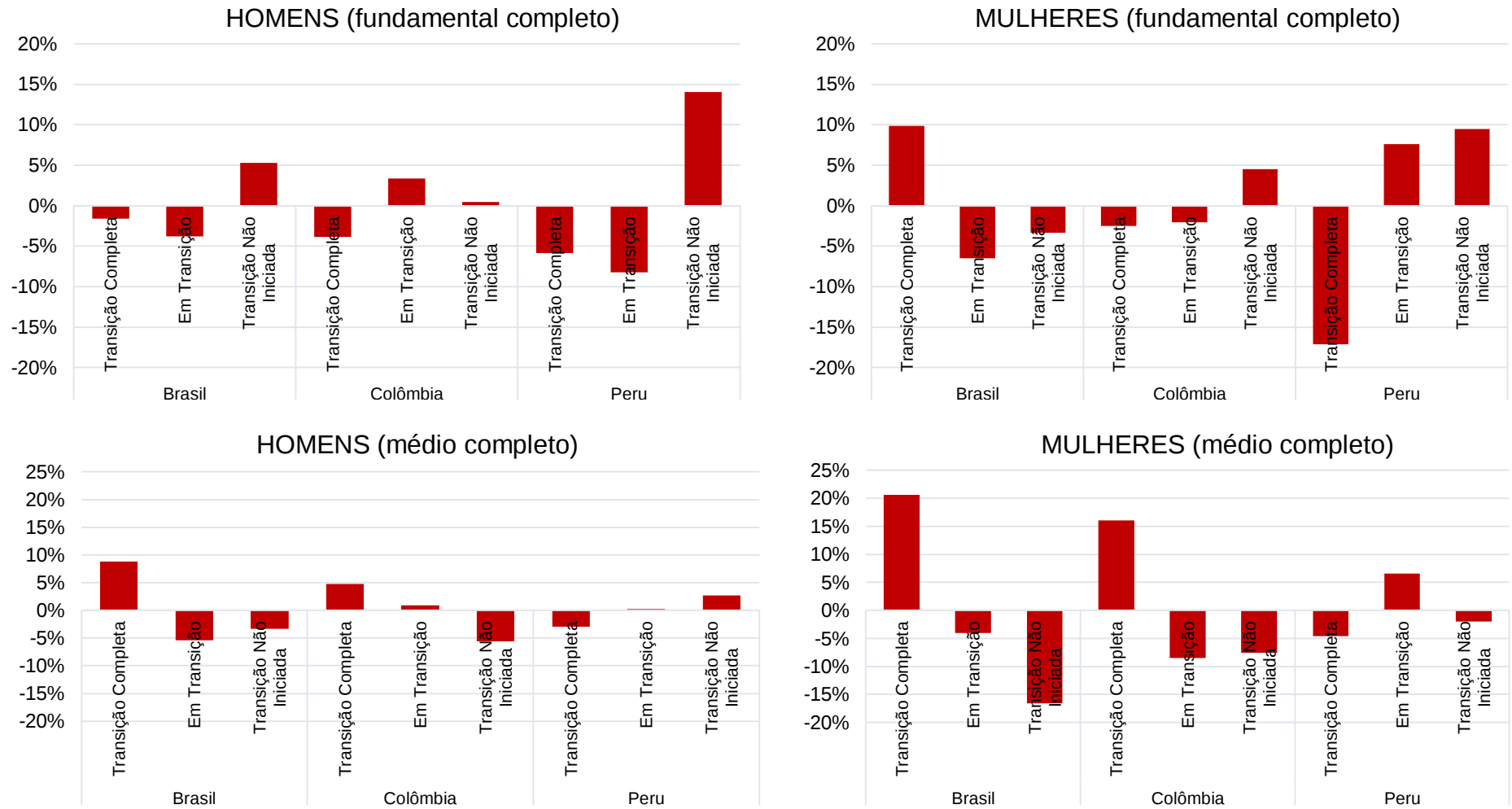
FIGURA 37 – Efeitos marginais das variáveis de grupos de idade sobre as probabilidades preditas

Já para as mulheres têm-se algumas diferenças significativas. No Brasil, os efeitos da educação sobre as chances de completar a transição crescem conforme o nível educacional e apresentam magnitudes mais elevadas do que as encontradas para os homens. Enquanto isso, no Peru, ter completado apenas o fundamental está associado a menores chances de completar a transição, aumentando a probabilidade de a jovem estar em uma das demais categorias (possivelmente dando continuidade aos estudos); e, na Colômbia, a conclusão do ensino médio já aparenta ter efeito positivo expressivo sobre uma transição bem-sucedida.

Para o ensino superior os efeitos são mais homogêneos. Em todos os países há uma maior chance de as jovens conseguirem completar a transição, sendo que no Brasil a diferença de gênero chega a ser o dobro em favor das mulheres, e na Colômbia o efeito é mais favorável aos homens.

Em seguida, os gráficos da Figura 39 exibem os efeitos da educação da mãe sobre as probabilidades preditas de transição dos jovens. Nos três países analisados, jovens mulheres cuja mãe concluiu o fundamental, em relação àquelas com nível menor de escolaridade, têm probabilidade maior de não terem iniciado o processo de transição. Esse efeito cresce de acordo com o nível de escolaridade da mãe e, possivelmente, reflete a tendência de maior permanência na escola em famílias com pais mais escolarizados.

Para os jovens do sexo masculino, no Peru e na Colômbia o efeito segue a mesma tendência do observado para as mulheres: aumento nas chances de não ter iniciado a transição escola-trabalho. Enquanto isso, no Brasil, os coeficientes não apresentaram significância estatística, o que impede tirar conclusões mais efetivas.

FIGURA 38 – Efeitos marginais das variáveis de nível educacional sobre as probabilidades previstas

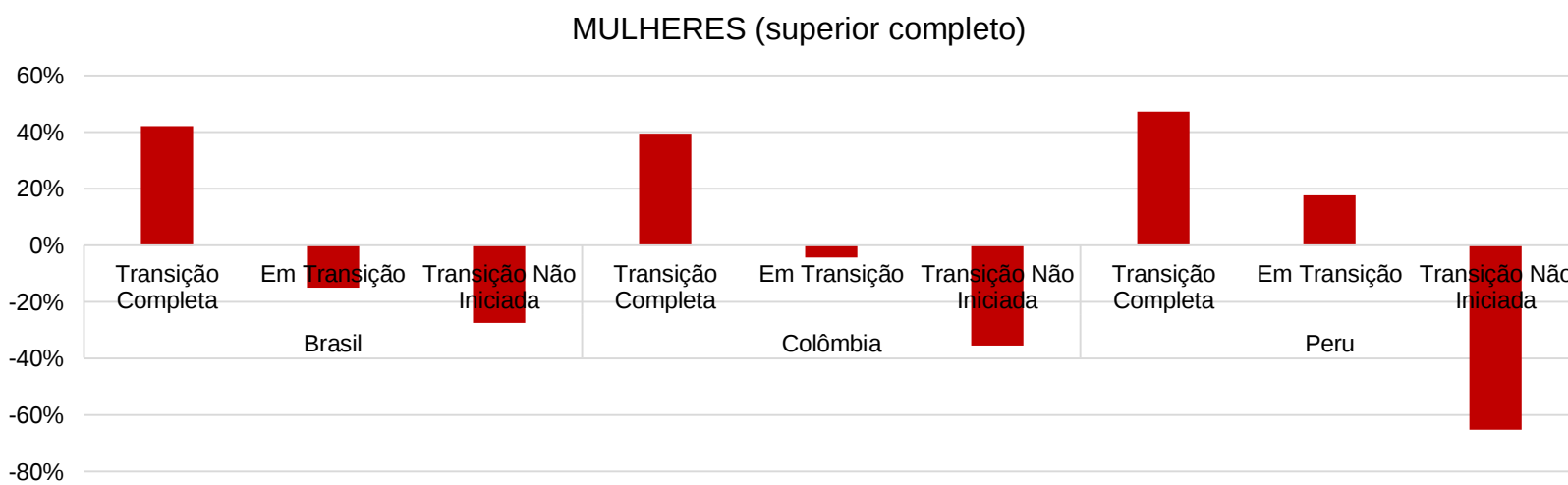
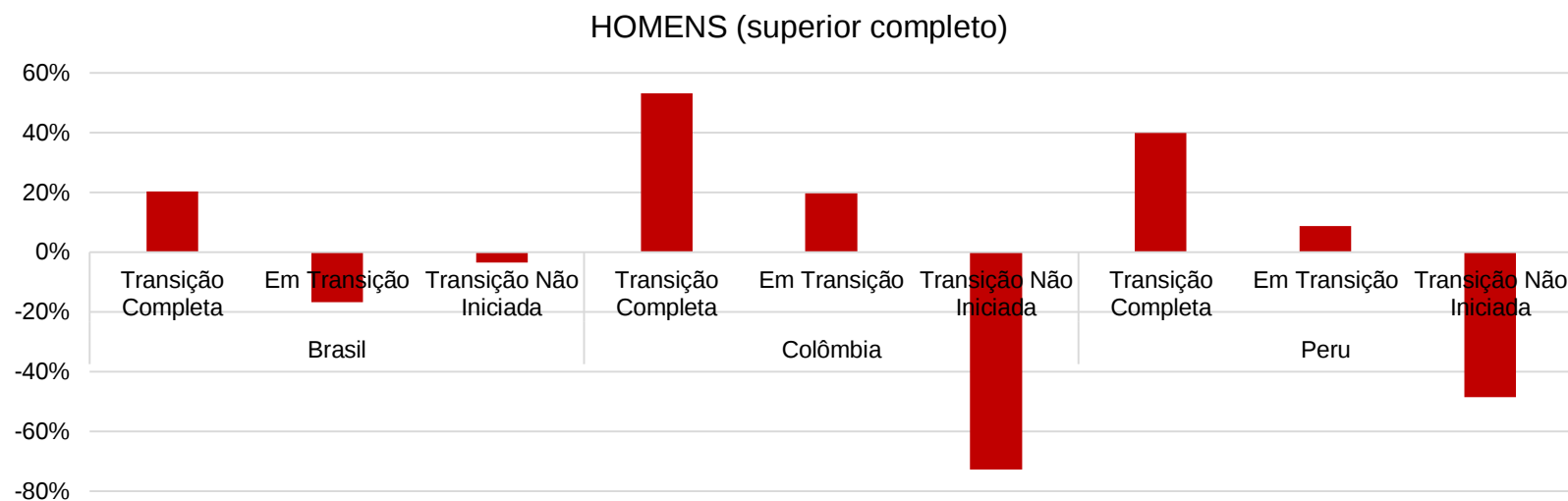
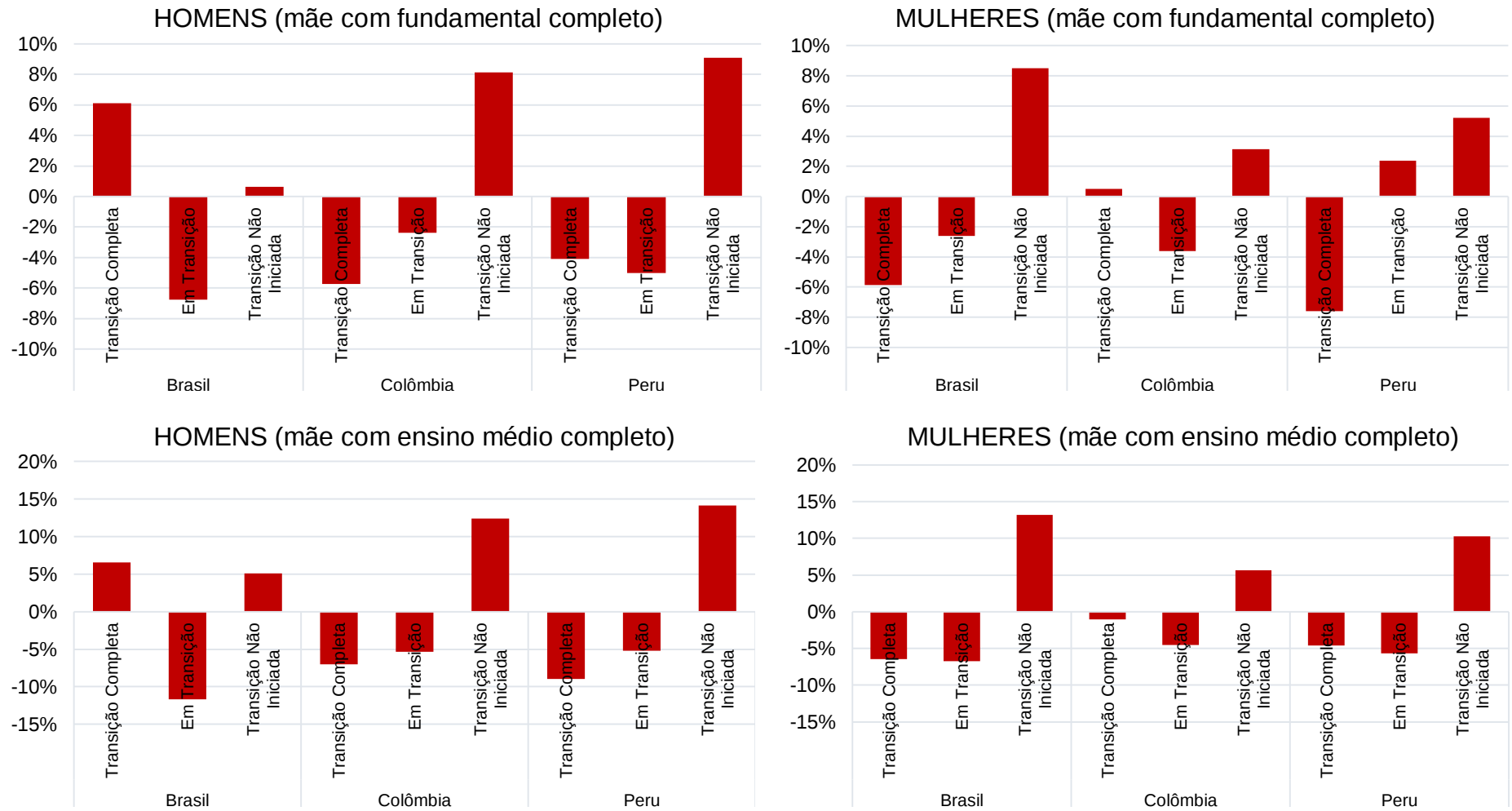
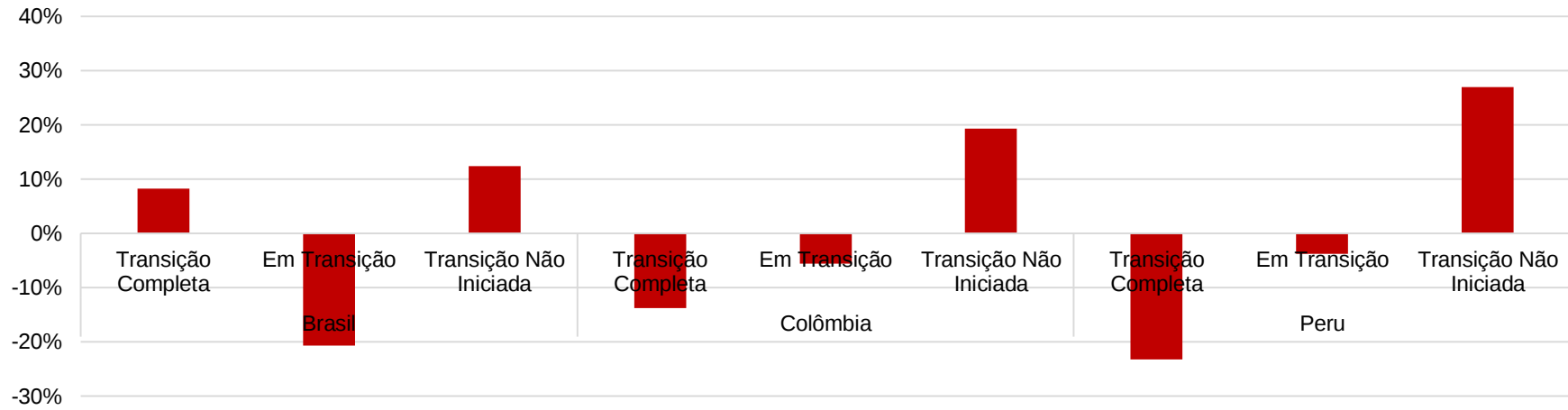
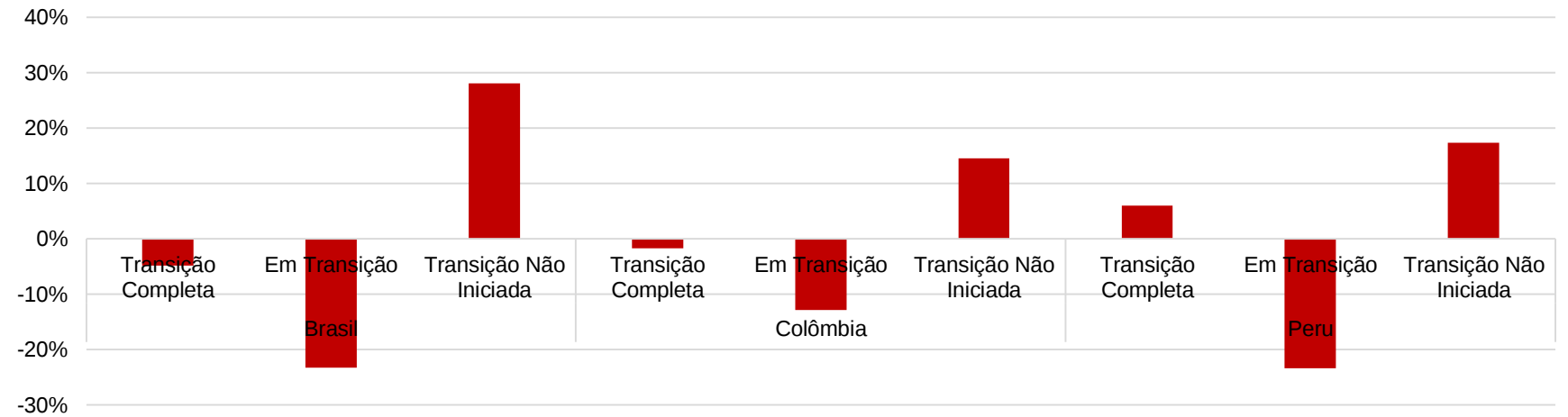


FIGURA 39 – Efeitos marginais das variáveis de nível educacional da mãe sobre as probabilidades previstas

HOMENS (mãe com ensino superior completo)



MULHERES (mãe com ensino superior completo)



Os efeitos da posição da família podem ser observados na Figura 40. Em relação à posição de chefe do domicílio, ser cônjuge tem efeito positivo nas chances de jovens do sexo masculino da Colômbia não terem iniciado a transição. No Peru, o sentido é inverso, agindo no sentido de aumentar as chances de conclusão da transição. Já para as mulheres, principalmente no Brasil, a posição de cônjuge está mais fortemente associada às situações de transição não iniciada e em transição.

A posição de filho, por seu turno, tem efeito de reduzir as chances de que o jovem já tenha concluído a transição. Tal efeito já era esperado, dado que jovens na referida posição tendem a estar principalmente em fase de estudos e/ou busca por emprego.

Por fim, o coeficiente da variável que capta se o jovem é migrante só apresentou significância estatística para as mulheres brasileiras e peruanas. O efeito (Figura 41) indica que ser migrante aumenta as chances de transição completa para ambos os países, juntamente com o aumento da probabilidade da categoria “em transição” no Brasil. Tal resultado confirma a constatação feita na análise descritiva de que os migrantes são jovens positivamente autosselecionados.

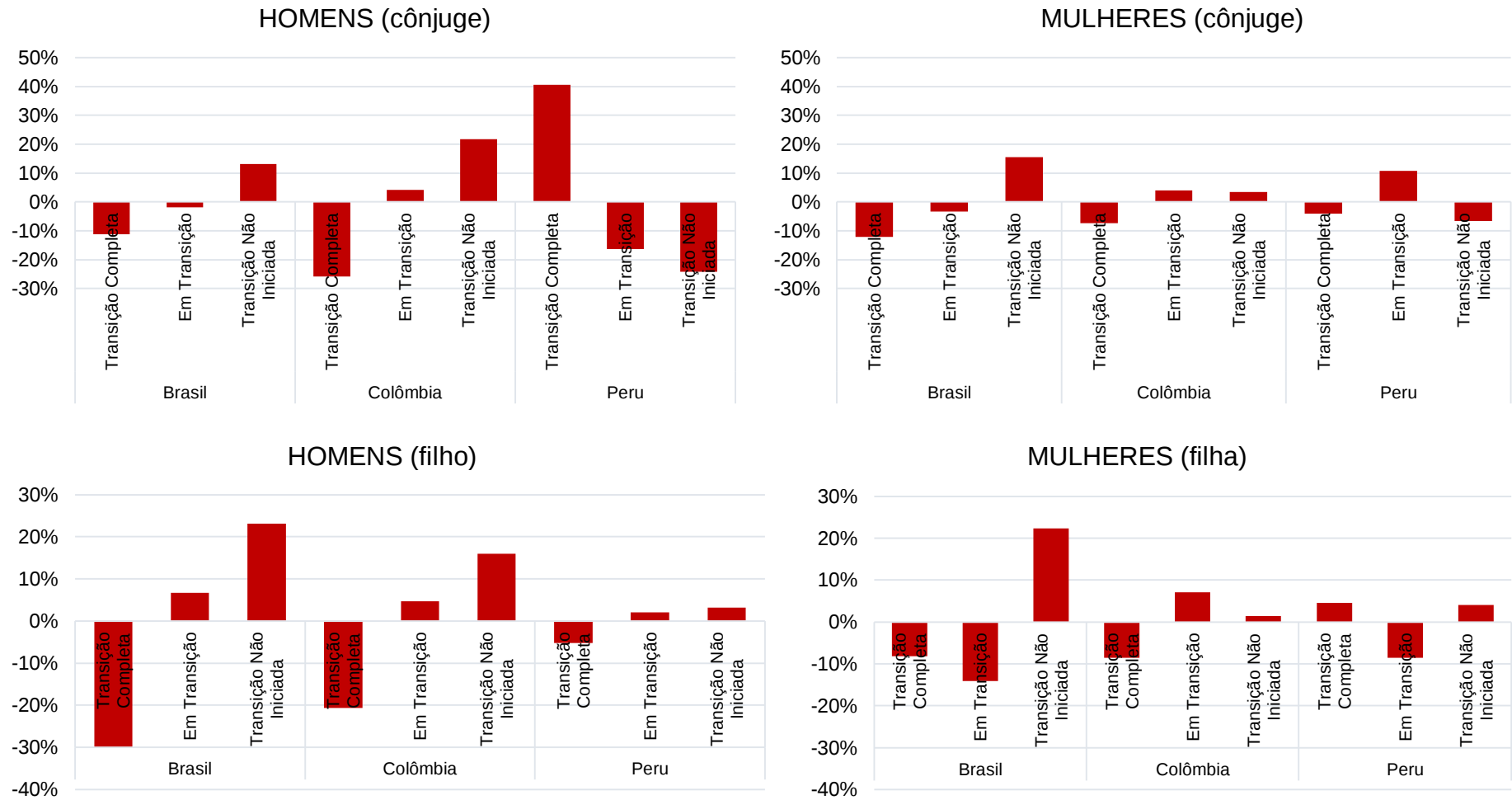
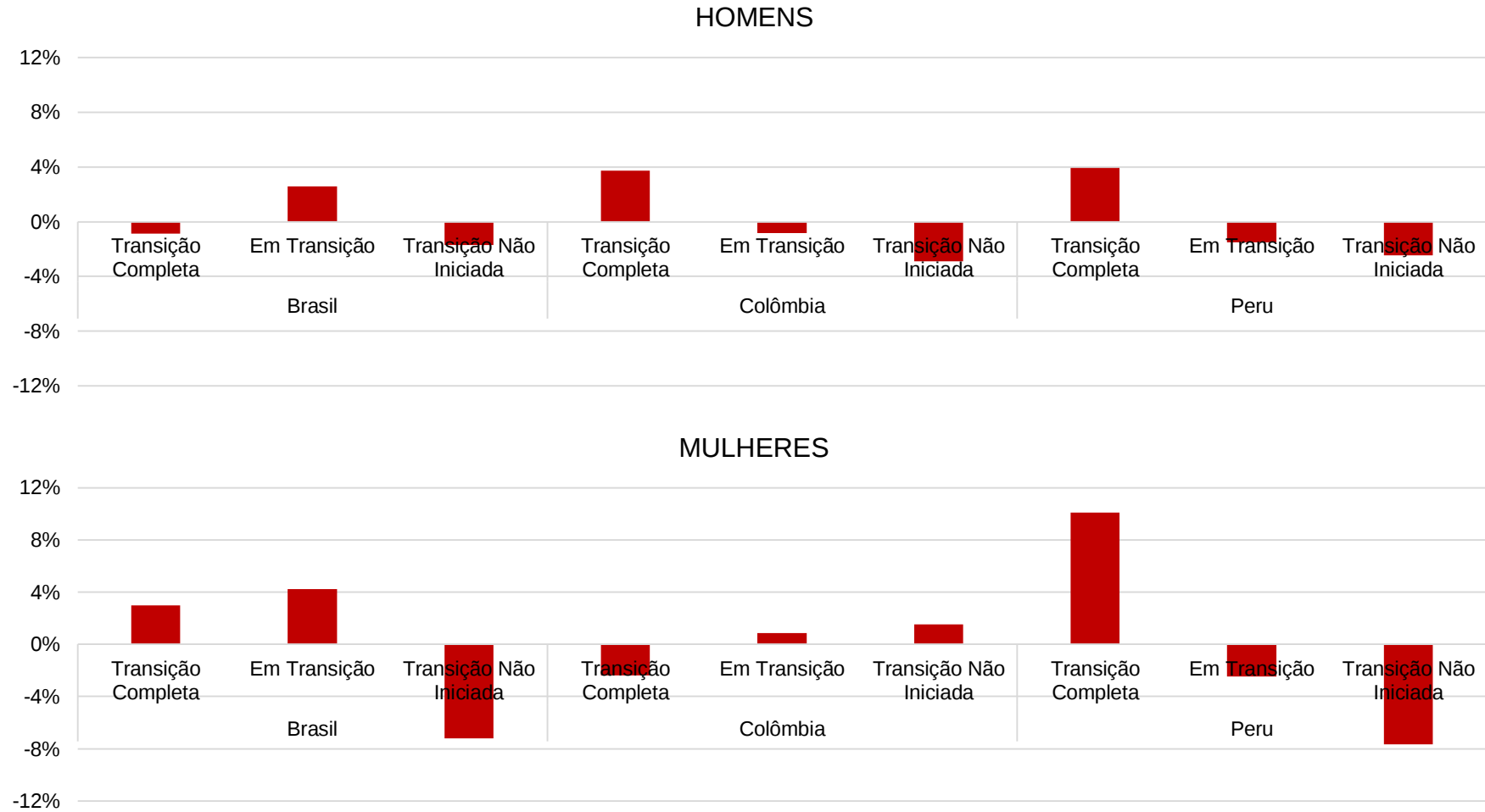
FIGURA 40 – Efeitos marginais das variáveis de posição da família sobre as probabilidades previstas

FIGURA 41 – Efeitos marginais da variável de migrante sobre as probabilidades previstas

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Tese teve como objetivo aprofundar a compreensão sobre um importante aspecto da dinâmica do mercado de trabalho de jovens, o processo de transição escola-trabalho, em um contexto de mudanças demográficas. Tal contexto, caracterizado por queda da fecundidade, aumento da expectativa de vida, mudanças nos níveis educacionais e no tamanho e composição das famílias, têm alterado os padrões de transição para a vida adulta, tornando este processo menos linear e previsível. Desse modo, umas das questões que buscou-se responder diz respeito ao impacto de elementos demográficos, geracionais e de ciclo econômico sobre o movimento de saída da escola e entrada no mercado de trabalho. Ademais, também foi foco da pesquisa verificar discrepâncias de gênero e heterogeneidades nacionais por meio de comparações entre a realidade brasileira e a de outros países da América Latina.

A hipótese levantada foi a de que as referidas mudanças demográficas vêm impactando a dinâmica da transição escola-trabalho, porém com efeitos diferenciados entre homens e mulheres e entre nações. A contribuição que a Tese buscou fazer foi justamente no sentido de verificar a ocorrência de tais efeitos, identificando o sentido e a magnitude dos mesmos, de modo a compreender como estas mudanças estruturais têm afetado a inserção e o desempenho dos jovens no mercado de trabalho. Além disso, também procurou-se incluir a discussão sobre qualidade da transição, captada pelas características dos postos de trabalho e pela satisfação autodeclarada com o emprego, algo ainda pouco estudado no Brasil, visando lançar luz sobre quais fatores são mais relevantes para a transição para um trabalho decente.

Conforme discutido, a definição do que é transição escola-trabalho variou ao longo do tempo, partindo de um conceito direto de simples duração entre o fim da educação formal e a obtenção de algum emprego, passando pela inclusão de características da

ocupação (tais como estabilidade no emprego e tipo de jornada), chegando mais recentemente a incluir critérios de satisfação pessoal. Todavia, independentemente da definição adotada, deve-se considerar a posição que os jovens assumem no mercado de trabalho, uma vez que são indivíduos com baixa experiência e os mais vulneráveis às incertezas e crises econômicas. É sempre preciso lembrar que a juventude é uma fase de transformações, marcada não apenas por uma maior independência e liberdade quando comparada à infância, como também pela tomada de importantes decisões e acúmulos crescentes de responsabilidades. Muitas vezes, o jovem se vê obrigado a desempenhar estas novas atividades mesmo ainda não estando amadurecido ou plenamente preparado para tanto. Sendo assim, é possível que o mesmo enfrente frustrações e dificuldades que podem ocasionar inseguranças quanto ao seu futuro, com impactos potenciais sobre o restante de sua vida profissional.

Tendo isso em vista, realizou-se três exercícios empíricos, com três bases de dados distintas, objetivando esclarecer questões relevantes acerca do processo de transição escola-trabalho. Os achados do primeiro ensaio, que buscou entender de que forma as transformações demográficas têm influenciado as escolhas ocupacionais dos jovens, mostraram como de fato o contexto demográfico é importante e influencia a passagem da escola para o mundo do trabalho. Observou-se que pelo menos desde o final dos anos 1980 as alterações em termos de demanda por educação e dinâmica familiar provocaram alterações importantes nas decisões de estudo, trabalho e procura por trabalho por parte deste grupo etário, de tal modo que os efeitos de uma série de regressores variaram ao longo do tempo e de forma diferente entre homens e mulheres.

Entre 1987 e 2014, a proporção de jovens do sexo masculino dedicados exclusivamente ao trabalho caiu de mais de 65% para cerca de 50%, sendo que tal redução ocorreu concomitantemente ao aumento da parcela de jovens nas categorias “trabalha e estuda” e “só estuda”. No caso das mulheres, apesar de permanecer elevada a proporção das jovens que estão fora da PEA, tem havido uma redução

expressiva ao longo dos anos. Também cresceu o percentual de mulheres que trabalham e estudam, e que procuram trabalho.

O expressivo aumento na demanda por educação ajuda a explicar tais fenômenos. Enquanto que em 1987 cerca de 20% dos jovens possuíam apenas 0 a 3 anos de estudo, esta proporção não chegava a 4% em 2014. Em paralelo a isso, as taxas de jovens com 15 ou mais anos de estudo mais do que duplicaram nesse período. Esse aumento dos anos de estudo teve por consequência o crescimento no percentual de jovens que passaram a somente estudar, ou a conciliar trabalho e estudo.

A constatação de existência de um efeito período significativo atuando sobre os jovens reforça os impactos das mudanças estruturais. No caso dos homens, este efeito atuou no sentido de reduzir a probabilidade de o jovem apenas trabalhar, e de aumentar as chances de estudo e procura por trabalho. Já para as mulheres, verificou-se principalmente uma redução nas chances de as jovens estarem na categoria nem-nem. Dessa forma, é possível afirmar que as mudanças demográficas têm caminhado na direção de reduzir desigualdades sociais, uma vez que as oportunidades educacionais têm se ampliado de forma mais democrática.

Conforme analisado por Ribeiro (2017), entre 1973 e 2014 houve uma significativa redução da desigualdade de oportunidades no Brasil, mensurada pelo grau de associação entre classes sociais de origem (classe da família na qual o indivíduo cresce) e de destino (classe alcançada pelo indivíduo na fase adulta). Essa maior fluidez na mobilidade intergeracional, por sua vez, foi ocasionada pela redução da desigualdade de oportunidades educacionais na conclusão do ensino fundamental e superior, consequência da maior democratização nas últimas décadas ao acesso aos diferentes níveis educacionais (RIBEIRO, 2017).

As questões familiares também são essenciais para a compreensão dos resultados verificados, sobretudo para as mulheres. Durante o período estudado, ficou evidente que os arranjos familiares se alteraram de forma significativa, em decorrência da redução no número de matrimônios, do aumento das uniões consensuais e dos divórcios e da maior participação da mulher no mercado de trabalho. Com isso, a

proporção de jovens pertencentes ao tipo de família “casal com filhos” caiu de quase 70% para 58%, sinalizando que a família nuclear tradicional vem perdendo espaço frente a formas alternativas. Ao mesmo tempo, o modelo predominante de tamanho familiar passou a ser o de 1 a 3 membros, enquanto que em anos anteriores predominava o de 4 a 6.

O efeito estimado do tipo de família sobre as mulheres jovens indicou que estar casada e sem filhos tem um efeito de aumentar as chances de inatividade. Entretanto, tal efeito vem decaindo com o passar do tempo, enquanto que vai se expandindo as chances de as mulheres apenas trabalharem, ou ao menos procurarem trabalho. Acerca do tipo familiar “monoparental, arranjo bem mais comum entre as mulheres do que entre os homens, ser mãe solteira atua no sentido de ativação das jovens no mercado de trabalho. De forma complementar, o efeito da variável de razão de dependência também apresentou variações ao longo dos anos. Até meados de 2005, uma maior proporção de idosos e crianças na família atuava principalmente no sentido de elevar as chances de as mulheres serem nem-nem-nem. Mas, na segunda metade da década de 2000, a situação muda, com a referida variável impactando mais intensamente nas chances de as jovens apenas trabalharem.

Ademais, as questões de raça e renda permanecem sendo muito importantes no contexto brasileiro. Ser da raça branca aumenta as chances de os jovens de ambos os sexos se dedicarem apenas ao estudo. Particularmente para as mulheres, há um significativo efeito de redução na probabilidade de ser nem-nem-nem. A taxa de nem-nem-nem para mulheres brancas caiu pela metade entre 1987 e 2014 (de 32% para 16%), ao passo que para as mulheres negras a queda foi menos significativa (de 33% para 21%). Com relação à renda, níveis mais elevados diminuem fortemente as chances de ser nem-nem-nem, ao passo em que vem crescendo a probabilidade de combinar estudo e trabalho.

Em suma, estes resultados são importantes para que se compreenda a necessidade de se considerar os efeitos demográficos e geracionais sobre as decisões encaradas pela juventude brasileira, deixando claro que ainda há um forte componente de gênero

e raça presentes neste processo. As variações nos coeficientes estimados mostram que tem havido uma maior procura por qualificação educacional e propensão a combinar estudo e trabalho, o que tende a adiar algumas etapas da transição para a vida adulta. Para as mulheres, ficou evidente que a transição educacional tem tido forte impacto em suas posições, ao mesmo tempo em que os aspectos familiares têm perdido força sobre as chances de torná-las nem-nem-nem. Em outras palavras, os resultados mostram que as transformações estruturais vêm agindo no sentido de ativação das mesmas no mercado de trabalho.

Em seguida, a segunda aplicação desta Tese buscou identificar os determinantes da transição da condição de ocupação do jovem, visando compreender as variações entre períodos dos efeitos de fatores sociodemográficos sobre as probabilidades de transição. Verificou-se que com o passar dos anos os padrões de transição têm se alterado, com significativas diferenças de gênero e raça. Enquanto que pouco mais da metade dos homens brancos tendem a permanecer na condição de ocupado entre um ano e outro, para os homens negros essa proporção é bem inferior (cerca de 41%), sendo a situação ainda pior no caso das mulheres brancas (38%) e negras (28%). Adicionalmente, a permanência no desemprego é maior para as mulheres negras, bem como a transição para a inatividade. O efeito estimado da variável de raça indicou, ainda, que ser da raça branca aumenta as chances de os jovens de ambos os sexos permanecerem como inativos na passagem de um ano para o outro, ilustrando como as desigualdades raciais permanecem tendo impactos significativos no contexto brasileiro.

O efeito período mostrou que, principalmente a partir de 2013, passou a haver uma maior probabilidade de que jovens do sexo masculino se situem na categoria de transição inativo-inativo, refletindo os efeitos da transição educacional marcada pelo aumento dos anos de estudo. No caso das jovens do sexo feminino, o efeito foi mais intenso na transição do tipo ocupado-ocupado, consequência do crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Todavia, cabe destacar que este efeito vai perdendo força a partir de 2013, ao passo em que cresce a probabilidade da transição inativo-inativo.

Com o aumento da escolaridade, que está associado ao aumento da idade, os jovens transitam para alguma ocupação, ou para uma situação de desemprego. Mais anos de estudo se mostraram associados a uma maior ativação no mercado de trabalho, porém com efeitos que variam por sexo e ao longo do tempo. No caso dos homens, o aumento dos anos de estudo apontou para uma maior chance de o jovem permanecer ocupado, sobretudo para aqueles com mais de 10 anos de estudo. Já para as mulheres, em anos mais recentes um maior nível educacional tem sido associado a uma transição bem-sucedida no mercado de trabalho, ou a uma transição para a inatividade, sendo esta última em decorrência de matrimônio ou busca por maior qualificação.

Embora já fosse esperado que a posição de cônjuge estivesse relacionada à uma redução nas chances de as jovens mulheres estarem na categoria ocupado-ocupado, a magnitude deste efeito vem decrescendo com os anos. Também vale a pena destacar que ao longo do tempo foi crescendo o efeito positivo do tamanho da família sobre a probabilidade de a jovem permanecer inativa, possivelmente realizando tarefas domésticas e cuidando de membros mais novos e/ou idosos, confirmando a dificuldade que esta característica impõe sobre ativação das mulheres jovens no mercado de trabalho.

Como era de se esperar, em uma sociedade estratificada e fortemente desigual como a brasileira, a renda configura elemento crucial para explicar os padrões de transição. À medida em que o nível de renda aumenta, maiores são as chances de os jovens de ambos os sexos estarem na categoria ocupado-ocupado, sendo o efeito mais expressivo no caso das mulheres. É sabido que uma melhor condição financeira familiar proporciona melhores oportunidades de qualificação, aumentando as chances de sucesso no mercado de trabalho. Outro efeito relevante da variável de renda sobre as mulheres foi no sentido de elevar a probabilidade de transição do desemprego para a ocupação, tendo este resultado sido observado principalmente no período mais recente.

Finalmente, a terceira e última aplicação teve dois objetivos centrais: incluir o aspecto qualitativo na discussão sobre transição escola-trabalho e realizar análises comparativas. Para este fim, foram utilizados os dados referentes ao Brasil, Peru e Colômbia, contemplando informações acerca do mercado de trabalho de jovens. Com base nos resultados é possível afirmar que existem heterogeneidades importantes entre os países, no que se refere aos efeitos de características sociodemográficas sobre a qualidade da transição escola-trabalho. Vale ressaltar que apesar de haver uma proporção maior de homens do que de mulheres que completaram a transição escola-trabalho em todos os países analisados, essa diferença é maior no Brasil.

Níveis educacionais mais elevados mostraram-se associados a aumentos nas chances de os jovens terem completado o processo de transição. Destaca-se que apesar de o efeito do ensino superior sobre os jovens do sexo masculino ter sido relevante nos três países, sua magnitude se mostrou maior na Colômbia e no Peru do que no Brasil. No caso deste último, foi o efeito da conclusão do ensino médio que apresentou maior intensidade. Para as mulheres, no Brasil, os efeitos da educação sobre as chances de completar a transição crescem conforme a conclusão das etapas e apresentam magnitudes mais elevadas do que as encontradas para os homens. Para o ensino superior, em todos os três países há uma maior chance de as jovens conseguirem completar a transição, sendo que no Brasil a diferença de gênero chega a ser o dobro em favor das mulheres.

Um diferencial importante da SWTS é a possibilidade controlar pela educação da mãe, possibilitando captar os efeitos do *background* dos pais sobre as probabilidades de transição. Nos três países analisados verificou-se que quanto maior o nível de escolaridade da mãe, maior a probabilidade de jovens do sexo feminino não terem iniciado o processo de transição. Sendo assim, há uma tendência de maior permanência na escola em famílias com pais mais escolarizados. Para os homens, efeitos na mesma direção foram observados na Colômbia e no Peru, enquanto que para o Brasil não se observou significância estatística.

No caso das jovens brasileiras, a posição de cônjuge esteve mais fortemente associada às situações de transição não iniciada e em transição. A posição de filho, por seu turno, tem efeito de reduzir as chances de que o jovem já tenha concluído a transição, uma vez que em geral estes estão na fase de estudos e/ou busca por emprego. Além disso, ser migrante é um fator que aumenta as chances de transição completa para as mulheres brasileiras e peruanas.

Em meio a tais resultados e discussões, uma questão que surge é o que fazer para melhorar a situação do jovem no mercado de trabalho, sabendo que a juventude é uma importante fase de transição, ao mesmo tempo em que é um período marcado por vulnerabilidades dos mais variados tipos. Como visto anteriormente, o desemprego de jovens é muito acima do registrado para o total da PEA e a rotatividade é uma característica marcante deste grupo etário. Tendo isso em mente, torna-se urgente discutir alternativas de políticas públicas capazes de suavizar e tornar mais direta a transição da escola para o trabalho, com o objetivo de reduzir as inseguranças e dificuldades enfrentadas cada vez mais pela juventude.

Primeiramente, não se deve perder de vista a importância da manutenção e aprimoramento dos investimentos em qualidade e cobertura da educação. Como pôde ser constatado em todas as aplicações desta Tese, a educação é fator crucial para uma transição bem-sucedida e de qualidade tanto no Brasil como em outros países. Sabe-se que “[...] a educação é o principal canal de mobilidade social nas sociedades modernas. Pessoas com mais escolaridade não só tendem a ser mais produtivas como também têm acesso a diversas ocupações que exigem qualificação específica” (RIBEIRO, 2014c, p. 205). É por meio do sistema educacional que os indivíduos têm a possibilidade de obter melhores retornos no mercado de trabalho e, portanto, ascender socialmente. Logo, a educação é peça fundamental na redução das desigualdades de oportunidade, possibilitando um maior grau de mobilidade intergeracional.

No caso da educação básica é preciso expandir a cobertura da educação infantil (principalmente creches) e persistir no esforço de redução do abandono e da evasão

do ensino médio. Além disso, a qualidade da educação brasileira demanda intervenções imediatas, uma vez que o Brasil vem repetidamente exibindo resultados insatisfatórios em testes e exames padronizados, a exemplo do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). Acerca da educação superior, o recente relatório da OECD (2018) mostra que o Brasil ainda apresenta uma taxa relativamente baixa de pessoas com ensino superior completo, apesar da importância deste nível para a obtenção de empregos de melhor qualidade. Estimativas a nível nacional (BARBOSA FILHO; PESSÔA, 2008; ROCHA et al., 2017) têm demonstrado o significativo crescimento da taxa de retorno desta modalidade de ensino, estando também associada ao aumento da taxa de ocupação e da renda domiciliar *per capita*. Apesar disso, observa-se atualmente no Brasil a redução de políticas voltadas para a expansão e incentivo da educação superior, ignorando ou minimizando os seus vários benefícios. Ultimamente tem estado em voga a discussão sobre reduzir o orçamento das universidades tendo em vista a ampliação de recursos para a educação básica. Tal discussão enxerga o problema de forma equivocada, atentando-se apenas pela ótica de um conflito distributivo para os recursos, quando o importante deveria ser fortalecer a complementariedade e a transição entre os diferentes níveis de ensino.

Uma parte recente da literatura (DIPRETE et al., 2017; BOL et al., 2019) tem argumentado sobre a necessidade de se fortalecer os elos de ligação entre o sistema educacional e o mercado de trabalho. De acordo com estes autores, as configurações institucionais de cada país no que se refere às ligações entre educação, treinamentos e mercado de trabalho podem ajudar a solucionar problemas de coordenação nos mercados, na medida em que aprimoram o *match* entre trabalhadores e firmas. Um *match* mais adequado, por sua vez, está associado à melhores salários e menor desigualdade salarial, dado que trabalhadores tendem a ser mais bem remunerados em ocupações mais fortemente relacionados com seus níveis educacionais e campos de estudo. Além disso, também há evidências de que ligações mais fortes reduzem o risco de desemprego para os jovens, facilitando a transição escola-trabalho, além de promover ganhos de produtividade para economia como um todo.

Nessa linha, vários estudos (LASSIBILLE et al., 2001; RYAN, 2001; BERNARDI, F.; GANGL, M.; VAN DE WERFHORST, H. G., 2004; WOLBERS, 2007; JACOB, M.; KLEINERT, C.; KÜHHIRT, M., 2009; DIPRETE et al., 2017; BOL et al., 2019) têm discutido os impactos que a adoção de um sistema vocacional e de aprendizagem tem propiciado em países como Alemanha, Itália e Holanda. Apesar das diferenças na forma de funcionamento deste sistema entre os países, estes autores verificaram que o sistema vocacional pode ajudar a reduzir a duração do desemprego e melhorar a qualidade do *match*. Entretanto, para que tal sistema apresente os resultados desejados há a necessidade de que o mesmo esteja em linha com as demandas do mercado de trabalho local.

No Brasil, há o questionamento de se o sistema educacional tem sido bem-sucedido em preparar os jovens para adentrar o mercado de trabalho. Venturi e Torini (2014) observaram que cerca de 41% dos jovens ocupados trabalham em empregos para os quais são excessivamente ou insuficientemente qualificados. Nessa linha, é possível que uma mudança no sistema buscando fortalecer a ligação entre escolas e empresas, ampliando as atividades de aprendizado profissional e treinamento de habilidades específicas já na educação básica, resultem em benefícios para a transição dos jovens ao mundo do trabalho. Como estratégia suplementar, também há a recomendação de que sejam criados programas de acesso a crédito dirigido exclusivamente aos jovens, no sentido de estimular o empreendedorismo e as potencialidades deste grupo etário. Adicionalmente, em diversas regiões do mundo políticas como assistência na busca por emprego e promoção de treinamentos e qualificações profissionais têm apresentado resultados positivos (RYAN, 2001; VENTURI; TORINI, 2014).

Por fim, é importante frisar que esta Tese não se propôs a esgotar o tema da transição escola-trabalho no Brasil, mas sim fornecer novos *insights* e resultados que contribuam para a literatura empírica sobre o tema. Como avanços futuros, sugere-se estudos que acompanhem a questão da qualidade nos empregos ocupados pelos jovens brasileiros, bem como as incompatibilidades entre os postos ocupados e os níveis educacionais, tendo sempre em vista as diferenças por sexo e raça. Também

é importante que haja uma maior quantidade de pesquisas que relacionem elementos de estratificação social aos padrões de transição escola-trabalho. Haja visto que as diferenças de classe ainda são muito fortes no Brasil, é preciso que mais atenção seja dada à relação entre desigualdades de oportunidade e os resultados dos jovens no mercado de trabalho. Outro tema relevante que merece ser investigado diz respeito à busca e compreensão das desigualdades regionais envolvidas nos padrões de transição, assunto que não foi abordado nesta Tese. Enfim, ainda se mostra presente a necessidade de mais comparações internacionais e de avaliação dos efeitos das políticas voltadas aos jovens, de modo que seja possível identificar boas práticas a serem seguidas pelo Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J. E. D.; BRUNO, M. A. P. População e Crescimento Econômico de Longo Prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica? In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambu - MG. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006.

AMARAL, E. F. L.; SALINAS, V.; VALLE, E. V.; POTTER, J. E.; RIOS-NETO, E. L. G. Transição na Estrutura Etária e Mercado de Trabalho no Brasil e México. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambu - MG. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006.

ANTIGO, M. F.; MACHADO, A. F. Transições e duração do desemprego: uma revisão da literatura com novas evidências para Belo Horizonte. *Nova Economia*, v. 16, n. 3, p. 375-406, 2006.

BARBOSA FILHO, F. H.; PESSÔA, S. Retorno da Educação no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 38, n. 1, p. 97-125, 2008.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P. Uma Avaliação da Qualidade do Emprego no Brasil. *Texto para Discussão Nº 381*, 1995.

BELL, D. N. F. BLANCHFLOWE, D. G. Youth Unemployment in Europe and the United States. *IZA Discussion Paper n. 5673*, p.1–26, 2011.

BERNARDI, F.; GANGL, M.; VAN DE WERFHORST, H. G. The From-School-to-Work Dynamics: Timing of work and quality of work in Italy, the Netherlands and the United States, 1980-1998. *Estudio/Working Paper*, p. 1-30, 2004.

BOL, T.; ELLER, C. C.; VAN DE WERFHORST, H. G.; DIPRETE, T. A. School-to-Work Linkages, Educational Mismatches, and Labor Market Outcomes. *American Sociological Review*, v. 84, n. 2, p. 275-307, 2019.

BRATBERG, E.; NILSEN, O. A. Transition from School to Work: Search Time and Job Duration. *IZA Discussion Paper n. 27*, p.1–26, 1998.

BRITO, F. Transição Demográfica e Desigualdades Sociais no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 25, n. 1 p. 5-26, 2008.

BYNNER, J.; PARSONS, S. Social Exclusion and the Transition from School to Work: The Case of Young People Not in Education, Employment, or Training (NEET). *Journal of Vocational Behavior*. v.60, n. 2, p. 289-309, 2002.

CABANAS, P. H. F.; KOMATSU, B. K.; MENEZES FILHO, N. A. Crescimento da Renda e as Escolhas dos Jovens entre os Estudos e o Mercado de Trabalho. In: XLII Encontro Nacional de Economia, 2014, Natal - RN. Anais do XLII Encontro Nacional de Economia, 2014.

CAHUC, P.; CARCILLO, S.; RINNE, U.; ZIMMERMANN, K. F. Youth Unemployment in Old Europe: The Polar Cases of France and Germany. *IZA Discussion Paper n. 7490*, p.1–29, 2013.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L.; PASINATO, M. T.; KANSO, S. Caminhos para a Vida Adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. *IPEA - Texto para Discussão n. 1038*, p. 1-30, 2004.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L. Introdução. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: Ipea, 2006. p. 13-28.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L.; KANSO, S. L. Do Nascimento à Morte: principais transições. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: Ipea, 2006. p. 31-59.

CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. *Microeconometrics: Methods and Applications*. New York: Cambridge University Press, 2005.

CARDOSO, A. Transições da escola para o trabalho no Brasil: persistência da desigualdade e frustração de expectativas. *DADOS-Revista de Ciências Sociais*, v. 51, n. 3, p. 569-616, 2008.

CHISWICK, B. R. Are Immigrants Favorably Self-Selected? *The American Economic Review*, v. 89, n. 2, p. 181–185, 1999.

CHUANG, H. L. Estimating the Determinants of the Unemployment Duration for College Graduates in Taiwan. *Applied Economics Letters*, v. 6, p. 677-681, 1999.

CORSEUIL, C. H.; SANTOS, D. D.; FOGUEL, M. N. Decisões Críticas em Idades Críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina. *IPEA (Texto para Discussão nº 797)*, p.1–51, 2001.

CORSEUIL, C. H. L.; FRANCA, M. A. P. *Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho Brasileiro: evolução e desigualdades no período 2006-2013*. Brasília: OIT, 2015.

CORSEUIL, C. H. L.; FOGUEL, M.; GONZAGA, G.; RIBEIRO, E. P. A Rotatividade dos Jovens no Mercado de Trabalho Formal Brasileiro. In: CORSEUIL, C. H. L.; BOTELHO, R. U. (Orgs). *Desafios à Trajetória Profissional dos Jovens Brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. p. 157-173.

DANZIGER, S.; RATNER, D. Labor Market Outcomes and the Transition to Adulthood. *The Future of Children*, v. 20, n. 1, p. 133-158, 2010.

DIPRETE, T. A.; ELLER, C. C.; BOL, T.; VAN DE WERFHORST, H. G. School-to-Work Linkages in the United States, Germany, and France. *American Journal of Sociology*, v. 122, n. 6, p. 1869–1938, 2017.

EICHHORST, W.; HINTE, H.; RINNE, U. Youth Unemployment in Europe: What to Do about It? *IZA Policy Papers* n. 65, p.1–20, 2013.

EICHHORST, W.; WOZNY, F.; MÄHÖNEN, E. What Is a Good Job? *IZA Discussion Paper N° 9461*, 2015.

ELBERS, B.; BOL, T.; DIPRETE, T. A. School-to-work linkages in France and Germany: A comparative-historical perspective, 1970-2014. Extended Abstract, 2016.

ERHEL, C.; GUERGOAT-LARIVIÈRE, M. Job Quality and Labour Market Performance. *CEPS Working Document n. 330*, 2010

ESCOLANO, A. J. M.; PAZELLO, E. T. Trabalhar e/ou continuar estudando? As decisões dos jovens que se matriculam no último ano do Ensino Médio - uma análise a partir da PME. In: 42º Encontro Nacional de Economia, 2014, Natal - RN. Anais do 42º Encontro Nacional de Economia, 2014.

FAWCETT, C. Latin American Youth in Transition: A Policy Paper on Youth Unemployment in Latin America and the Caribbean. *IADB Working Paper*, 2002.

FERNANDES-ALCANTARA, A. L. Youth and the Labor Force: Background and Trends. *Congressional Research Service Report*, 2012.

FIGUEIREDO, N. M. S.; BRANCHI, B. A.; SAKAMOTO, C. S. Evolução da Qualidade do Emprego Rural no Brasil e Regiões entre 2004 e 2009 sob uma Perspectiva de Gênero. *Pesquisa & Debate*, v. 23, n. 2(42), p. 223-245, 2012.

FLORI, P. M. Desemprego de Jovens no Brasil. *Revista da ABET*, v. 5, n.1, p. 29-60, 2005.

FOLEY, M. C. Determinants of Unemployment Duration in Russia. *Center Discussion Paper n. 779*, p. 1-36, 1997.

FURSTENBERG JR., F. F. On a New Schedule: Transitions to Adulthood and Family Change. *The Future of Children*, v. 20, n. 1, p. 67-87, 2010.

GONZAGA, G. Rotatividade e Qualidade do Emprego no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 18, n. 1 (69), p. 120-140, 1998.

GREEN, F. *Demanding Work: the paradox of job quality in the affluent economy* Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2006.

GUARCELLO, L.; ROSATI, F. C.; SCARAMOZZINO, P. Uncertainty, education, and the school-to-work transition: theory and evidence from Brazil. *UCW Working Paper n. 85*, p. 1-22, 2008.

HAUFF, S.; KIRCHNER, S. Cross-National Differences and Trends in Job Quality: a literature review and research agenda. *Diskussionspapiere des Schwerpunktes n. 13*, 2014.

HILL, C. J.; HOLZER, H. J. Labor Market Experiences and Transitions to Adulthood. *IRP Discussion Paper n. 1319-06*, p.1-36, 2006.

HUNEEUS, F.; LANDERRETCHÉ, O.; PUENTES, E.; SELMAN, J. A Multidimensional Employment Quality Index for Brazil, 2002–11. *International Labour Review*, v. 154, n. 2, p. 195-226, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Mensal de Emprego*. Rio de Janeiro, 2002 (Relatório Metodológico, v. 23).

JACOB, M.; KLEINERT, C.; KÜHHIRT, M. Trends in Gender Disparities at the School to Work Transition in Germany: Comparing the Labor Market Entry of Young Men and Women between 1984 and 2005. *MZES Working Papers n. 127*, p. 1-24, 2009.

JUSTESEN, M. Is the Window of Opportunity Closing for Brazilian Youth? Labor Market Trends and Business Cycle Effects. *World Bank Discussion Paper n. 0806*, p. 1-49, 2008.

KALLEBERG, A. L. O Crescimento do Trabalho Precário: um desafio global. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 69, p. 21-30, 2009.

KONYDYLLIS, F.; MANACORDA, M. Youth in the Labor Market and the Transition from School to Work in Tanzania. *World Bank Discussion Paper n. 0606*, p. 1-60, 2006.

KORENMAN, S.; NEUMARK, D. Cohort Crowding and Youth Labor Markets: a cross-national analysis. *NBER Working Paper n. 6031*, p. 1-71, 1997.

LASSIBILLE, G.; GÓMEZ, L. N.; RAMOS, I. A.; O SÁNCHEZ, C. D. L. Youth Transition from School to Work in Spain. *Economics of Education Review*, v. 20, n. 1, p. 139–149, 2001.

LEME, M. C. S.; WAJNMAN, S. A Alocação do Tempo dos Adolescentes Brasileiros entre o Trabalho e a Escola. In: XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000, Caxambu-MG. Anais do XII Encontro de Estudos Populacionais, 2000.

MACHADO, D. C. FONTES, D. S. Um indicador de não satisfação no trabalho e a mobilidade do mercado de trabalho: um estudo para homens e mulheres. *Nova Economia (UFMG. Impresso)*, v. 24, p. 123-140, 2014.

MACUNOVICH, D. J. Cohort Size Effect on US Enrollment Decisions. *Williams College Discussion Paper n. 36*, p. 1-48, 1996.

MACUNOVICH, D. J. The fortunes of one's birth: Relative cohort size and the youth labor market in the United States. *Journal of Population Economics*, v. 12, n. 1, p. 215-272, 1999.

MARE, R. D. Demography and the Evolution of Educational Inequality.

MENEZES FILHO, N. A.; PICCHETTI, P. Os Determinantes da Duração do Desemprego em São Paulo. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 30, n. 1, p. 23-48, 2000.

MENEZES FILHO, N. A.; CABANAS, P. H. F.; KOMATSU, B. K. A condição “nem-nem” entre os jovens é permanente? In: BONELLI, R.; VELOSO, F. (Orgs.). *Panorama do Mercado de Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 97-122.

MONTE, P. A.; ARAÚJO, T. P.; LIMA, R. A. Primeiro Emprego e Reemprego: análise de inserção ocupacional e duração do desemprego no Brasil metropolitano. *Economia e Desenvolvimento (Recife)*, v. 4, n. 1, p. 133-171, 2005.

MUNIZ, J. O. As Descontinuidades Demográficas Exercem Efeito sobre o Mercado de Trabalho Metropolitano dos Jovens? *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n. 2, p. 65-98, 2002.

NILSSON, B.; SHEHU, E. Informal employment among youth: Evidence from 20 school-to-work transition surveys. *Work4Youth Publication Series n. 8*, 2014.

OLIVEIRA, E. L.; RIOS-NETO, E. G.; OLIVEIRA, A. M. H. C. Transições dos jovens para o mercado de trabalho, primeiro filho e saída da escola: o caso brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 23, n. 1, p. 109-127, 2006.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). 2018. Education at a Glance 2018: OECD Indicators. 462 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). 2009. Trabalho Decente e Juventude no Brasil. 220 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). 2016. World Employment Social Outlook 2016: Trends for Youth. 54 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). 2019. World Employment Social Outlook: Trends 2019. 122 p.

PAIVA, P. T. A.; WAJNMAN, S. Das Causas às Consequências Econômicas da Transição Demográfica no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 22, n.2, p. 303-322, 2005.

PENIDO, M.; MACHADO, A. F. Desemprego: evidências da duração no Brasil metropolitano. *CEDEPLAR (Texto para Discussão n. 176)*, p. 1-25, 2002.

PENIDO, M.; MACHADO, A. F. Duração do desemprego no Brasil metropolitano. In: WAJNMAN, S.; MACHADO, A. F. (Orgs.). *Mercado de trabalho: uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 203-218.

POCHMANN, M. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? *Educação e Sociedade*, v. 25, n. 87, p. 383-399, 2004.

POWERS, D. A.; XIE, Y. *Statistical Methods for Categorical Data Analysis*. 1. ed. Bingley: Emerald Group Publishing Limited, 1999.

QUEIROZ, B. L.; TURRA, C. M.; PEREZ, E. R. The opportunities we cannot forget: economic consequences of population changes in Brazil. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambu - MG. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006.

QUINTINI, G.; MARTIN, J. P.; MARTIN, S. The Changing Nature of the School-to-Work Transition Process in OECD Countries. *IZA Discussion Paper n. 2582*, p.1–45, 2007.

REIS, M. C.; AGUAS, M. Duração do Desemprego e Transições para o Emprego Formal, a Inatividade e a Informalidade. *Economia Aplicada (Impresso)*, v. 18, n.1, p. 35-50, 2014.

REIS, M. C. Uma análise das Características do Primeiro Emprego nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. In: CORSEUIL, C. H. L.; BOTELHO, R. U. (Orgs.). *Desafios à Trajetória Profissional dos Jovens Brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. p. 141-156.

REIS, M. C. Uma Análise da Transição dos Jovens Para o Primeiro Emprego no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, v. 69, n.1, p. 125–143, 2015.

RIBAS, R. P.; SOARES, S. S. D. Sobre o Painel da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE. *IPEA - Texto para Discussão n. 1348*, p. 1-38, 2008.

RIBEIRO, C. A. C. Desigualdade nas Transições para a Vida Adulta (1996-2008). *Sociologia & Antropologia*, v. 4, n.2 p. 433-473, 2014a.

RIBEIRO, C. A. C. Transições para a Vida Adulta no Brasil. *Insight Inteligência (Rio de Janeiro)*, v. 64, p. 73-88, 2014b.

RIBEIRO, C. A. C. Mobilidade e Estrutura de Classes no Brasil Contemporâneo. *Sociologias*, v. 16, n. 37, p. 178-217, 2014c.

RIBEIRO, C. A. C. Tendências da Desigualdade de Oportunidades no Brasil: mobilidade social e estratificação educacional. *Mercado de Trabalho*, v. 23, p. 49-66, 2017.

RIPHAHN, R. T. Residential Location and Youth Unemployment: the economic geography of school-to-work transitions. *Journal of Population Economics*, v. 15, n.1, p. 115-135, 2002.

ROCHA, R. H.; MENEZES FILHO, N.; OLIVEIRA, A. P.; KOMATSU, B. K. A Relação entre o Ensino Superior Público e Privado e a Renda e Emprego nos Municípios Brasileiros. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 47, n. 3, p. 39-69, 2017.

RYAN, P. The School-to-Work Transition: a cross-national perspective. *Journal of Economic Literature*, v. 39, n. 1, p. 34-92, 2001.

ROMANELLO, M.; SAWYER, D. O.; GONÇALVES, F. O. Youth Informality in Brazil: an analysis of school-to-work transition. In: VII Encontro CAEN - EPGE de Políticas Públicas e Crescimento Econômico. Fortaleza: 2015.

SAAD, P. The Demographic Dividend: an opportunity to improve coverage and progression rates in secondary education. *Social Panorama of Latin America*, 2008.

SACHS, A; SMOLNY, W. Youth unemployment in the OECD: The role of institutions. *ZEW Discussion Papers*, n. 14-080, p. 1-27, 2014.

SANTOS JÚNIOR, E. R.; MENEZES FILHO, N.; FERREIRA, P. Migração, seleção e diferenças regionais de renda no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 35, n. 3, p. 299–331, 2005

SILVA, M. P.; ARRUDA, M. R. Um Estudo sobre as Características dos Jovens “Desmotivados” no Brasil. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto - MG. Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002.

SILVA, N. D. V.; KASSOUF, A. L. O Trabalho e a Escolaridade dos Brasileiros Jovens. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto - MG. Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002.

SIMÕES, L. G. *Padrões Recentes de Inserção e Mobilidade do Trabalho Doméstico no Brasil Metropolitano: descontinuidades e persistências*. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SMITH, J. P.; WELCH, F. No Time to be Young: the economic prospects for large cohorts in the United States. *Population and Development Review*, vol. 7, n. 1, p. 71-83, 1981.

SPARREBOOM, T.; STANEVA, A. Is Education the Solution to Decent Work for Youth in Developing Economies? Identifying Qualifications Mismatch from 28 School-to-Work Transition Surveys. *Work4Youth Publication Series n. 23*, 2014.

STANDING, G. *O Precariado: a nova classe perigosa*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

TILLMANN, E. A.; COMIM, F. Os Determinantes da Decisão entre Estudo e Trabalho dos Jovens no Brasil e a Geração Nem-Nem. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 46, n.2, p. 47-78, 2016.

VASCONCELOS, A. M. N.; GOMES, M. M. F. Transição demográfica: a experiência brasileira. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 21, n. 4, p. 539-548, 2012.

VENTURI, G.; TORINI, D. Transições da Escola para o Trabalho dos Jovens Homens e Mulheres no Brasil. *Work4Youth Publication Series n. 15*, 2014.

WAJNMAN, S.; LEME, M. C. S. A Alocação do Tempo dos Adolescentes Brasileiros entre o Trabalho e a Escola. In: XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000, Caxambu-MG. Anais do XII Encontro de Estudos Populacionais, 2000.

WISE, R. Stepping Stones, Dead Ends and Paths of Dualization: Estimating the Earnings Differential and Subsequent Scarring Effects of Non-Standard Employment Relationships at Labor Market Entry. In: RC28 Conference on Economic Inequalities, Deprivation and Poverty, 2016.

WOLBERS, M. H. J. Patterns of Labour Market Entry: A Comparative Perspective on School-to-Work Transitions in 11 European Countries. *Acta Sociologica*, v. 50 n. 3, p. 189-210, 2007.

WOOLDRIDGE, J. M. *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*. 2. ed. Cambridge, MA: MIT Press, 2010.

YATES, J. A. The transition from school to work: education and work experiences. *Monthly Labor Review*, v. 128, p. 21–32, 2005.